



I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

Ministério
da Educação



A Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação e pela UNESCO em 2004, é um espaço para divulgação de textos, documentos, relatórios de pesquisas e eventos, estudos de pesquisadores(as), acadêmicos(as) e educadores(as) nacionais e internacionais, que tem por finalidade aprofundar o debate em torno da busca da educação para todos.

A partir desse debate, espera-se promover a interlocução, a informação e a formação de gestores, educadores e demais pessoas interessadas no campo da educação continuada, assim como se reafirma o ideal de incluir socialmente o grande número de jovens e adultos, excluídos dos processos de aprendizagem formal, no Brasil e no mundo.

Para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), órgão responsável, no âmbito do Ministério da Educação, pela Coleção, a educação não pode se separar, nos debates, de questões como desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável; gênero, identidade de gênero e orientação sexual; escola e proteção a crianças e adolescentes; saúde e prevenção; diversidade étnico-racial; políticas afirmativas para afrodescendentes e populações indígenas; educação para as populações do campo; qualificação profissional e mundo do trabalho; democracia, direitos humanos, justiça, tolerância e paz mundial. Na mesma direção, a compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo.



I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

Organização:
Leôncio Soares
Osmar Fávero



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

Ministério
da Educação



Brasília, 2009

Edições MEC/UNESCO



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 – Brasília/DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 3322-4261

grupoeditorial@unesco.org.br

www.unesco.org.br

Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Esplanada dos Ministérios, Bl. L, sala 700

Brasília, DF, CEP: 70097-900

Tel: (55 61) 2104-8432

Fax: (55 61) 2104-8476

Site: www.mec.gov.br



I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

Organização:
Leôncio Soares
Osmar Fávero

1ª Edição



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

Ministério
da Educação



Brasília, 2009

© 2009. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Conselho Editorial

Adama Ouane
Alberto Melo
Célio da Cunha
Dalila Shepard
Osmar Fávero
Ricardo Henriques

Coordenação Editorial

Maria Adelaide Santana Chamusca
Rosimere Gomes Rocha

Colaboradoras

Ana Rosa Venâncio, Márcia Silva Marques, Nayara Braga Heidenreich,
RebeKa Queiroz Domingues, Sandra Batista Araujo Silva e Marília Sousa

Projeto gráfico

Publisher Brasil

Diagramação

HMP Comunicação

1ª Edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

353 p. (Coleção Educação para Todos; v. 33).

ISBN: 978-85-7652-091-7

1. Alfabetização – Brasil 2. Cultura de Massa - Brasil 3. Políticas Educacionais – Brasil
4. Educação Universal – Brasil I. UNESCO II. Brasil. Ministério da Educação
III. Brasil. Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

CDU 37

Os autores são responsáveis pela escolha e a apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e do Ministério da Educação, nem comprometem a Organização e o Ministério. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO e do Ministério da Educação a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

Apresentação

Neste livro colocamos à disposição de um público mais amplo os documentos relativos ao *I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular* realizado em setembro de 1963 no Recife. A leitura desses registros – informes, relatórios, resoluções, teses, entre outros – nos permite perceber a riqueza desse período da história brasileira em que educadores, artistas, intelectuais, políticos, estudantes, trabalhadores, sindicalistas, religiosos, dentre outros atores, se uniram com o objetivo de transformar a sociedade brasileira por meio da educação e da cultura.

É uma grata surpresa descobrir que, ainda que vários dos documentos sejam de natureza burocrática, seu conteúdo é instigante, rico e esclarecedor. Ao longo do livro, vamos reconhecendo teorias de educação, peças de teatro, livros, filmes, obras de arte, assim como seus autores e realizadores, que ainda hoje estão presentes e são valiosos para a educação e a cultura brasileiras. Procurou-se manter, na medida do possível, a mesma aparência e organização dos documentos originais, que foram, logo após o evento, reproduzidos em mimeógrafo e distribuídos pelo Movimento de Cultura Popular do Recife.

O Encontro foi convocado em 1963 pelo então Ministério da Educação e Cultura. Sua realização se deu poucos meses antes do golpe de 1964, que levou o Brasil a uma ditadura militar que, ao longo de seus cerca de 21 anos de duração, desrespeitou direitos humanos, suprimiu direitos políticos e reprimiu violentamente qualquer tipo de atividade política ou artístico-cultural que contrariasse interesses hegemônicos. Obviamente, os organizadores e participantes do Encontro foram perseguidos e seus registros confiscados e destruídos pela polícia política.

Alguns dos documentos aqui reproduzidos estavam guardados na sede do bispado do Recife, escaparam de um incêndio e também da água que o apagou, sendo mais tarde confiados ao Prof. Dr. Osmar Fávero que os conservou. Outra parte estava escondida em porões, sótãos, em baixo de caixas d'água etc. nas casas de pessoas que participaram do Encontro ou de seus familiares e foi sendo aos poucos reunida pelo mesmo professor, que os utiliza em suas aulas na Universidade Federal Fluminense.

Mais tarde, o prof. dr. Leôncio Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais, durante o seu estágio de pós-doutorado, cujo orientador foi o prof. dr. Osmar Fávero, realizou estudos sobre o Encontro, entrevistou pessoas que dele participaram e produziu o artigo que abre este livro.

Devemos agradecer às pessoas que, durante o período da ditadura militar, arriscaram suas vidas para que essa história pudesse ser contada e, particularmente, aos professores doutores Osmar Fávero e Leôncio Soares, organizadores do livro, os quais, sem retribuição de qualquer natureza, autorizaram a sua publicação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, em parceria com a UNESCO, no âmbito da *Coleção Educação para Todos*.

**Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização
e Diversidade do Ministério da Educação Secad/MEC**

Sumário

Introdução

O direito à memória Vincent Defourny	11
---	----

Contexto

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular Leôncio Soares	13
--	----

Antecedentes	33
---------------------------	----

Relatórios e Informes	57
------------------------------------	----

Teses	241
--------------------	-----

Resoluções	281
-------------------------	-----

Cadastro das Organizações de Alfabetização e Cultura Popular	319
---	-----

Anexos	339
---------------------	-----

O direito à memória

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, no Recife, foi um marco na história dos movimentos de cultura e educação popular no Brasil. Legitimou uma nova compreensão do conceito e da importância da educação de jovens e adultos, que passou a ser vista como pré-condição para a participação plena de todos os indivíduos na vida nacional.

Tendo a cultura como alicerce, o modelo de educação de jovens e adultos defendido pelo Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, criado em 1960, serviu de pauta para os grupos e atores sociais e passou a ser reconhecido como um elemento de ação política. Com seu compromisso explícito em favor das classes populares rurais e urbanas, essa pauta representou, sem dúvida, um avanço em relação às campanhas de erradicação do analfabetismo e de educação de adultos até então propostas pelo poder público nas décadas de 1940 e 1950.

O discurso e a prática que uniram cultura e educação popular com a participação política floresceram em um Brasil recém-confrontado com a abertura democrática promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que teve como meta o desenvolvimento econômico acelerado, marcado pelo populismo. Nesse cenário, o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular foi culminância do grande processo de mobilização da sociedade civil brasileira. Reuniu 200 delegados representantes de mais de 70 instituições e movimentos de alfabetização, cultura e educação popular criados, entre 1960 e 1963, em todos os estados do país.

Este encontro não só colaborou para a definição e implantação da Comissão Nacional de Cultura Popular, oficializada por meio de uma portaria do Ministro da Educação e Cultura em 1964, como influenciou as diretrizes do Plano Nacional de Alfabetização, elaborado no final de 1963 e lançado no início de 1964. Tendo em vista a alfabetização de cinco milhões de alunos em dois anos, este plano comprometia-se com a promoção da cultura popular e propunha utilizar o sistema de alfabetização criado pelo educador Paulo Freire, experimentado com sucesso em Angicos, no Rio Grande do Norte.

Para recordar um evento tão significativo na história dos movimentos sociais brasileiros, este livro publica os documentos produzidos para e no I Encontro, apresentados por um histórico detalhado, preparado com base na documentação e em entrevistas feitas com participantes, e complementados por notícias de jornais publicados à época.

Para a UNESCO, é uma oportunidade ímpar apoiar uma publicação que ajuda a preservar a memória de um movimento que semeou ideias que visavam à construção de um Brasil com mais igualdade e justiça social para todos os seus cidadãos.

Vincent Defourny
Representante da UNESCO no Brasil



Contexto

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

Leôncio Soares*

***A vida inteira que podia
ter sido e não foi.***

Manuel Bandeira

Pesquisar a emergência dos movimentos de educação e cultura popular, na segunda metade dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, permite compreender sua importância naquele contexto e suas implicações para a definição das especificidades da educação de jovens e adultos na atualidade. No início dos anos 1960, surgiram alguns dos movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil: Movimento de Cultura Popular - MCP (1960), inicialmente implantado no Recife, depois estendido para outras cidades do Estado de Pernambuco; Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, de Natal (1961); Movimento de Educação de Base - MEB (1961), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1961); Centro Popular de Cultura da UNE - CPC/UNE (1961), que se desdobrou em vários CPCs estaduais; e Campanha de Educação Popular da Paraíba - CEPLAR (1961).

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

De acordo com Fávero:

Esses movimentos, nascidos todos no mesmo período, operam um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou de educação rural da década de 1950. São propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores. E o que as fazia radicalmente diferentes das ações anteriores era o compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa para uma ação política (FÁVERO, 2006, p. 51).

Para Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro, 1959-1964 pode ser considerado como “um período de luzes para a educação de jovens e adultos”:

Elevada agora à condição de educação política, através da prática educativa de refletir o social, a educação de adultos ia além das preocupações existentes com os aspectos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem.

À medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 113).

O período dos anos 1950-1960 foi de muita efervescência internacional, fortemente marcado por acontecimentos que influenciaram o mundo: a Revolução Cubana em 1959; a Guerra Fria entre os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética; o II Concílio Vaticano em 1962-1965, com o fortalecimento da Doutrina Social da Igreja; a conquista da independência de países africanos como Líbia, Sudão, Marrocos, Senegal, Nigéria e as lutas pelos direitos dos negros nos Estados Unidos.

No caso brasileiro, o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), com seu lema de desenvolvimento econômico acelerado - 50 anos em 5 - e grande abertura democrática, abriu novos horizontes para a cultura e para a educação, marcado por um caráter fortemente populista.

O populismo nacional, segundo Cunha e Góes, teve as seguintes características: “foi revolucionário em 1930; bonapartista em 1937; nacionalista e anti-imperialista de 1950 a 1954; desenvolvimentista no final dos anos 50; moralista em 1961; nacionalista e sindicalista até a sua queda em 1964” (CUNHA; GÓES, 1994, p. 10).

O II Congresso, onde se discutiram 120 teses, foi um momento de esperanças, mesmo que os seus andaimes estivessem fincados num chão de fracasso e de destroços de experiências passadas: a da Alfalit (Agência Alfabetizadora Confessional), a Cruzada Nacional de Educação (1932), a Bandeira Paulista de Alfabetização (1933), a Cruzada de Educação de Adultos (1947), o Serviço de Educação de Adultos (1947), o I Congresso Nacional de Educação de Adultos (1947), o Sistema Radio-Educativo Nacional - Sirena (1957), a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (1947-1954), a Campanha de Educação Rural (1952-1959), a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958) (CUNHA; GÓES, 1994, p. 11).

Esses autores afirmam ainda que um marco dessa mudança foi a colocação de Paulo Freire que, representando a delegação de Pernambuco no II Congresso Nacional, apresentou, como parte do seu relatório, o tema *A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos*, recolocando em outros termos o problema do analfabetismo. Consta desse relatório a preocupação em rever a “inadaptação e transplantes” que agiram sobre o sistema educativo, para que pudessem ser adequados à nova realidade vivida; a preocupação de proporcionar ao homem um preparo técnico especializado, tirando-o da condição de “marginal” para a de participante do trabalho, da produção, do rendimento; a defesa da educação *com* o homem, denunciando a então vigente educação *para* e *sobre* o homem; a necessidade de planejamentos dos cursos com os alunos, para que correspondessem à realidade existencial e ainda a preocupação com as metodologias e com o lugar a ser assumido pelos educadores e educandos.¹

1 Relatório Final do Seminário Regional de Educação de Adultos, preparatório para o II Congresso Nacional. In: II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, Rio de Janeiro,, 1958, Anais... Rio de Janeiro: MEC, 1958. (mimeo.)

Antecedentes do I Encontro Nacional

Houve anteriormente uma tentativa por parte do MCP de realizar um encontro nacional de cultura popular:

No interesse de uma maior aproximação e mais efetivo intercâmbio entre as pessoas e entidades que, no Brasil, tem dedicado esforços ou demonstrado interesse pelo problema da educação e da cultura brasileira, reconhecendo a ingente tarefa de prover o povo com os instrumentos necessários à elevação do nível cultural, o Movimento de Cultura Popular, do Recife, resolve promover o I Encontro Nacional de Cultura Popular [...] (MCP, 1961, p. 1)

Previa-se que esse Encontro deveria ser realizado em setembro de 1961, tendo um caráter itinerante, indicando como sedes Recife, Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, além de já apontar a realização de um segundo encontro. No entanto, só em 1963, o Ministério da Educação e Cultura decidiu convocar o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. O evento seguia os moldes pensados inicialmente pelo MCP, mas com acréscimo da palavra *alfabetização*, além do apoio e patrocínio da Secretaria de Educação e do Movimento de Cultura Popular do Recife, e de outras instituições como a União Nacional dos Estudantes, o Movimento de Educação de Base, o Instituto de Cultura Popular de Goiás, a Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul.

Por meio de entrevistas com algumas pessoas que participaram do Encontro, percebeu-se o clima favorável que levaria esses movimentos a se encontrarem em algum momento. Sabia-se que “o que havia nacionalmente era uma coisa que estava fervilhando” e a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular respondia à intencionalidade de “juntar no Recife o que vinha acontecendo no Brasil” (Paulo Rosas).

Vanilda Paiva, em sua clássica obra *História da educação popular no Brasil; educação popular e educação de adultos* (PAIVA, 2003),² apresenta a disposição do Ministério da Educação e Cultura, em 1963, sob a direção do Ministro Paulo de Tarso, de estabelecer uma coordenação nacional dos movimentos de cultura popular existentes. A UNE e o MCP já haviam sinalizado a possibilidade da organização de um evento no qual pudessem se encontrar os movimentos de alfabetização e

² A primeira edição desse livro é de 1973 e todas as cinco edições antecedentes tiveram o título **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**.

cultura popular. Decidiu-se, então, por unir esforços para a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, no Recife. A convocação para o evento aconteceu por meio de rádio e jornais, pois acreditava-se existirem muitos movimentos espalhados pelo País, mas não se sabia a quantidade e qualidade das atividades oferecidas pelos mesmos.

No entanto, esse Encontro tem sido pouco estudado. Vanilda Paiva, no livro citado, refere-se a ele brevemente:

Paralelamente, entretanto, a preocupação com uma coordenação nacional dos movimentos de educação de adultos que se multiplicavam no País surgia em muitos meios interessados no problema. A extinção das Campanhas significava o alijamento da velha geração de técnicos do Ministério da solução do problema; em lugar deles surgia uma nova geração de elementos que vinham trabalhando no setor, em movimentos vários e que pressionavam o MEC no sentido de receberem apoio oficial e estabelecerem uma coordenação nacional. A preocupação dos diversos grupos influirá efetivamente sobre o Ministério, dando origem ao Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular e à Comissão Nacional de Cultura Popular; esta orientação recentralizadora se tornará mais forte durante os últimos meses do ano, atingindo os meios oficiais e se concretizando através do Plano Nacional de Alfabetização (PAIVA, 2003, p. 230).

Celso Beisiegel, em *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*, ao se referir ao I Encontro, cita Vanilda Paiva:

[...] Vanilda relata que o próprio Ministro Paulo de Tarso era sensível ao problema da educação de adultos: criara a Comissão de Cultura Popular, encarregando-a, entre outras coisas, de empreender a realização de um projeto piloto de alfabetização pelo Método Paulo Freire em Brasília, e promover a realização do Primeiro Encontro Nacional de Cultura Popular (BEISIEGEL, 1982, p. 228)

De passagem, Moacyr de Góes, em um texto publicado no livro organizado por Paulo Rosas em 2002, menciona sua realização:

Esta conjuntura político-educacional desabrocha com uma força total que, em setembro de 1963, quando ocorre o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, no Recife, já se reúnem 44 organizações que, espalhadas pelo Brasil, desenvolvem programas de alfabetização e cultura popular (ROSAS, 2002, p. 101).

Osmar Fávero, no livro *Uma pedagogia da participação popular*, estabelece vínculos entre a história do MEB e a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular:

Enquanto esforço institucional de integração, o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife em setembro de 1963, sob o patrocínio do MEC e apoio local do MCP, foi um acontecimento memorável. E o conjunto de relatórios e comunicações apresentados pelos participantes desse encontro permite verificar o nível de incorporação de conceitos de cultura e cultura popular pelos movimentos estaduais e locais, inclusive diversas equipes do MEB. Examinando esses relatórios, sente-se, em parte, a prevalência da formulação da AP e, noutra parte, a assimilação da estratégia do CPC. Vários deles assumem a crítica à dominação cultural dos centros hegemônicos (FÁVERO, 2006, p. 88).

Scocuglia também faz referência ao evento:

No início dos anos 60, como parte de uma ampla mobilização populista, movimentos de cultura e educação espalharam-se por todo o Brasil. O I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife, em setembro de 1963, registrou a participação de 74 desses movimentos, dos quais 44 trabalhavam com alfabetização de adultos (SCOCUGLIA, 2001, p. 23).

Foi buscando responder a essa lacuna do conhecimento que procuramos, por meio de uma pesquisa e da publicação dessa coletânea, resgatar o que foi o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. A publicação dos relatô-

rios dos movimentos, das teses apresentadas, das comunicações, das matérias discutidas e de seu relatório conclusivo constitui-se em rico e diversificado material a ser conhecido e estudado.

O que foi o I Encontro Nacional

Para além dos documentos do evento e das matérias jornalísticas sobre o I Encontro, com intuito de acrescentar dados sobre o contexto da época, foram realizadas algumas entrevistas com participantes que vivenciaram o fato: Paulo Rosas, Germano Coelho e Silke Weber, de Recife; Vera e José Carlos Barreto, de São Paulo; Osmar Fávero, Moacyr de Góes e Aída Bezerra, do Rio de Janeiro; e Vera Brito, de Belo Horizonte.

Constituíram fontes documentais, também, jornais publicados no período, além de um levantamento nos acervos do Rio de Janeiro, como na antiga Biblioteca do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, hoje *Espaço Anísio Teixeira*, e no acervo documental de Osmar Fávero. Como são raras as fontes documentais disponíveis, na medida em que muitas delas foram extraviadas durante a ditadura militar, as entrevistas com os participantes dos movimentos que estiveram presentes no Encontro contribuíram para compreensão e percepção das marcas e impressões que guardaram e experimentaram na época.

O que ficou do Encontro que eu me recordo era a discussão sobre o que era cultura popular. [...] a grande questão era saber se fazia cultura popular, se divulgava a cultura popular, enfim era toda essa discussão sobre interpretação, expressão (SILKE WEBER, 31/03/2003)

Outra entrevista importante foi realizada, em João Pessoa, com Iveline Lucena da Costa Lage, uma das coordenadoras do Ceplar que, desde o exílio, reside em Amsterdã. Em um primeiro contato, trocamos informações gerais sobre o momento histórico, a Ceplar e o I Encontro. Nesse primeiro contato, ela buscou ouvir atentamente e entender o porquê do estudo, deixando para outra oportunidade conceder uma entrevista sobre sua participação no evento. Dessa conversa evidenciou-se a forte marca que o golpe militar deixou nas pessoas. Também Aída Bezerra, em entrevista concedida, enfatizou a impressão deixada por ele, afirmando: “ficou uma seqüela profunda daquele período que impede relatar fatos e nomes.”

A programação do I Encontro Nacional

Parte da programação do I Encontro foi reconstituída com as notícias publicadas em jornais de Recife, na semana do evento: *A Hora*, *A Última Hora*, *Diário da Noite*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*. Por exemplo:

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular será solenemente instalado, hoje, no Teatro de Parque. O Encontro tem o patrocínio do Ministério da Educação, da Secretaria da Educação, Prefeitura do Recife, Movimento de Cultura Popular, Universidade do Recife e Movimento de Educação de Base (da Conferencia Nacional dos Bispos). Os trabalhos de instalação no Teatro Parque serão presididos pelo governador Miguel Arraes, contando com a participação de 200 delegados de movimentos e institutos de cultura popular de todos os Estados onde existem esses órgãos. O Encontro será realizado em assembléias com encerramento no próximo sábado, às 20 horas. Estão sendo esperados, como convidados especiais, o Deputado Sergio Magalhães, o Presidente da UNE, estudante José Serra e o editor Enio Silveira. A delegação do Rio Grande do Norte também está sendo esperada hoje e é presidida pelo prefeito de Natal, sr. Djalma Maranhão. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/09/1963)

O quadro a seguir, referente à programação do I Encontro foi reconstruído cruzando as informações contidas no Anteprojeto de Calendário, nas matérias jornalísticas e nas entrevistas.

I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

Recife, 15 a 21 de setembro de 1963

Domingo (15)	Noite
	* Coquetel e lançamento da peça de Luiz Martins “A incelença.”
	* Instalação Solene do Encontro por Miguel Arraes – governador de Pernambuco – e Luis Gomes e Souza – representante do MEC.
	* Encenação da peça de Luis Marinho “Histórias do Mato.”

Segunda (16)	<p>Manhã</p> <ul style="list-style-type: none"> * Reunião preparatória com 150 delegados. A mesa diretora foi coordenada por Luis Alberto Gomes de Souza. Falou-se sobre finalidades do Encontro, era um intercâmbio dos movimentos e coordenação para atividades, havendo ainda o credenciamento. Houve discussão longa sobre o regimento, tendo vencido a proposta de votação por delegação (cada delegado um voto). As maiores delegações eram: PE, SP e Guanabara. Discutiu-se o que era cultura popular. Djalma Maranhão apresentou slides da Campanha: “De Pé no Chão também se Aprende a Ler.”
Terça (17)	<p>Manhã</p> <ul style="list-style-type: none"> * Plenário no Teatro do Parque com informe dos movimentos; indicada uma comissão para discutir o tema alfabetização; <p>Tarde</p> <ul style="list-style-type: none"> * Às 15 horas, as comissões indicadas apresentaram seus trabalhos, em três relatórios: <ul style="list-style-type: none"> A - Atuação dos Movimentos de Cultura Popular nas Diferentes Regiões; B - Meios e Técnicas de Difusão; C - Alfabetização. * As universitárias Alice Martins Furtado e Marta Vassimon fizeram exposição sobre o movimento paulista na alfabetização pelo método Paulo Freire. * Falando pelo Centro de Cultura Popular de São Paulo, Francisco Assis falou da difusão cultural junto aos operários. * A Escola Líderes da Guanabara, através de Manoel Lauro dos Santos, apresentou o Plano de Cursos de Preparação Profissional. * A professora Maria das Dores Oliveira (Ceplar) relatou pontos da alfabetização no Movimento. * Disse Osmar Fávero (MEB): “Promover integralmente o homem através da educação de adultos, feita pelo sistema de escolas radiofônicas e completada pelo treinamento, por líderes e caravana de cultura”, acrescentou ser preocupação da sua equipe a formação de centros e grupos para cuidar do artesanato e pesquisas. * Pelo SEC, falou Jarbas Maciel a respeito do método Paulo Freire. <p>Noite</p> <ul style="list-style-type: none"> * Às 20 horas, Noite Folclórica no Sítio da Trindade.

Quarta (18)	<p>Manhã</p> <p>* Inauguração da exposição no Teatro do Parque (amostra das atividades do MCP, da divisão de artes plásticas e artesanato).</p>
Quinta (19)	<p>Noite</p> <p>* Às 19:30 horas, os participantes do Encontro fazem um relatório sobre o sistema Paulo Freire para a alfabetização de adultos.</p> <p>* Às 21 horas, houve apresentação do Teatro de Arena (SP) no Santa Isabel, com a peça “O melhor juiz, o rei” de Augusto Boal, com Gianfrancesco Guarneri, Juca de Oliveira e Joana Fomm.</p>
Sexta (20)	<p>Noite</p> <p>* Apresentação do Arena no Teatro do Povo (Arraial do Bom Jesus).</p>
Sábado (21)	<p>Manhã</p> <p>* Apresentação dos relatórios finais de várias comissões no Teatro do Parque.</p> <p>Noite</p> <p>* Encerramento do Encontro no Teatro Santa Isabel. Falaram Osmar Fávero do MEB, Miguel Newton Arraes do MCP e Roberto Correa Freire, diretor do SNT.</p> <p>* O discurso do Ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, foi lido nessa ocasião por seu assessor Luiz Alberto Gómez de Souza.</p>

O que destacar do I Encontro Nacional

De acordo com Paiva (2003), o Encontro revelou-se “frutífero”, com destaque para dois pontos: por obter um cadastro dos movimentos existentes no País, e pela troca de experiência propiciada por sua realização. Da análise dos documentos - *Anteprojeto de calendário, Anteprojeto de tema, Estatuto do encontro, Informes, Cadastro das organizações, e Resoluções* - ressaltamos quatro pontos que contribuem para compreender o evento.

O primeiro foi o reconhecimento da necessidade de reunir esses movimentos em um grande evento. A proposta inicial do MCP, como já foi dito, indicava:

No interesse de uma maior aproximação e mais efetivo intercâmbio entre as pessoas e entidades que, no Brasil, têm dedicado esforços ou demonstrado interesse pelo problema da educação e da cultura brasileira, reconhecendo a ingente tarefa de prover o povo com os instrumentos necessários à elevação do nível cultural, o Movimento de Cultura Popular, do Recife, resolve promover o I Encontro Nacional de Cultura Popular. (MCP, 1961)

Em documento preparado pela Comissão Executiva do I Encontro, organizada pelo MEC, encaminhado aos movimentos de todo o País, com a convocação e solicitação de relatórios, é explicitado o interesse na realização do evento:

Considerando a emergência e desdobramento dos inúmeros movimentos de Alfabetização e Cultura Popular em todo o Brasil e, por isso mesmo, a necessidade cada vez mais evidenciada de se promover um encontro em âmbito nacional, em que tornasse possível o conhecimento mútuo, a discussão, a aglutinação e o incentivo àquelas experiências já em andamento, resolveu o Ministério da Educação e Cultura convocar o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. (BRASIL, 1963b, p. 1).

O segundo é que o Encontro evidenciou a existência de muitas atividades e muitos movimentos de alfabetização, cultura popular e educação popular. De acordo com o cadastro organizado pelo MCP, houve 78 organizações presentes (2 nacionais e 76 nos estados); dessas, 10 encaminharam relatórios: MCP, MEB Nacional, CPC da UNE, Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, Centro Guanabario de Cultura, CPC de Belo Horizonte, CPC da UBES - União Brasileira de Estudantes Secundários, CPC da UGES - União Gaúcha dos Estudantes Secundários, CPC da Bahia. Foram ainda apresentadas teses pelo representante do CPC de Belo Horizonte, da Fundação João Batista do Amaral e do CPC da UBES.³

³ Uma das ausências percebidas entre os documentos foi a do relatório do CEPLAR da Paraíba. Além de não constar do acervo de Osmar Fávero, em entrevista, Scocuglia afirmou não o ter encontrado entre os documentos por ele pesquisados nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Da análise dos relatórios enviados ao Encontro, destacamos alguns elementos comuns. Entre eles: em primeiro lugar, o fato de apresentarem atividades relacionadas às artes, teatro, música, literatura e cinema; o segundo diz respeito às iniciativas voltadas para a alfabetização de adultos; um terceiro ponto aborda a discussão que atravessou o evento do início ao fim sobre o conceito de cultura popular; e, por fim, o enriquecimento propiciado pela troca de experiências, bem como a necessidade de ser criada uma coordenação nacional das atividades e movimentos.

Um terceiro ponto é que, de maneira geral, as discussões durante o Encontro versaram sobre o significado e as experiências de *cultura popular e alfabetização*, como previsto no anteprojeto de temário preparado pelo Ministério da Educação e Cultura para o Encontro:

1. O que é cultura popular hoje no Brasil: como tem sido feita, que objetivos tem, sua situação atual; possibilidades de ação da cultura popular; perspectivas de ação da cultura popular a longo prazo.
2. Atuação dos movimentos de cultura popular e alfabetização nas diferentes zonas, regiões e grupos sociais: modos de atuação nas zonas urbana e suburbana, modos de atuação na zona rural.
3. Meios e técnicas de comunicação do trabalho de cultura popular, seu desenvolvimento e aplicação.
4. Alfabetização.
5. Organização e manutenção dos movimentos de cultura e a possibilidade de sua integração nacional (BRASIL, 1963a, p. 1).

O trabalho das comissões

Para melhor agilidade das discussões propostas para o Encontro, foram compostas as seguintes comissões temáticas:

Comissão A - *Atuação dos movimentos de cultura popular e alfabetização nas diferentes zonas, regiões e grupos sociais*

Comissão B - *Meios e Técnicas de Cultura Popular*

Comissão C - *Estudos sobre Alfabetização*

Comissão D - *Coordenação Nacional dos Movimentos de Cultura Popular.*

No relatório da Comissão A, consta que seu objetivo era analisar as experiências de cultura popular das áreas urbanas, suburbana e rural de todo o Brasil, a fim de informar os participantes do Encontro sobre suas dificuldades e perspectivas de trabalho, uma vez que a meta era a “elevação de nível cultural e desenvolvimento da consciência crítica do povo.” As discussões dessa Comissão ficaram centradas em sete subtemas, abordando a importância da atuação na zona rural, a questão da comunicabilidade, sobre quem realmente fazia e deveria fazer cultura popular, além de questões referentes à avaliação, ao trabalho com as organizações, aos grupos que dificultam os trabalhos por estarem ligados à estrutura governamental vigente e o problema do financiamento.

A Comissão B foi presidida por Roberto Freire, do Serviço Nacional do Teatro, e o relator foi Antonio Carlos Fontoura, do CPC/UNE.⁴ O primeiro ponto de seu relatório indica que “nos terrenos dos meios e técnicas de cultura popular, tudo ainda está por fazer”, levando em consideração que, na época, a sociedade brasileira estava dividida em classes e camadas com níveis de culturalização diferentes; a arte popular não podia ser uniformizada em relação a esses níveis. Foram discutidos no grupo os trabalhos relativos ao teatro, cinema, música popular, artes plásticas, rádio e televisão. Criou-se, dentro dessa Comissão, uma subcomissão que se dedicou exclusivamente à discussão das praças de cultura.

A terceira Comissão discutiu a Alfabetização e Cultura Popular, a Organização e os Problemas Didáticos. Uma de suas recomendações foi a de que os “movimentos de alfabetização, ao lado de sua ação específica, trabalhem para a formação da opinião pública no sentido de que seja estendido aos analfabetos o direito ao voto.”

A quarta e última Comissão apresentou relatório sobre a possibilidade de organização e manutenção dos movimentos de cultura popular em direção a uma integração nacional. O relatório foi elaborado pela Comissão Coordenadora, em consulta às comissões especiais, em cumprimento ao Parágrafo Único do artigo 11º do Regimento Interno. Nesse relatório, fica claro o posicionamento do grupo de que uma coordenação era imprescindível, porém os meios para efetivação dessas comissões deveriam ser sugeridos pelas próprias bases.

Na impossibilidade de realizar-se essa articulação durante o I Encontro, decidiu-se realizar posteriormente um seminário, a fim de deliberar por uma coordenação nacional de educação e cultura popular. Preliminarmente, cada Estado realizaria um encontro e, enviando três representantes para o seminário nacional, que teria como objetivo “o aprofundamento dos estudos realizados neste

4 Nos relatórios das outras comissões não estão indicados os respectivos presidentes e relatores.

Encontro e a formação de uma a coordenação nacional de todos os movimentos de cultura popular existente no Brasil.”⁵

O encerramento

No discurso de encerramento do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, o presidente do MCP de Pernambuco, Miguel Newtow Arraes Sobrinho, fala um pouco do espírito de unidade ativa e crítica que marcou o encontro. Diz ainda que essa unidade deve ser cada vez mais verdadeira e formal, pois “antes de se comunicar com o povo, é necessário que os movimentos de cultura popular comuniquem-se entre si e procurem, juntos, buscar o caminho de sua afirmação na realidade brasileira.”

Por sua vez, em seu discurso, lido por Luiz Alberto Gómez de Souza, o Ministro de Educação e Cultura, Paulo de Tarso, afirmava: “A política educacional não pode marginalizar-se escapando da verdadeira problemática do Brasil. Rotinas pedagógicas são estéreis numa sociedade que caminha para a libertação. O Brasil nos lança um desafio: temos de viver os problemas do nosso tempo, pois falarão no vazio aqueles que vivem na saudade do que acaba.”

O problema da coordenação nacional

Como desdobramento do I Encontro Nacional, foi convocado o I Seminário Nacional de Cultura Popular, realizado em fevereiro de 1964, na Universidade Rural, no km 47 da Rodovia Dutra. Para esse evento, havia sido acordado que cada Estado indicaria três representantes escolhidos pelos movimentos existentes.

Segundo Paiva, esse Seminário foi um evento menor “menos técnico e mais político”, dele resultando a criação da Comissão Nacional de Cultura Popular, cuja composição obedeceu aos acordos entre os grupos políticos presentes ao Seminário (PAIVA, 2003, p. 277).

A Comissão Nacional de Cultura Popular foi oficializada por uma Portaria do Ministro da Educação e Cultura e funcionou com certa regularidade nos primeiros meses de 1964. Sua criação e instalação foram simultâneas à elaboração e ao lançamento do Plano Nacional de Alfabetização, em final de 1963, início de 1964.

⁵ O resultado do trabalho das comissões, aprovados em assembleia foram convertidos em resoluções, divulgados em um *caderno da UNE* no início de 1964.

O PNA, em particular, segundo Paiva (1973), significou uma “recentralização das atividades de educação dos adultos no MEC, utilizando-se do método Paulo Freire e com preocupações com a promoção da cultura popular” (PAIVA, 2003, p. 278).

Devido à projeção nacional que vinha ganhando seu trabalho, Paulo Freire foi convidado, em julho de 1963, pelo Ministério da Educação e Cultura, para elaborar um Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil de sistema de alfabetização experimentado com sucesso em Angicos, visando alfabetizar cinco milhões de adultos, em dois anos (PAIVA, 2003).

O projeto nordestino recebeu verbas escassas e iniciou-se quando ocorreu a mudança de governo na cidade sede, Sergipe. Já o projeto da região sul, com sede no Rio, iniciou-se com abertura de inscrição para o curso de formação de coordenadores, em seguida, curso de treinamento de alfabetizadores. Os cursos funcionaram até 31 de março de 1964 e estava sendo organizada uma inauguração oficial do programa com a presença do Presidente da República para o dia 13 de maio daquele ano, porém “as atividades foram suspensas no dia 2 de abril de 1964 e o PNA extinto pelo decreto n. 53.886 do dia 14 do mesmo mês” (PAIVA, 2003, p. 286).

Considerações finais

Definir as especificidades da educação de jovens e adultos é um trabalho que necessita considerar a diversidade dessa modalidade, assim como as características e o contexto cultural dos grupos atendidos, para assim construir uma identidade própria que lhe permitirá uma educação de qualidade. O resgate, análise e compreensão dos movimentos do início dos anos de 1960 pode ser um relevante subsídio para a compreensão da EJA na atualidade, contribuindo para preencher as lacunas que ficaram desse período até a redemocratização do País.

O relatório final do evento de 1963 já apontava questões acerca das especificidades da EJA que são recorrentes hoje, como a necessidade da formação do educador. Conhecer os documentos, relatórios dos movimentos do início dos anos de 1960, ajuda-nos a entender que estratégias aqueles grupos utilizavam para desenvolver seus trabalhos.

Após a realização do I Encontro, os informes e as teses apresentados, as conclusões aprovadas e o cadastro das instituições participantes foram mimeografados e distribuídos pelo Projeto Editorial e de Imprensa do Movimento de Cultura Popular do Recife. Neste livro foram inseridos também documentos preparatórios do Encontro e alguns anexos, além de matérias jornalísticas sobre o evento.

A ordenação da documentação disponível em módulos visou a permitir melhor entendimento do Encontro. Observa-se ainda ter sido mantido o formato dos documentos, com alguns acertos, e feitas apenas correções ortográficas.

Esta publicação é um dos produtos do estágio de pós-doutorado realizado no primeiro semestre de 2006, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Osmar Fávero, com bolsa do CNPq.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, M. *Libertinagem & estrela da manhã*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- BEISIEGEL, C. de R. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. 2.ed. Brasília: Líber Livro, 2008.
- BRANDÃO, C. R. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Anteprojeto de temário*. Brasília: MEC, 1963a.
- _____. _____. *Documento de convocação e solicitação de relatórios do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*. Brasília: MEC, 1963b.
- CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. *O golpe na educação*. 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FÁVERO, O. *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. *Uma pedagogia da participação popular*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- _____. (Org.). *Educação popular, 1947-1966 (DVD)*. Niterói: Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- GÓES, M. de. Educação popular: campanha de pé do chão também se aprende a ler; Paulo Freire e movimentos sociais contemporâneos. In: ROSAS, P. (Org.). *Paulo Freire: educação e transformação social*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 108-130, mai./ago. 2000.
- Memorial*: MCP 26 anos. Recife: Movimento de Cultura Popular/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.

PAIVA, V. P. *História da educação popular no Brasil: **educação** popular e educação **de adultos***; contribuição a história da educação brasileira. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

ROSAS, P. (Org.). *Paulo Freire: educação e transformação social*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

RIBEIRO, V. M. (Org.). *Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental, v. 1*. São Paulo: Ação Educativa, MEC, 1997.

SCOCUGLIA, A. C. *Do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. São Paulo: Cortez, 2001.

Antecedentes

PROPOSTA INICIAL DO MCP

No interesse de uma maior aproximação e mais efetivo intercâmbio entre as pessoas e entidades que, no Brasil, têm dedicado esforços ou demonstrado interesse pelo problema da educação e da cultura brasileira, reconhecendo a ingente tarefa de prover o povo com os instrumentos necessários à elevação do nível cultural, o Movimento de Cultura Popular, do Recife, resolve promover o I Encontro Nacional de Cultura Popular (I ENCP), para cuja realização estabelece o seguinte regulamento:

1. Objetivos

- . Avaliação das condições atuais de educação e cultura.
- . Exame das perspectivas criadas, no século XX, para a educação e a cultura.
- . Divulgação dos métodos e técnicas atuais de elevação do nível cultural do povo.
- . Estudo dos experimentos atuais de elevação cultural do povo.

2. Sedes

O I Encontro Nacional de Cultura Popular terá caráter itinerante, tendo como sedes as seguintes capitais do país: Recife - Rio de Janeiro - Brasília - São Paulo.

3. Participação

Serão participantes do I ENCP educadores, sociólogos, economistas, professores universitários, artistas, homens públicos, estudantes, operários, enfim, todas as pessoas e entidades interessadas em educação e cultura popular.

§ único - O I ENCP reunirá a experiência e a colaboração de cada um de seus participantes, no sentido de bem atingir seus objetivos, entre os quais será dada atenção especial à difusão e ao estudo das experiências no campo da educação popular e alfabetização.

4. Época de Realização

O I ENCP será realizado no mês de setembro de 1961.

5. Temário

O temário do I ENCP terá como base os seguintes assuntos:

- 5.1. Perspectivas atuais da Educação e Cultura no Brasil;
- 5.1. Educação e Cultura para o Século XX;
- 5.2. Novos métodos e técnicas de elevação do nível cultural do povo;
- 5.3. O problema do analfabetismo;
- 5.4. Educação e Cultura em áreas subdesenvolvidas: a experiência do Movimento de Cultura Popular, no Recife;
- 5.5. Educação e Cultura em área desenvolvida: a experiência de *Peuple et Culture*, na França.

§ 1 - Assuntos correlatos poderão ser incluídos como objeto de estudos e debates do I ENCP.

§ 2 - O MCP, em sua sede, no Recife, receberá, até fins de junho de 1962, comunicações sobre os temas deste Encontro, que enfeixarão a obra a ser publicada antes do II Encontro Nacional de Cultura Popular.

§ 3 - Os temas propostos poderão ser, também, objeto de mesas redondas, seminários, painéis, conferências, em cada uma das sedes do Encontro, de acordo com as possibilidades e prioridades locais.

6. Organização

O I ENCP será organizado, em cada uma de suas sedes, por uma ou mais entidades participantes, a quem caberá tomar todas as providências necessárias para o bom êxito e rendimento do conclave, tais como: fixar lugar e horário para as reuniões, indicar conferencistas, convidar autoridades, pessoas, entidades locais etc.

§ 1 - Para sua coordenação nacional o I ENCP terá uma Secretaria Executiva, para cujo funcionamento o Movimento de Cultura Popular do Recife lhe fornecerá todos os elementos necessários.

§ 2 - O I ENCP receberá sugestões das entidades organizadoras de cada uma das sedes no que se refere à data e ao local do II ENCP.

Recife, agosto de 1961.

CONVOCAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE RELATÓRIOS

I ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

Recife, 15 a 21 de setembro de 1963

Considerando a emergência e o desdobramento dos inúmeros movimentos de Alfabetização e Cultura Popular em todo o Brasil e, por isso mesmo, a necessidade cada vez mais evidenciada de se promover um encontro de âmbito nacional, em que tornasse possível o conhecimento mútuo, a discussão, a aglutinação e o incentivo àquelas experiências já em andamento, resolveu o Ministério da Educação e Cultura convocar o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular.

Patrocinam o Encontro a Secretaria de Educação e o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, a União Nacional de Estudantes, o Movimento de Educação de Base, o Instituto de Cultura Popular de Goiás e a Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul.

Terá lugar este encontro em Recife, Pernambuco, entre os dias 15 a 21 de setembro próximo, com a presença de representantes dos vários Movimentos de Alfabetização e Cultura Popular atuantes em todo o território nacional, assim como de intelectuais especialmente convidados.

Sistematizando os objetivos do Encontro, chegou-se à elaboração de um ante projeto de Temário, cujo desenvolvimento se encontra em folha anexa.

Observamos que os sub-itens de 3.1 a 3.7 e o item 4 serão desenvolvidos posteriormente. Solicitamos urgentemente sugestões.

Esperando poder contar com a efetiva participação deste movimento, deseja a Comissão Coordenadora solicitar, antes de mais nada, lhe sejam encaminhados, com a devida antecedência, trabalhos (teses, comunicações e todo o material disponível) relativos aos assuntos constantes no Temário, assim como um relatório minucioso da organização e das atividades postas

em prática pelo mesmo. A respeito do relatório, convém ainda salientar que, visando a uma maior sistematização, elaborou a Comissão um roteiro básico de itens que nele devem ser abordados detalhadamente.

Constituirão tais relatórios, por certo, subsídios valiosíssimos para o encaminhamento e as conclusões dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Encontro.

Roteiro para o relatório

Desse roteiro constam apenas os itens que a Comissão Coordenadora considerou imprescindível conhecer para o recolhimento de dados pertinentes aos diversos temas que serão tratados no decorrer do Encontro. Os relatórios de cada entidade deverão se deter, com o maior número de detalhes possível, pelo menos nos itens em seguida relacionados, podendo, quando for o caso, abordar outros assuntos porventura ausentes do roteiro, mas ligados aos objetivos e âmbito do Encontro. Por outro lado, solicita a Comissão Coordenadora a remessa, junto ao relatório, de todo aquele material que permita uma visão mais aprofundada de cada um dos Movimentos de Alfabetização e Cultura Popular em nosso país.

I. Criação / Objetivos / Organização

- 1) nome
- 2) localização
- 3) âmbito (social e geográfico) de ação
- 4) data de fundação
- 5) motivos que deram origem à criação
- 6) objetivos gerais a que se propõe (a curto e longo prazo)
- 7) constituição jurídica / estatutos (anexar)
- 8) organização interna

9) funcionamento prático da organização (anexar um organograma)

10) atual diretoria

II. Recursos Humanos / Materiais / Financeiros

1) número de pessoas diretamente atuantes no trabalho do movimento

2) critérios utilizados para arregimentação de pessoal

3) há preocupação com a formação de quadros? Como se manifesta essa preocupação?

4) com elementos de que grupos sociais são formados os quadros?

5) há trabalhos realizados por profissionais?

6) há trabalhos feitos por voluntários? Conta com quantos voluntários?

7) qual dos dois tem sido mais proveitoso e eficiente: o trabalho profissional ou o voluntário?

8) dispõe de sede própria? Com que recursos foi montada e é mantida?

9) dispõe de equipamento técnico apropriado para as diversas atividades realizadas? Relacione o equipamento e suas finalidades. Como foi obtido?

10) tem recebido auxílios financeiros? Quanto? Regularmente? De entidades públicas? De organizações privadas? Ou doações individuais?

11) mantém convênios com outras entidades?

12) de que recursos financeiros dispõe no momento?

13) pôde realizar satisfatoriamente as atividades programadas com os recursos humanos materiais e financeiros de que dispôs?

14) o que julgaria necessário, no que se refere a recursos humanos, materiais e financeiros, para incrementar e aprofundar a sua atuação?

III. Atividades Realizadas e em Desenvolvimento

1. a. em que grupos sociais atua o movimento?
 - b. quais as razões para a escolha desse(s) grupo(s)?
 - c. que reações e transformações já se tem observado pela ação do movimento?

2. há alguma atividade a que se dedique preferencialmente? Qual? Por que motivos?

3. desenvolve atividades no campo da alfabetização?
 - a. em que grupos sociais se atua com a alfabetização?
 - b. em que raio de ação?
 - c. a alfabetização se restringe a adultos? A crianças? Ou há uma dedicação a ambos? Por quê?
 - d. quantos já foram alfabetizados? Em quanto tempo?
 - e. que recursos foram utilizados? (humanos / materiais / técnicos / financeiros)
 - f. como foram formados os quadros? Voluntários ou profissionais?
 - g. tem cartilha própria? Como foi elaborada e impressa?
 - h. quais as características dos métodos técnicos empregados na alfabetização?
 - i. a que conclusões permitiu chegar a prática de alfabetização?
 - j. que dificuldades foram e têm sido enfrentadas, sob todos os aspectos?
 - k. que atividades são postas em prática para complementar e aprofundar o trabalho da alfabetização?
 - l. têm sido empregados, durante e após a alfabetização, os instrumentos fornecidos pelas atividades nos diversos setores da Cultura Popular?
 - m. a que grupos sociais pertencem os alfabetizadores?

- n. quais os tipos de cursos criados para formar os quadros?
 - o. utiliza outras entidades? (clubes, associações de bairro, sindicatos, entidades estudantis etc.)
4. desenvolve atividades no campo da Cultura Popular?
- a. quais os objetivos pretendidos?
 - b. com que recursos tem contado? (humanos / materiais / financeiros)
 - c. quais os setores de atuação? (teatro / música / cinema / televisão / rádio / imprensa / livros / artes plásticas e outros)
- OBS: relatar, pormenorizadamente, as atividades realizadas em cada um dos referidos setores e anexar o material disponível
- d. em que grupos sociais se efetiva a ação? Por quê?
 - e. quais os resultados já alcançados?
5. tem atuado em conjunto com outras entidades? Por quê?
6. tem havido preocupação com a divulgação e a propaganda das atividades do movimento?
- a. como se realiza a propaganda e a divulgação?
 - b. com que recursos?
 - c. é feita por profissionais ou amadores?
 - d. tem alcançado resultados positivos?
 - e. a que setores da atividade se dedica a propaganda e a que setores se dirige?

IV. Planejamento para ação futura

- 1) o que planejou realizar (a curto e a longo prazo)
- 2) os propósitos e motivos determinantes do planejamento

- 3) de que recursos dispõe para a efetivação do planejamento, nos prazos previstos? São suficientes? (do ponto de vista humano, material-técnico e financeiro)
- 4) que recursos prevê necessários para a realização global do planejamento?
5. Que sugestões práticas indicaria para uma aglutinação maior dos Movimentos de Alfabetização e Cultura Popular em todo o país? Julga conveniente essa aglutinação e coordenação? Por quê?

Solicitamos urgência na resposta.

Endereço: Comissão Executiva do I Encontro Nacional de Alfabetização

MEC - sala 1106

Rio de Janeiro - Guanabara

Pedimos, ainda, que nos indique a possibilidade de participação no Encontro e com quantos delegados.

ANTEPROJETO DE TEMÁRIO DO I ENCONTRO DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

Convocado pelo Ministério da Educação e Cultura
Recife, 15 a 21 de setembro de 1963

1. O que é Cultura Popular hoje no Brasil.
 - 1.1. Como tem sido feita, que objetivos tem, sua situação atual.
 - 1.2. Perspectivas de ação da Cultura Popular:
 - 1.2.1. a longo prazo
 - 1.2.2. a curto prazo
 - 1.2.3. possibilidades atuais de ação da Cultura Popular.

2. Atuação dos movimentos de Cultura Popular e Alfabetização nas diferentes zonas, regiões e grupos sociais:
 - 2.1. modo de atuação na zona urbana e suburbana
 - 2.2. modo de atuação na zona rural.

3. Meios e técnicas de comunicação do trabalho de Cultura Popular, seu desenvolvimento e aplicação:
 - 3.1. teatro
 - 3.2. cinema
 - 3.3. rádio e TV
 - 3.4. imprensa, livros, folhetos
 - 3.5. música popular
 - 3.6. artes plásticas
 - 3.7. técnica de propaganda e divulgação.

4. Alfabetização.
5. Organização e manutenção dos movimentos de Cultura Popular e a possibilidade de sua integração nacional:
 - 5.1. organização interna dos diferentes Movimentos e sua manutenção
 - 5.2. como integrá-los nacionalmente.

Obs: os subitens 3.1 a 3.7 e o item 4 serão desenvolvidos posteriormente. Solicitamos o envio de sugestões.

A Comissão Executiva

I ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

Data - 15 a 21 de setembro de 1963

Local - Teatro do Parque

Anteprojeto de Calendário

- Dia 15 - 19:00h - Coquetel e lançamento do livro de Luiz Marinho "A Incelença"
- Dia 16 - 9:00h - Sessão Preparatória - Discussão do Regimento Interno e Calendário
11:00h - Plenário - Informes
15:00h - Plenário - Informes
20:00h - Plenário - Informes
- Dia 17 - 9:00h - Reunião das Comissões
20:00h - Noite folclórica no Sítio Trindade
- Dia 18 - 9:00h - Reuniões das Comissões
- Dia 19 - manhã - Livre
15:00h - Apresentação de relatórios das Comissões em Plenário
- Dia 20 - 9:00h - Apresentação de relatórios das Comissões em Plenário
- Dia 21 - 9:00h - Resoluções Finais
20:00h - Encerramento solene

I ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

15 a 21 de Setembro - Recife

ANTEPROJETO DO REGIMENTO INTERNO

Título I - Patrocínio e Objetivos

1. O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular é convocado pelo Ministério da Educação e Cultura e patrocinado pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, Movimento de Educação de Base, Instituto de Cultura Popular de Goiás, Divisão de Cultura da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul e União Nacional dos Estudantes.

2. O I Encontro Nacional de Cultura Popular tem por objetivo propiciar o intercâmbio de Experiência de todos os movimentos de Alfabetização de Adultos e Cultura Popular. Procurará, também, estudar a viabilidade de que tais movimentos se coordenem nacionalmente.

Título II - Participação

3. Participam do Encontro organizações, entidades e grupos de pessoas que trabalham em Alfabetização de Adultos e Cultura Popular, bem como organizações, entidades e pessoas convidadas pela Coordenação Nacional do Encontro.

§Único - Cada organização, entidade ou grupo de pessoas constituirá uma delegação.

Título III - Organização Interna

Capítulo I - Tipos de reuniões

4. O Encontro realizará 2 (dois) tipos de reuniões: plenários e de comissões.

§Único - As reuniões plenárias poderão ser de 2 (dois) tipos: as solenes e as ordinárias. As solenes serão de abertura e encerramento.

5. As mesas que presidirão as sessões solenes serão compostas pela Comissão Coordenadora Nacional e por pessoas que a mesma convidar.

6. As mesas que presidirão as plenárias ordinárias serão compostas por membros da Comissão Coordenadora Nacional.

§Único - A mesa que presidirá as sessões plenárias ordinárias será composta de Presidente e três Vice-presidentes.

7. As sessões de comissões serão presididas por uma mesa eleita pelos componentes das mesmas.

§1º - Esta eleição será presidida por membro da Comissão Coordenadora.

§2º - A mesa do item anterior será composta de Presidente e Relator.

Capítulo II - Das reuniões

8. A primeira reunião plenária será destinada à discussão do regimento interno do calendário.

9. A segunda sessão plenária ordinária aos informes das delegações.

10. As demais sessões plenárias serão destinadas à apresentação e discussão de relatórios oriundos das comissões.

11. Haverá um relatório especial elaborado pela Comissão Coordenadora referente ao último item do temário.

§ Único - Tal relatório deverá ser elaborado após a Comissão Coordenadora discutir o assunto do item com os delegados reunidos nas comissões.

12. A mesa abrirá inscrição para constituição das Comissões após a abertura da segunda sessão plenária ordinária e encerrará no final desta.

§Único - As sessões plenárias poderão ser prorrogadas uma única vez a critério do Plenário.

Capítulo III - Da Qualificação dos Delegados; do Direito de Voz e Voto.

13. Existem três (3) tipos de delegados: os plenos, os convidados e os observadores.

§1º. São plenos aqueles pertencentes às organizações, entidades e grupos de pessoas convidadas pela Comissão Coordenadora Nacional e credenciados neste encontro por ela.

§2º. São convidados aquelas pessoas que, não pertencendo à categoria anterior, têm sua presença no encontro por solicitação direta da Comissão Coordenadora Nacional.

§3º. Os demais são observadores, desde que credenciados como tais.

14. Os delegados plenos terão direito a voz e ao voto nas comissões. Nas sessões plenárias os votos serão computados por organizações, entidades e grupos de pessoas credenciadas.

§1º. Cada organização, entidade ou grupo de pessoas terá direito a um voto em sessão plenária.

§2º. Os convidados terão direito à voz.

§3º. Os observadores terão direito à voz nas comissões a critério da voz.

15. Cada organização, entidade ou grupo de pessoas credenciadas terá direito a falar por quinze minutos, prorrogáveis por mais cinco, a critério do plenário.

§Único - Não haverá cessão de tempo nas sessões plenárias.

16. Não serão permitidos apartes aos informes nem aos relatórios.

17. Os informes especiais deverão ser solicitados à mesa que decidirá sobre o assunto.

Capítulo IV - Das Votações

18. As votações poderão ser simbólicas ou nominais.

19. Durante a votação não serão permitidas quaisquer interrupções.

20. Poderá haver um encaminhamento de votação a fazer e outro contra, sendo que não havendo este não haverá aquele.

§Único - O tempo do orador será de cinco minutos improrrogáveis.

21. As propostas deverão ser encaminhadas à mesa por escrito.

22. O quorum para deliberação do plenário será de 1/3 de total de delegados credenciados.

23. As propostas que obtiverem maioria simples serão consideradas como aprovadas.

§Único - Qualquer mudança deste Regimento será considerada como aprovada se obtiver dois terços de votos dos delegados credenciados.

24. Os casos omissos serão decididos pela mesa "ad referendum" do plenário.

Aos Delegados do I° Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

A Comissão Coordenadora Nacional deste encontro, a fim de auxiliar o melhor processamento do mesmo, esclarece o seguinte:

1°) Os informes para a 2° sessão plenária deverão ser feitos para um tempo máximo de quinze (15) minutos. Os mesmos deverão ser objetivos, procurando-se evitar, na medida do possível, colocações excessivamente teóricas. Os informes deverão dar uma visão panorâmica de todos os itens do plenário.

2°) As teses ou as intervenções que tratem de questões mais aprofundadas deverão ser apresentadas nas Comissões respectivas.

Como não serão permitidos apartes aos informes e relatórios, aconselhamos aos delegados a anotarem as questões que mais lhes interessem e colocar as mesmas em debate nas Comissões.

3°) A abertura das inscrições para as Comissões será feita no início dos trabalhos da segunda sessão plenária e encerrada no final dela.

4°) Para melhor esclarecimento, lembramos que todas as questões de ordem feitas à mesa deverão citar o artigo do Regimento Interno. Os apartes deverão ser, inicialmente, solicitados ao orador e, somente após a concordância do mesmo, poderá ser concretizado.

5°) Os regimes de urgências deverão ser feitos por escrito e com a assinatura de, no mínimo, dez (10) organizações credenciadas.

BOLETIM

I ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

O Brasil se encontra entre os países que apresentam índice superior a 50% de analfabetos para a população maior de 15 anos. Isto significa que mais de 35 milhões de brasileiros são analfabetos ou semi-analfabetos. Numa tentativa de integrar ativamente o povo na criação de uma cultura que se coloque como instrumento de afirmação e libertação nacional, surgiram centenas de Movimentos e Organizações.

Com o objetivo de, entre outras coisas, coordenar as atividades dessas entidades para a Campanha Nacional de Alfabetização, o Ministério de Educação, convocou o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, que terá lugar em Recife, entre 15 e 21 de setembro e será realizado no Ginásio do SESC, em Santo Amaro.

O Encontro tem o patrocínio da Secretaria de Educação e Cultura, do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, da União Nacional dos Estudantes, do Movimento de Educação de Base, do Instituto de Cultura Popular de Goiás, da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Dele participarão todos os movimentos de cultura popular e as campanhas de alfabetização de adultos do país, analisando os meios imediatos que possibilitem a participação, cada vez maior, do povo no processo da cultura.

O temário versará sobre: o que é cultura popular, como tem sido feita, que objetivos tem, sua situação atual; perspectiva de ação da mesma, nas diferentes zonas, com os diferentes grupos sociais; os meios técnicos empregados para o seu desenvolvimento e aplicação, e a sua integração, nacionalmente.

Como preparação do Encontro, os representantes dos vários Estados do Nordeste vão se reunir nos dias 13 e 14 (mês) para um Encontro regional, onde serão discutidos os problemas específicos da região, no que se refere à cultura popular.

A Comissão Organizadora espera, portanto, a participação no referido conclave, de todas as entidades estudantis e sindicais, associações de bairros, departamentos culturais de organismos públicos e particulares, interessados e do povo em geral, pois só assim, efetivamente, sob a fiscalização do povo, o Encontro atingirá seus objetivos.

Relatórios e
Informes

MCP: PLANO DE AÇÃO PARA 1963

Como prefeito de Recife, tive oportunidade de, juntamente com homens de todas as tendências religiosas e políticas, iniciar um movimento que iria levar ao povo uma nova atitude, que não era aquela dos intelectuais encastelados e dos estudantes que estudam para fora do Brasil e não para dentro de nossa realidade, nem dos que se consideram donos do povo, mas daqueles que aprendem com o povo o que os doutores não sabem: a ciência do sofrimento da vida.

Governador Miguel Arraes de Alencar

Trecho do discurso pronunciado na sessão solene de instalação do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

INTRODUÇÃO

Em maio de 1960, o então prefeito Miguel Arraes promoveu, apoiado em setores progressistas da intelectualidade e nos estudantes, a fundação do Movimento de Cultura Popular. Juridicamente, nascia o MCP como uma sociedade civil autônoma.

Suas atividades iniciais se orientaram, fundamentalmente, no sentido de conscientizar as massas através da alfabetização e da educação de base. A realidade de um Estado com enorme índice de analfabetismo exigia esforços urgentes a fim de incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife, dotando-os de uma nova consciência.

Com o tempo, foi o MCP diversificando seu campo de ação e novos tipos de contato com a massa se foram forjando: teatro, núcleos de cultura popular, meios informais de educação, canto, música e dança popular, artes plásticas e artesanato, etc. Nesses três anos, uma rica soma de experiências e ensinamentos foi acumulada. Mas, com o crescimento acelerado e com a ampliação do Movimento, foi sentida a necessidade de dar um balanço a respeito dos resultados positivos e dos negativos registrados e de apreciar, criticamente, as falhas existentes em nosso trabalho. Tais falhas, no essencial, se originavam da ausência de um planejamento global e realista, em que fossem examinados a linha diretora, as diretrizes gerais, os meios, os procedimentos, o caráter das atividades para um determinado período de tempo e as linhas de ação para cada projeto.

Este documento surgiu, assim, para dar condições ao MCP de desempenhar com êxito as novas tarefas que precisa enfrentar, corrigindo as distorções que entravavam sua expansão ordenada. É um instrumento básico e indispensável para que o MCP inicie uma fase superior de sua ação pela cultura popular.

Os recursos, de que trata o presente documento, distribuídos pelos diversos projetos, não correspondem à disponibilidade atual do MCP, mas sim à previsão para o seu desenvolvimento na capital e no interior do Estado.

Acreditamos que o Plano de Ação para 1963, embora se ajustando às condições específicas de Pernambuco, pode servir de valioso subsídio às organizações de cultura popular presentes neste Encontro, que tem como um dos seus principais objetivos a troca de experiências.

I - DIAGNÓSTICO

1. Um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos setores de elite. Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife e, logo depois, em todo o

Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas no resto do país, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular. Em Recife e a seguir em Pernambuco, as forças populares e democráticas lograram se fazer representar nos postos-chave do governo e da administração. A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos. Tal fato é praticamente inexistente no resto do país, onde via de regra, os movimentos de cultura popular encontram, como condições adversas à sua existência e ao seu funcionamento, a hostilidade do poder público e a ausência de dotações orçamentárias para fins de cultura popular.

2. O movimento popular gera o movimento de cultura popular. O movimento popular, ao atingir determinada etapa de seu processo de desenvolvimento, experimenta a necessidade de liquidar certos entraves de ordem cultural que se apresentam como barreiras características daquela etapa, obstaculizando a passagem para a etapa seguinte. A superação de tais dificuldades se apresenta assim como condição para o prosseguimento do processo.

3. O movimento popular não gera um movimento cultural qualquer. Gera, precisamente, um movimento de cultura popular. Os interesses culturais do movimento popular têm, portanto, um caráter específico: exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltadas para as massas e destinadas a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar o movimento popular.

4. A demanda por uma consciência popular adequada ao real e possuída pelo projeto de transformá-lo é característica do movimento popular porque este se assenta nas três seguintes pressuposições:

- a) Só o povo pode resolver os problemas populares;
- b) Tais problemas se apresentam como uma totalidade de efeitos que não pode ser corrigida senão pela supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes;

- c) O instrumento que efetua a transformação projetada é a luta política, guiada por idéias que representam adequadamente a realidade objetiva.

II - LINHA DIRETORA

1. Qualquer movimento de cultura popular deve ter como diretriz suprema orientadora do conjunto de suas atividades a deliberação de se incorporar ao esforço comum desenvolvido pelo movimento popular na luta pela consecução de seus objetivos próprios.

2. Esse propósito primordial se expressa, essencialmente, no projeto de transformação das condições culturais em que tem se desenvolvido o movimento popular, o que se verifica na medida em que aquelas condições deixam de ser adversas e passam a ser francamente favoráveis ao avanço do movimento popular.

3. A presente linha diretora define o movimento de cultura popular como elemento dinâmico integrante da totalidade formada pelo movimento popular e investido da função específica de criar as condições culturais necessárias à intensificação do processo de desenvolvimento do movimento popular em seu conjunto.

4. A partir dessa perspectiva, o movimento de cultura popular desempenha papel de poderoso auxiliar na solução dos problemas culturais com que se defrontam as massas em luta por obter o atendimento de suas aspirações culturais e extraculturais. Assim situado, o movimento de cultura popular encontra-se em posição de discernir as diretrizes parciais, desejáveis a partir de sua linha diretora, e com ela compatíveis tanto por seu conteúdo, quanto por sua hierarquia.

III - DIRETRIZES GERAIS

1. As diretrizes gerais que realizam a linha diretora estabelecida são propostas a partir da constatação dos seguintes vazios culturais:

- a) Deficiências culturais experimentadas em caráter geral pelo movimento popular e que impedem sua expansão e aprofundamento;

- b) Deficiências culturais diretamente experimentadas no interior das organizações por meio das quais o movimento popular atua;
- c) Deficiências dos investimentos culturais realizados pelo poder público em apoio ao movimento popular.

2. O presente plano estabelece como prioritárias as seguintes diretrizes:

- a) Fornecimento dos meios absolutamente indispensáveis à formação e ao exercício da consciência social capaz de compreensão adequada das condições de vida a que se encontram submetidas as massas populares;
- b) Desenvolvimento da consciência popular no sentido de aprofundar sua compreensão teórica da realidade social e da necessidade prática de sua transformação;
- c) Desenvolvimento da vida cultural das organizações populares no sentido de incrementar suas atividades culturais internas e suas manifestações culturais voltadas para a comunidade;
- d) Elevação do sentido social das manifestações culturais comunitárias de caráter tradicional;
- e) Transformação, de negativa em positiva, da relação entre meios indiretos e meios diretos, adotados pelo presente plano para a concretização de suas diretrizes.

IV - MEIOS

1. Para o movimento de cultura popular alcançar êxito na concretização de suas diretrizes gerais precisa utilizar, concomitantemente, tanto os meios voltados para dentro de si mesmo quanto aqueles que se dirigem à comunidade. Não obstante, em função das características de que se deve revestir um movimento de cultura popular que já alcançou níveis de relativo desenvolvimento interno, o prosseguimento da expansão deve ser obtido especialmente através da utilização dos meios indiretos de ação os quais permitem a multiplicação das

atividades em escala geométrica uma vez que mobilizam no povo e em suas organizações o potencial de trabalho e de criação existente, mas inaproveitado.

2. Os meios voltados para dentro a utilizar são os seguintes:

- 2.1. Desenvolver atividades de formação e aperfeiçoamento cultural e profissional dos quadros do próprio movimento.
- 2.2. Formalizar e pôr em funcionamento um regime estatutário que assegure:
 - a) Autonomia de decisão, em suas esferas respectivas, aos órgãos executivos e deliberativos;
 - b) Poder de soberania à assembléia geral dos membros;
 - c) Representação popular no planejamento, na divisão, no controle e na correção das atividades do movimento, fixando-se nesse sentido a responsabilidade do movimento para com a comunidade e a da comunidade para com o destino do movimento.
- 2.3. Estabelecimento de normas que determinem a forma colegiada de atuação tanto para as direções superiores quanto para as setoriais;
- 2.4. Estabelecimento de normas que conduzam as direções à prática de subordinar suas decisões a prévias consultas às bases;
- 2.5. Estabelecimento de normas que conduzam os projetos a funcionar articulados entre si e em regime de permanente ajuda mútua;
- 2.6. Empreender a reorganização administrativa necessária a que seja assegurado rigoroso controle contábil do recebimento e aplicação de recursos, assim como a inspeção do curso das atividades.

3. Os meios voltados para fora inserem-se no âmbito geral demarcado pela vida cultural da comunidade. Dentro desses limites genéricos devem ser focalizados aqueles setores culturais que se apresentam mais especificamente como

campo de atuação e florescimento da cultura popular. Dentro desse quadro são os seguintes os meios voltados para fora a serem utilizados:

3.1. Meios diretos:

- a) Desenvolver atividades formativas incidentes sobre os seguintes níveis da experiência humana:
 - intelectual
 - profissional
 - político
 - artístico
 - social
 - recreativo
 - esportivo
 - organizativo
- b) Desenvolver atividades informativas que interessem e motivem a comunidade nas atividades desenvolvidas pelo movimento.

3.2. Meios indiretos:

- a) Criar, nas organizações integrantes do movimento popular, núcleos de cultura popular constituídos e ativados pelos próprios membros dessas organizações;
- b) Desenvolver atividades capazes de articular aspirações culturais não organizadas que estão na origem de futuros grupos de ação cultural popular;
- c) Assessorar técnica, cultural e materialmente os núcleos culturais populares autogeridos;
- d) Elevar cada atividade à condição de campanha, criando para tanto os incentivos necessários a que as forças populares assumam como suas as iniciativas particulares geradas originalmente no interior do movimento;

- e) Aprofundar o caráter popular das campanhas de iniciativa governamental;
- f) Generalizar, para todos, as iniciativas partidas de um ou poucos grupos populares.

V - PROCEDIMENTOS

1. Para que as relações entre a direção do movimento e suas bases e as relações entre o movimento como um todo e as massas populares transcorram de modo ordenado aos fins da cultura popular é necessário que sejam adotados certos procedimentos capazes de impedir que os diferentes focos de interesse se constituam em obstáculos à cooperação, ao entendimento e à profundidade do trabalho a ser executado. Tais procedimentos, que são maneiras adequadas de se aplicar os meios, devem ser observados tanto na ordem interna, quanto na ordem externa.

2. Procedimentos internos:

- 2.1. Criar as condições necessárias ao fluxo e refluxo democrático entre os escalões dirigentes e as bases.
- 2.2. Criar as condições necessárias ao fluxo e refluxo horizontal que impede a formação de quistos verticalmente organizados.
- 2.3. Criar as condições de abertura para a comunidade que facilitem o acesso à organização a pessoa e idéia exteriores, especialmente grupos que refletem opinião popular estruturada.
- 2.4. Submeter a aplicação do plano de ação a um permanente processo de correção, na prática, das incompatibilidades inevitáveis no nível da ação planejadora, por isso que impostas por situações de fato constituídas em períodos anteriores e não suscetíveis de correções bruscas ou a curto prazo.
- 2.5. Assimilar criticamente as experiências geradas pela prática diferenciada dos movimentos de cultura popular em ação nas diversas regiões do país.
- 2.6. Guardar a unidade indissolúvel entre o planejamento, a execução, o controle e a revisão, sem que o movimento tenda a perder o sentido unitário e as oportunidades dinâmicas de renovação de valores.

2.7. Submeter cada setor às exigências do trabalho na base de planos que especifiquem as tarefas a executar, os custos, os recursos financeiros e sua distribuição cronogramada no tempo.

3. Procedimentos externos:

3.1. Condicionar o assistencialismo à conscientização, subordinando cada uma das atividades ao ponto de equilíbrio entre as aspirações imediatas vivamente experimentadas pelo povo e os superiores propósitos assumidos pelo movimento.

3.2. Acrescentar às atividades autônomas do movimento o caráter de indutoras de atividades similares por parte das organizações populares.

3.3. Estender as conquistas da vanguarda cultural ao nível das massas populares e elevar as manifestações culturais populares ao nível da vanguarda cultural.

3.4. Apoiar-se nas iniciativas do governo e das organizações sociais para aumentar a eficácia da ação cultural do movimento.

3.5. Interessar o povo em geral e as organizações governamentais e sociais em particular no desenvolvimento material e cultural do movimento.

VI - CARÁTER DAS ATIVIDADES PARA 1963

1. O caráter das atividades do movimento de cultura popular para 1963 é determinado em primeiro lugar pela exigüidade dos recursos, tanto humanos quanto financeiros, postos à sua disposição no início do período, o que levou ao estabelecimento de uma estreita faixa de prioridades.

2. Uma segunda limitação, impeditiva da plena realização das atividades em princípio desejáveis, decorre das distorções estruturais ocorridas ao longo do processo de desenvolvimento não planejado do movimento de cultura popular, distorções que, sendo incorrigíveis a curto prazo, implicam em manifesta incompatibilidade entre determinadas metas setoriais e as diretrizes gerais que devem nortear o movimento nas atuais circunstâncias.

3. A terceira das condições que determinam o caráter específico das atividades planejadas para 1963 decorre do crescimento artificial verificado em alguns setores em períodos passados, não tendo sido guardada nesses setores a necessária compatibilidade entre a propensão para o crescimento e a necessidade de distribuição equilibrada dos recursos materiais e humanos dentro do conjunto da organização.

4. A partir desse quadro, as atividades planejadas para 1963 apresentam um caráter heterogêneo, ambíguo e, não raro, contraditório, marcado pela coexistência de tendências operando no sentido de modelar um novo surto de atividades condizentes com os propósitos da organização, lado o lado com tendências que atuam no sentido de manter a organização em desacordo com suas finalidades.

5. As atividades de 1963 deverão assumir preferentemente o caráter inovador que resultaria do lançamento de frente de trabalho apto a sintetizar na mesma unidade o esforço do movimento popular com o esforço do movimento de cultura popular. Tais frentes se resumem naquelas atividades capazes de suscitar a energia criadora intrínseca às massas populares e às suas organizações. Nesse caso, encontram-se os modos de ação que transcendem a característica de mera doação de bens culturais produzidos internamente pelo movimento, e, a seguir, oferecidos à comunidade como produtos acabados em relação aos quais só cabe o ato de consumo.

6. As atividades que merecem predominar no período de 1963 devem assim se caracterizar:

- a) Pela oferta de assessoramento a esforços criadores da cultura desenvolvidos pelos núcleos de cultura das próprias organizações populares;
- b) Pela aplicação das várias modalidades de incentivos ao surgimento, ao florescimento e à multiplicação de tais fontes produtoras de cultura popular;
- c) Pela criação de mecanismos de estímulos e de coordenação capazes de criar interdependências e ajudas mútuas entre as diversas organizações nos seus diversos níveis de existência social, facilitando desse modo que as deficiências de umas sejam completadas pelas potencialidades de outras e permitindo,

em última análise, que as mais atrasadas encontrem condições favoráveis para ascender ao nível das mais adiantadas.

VII - LINHAS DE AÇÃO

1. Os objetivos gerais e as atividades para 1963 se concentram nas linhas de ação que serão, subseqüentemente, concretizadas na forma de projetos específicos. As linhas de ação a serem desenvolvidas em 1963 são as seguintes:

Núcleos de cultura popular
Meios informais de educação
Alfabetização e educação de base
Editorial e imprensa
Teatro
Cinema
Esporte
Artes plásticas e artesanato
Dança, canto e música popular
Ensino elementar
Pesquisas
Administração

2. Projeto de Núcleos de Cultura Popular

2.1. Objetivos:

- a) Fornecer às organizações populares os elementos de cultura popular capazes de incrementar suas atividades culturais internas e suas manifestações culturais junto à comunidade;
- b) Auxiliar as organizações populares a se expandirem e a se aprofundarem entre todas as camadas do povo, assim como a serem patrocinadoras do surgimento de novas organizações, idênticas ou de tipo e objetivos distintos;
- c) Desenvolver a consciência do povo através da criação ou da expansão de departamentos culturais nas organizações populares, no sentido

de aprofundar a compreensão da problemática brasileira e da necessidade de transformações radicais nas estruturas econômicas, sociais e políticas por meio das ações de massas;

- d) Auxiliar as organizações populares e setores diversos do povo a formularem suas plataformas reivindicatórias no quadro geral da problemática econômica, social e política brasileira e nordestina.

2.2. Meios e procedimentos:

- a) Serviços de alto-falantes, fixos e móveis;
- b) Grupos teatrais;
- c) Círculos de debates;
- d) Círculos de leitura;
- e) Convenções populares;
- f) Ajudar na elaboração de estatutos e de plataformas reivindicatórias;
- g) Ajudar na realização de festas populares, de desfiles, manifestações, congressos e convenções populares.

2.3. Instrumentos de ação:

- a) Federação e associações de bairro;
- b) CONSINTRA e Sindicatos de Trabalhadores;
- c) Círculos Recreativos Operários;
- d) Associações Profissionais e Culturais;
- e) Organizações Estudantis.

Este Projeto está montado, portanto, na concepção e na prática de que todas as suas atividades devem se basear nas organizações profissionais e culturais, criando-se nelas Núcleos de Cultura Popular. Tais Núcleos são de responsabilidade das próprias organizações, cabendo ao MCP o papel de dinamizador das atividades.

2.4. Diretrizes para 1963:

- a) Constituir imediatamente a direção colegiada do Projeto, composta de cinco elementos, representantes de organizações do movimento popular;

- b) Iniciar, em julho, os trabalhos de organização dos Núcleos de Cultura Popular na Federação e nas Associações de Bairro, assim como nas demais entidades populares, profissionais e culturais, segundo um plano de trabalho previamente elaborado;
- c) Realizar, em agosto ou setembro, um Curso Central de Politização para o qual cada entidade popular deverá enviar dois representantes, preferentemente aqueles que irão ocupar postos de direção nos Núcleos de Cultura Popular;
- d) Implantar um serviço de alto-falantes, inicialmente com 50 unidades para atuar nos principais pontos de concentração popular;
- e) Montar um serviço de utilidade pública, com base no serviço de alto-falantes, que trate de achados e perdidos, queixas e reclamações, oferta e demanda de emprego, informações de caráter social etc.;
- f) Realizar, conjuntamente com as lideranças de cada entidade popular, planos concretos de expansão da entidade, através de campanhas de novos associados, de assembleias populares de recrutamento, de criação de filiais etc.;
- g) Constituir, em cada Núcleo de Cultura, grupos de caráter artístico ou intelectual, formados pelos elementos interessados em participar criadoramente de atividades culturais e solicitar, para o treinamento de tais grupos, assistência técnica e material dos correspondentes Projetos do MCP;
- h) Ajudar cada Núcleo de Cultura Popular a elaborar seu Plano de Realizações, o qual deve corresponder aos objetivos do Projeto e às reivindicações da entidade e das massas populares;
- i) Assessorar os Núcleos de Cultura Popular na programação das comemorações de 1º de maio, 13 de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e de outras datas comemorativas dos movimentos libertários do povo pernambucano, além daquelas que marcam a história das organizações do movimento popular;

- j) Estimular as organizações populares a apresentar sugestões e reivindicações por ocasião da elaboração do Plano de Ação Municipal da Prefeitura do Recife e das propostas orçamentárias do Município e do Estado;
- k) Montar uma assessoria técnica capaz de ajudar as organizações populares a formular suas reivindicações em termos de projetos de lei a serem apresentados à Câmara Municipal do Recife;
- l) Orientar as organizações populares na discussão do projeto da Lei de Organização Municipal do Recife, a fim de que o mesmo seja aprovado pela Assembléia Legislativa em consonância com os interesses reais da comunidade recifense;
- m) Elaborar planos de cursos de conscientização dos associados das organizações populares, a fim de dar-lhes condições para conhecer, dominar e propagar a problemática econômica, social e política do Brasil e do Nordeste, assim como o papel histórico que cabe às massas populares na solução popular desta problemática;
- n) Realizar um trabalho preliminar de sistematização das reivindicações das entidades do movimento popular com o objetivo de elaborar um projeto de Plataforma das Reivindicações Populares, a ser submetido à apreciação das referidas entidades;
- o) Elaborar um plano de realização dos trabalhos preparatórios de uma grande Convenção Popular, a ser realizada em janeiro ou fevereiro do ano próximo, em cujo temário estejam incluídos o projeto de Plataforma de Reivindicações Populares e o Plano de Ação para 1964 dos Núcleos de Cultura Popular.

2.5. Despesas:

A despesa com pessoal, material e realizações necessárias à implantação e expansão do Projeto estão estimados em (quinze milhões de cruzeiros) Cr\$ 15.000.000,00.

2.6. Recursos:

Os recursos para implantação e expansão do Projeto devem correr durante esse ano por conta do MCP. Existem possibilidades ainda de conseguir recursos junto à Secretaria Assistente do Governo Estadual.

3. Projeto de Meios Informais de Educação

3.1. Objetivos:

- a) Facilitar ao povo os meios de educação, informação e recreação;
- b) Incentivar tomadas de posição das camadas populares da comunidade, colaborando na reivindicação de seus direitos;
- c) Motivar formas de organização do povo, incentivando a criação de grupos e de suas lideranças.

3.2. Meios e procedimentos:

- a) Teleclubes;
- b) Cineclubes;
- c) Clubes de leitura;
- d) Teatro;
- e) Clube de pais;
- f) Círculo de cultura;
- g) Organização da comunidade e formação de grupos;
- h) Formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico do Projeto;
- i) Ação em estrito contato com as agremiações existentes;
- j) Facilitar instrumentos de ação à comunidade;
- k) Incentivo às ligações entre os diversos núcleos existentes.

3.3. Instrumentos de ação:

- a) Praças, centros e parques de cultura do MCP;
- b) Escolas e grupos escolares do MCP e do Governo Estadual;

- c) Templos, centros esportivos e associações recreativas.

3.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Dinamizar as praças de cultura do MCP, procurando, inicialmente, trabalhar junto a associações recreativas, centros esportivos, grupos escolares, templos etc.;
- 2) Inaugurar mais duas praças de cultura do MCP, localizadas no Largo Dom Luiz e na Várzea, constituídas de bibliotecas, auditórios para teatro, teleclube e cineclube;
- 3) Reivindicar junto à Prefeitura Municipal do Recife a construção de dois parques de recreação infantil, a instalação de luz e água e a complementação dos trabalhos de construção das praças acima referidas, de acordo com as necessidades técnicas do projeto;
- 4) Elaborar e executar um plano de recuperação do Centro de Cultura Dona Olegarina, procedendo ao levantamento sócio-cultural da área, organizando novas atividades tendentes à formação de novos grupos;
- 5) Estudar as possibilidades de organização de uma praça cultural, localizada no Campo do Jordão, atendendo solicitação do IPSEP, mediante apresentação de uma proposta de convênio que inclua as necessidades financeiras;
- 6) Desenvolver, no sítio da Trindade, as seguintes atividades tendentes a transformá-lo em um Parque de Cultura: programar teatro com debate nos fins de semana e feriados, programar espetáculos musicais, completar e deslocar para ponto mais apropriado o parque infantil existente;
- 7) Transformar o Parque 13 de Maio em Parque de Cultura, caso a Secretaria de Educação da PMR venha a se instalar naquele local;
- 8) Colaborar com o IPA, mediante convênio, na execução de programas que visem a transformar o Horto de Dois Irmãos em um centro de recreação e educação popular, organizando um museu

de caráter dinâmico, onde se realize exposições de plantas, animais e técnicas de produção agrícola, industrial e artesanal, assim como projeções de filmes e "slides" e a criação de um parque infantil segundo as técnicas especializadas;

- 9) Estudar a possibilidade de instalar uma Praça de Cultura nos Torrões ou Mustardinha;
- 10) Manter o funcionamento das Praças da Cultura da Torre e do Salgueiro nas suas diversas atividades: teleclube, clube de leitura, círculos de cultura, esportes e recreação infantil;
- 11) Solicitar à Divisão de Pesquisas levantamento sócio-cultural dos bairros onde se encontram as Praças de Cultura do Salgueiro e do Largo Dom Luiz;
- 12) Estudar a possibilidade de convênios de colaboração educacional e cultural com entidades públicas interessadas;
- 13) Contratar pessoal técnico e pessoal auxiliar para atender às necessidades de expansão do projeto: 30 técnicos para três praças e um centro de cultura; três técnicos e dois auxiliares para a equipe central;
- 14) Promover cursos de treinamento para formação de pessoal técnico, constituídos das seguintes disciplinas: Problemática econômica, social e política brasileira e nordestina; Educação e Cultura no Brasil e no Nordeste; História; Organização e Planejamento em Educação; Psicologia da Criança, do Adolescente e do Adulto; Psicopedagogia; Organização do povo;
- 15) Promover cursos de especialização do pessoal de biblioteca, de cineclube, de círculo de cultura, de teleclube, recreação infantil e clube de leitura;
- 16) Promover seminários mensais com todo pessoal técnico do Projeto;

- 17) Promover seminários semanais com a equipe central;
- 18) Possibilitar a participação dos técnicos em cursos de interesse do projeto organizado por outras entidades;
- 19) Enviar representantes para o Curso de Politização a ser realizado em Aracajú, em julho do corrente ano;
- 20) Manter contatos com entidades de Cultura Popular existentes no Brasil, visando a maior enriquecimento do Projeto.

3.5. Despesas:

PESSOAL	Cr\$ 7.460.000,00
Chefia	Cr\$ 2.195.000,00
Técnico	Cr\$ 4.950.000,00
Burocrático	Cr\$ 315.000,00
MATERIAL	Cr\$ 1.704.500,00
DESPESA TOTAL	Cr\$ 9.164.500,00

3.6. Recursos:

Ainda são as dotações com que conta o MCP, havendo, porém, possibilidades de realizar com entidades públicas estaduais.

4. Projeto de Alfabetização e Educação de Base

4.1. Objetivos:

- a) Alfabetização de adultos;
- b) Educação de base, consistindo no ensino de linguagem, matemática, educação sanitária, história, geografia e política, vinculando-se essas disciplinas a elementos de formação de uma consciência da problemática brasileira e nordestina.

4.2. Meios e Procedimentos:

- a) Cursos de preparação de pessoal técnico;
- b) Círculos de estudos de aperfeiçoamento;

- c) Cursos de formação de pessoal destinado a outras entidades;
- d) Cursos regulares de orientação do professorado leigo;
- e) Integração, num mesmo processo, da alfabetização, conscientização e desenvolvimento de aptidões;
- f) Classes experimentais de alfabetização e de educação de base para adultos;
- g) Círculos de cultura.

4.3. Instrumentos de Ação:

- a) Setor de formação da cultura do Projeto
- b) Setor de difusão da cultura do Projeto

4.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Organizar e realizar o III Curso de Formação de Monitores, para preparar duzentos professores leigos, visando à instalação de classes experimentais dentro do espírito do Programa de Emergência do Ministério da Educação e Cultura;
- 2) Solicitar à Divisão de Pesquisa, o levantamento de número de analfabetos de 14 a 18 anos existentes nos diversos bairros do Recife, a fim de localizar tecnicamente a instalação das escolas;
- 3) Iniciar a instalação de 200 unidades escolares experimentais e de educação de base, com capacidade para o atendimento de seis mil alunos;
- 4) Manter um programa cultural difuso, na Rádio Universidade;
- 5) Realizar o levantamento de dados relativos à situação do interior do Estado: população por município e o percentual de analfabetos; número de salas disponíveis; equipamento escolar existente; professorado, titulado ou leigo, disponível; possibilidades de convênios com as municipalidades ou entidades sociais;

- 6) Preparar equipe especializada para formação de coordenadores de debate dos círculos de cultura a serem instalados;
- 7) Instalar, inicialmente, pelo menos 200 Círculos de Cultura no Recife e 250 no interior do Estado com o objetivo de estabelecer as bases da criação de uma rede de Círculos de Cultura em toda cidade;
- 8) Manter equipe habilitada para preparar monitores e dar orientação técnica pedagógica a outras entidades, em atendimento a convênios firmados ou a serem firmados;
- 9) Realizar cursos de formações de aperfeiçoamento profissional como medida concreta para superar a evasão escolar.

4.5. Despesa:

PESSOAL	Cr\$ 21.351.000,00
Chefia	Cr\$ 1.197.000,00
Técnico	Cr\$ 19.506.000,00
Burocrático	Cr\$ 648.000,00
MATERIAL	Cr\$ 128.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$ 21.776.000,00

4.6. Recursos:

As dotações com que conta o MCP, havendo, no entanto, amplas possibilidades de ampliá-las através da ajuda do Governo Estadual e Federal.

5. Projeto Editorial e Imprensa

5.1. Objetivos:

- a) Desenvolver atividades editoriais de modo a difundir elementos de cultura popular junto às mais amplas camadas populares, atingindo, através das diferentes modalidades de publica-

ções, o público potencial que se encontra fora do alcance dos meios de ação e comunicação utilizados pelos demais projetos;

- b) Desenvolver as mais variadas formas de atividades jornalísticas, exercendo funções informativas e educativas que divulguem as realizações logradas pelo movimento popular através de suas diferentes organizações, inclusive o próprio movimento de cultura popular;
- c) Abrir oportunidades de trabalho literário ou científico, estimulando e facilitando a publicação de artigos, estudos, ensaios, obras de ficção etc.

5.2. Meios e procedimentos:

- a) Emissoras radiofônicas;
- b) Estações de TV;
- c) Jornais;
- d) Jornal Mural (meio de comunicação de particular importância, numa comunidade como a do Recife, caracterizada por população de baixa renda);
- e) Publicações em suas diferentes modalidades;
- f) Criação ou utilização de periódicos ou publicações de circulação interna em organizações populares.

5.3. Diretrizes para 1963:

As diretrizes para 1963, bem como os instrumentos de ação a serem fixados, deverão ser elaborados no momento mesmo de estruturação e implantação do projeto que já tem definidos os seus objetivos, meios e procedimentos.

5.4. Despesa:

As despesas serão estabelecidas e especificadas, tendo em vista as diretrizes que forem fixadas para 1963. Estima-se, porém, que as despesas podem ser da ordem de Cr\$ 3.200.000,00.

5.5. Recursos:

Os recursos serão indicados em função do plano de despesa.

6. Projeto de Teatro

6.1. Objetivos:

- a) Elaborar novas formas teatrais de expressão da problemática popular, contribuindo para a elaboração de uma cultura capaz de ser apropriada e desenvolvida pelo povo;
- b) Elevar, por meio de teatro, o nível de consciência política das massas, de modo a que as próprias massas assumam seu papel histórico social.

6.2. Meios e procedimentos:

- a) Cursos de formação teatral;
- b) Encenação de textos;
- c) Pesquisas culturais para elaboração de textos e formação de quadros;
- d) Fundação e supervisão de clubes de teatro nas organizações populares;
- e) Promoção de festivais de teatro e participação nos promovidos por outras entidades;
- f) Preferência por bolsistas a profissionais, sem excluir a contratação de profissionais de alta qualificação para fins de formação artística;
- g) Simplificação das montagens, fundada na acentuação dos elementos ideológicos em contraposição aos elementos de espetáculo;
- h) Elaboração da nova dramaturgia a partir de um processo criador de que o povo participe integralmente;
- i) Atribuição de um caráter experimental às atividades;
- j) Precedência temporal das atividades de pesquisa sobre as atividades difusoras da cultura;

- k) Estabelecimento de convênios com entidades, públicas ou privadas, interessadas em representação teatral ou em formação de grupos de teatro.

6.3. Instrumentos de Ação:

- a) Setor de formação cultural do Projeto;
- b) Setor de difusão cultural do Projeto.

6.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Organizar e realizar um curso de teatro de fantoche, com a duração de um mês, para formação dos membros do Projeto e de outros grupos interessados;
- 2) Organizar e realizar um curso de história do teatro universal, com a duração de seis meses, para os membros da divisão de teatro e outros grupos interessados;
- 3) Organizar e realizar três seminários de dramaturgia com base nos textos produzidos pelos membros do projeto de teatro e abertos ao público;
- 4) Organizar e realizar pelo menos cinco laboratórios de interpretação para incrementar o desenvolvimento artístico dos membros do Projeto e de outros grupos teatrais interessados;
- 5) Organizar e realizar, juntamente com a Secretaria de Educação e Cultura, o II Festival de Teatro de Recife, do qual deverão participar conjuntos de teatro desta cidade e do Nordeste, durante as duas primeiras semanas de Setembro;
- 6) Organizar e realizar o I Festival de Teatro de Mamulengo, no Recife, com a participação dos grupos nordestinos de teatro de mamulengo, durante a primeira quinzena de novembro;
- 7) Criar e supervisionar, em convênio com o Serviço Social Contra o Mocambo, Clubes de Teatro nos Centros Educativos Operários do Recife, nos quais o Projeto de Teatro desenvolverá as seguintes atividades: recrutamento, seleção

de textos, formação de equipes, montagem e encenação de textos. Nestas atividades o Projeto participará, em caráter de assessoria às direções autônomas dos Clubes de Teatro.

- 8) Celebrar convênio com o Serviço Social Contra o Mocambo para apresentação de espetáculo teatrais nos Centros Educativos Operários;
- 9) Montar e realizar cinco apresentações da peça "A Via Sacra", de Henry Cheon;
- 10) Remontar e realizar pelo menos 15 apresentações da peça "Julgamento em Novo Sol", de Nelson Xavier;
- 11) Montar e realizar pelo menos 50 apresentações da peça "Uma História do Mato", de Luiz Marinho;
- 12) Redigir e montar pelo menos dez autos, em forma de esquete, sobre assuntos políticos da atualidade, apresentando esses espetáculos pelo menos três vezes por semana;
- 13) Montar e realizar pelo menos 20 apresentações de um dos três seguintes textos: "Revolução dos Beatos", "Aí vem o Cabeleira" e "Frei Caneca";
- 14) Participar da II Semana de Teatro da Paraíba com a peça "Uma História do Mato", durante a segunda quinzena de agosto;
- 15) Contratar um diretor de teatro de capacidade técnica e artística comprovada, a fim de dirigir os seguintes trabalhos: seminários de dramaturgia, laboratórios de interpretação, montagem de uma peça, além da realização de conferência e debates;
- 16) Montar e apresentar um Auto de Natal durante a IV Festa de Natal do Recife;
- 17) Vender espetáculos e ingressos a preços populares sempre que for cabível essa iniciativa;
- 18) Firmar convênio com as Unidades Sanitárias Itinerantes do Governo do Estado no sentido de deslocar, para excursão no interior, uma equipe de seis membros, que fará apresentações de esquetes e de Teatro de Mamulengo sobre os problemas sanitários de cada área;

19) Redigir e montar cinco peças de Teatro de Mamulengo para realizar pelo menos 20 apresentações em sindicatos e associações de bairro do Recife.

6.5. Despesas:

PESSOAL	Cr\$ 7.380.000,00
MATERIAL	Cr\$ 1.290.000,00
REALIZAÇÕES	Cr\$ 1.850.000,00
Montagens	Cr\$ 1.500.000,00
Eventuais e Viagens	Cr\$ 350.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$ 10.520.000,00

6.6. Recursos:

a) Governo do Estado	
Convênio com SSM	Cr\$ 1.600.000,00
Convênios com	
Unidades Sanitárias	Cr\$ 1.000.000,00
b) Prefeitura Municipal	
Convênios	Cr\$ 500.000,00
c) Venda de Ingressos	
e de espetáculos	Cr\$ 500.000,00
TOTAL	Cr\$ 3.600.000,00

7. Projeto de Cinema

7.1. Objetivos:

- a) Equacionar, em linguagem cinematográfica, os problemas fundamentais com que se defronta o povo, focalizando filmicamente essa problemática em termos de documentário de ficção;
- b) Desenvolver atividades de difusão cinematográfica nas organizações populares, visando a oferecer ao povo instrumentos conceitu-

ais, artísticos e técnicos indispensáveis à interpretação social e cultural da produção cinematográfica.

7.2. Meios e procedimentos:

- a) Produção de filmes;
- b) Projeção com debates;
- c) Palestras;
- d) Cursos;
- e) Festivais;
- f) Articulação da participação do povo com a participação da equipe técnica nos trabalhos de filmagem;
- g) Articulação entre projeções e debates, de modo a poder explicitar em termos racionais os conteúdos expressos em linguagem cinematográfica;
- h) Utilização de filmes projetados nas redes convencionais como motivação para debates e palestras;
- i) Formação de pessoal técnico diretamente pelo trabalho prático nos processos de filmagem;
- j) Administração do Fundo Rotativo de Cinema do MCP.

7.3. Instrumentos de ação:

- a) Setor de Produção do Projeto;
- b) Setor de Difusão do Projeto;
- c) Organização Popular

7.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Firmar convênio com as entidades interessadas na coprodução do filme "Cabra Marcado para Morrer";
- 2) Planejar e realizar a produção do filme, de 35mm, em longa metragem, intitulado "Cabra Marcado para Morrer", de modo a que venha satisfazer às condições necessárias para competição no mercado interno e externo com as demais produções do cinema nacional;

- 3) Elaborar o argumento e o roteiro do filme "Cabra Marcado para Morrer";
- 4) Contratar, para a formação da equipe técnica, indispensável ao asseguramento do nível artístico e profissional da produção "Cabra Marcado para Morrer", os seguintes quadros: um diretor artístico, um diretor de fotografia, um técnico em eletricidade e um maquinista;
- 5) Realizar o filme, procurando utilizar nas filmagens, além do elenco profissional, o maior número de indivíduos residentes na região que poderão preencher economicamente os papéis-extras;
- 6) Contratar um mínimo de atores profissionais para o desempenho dos papéis principais da produção "Cabra Marcado para Morrer";
- 7) Deslocar, para a Guanabara os elementos da equipe técnica indispensáveis às operações de sonorização, montagem e cópiagem da produção "Cabra Marcado para Morrer";
- 8) Contratar os serviços de uma empresa distribuidora e de uma empresa publicitária de modo a garantir o êxito da produção "Cabra Marcado para Morrer", tanto na distribuição nacional como na internacional;
- 9) Desenvolver os esforços paralelos e multiplicadores da ação das empresas encarregadas da distribuição e da publicidade, especialmente no que se refere a contatos para venda ao exterior;
- 10) Recolher ao Fundo Rotativo de Cinema do MCP a renda líquida aferida com a exibição ou a venda da produção "Cabra Marcado para Morrer";
- 11) Celebrar convênios com entidades governamentais e organizações sociais interessadas em financiar e divulgar filmes documentários de sentido educativo-informativo;
- 12) Contratar quadros profissionais, técnicos e artísticos, para a realização dos filmes-documentário;

- 13) Realizar plano de trabalho, roteiro e produção de dez filmes-documentários de 16mm, em curta metragem;
- 14) Realizar, duas vezes por semana, projeções com debates nas organizações populares, utilizando para tanto ou os filmes exibidos nas redes de TV, ou material disponível nas cinematecas, ou, finalmente, os próprios filmes rodados pelo Projeto de Cinema;
- 15) Organizar e realizar, no Recife, com fins artísticos e financeiros, um Festival do Cinema Brasileiro, do qual poderão participar todas as produções realizadas em 1962/3 que tenham atingido nível compatível com os critérios de seleção adotados pelo projeto de cinema;
- 16) Colaborar nos trabalhos de produção da película "João Boa Morte", a ser rodada em Pernambuco em regime de coprodução entre capitais paulistas e argentinos;
- 17) Realizar seminários com os elementos da intelectualidade interessados em trabalhar na elaboração de argumentos e roteiros;
- 18) Criar um cineclubes na Associação dos Servidores da SUDENE e outro no Sindicato dos Bancários;
- 19) Enviar representantes à IV Jornada Nacional de Cineclubes e participar, na mesma ocasião, do I Encontro Sul Americano de Cineclubes a se realizar em Porto Alegre;
- 20) Colaborar na realização do Ciclo do Cinema Brasileiro, a se realizar na primeira quinzena de julho na Faculdade de Filosofia do Recife e promovido pela Federação Norte-Nordeste de Cineclubes com o patrocínio da Cinemateca Brasileira.

7.5. Despesas:

PESSOAL	Cr\$	800.000,00
Chefia	Cr\$	360.000,00
Técnico	Cr\$	240.000,00
Burocrático	Cr\$	200.000,00
MATERIAL	Cr\$	200.000,00
TRANSPORTE	Cr\$	500.000,00
REALIZAÇÕES	Cr\$	12.000.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$	13.500.000,00

7.6. Recursos:

a) Governo do Estado		
Convênios	Cr\$	10.000.000,00
b) Prefeitura Municipal		
Convênios	Cr\$	500.000,00
c) Movimento de Cultura Popular		
Fundo Rotativo de Cinema	Cr\$	6.000.000,00
TOTAL	Cr\$	16.500.000,00

8. Projeto de Esportes

8.1. Objetivos:

- a) Desenvolver atividades amadorísticas nas diferentes modalidades esportivas, visando a fortalecer, através das práticas esportivas, os vínculos integrativos da comunidade;
- b) Incrementar a prática dos esportes nas organizações populares, nos centros de trabalho e nos centros estudantis, facilitando os meios indispensáveis à formação de grupos e federações e promovendo campeonatos e encontros esportivos de interesse popular;
- c) Ajudar no desenvolvimento e na organização dos pequenos grupos e clubes esportivos, surgidos espontaneamente nos meios populares, oferecendo assistência material e técnica e encaminhando sua gradativa integração aos propósitos gerais que orientam o movimento popular;

- d) Participar, em caráter permanente, das lutas reivindicatórias empreendidas pelas associações esportivas populares, colaborando no estudo, no debate e na resolução das questões emergentes.

8.2. Diretrizes para 1963:

As diretrizes para 1963, bem como os meios, os procedimentos e os instrumentos de ação a serem adotados, deverão ser fixadas no momento mesmo de estruturação e implantação do projeto, guardando-se a necessária observância aos objetivos já definidos.

8.3. Despesa:

As despesas serão estabelecidas e especificadas tendo em vista as diretrizes que forem fixadas para 1963. Estima-se que as despesas poderão ser da ordem de Cr\$ 4.700.000,00.

8.4. Recursos:

Os recursos serão indicados em função do plano de despesa.

9. Projeto de Artes Plásticas e Artesanato

9.1. Objetivos:

- a) Incentivar as atividades tradicionais no campo da arte utilitária, visando à ocupação das famílias de baixa renda em indústrias caseiras;
- b) Dar assistência aos artesãos e a centros de produção artesanal;
- c) Mobilizar os artistas plásticos no esforço de elevar o nível artístico do artesanato;
- d) Incentivar e popularizar as artes plásticas.

9.2. Meios e procedimentos:

- a) Cursos de desenho, pintura, gravura, fantoche, cestaria, cerâmica, estamperia, tapeçaria, tecelagem, couro, cartonagem, encadernação, corte e costura etc.;

- b) Venda da produção realizada pelo Projeto;
- c) Exposições;
- d) Clube de gravuras;
- e) Cooperativa artesanal de compra e venda;
- f) Feiras de artesanato;
- g) Exposições itinerantes nos bairros;
- h) Elevação do nível artístico do artesanato, estimulando a capacidade criadora popular e diversificação das linhas de produção.

9.3. Instrumentos de Ação:

- a) Centro de Artes Plásticas e Artesanato do MCP;
- b) Galeria de Arte do Recife.

9.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Inaugurar o Centro de Artes Plásticas e Artesanato;
- 2) Organizar e realizar, na Galeria de Arte, uma exposição dos trabalhos artesanais executados pelos alunos do Centro de Artes Plásticas e Artesanato;
- 3) Organizar, no Centro de Artes Plásticas e Artesanato, uma loja para a venda ao público, em caráter permanente, dos produtos artesanais confeccionados no Centro e em outras fontes de produção artesanal;
- 4) Estudar as possibilidades de fundação de uma cooperativa de artes plásticas e artesanato de compra e venda de matérias-primas e produtos acabados;
- 5) Fundar um clube de gravura que desenvolva as seguintes atividades: impressão de gravuras, intercâmbio de obras e técnicas e difusão dos trabalhos dos artistas gravuristas;
- 6) Organizar, na Galeria de Arte, de vinte em vinte dias, exposições de desenho, gravura, pintura e escultura de artistas nacionais e estrangeiros;

- 7) Organizar e realizar, nas margens do Capibaribe, uma feira de trabalhos artesanais, reunindo, para venda ao público, obras artesanais nordestinas;
- 8) Estabelecer com cinco centros de produção artesanal ou artesão, pelo menos, oferecendo assistência técnica, assim como facilitando-lhes a aquisição de matérias primas, a diversificação de linhas de produção etc.;
- 9) Confeccionar calendários artísticos e cartões de Natal, com a colaboração de artistas do MCP e de fora, para vender ao comércio e à indústria;
- 10) Realizar exposições itinerantes pelos bairros, expondo obras de artes plásticas executadas por artistas nacionais, especialmente do Nordeste;
- 11) Promover cursos de desenho, pintura, gravura, fantoche, cestaria, cerâmica, estamparia, tapeçaria, tecelagem, couro, cartonagem, encadernação, corte e costura, técnica de pintura e trabalho com sementes;
- 12) Realizar cursos de conscientização do pessoal técnico e dos alunos do Projeto, a fim de dar-lhes condições para conhecer, dominar e propagar a problemática econômica, social e política do Brasil e do Nordeste e os limites do papel que desempenha o artesanato no processo de industrialização;
- 13) Pesquisar formas tecnológicas de emprego de matérias-primas vegetais e minerais, que possam ser utilizadas no artesanato;
- 14) Contratar pessoal técnico para lecionar as disciplinas dos cursos;
- 15) Adquirir máquinas de rachar sola, acabamento e apalazar;
- 16) Adquirir três tornos de cerâmica e um forno grande;
- 17) Adquirir máquina de costurar tecidos estilo 195 e um conjunto complementar de peças Singer;
- 18) Adquirir uma guilhotina, uma prensa e uma tesoura para cartonagem e encadernação;

- 19) Adquirir uma máquina manual para grampear, um aparelho para picotar e um compenedor para doração;
- 20) Adquirir uma máquina tricovelo para tecelagem;
- 21) Adquirir uma máquina holandesa para estudo de fibras e uma máquina de pasta mecânica com desfibramento e beneficiamento;
- 22) Adquirir mobiliário para a organização da loja de artesanato;
- 23) Supervisionar e dar assistência técnica a centros de artesanato das colônias da GRC.

9.5. Despesas;

PESSOAL	Cr\$	6.114.000,00
Chefia	Cr\$	720.000,00
Técnico	Cr\$	4.440.000,00
Burocrático	Cr\$	828.000,00
Bolsista	Cr\$	126.000,00
MATERIAL	Cr\$	6.938.937,00
Investimento	Cr\$	4.438.937,00
Consumo	Cr\$	1.500.000,00
REALIZAÇÕES	Cr\$	360.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$	12.412.937,00

9.6. Recursos:

Legião Brasileira de Assistência	
Convênio	Cr\$ 1.200.000,00

10. Projeto de Dança, Canto e Música Popular

10.1. Objetivos:

- a) Reviver e preservar nosso folclore, estudando-o através de pesquisas;
- b) Incentivar o florescimento de nosso folclore e difundi-lo através de apresentações públicas;
- c) Combater a alienação cultural na dança, no canto e na música, como meio de promover a politização do povo;
- d) Incentivar e vitalizar nossas festas populares.

10.2. Meios e Procedimentos:

- a) Cursos de instrumentos, musicalização e canto;
- b) Pesquisas sobre cantos, danças e ritos populares;
- c) Apresentações públicas dos conjuntos constituídos com os membros do Projeto;
- d) Cursos livres e cursos regulares de formação artística;
- e) Estímulo e ajuda aos grupos populares de dança, canto e música;
- f) Interligação de dança, canto e música na apresentação do folclore.

10.3. Instrumentos de Ação:

- a) Coral;
- b) Conjuntos folclóricos;
- c) Conjuntos de canto;
- d) Conjuntos de dança;
- e) Conjuntos instrumentais.

10.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Organizar e realizar, no Instituto Popular de Música, cursos livres de instrumentos, musicalização e canto para os colaboradores, os bolsistas e o público em geral;
- 2) Organizar o currículo e abrir inscrições para os cursos regulares (com duração de três anos) e com disciplinas fundamentais relativas à teoria e à prática de formação de músicos, instrumentistas e cantores;
- 3) Realizar cursos de conscientização do pessoal técnico e dos alunos do Projeto, a fim de dar-lhes condições para conhecer, dominar e propagar a problemática social, econômica e política do Brasil e do Nordeste, assim como as limitações da arte que não expressa e não estimula o movimento de ascensão histórica das massas populares;
- 4) Dinamizar os conjuntos musicais criados pelo Projeto nos anos anteriores (Coral, Conjunto

Folclórico, Quinteto Misto, Quarteto Misto), adotando, na seleção dos repertórios, critérios apropriados de cultura popular, intensificando suas atividades e incrementando suas apresentações públicas;

- 5) Dinamizar, no mesmo espírito do item anterior, as atividades do Conjunto de Danças Populares e dos Conjuntos Instrumentais do Projeto;
- 6) Limitar as atividades de pesquisa ao estritamente necessário ao aprendizado de cantos, danças e ritos populares;
- 7) Utilizar todos os instrumentos de ação disponíveis para o incremento das suas atividades numa livre produção de baixos custos econômicos, lançando mão das facilidades oferecidas pelos teatros, emissoras radiofônicas, estações de TV, Centros Educativos Operários, organizações populares e entidades sociais interessadas na colaboração do Projeto;
- 8) Realizar, pelo menos uma vez por mês, uma apresentação pública de cada um dos conjuntos artísticos criados pelo Projeto;
- 9) Montar e apresentar um Auto de Natal escrito, musicado e dançado segundo o estilo artístico introduzido pelo Projeto;
- 10) Programar as atividades autônomas do Projeto de modo a não haver dificuldades para o atendimento das solicitações que venham a ser formadas pelos demais setores do MCP que desejem incorporar às suas atividades específicas elementos de música, canto e dança;
- 11) Oferecer permanente ajuda e assessoria ao Projeto de Núcleos de Cultura Popular no desenvolvimento das atividades desse último junto aos departamentos culturais das organizações populares.

10.5. Despesas:

PESSOAL	Cr\$	5.760.000,00
Chefia	Cr\$	2.430.000,00
Técnico	Cr\$	2.250.000,00
Burocrático	Cr\$	1.080.000,00
MATERIAL	Cr\$	1.276.740,00
Manutenção	Cr\$	225.350,00
Investimento	Cr\$	1.054.490,00
REALIZAÇÕES	Cr\$	1.200.000,00
Apresentações	Cr\$	1.000.000,00
Auto de Natal	Cr\$	200.000,00
ALUGUEL	Cr\$	60.000,00
TRANSPORTE	Cr\$	10.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$	8.866.740,00

11. Projeto de Ensino Elementar

1.1. Objetivos:

- a) Educação primária fundamental para crianças de até 12 anos;
- b) Educação elementar e complementar em classes de recuperação para adolescentes de 13 a 17 anos;
- c) Educação e integração dos pais na problemática da Escola e educação e integração dos alunos e professores na problemática da comunidade;
- d) Projeção da ação da Escola na comunidade e abrir a Escola à ação do movimento popular.

**Nota dos Organizadores:
o original encontra-se incompleto.**

RELATÓRIO DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE PARA O I ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

I. Criação / Objetivos / Organização

1. Nome: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB

2. Localização:

Rua da Glória, 446 - Palácio São Joaquim, Rio de Janeiro, GB, telefones: 52-3541, 42-1977, 52-5938

3. Âmbito (social e geográfico) de ação:

O MEB atinge as áreas do Norte, Nordeste, Leste e Centro Oeste e outras áreas subdesenvolvidas. São os seguintes os Estados atingidos atualmente pelo MEB: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais e os Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá.

O MEB se dirige principalmente àquelas partes da população adulta rural e urbana que tiveram o seu processo de educação prejudicado. Em determinadas áreas, evidentemente, a mensagem do MEB se dirige a todo o povo, o que é nosso objetivo para todas as áreas, no futuro.

4. Data de fundação:

Em 21 de março de 1961, pelo Decreto nº 50.370, do Presidente da República, foi reconhecido oficialmente.

5. Motivos que deram origem à criação:

No Brasil, como em todos os demais países subdesenvolvidos, grande parte da população é posta à margem do desenvolvimento econômico, social e cultural da

Nação, por uma série de razões que não é necessário lembrar aqui. Torna-se necessário, então, um esforço pelo soerguimento dessas massas, esforço que possibilite, pela educação, integrá-las num processo global de autopromoção cultural, social e econômico. Baseada nas experiências das Escolas Radiofônicas da Colômbia e do Rio Grande do Norte, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, juntamente com o Presidente da República, estabeleceu um plano nacional de educação de base, com aquele objetivo a ser levado a efeito através de escolas radiofônicas. Para isso, foi assinado o Decreto mencionado.

6. Objetivos gerais a que se propõe

6.1. a curto prazo:

- a. Alfabetização e iniciação em conhecimentos que traduzam no comportamento prático de cada homem e da comunidade, no que se refere:
 - à saúde e à alimentação (higiene);
 - ao modo de viver (habitação, família, comunidade);
 - às relações com os semelhantes (associativismo);
 - ao trabalho (informação profissional);
 - ao crescimento espiritual.
- b. Conscientização do povo, levando-o a:
 - descobrir o valor próprio de cada homem;
 - despertar para os seus próprios problemas e provocar uma mudança de situação;
 - buscar soluções, caminhando por seus próprios pés;
 - assumir responsabilidades no soerguimento de suas comunidades.
- c. Animação de grupos de representação e promoção.
- d. Valorização da cultura popular, pesquisando, aproveitando e divulgando as riquezas culturais próprias do povo.

6.1. a longo prazo:

Considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir, de modo decisivo, para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de auto-promoção, que leve a uma transformação decisiva de mentalidades e de estrutura, transformação que se nos afigura imperiosa.

7. Constituição jurídica / estatutos (anexar)

Os Estatutos do MEB estão em fase de reestruturação e serão oportunamente anexados.

8. Organização interna:

a. Direção exercida pelos seguintes órgãos:

- I. Conselho Diretor Nacional, integrado por nove membros, um indicado pelo Presidente da República e os restantes pela CNBB.
- II. Diretoria Executiva, composta por três membros, eleitos pelo C.D.N.
- III. Conselho Nacional de Representação e Consulta, 25 membros escolhidos pelo Presidente da República em lista da CNBB.
- IV. Conselho Fiscal de Finanças, eleitos pelo C.D.N.

b. Execução, pela Diretoria Executiva, através do Secretariado Central, composto de:

- I. Setor de Administração
- II. Equipe Técnica Nacional

c. Execução Estadual:

- Equipe Estadual de Execução

d. Execução Local:

- Equipe Local de Execução
- Supervisores e Monitores

9. Funcionamento prático da organização:

- a. A Equipe Nacional coordena a ação em plano nacional, treina as equipes estaduais; juntamente com as coordenações estaduais, traça as diretrizes do movimento e treina as equipes locais.
- b. A Equipe Estadual planeja, coordena e supervisiona a ação em todo o Estado; juntamente com as equipes locais, prepara e executa os treinamentos de monitores.
- c. A Equipe Local realiza:
 - levantamento da área
 - contato com a comunidade
 - seleção de monitores
 - localização de escolas
 - produção de programas e aulas
 - supervisão das escolas
 - planejamento da ação complementar:
 - caravanas
 - comitês de ação popular
 - conselhos de comunidade
 - clubes
 - cooperativas
 - artesanatos

(O cronograma será remetido oportunamente.)

10. Atual Diretoria

- a. Presidente: Dom José Vicente Távora
Secretária: Marina Bandeira de Carvalho
- b. Equipe Técnica Nacional:
Coordenadores: Vera de Siqueira Jaccoud
Osmar Fávero

II - Recursos: Humanos / Materiais / Financeiros

1. Número de pessoas diretamente atuantes no trabalho do movimento:

Monitores voluntários	7.000
Supervisores, professores e técnicos locais.....	236
Técnicos em âmbito nacional ou regional	12
Pessoal de administração	48

2. Critérios utilizados para a arregimentação de pessoal:

Seleção prévia, de acordo com as funções e as responsabilidades no movimento, tendo-se em conta:

- competência
- valor humano
- maturidade
- disponibilidade
- aptidão
- sentido social
- mentalidade

3. Há preocupação com a formação de quadros? Como se manifesta essa preocupação?

- Treinamentos especializados (seleções ou especialização)
- Testes psicológicos
- Entrevistas
- Estágios
- Dias de estudos
- Seminários e encontros
- Bolsas de estudos
- Bibliotecas especializadas em cada sistema
- Viagens

4. Com elementos de que grupos sociais são formados os quadros?

a) Os monitores são pessoas da comunidade, indicados pela própria comunidade onde se instala uma Escola Radiofônica.

b) Da mesma forma, os clubes, comitês etc., animados pelo MEB, são dirigidos pelos líderes da comunidade, camponeses, operários e artesãos.

c) Em supervisão, estudos e coordenação, o MEB procura empregar técnicos de nível médio ou superior.

5. Há trabalhos realizados por profissionais?

Com exceção dos monitores, todos voluntários, o serviço do MEB é executado por profissionais.

6. Há trabalhos feitos por voluntários? Conta com quantos voluntários?

7.000 monitores voluntários. Deve-se acrescentar os líderes de clubes diversos, de cooperativas, de sindicatos etc., que trabalham em união com o MEB.

7. Qual dos dois tem sido mais proveitoso e eficiente: o trabalho profissional ou voluntário?

De acordo com o tipo de trabalho, ambos são igualmente eficientes. Os monitores, enquanto líderes de um setor de seu próprio grupo social, prestam um serviço no qual se promovem e promovem a comunidade em que estão inseridos. Seu trabalho é autenticamente voluntário.

Os supervisores, os professores, os locutores, os dactilógrafos e os motoristas prestam um serviço autenticamente profissional, engajando-se nesse movimento educativo.

8. Dispõe de sede própria?

Não.

9. Dispõe de equipamento técnico apropriado para as diversas atividades realizadas? Relacione o equipamento e suas finalidades. Como foi obtido?

- a. receptores para as escolas
- b. gravadores para a programação
- c. toca-discos, amplificadores e outros para caravanas e visitas à comunidade.

Recursos previstos no Decreto Presidencial nº 50.370/61.

10. Tem recebido auxílios financeiros? Quanto? Regularmente? De entidades públicas? De organizações privadas? Ou doações individuais?

Recursos financeiros são advindos do convênio com a Presidência da República, através do Decreto 50.370/61, e de convênios com Secretarias Estaduais da área atingida pelo MEB.

11. Mantém convênios com outras entidades?

- Ministério da Educação e Cultura
- Com. Vale do São Francisco
- DNERu
- Departamento Nacional da Criança
- Serviço Nacional de Educação Sanitária
- Ministério da Agricultura

12. De que recursos financeiros dispõe no momento?

Ver item II, 10.

13. Pode realizar satisfatoriamente as atividades programadas com os recursos humanos, materiais e financeiros de que dispõe? Quais as deficiências observadas sob esse aspecto?

Em parte. Dificuldades:

- cortes nas verbas ou irregularidades no recebimento;
 - falta de canais radiofônicos;
 - horários de aulas (interferência do horário da "Voz do Brasil");
 - falta de cartilha (o MEB está editando uma) adequada para adultos;
 - falta de quadros especializados em vista das dificuldades próprias às regiões menos desenvolvidas.
14. O que julgaria necessário, no que se refere a recursos humanos, materiais e financeiros, para incrementar e aprofundar a sua atuação?
- liberação das verbas;
 - liberação a curto prazo dos canais radiofônicos que servirão ao MEB;
 - solução da interferência da "Voz do Brasil" no horário das aulas;
 - formação de quadros especializados;
 - cartilha adequada para adultos;
 - melhoria de qualidade dos receptores.

III - Atividades realizadas e em desenvolvimento

1. a. Em que grupos sociais atua o movimento?

Grupos de camponeses das zonas rurais do Norte, Nordeste, Leste e Centro-Oeste; grupos operários das áreas urbanas e suburbanas das mesmas regiões.

b. Quais as razões para a escolha desses grupos?

Serem os grupos das áreas em que mais se evidencia o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, a carência de uma Educação de Base;

c. Que reações e transformações já se têm observado pela ação do movimento?

É muito difícil uma avaliação desse tipo, dado o modo de atuação do MEB. Já que o MEB não se restringe à alfabetização, mas à educação global dos adultos de uma dada comunidade, sua ação também não se limita às escolas onde o aproveitamento dos alunos pode ser verificado. O MEB conta, atualmente, com três sociólogos, dois em Recife e outro em Natal, encarregados de uma pesquisa inicial de avaliação dos resultados da ação do MEB nesses dois Estados, que se estenderá as outras áreas.

2. Há alguma atividade a que se dedique preferencialmente? Qual? Por que motivos?

- Escolas Radiofônicas
- Associativismo
- Treinamento de Líderes
- Animação Popular
- Bases indispensáveis para a conscientização, o desenvolvimento da cultura popular e todos os outros trabalhos já em execução pelo MEB.

3. Desenvolve atividades no campo da alfabetização?

a) Em que grupos sociais atua com a alfabetização?

Já discriminado nas perguntas anteriores.

b) Em que raio de ação?

Já discriminado nas perguntas anteriores.

c) A alfabetização se restringe a adultos? A crianças? Ou se dedica a ambos? Por quê?

A alfabetização, como parte da ação educativa do MEB, dirige-se a adultos e adolescentes. Isto porque, a finalidade precípua do MEB é a educação de adultos, em termos de que o problema da educação de adultos assume, no Brasil, um caráter prioritário.

d) Quantos já foram alfabetizados? Em quanto tempo?

No final de 1963, terão passado pelo MEB cerca de 480.000 alunos, que são alfabetizados em um período de três meses e meio (1º. Período), seguidos de

dois períodos de igual duração. Somente a partir do final de 1963, poderemos oferecer dados científicos sobre avaliação de aprendizagem.

- e) Que recursos foram utilizados? (humanos/materiais/técnicos/financeiros).

Já discriminado nas perguntas anteriores. Como o trabalho com todos os setores do MEB é profundamente interligado, não nos é possível discriminar a soma de recursos de todo tipo canalizados para alfabetização. A alfabetização é apenas um aspecto da ação educativa do MEB.

- f) Como foram formados os quadros? Voluntários ou profissionais?

Ver resposta anterior. Note-se que o MEB emprega pessoal de Ensino Normal e Superior para a produção de aulas.

- g) Tem cartilha própria? Como foi elaborada e impressa?

O MEB estudou todas as cartilhas de que dispõe nosso mercado editor. Nenhuma nos pareceu adaptada para adultos. Por isso, o MEB organizou uma cartilha própria, que está em fase de revisão final. Foi elaborada por um grupo de professores-locutores especializados em alfabetização, assessorados pelos supervisores e coordenadores estaduais e nacionais.

- h) Quais as características dos métodos técnicos empregados na alfabetização?

- i) A que conclusões permitiram chegar as práticas de alfabetização?

- j) Que dificuldades foram e têm sido enfrentadas, sob todos os aspectos?

Estas perguntas, de caráter eminentemente técnico, serão respondidas preferencialmente em comunicações para a comissão especializada.

- k) Que atividades são postas em prática para complementar e aprofundar o trabalho de alfabetização?

O trabalho de alfabetização é, como vimos, um aspecto da educação de base. A alfabetização não esgota nem mesmo com a Escola Radiofônica. E a

Escola Radiofônica não se esgota com a Educação de Base. Dizer que atividades complementam a alfabetização seria relatar todas as atividades do MEB.

- l) Têm sido empregados, durante e após a alfabetização, os instrumentos fornecidos pelas atividades nos diversos setores da Cultura Popular?

A própria alfabetização obedece a um plano de globalização das aulas, todas informadas por uma linha de conscientização. A cultura popular, como expressão autêntica do povo, de que ele precisa ter consciência, está sempre presente nas aulas.

- m) A que grupos sociais pertencem os alfabetizadores?
Técnicos de nível superior e normalistas especializados.
- n) Quais os tipos de cursos criados para formar os quadros?

Os professores-locutores encarregados das aulas de linguagem são os professores especificados em "m", especializados em Educação de Base através de:

- treinamentos;
- estágios;
- dias de estudos;
- seminários e encontros;
- bolsas de estudos.

- o) Utiliza outras entidades (clubes, associações de bairro, sindicatos, entidades estudantis etc.)?
- clubes de mães
 - clubes de jovens
 - cooperativas e clubes de venda
 - sindicatos
 - comitês

4. Desenvolve atividades no campo da Cultura Popular?

a) Quais os objetivos pretendidos?

- A tomada de consciência, pelo povo, do sentido autêntico de cultura, como expressão humana, como marca do homem na natureza.
- A animação das diversas modalidades de expressão cultural do povo.
- A valorização dos produtos da atividade cultural popular, através do folclore, da arte popular etc.

b) Com que recursos tem contado? (humanos/materiais/financeiros).

Ver item III, 3, e III, 3c.

c) Quais os setores de atuação? (Teatro/música/cinema/televisão/rádio/imprensa/livros/artes plásticas e outras).

Obs: Relatar, pormenorizadamente, as atividades realizadas em cada um dos setores e anexar o material disponível.

O MEB não faz, mas anima a cultura popular. Nesse sentido, não se pode falar em atuação do MEB em setores da cultura popular, mas em animação de setores da cultura popular. Só eventualmente um artista popular é financiado ou recebe direitos autorais do MEB. Atualmente, além de alunos-artistas populares, o MEB conta em seus quadros com um autor de folhetos.

Os setores de cultura popular atendidos pelo MEB são os setores em que atualmente a cultura popular se expressa: música, teatro, literatura, artes plásticas. Hoje, no Brasil, não se pode falar honestamente em rádio, cinema e televisão como setores de cultura popular, como a entendemos: o povo ainda não foi admitido nesses setores de expressão.

Obs.: Os relatos pedidos neste item serão feitos oportunamente em forma de comunicados.

d) Em que grupos sociais se efetiva a ação? Por quê?
Já discriminados anteriormente.

e) Quais os resultados já alcançados?

Ver observações da letra c.

5. Tem atuado em conjunto com outras atividades? Por quê?

As entidades com que mantemos convênio e outras, a curto prazo, em tarefas concretas. É preciso evitar a ação paralela.

6. Tem havido preocupação com a divulgação e a propaganda de suas atividades?

Não, a não ser nas comunidades diretamente atingidas.

IV. Planejamento para ação futura

1. O que planejou realizar (a curto e a longo prazo)?

a) Administrativos:

- aperfeiçoamento da estrutura administrativa no plano regional e nacional;
- conseguir liberação das verbas e dos canais radiofônicos para emissões do MEB;
- tentativa de solução para interferência da "Voz do Brasil" no horário do MEB.

b) Cultura popular:

- globalização da atuação do MEB em torno da cultura popular;
- projetos-pilotos de Caravana Popular de Cultura a serem estendidos a todos os Sistemas;
- elaboração de cartilhas para adultos;
- entrosamento mais intenso com os meios de ação popular: cooperativas, clubes, artesanatos, caravanas, conselhos de comunidade etc.

c) Outras entidades:

- levar em conta, sempre que possível, a articulação com entidades várias, movimentos que desenvolvam Cultura Popular e outras forças autênticas;
- formar comitês locais de planejamento conjunto MEB - outras entidades;
- estar presente aos diversos encontros nos quais se estudem temas relacionados com o trabalho do MEB.

d) Formação de quadros:

- aprofundamento das equipes de estudos;
- realização de estágios em outros Sistemas ou organizações;
- ampliação dos quadros de pessoal especializado;
- treinamento de equipes;
- bolsas de estudo.

e) Escolas radiofônicas:

- considerar o aumento horizontal das escolas condicionado ao seu crescimento vertical e ao aumento do efetivo técnico e do equipamento;
- aprofundar os estudos prévios das áreas onde serão instaladas as escolas, para maior contato com as comunidades locais, a fim de que a Escola Radiofônica apareça como uma aspiração da comunidade e não imposta.
- acentuar, nos programas, cursos, aulas e em todas as atividades do MEB, a presença de uma mensagem dinâmica, visando à conscientização;
- conseguir maior participação dos alunos na elaboração dos programas.

2. Os propósitos e motivos determinantes do planejamento:

- Quanto ao aumento dos recursos humanos, técnicos ou financeiros é exigido pelo aumento da área a ser atendida e da diversificação e ampliação dos setores de atuação do MEB.

- O planejamento de pessoal, administração etc., é exigência de qualquer entidade.

3. De que recursos dispõe para a efetivação do planejamento, nos prazos previstos? São suficientes? (do ponto de vista humano, material-técnico e financeiro).

Dos recursos atuais e dos previstos nos convênios que nos obrigam a tais planejamentos. Por exemplo: a cobertura da área exigida pelo convênio com o Estado de Minas Gerais será atingida (e só será atingida) com os recursos previstos daquele convênio. Seriam suficientes se os convênios fossem respeitados integralmente, o que nem sempre se verifica.

4. Que recursos prevê necessários para a realização global do planejamento?

Atendimento da verba solicitada para 1964, que permitirá a ampliação exigida pelo crescimento do MEB no plano.

- técnico
- de pessoal etc. (ver IX.1)

V. Que sugestões práticas indicaria para melhor aglutinar e coordenar os Movimentos de Alfabetização e Cultura Popular em todo o país? Julga conveniente a aglutinação e coordenação vigentes? Por quê?

1. A criação de um secretariado especializado destinado a manter contato permanente e a servir de assessoria aos diversos organismos encarregados da animação da Cultura Popular, que permitisse a troca de informações, resultados e experiências entre os diversos organismos.

RELATÓRIO DO CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES

1- Nome: Centro Popular de Cultura da UNE

2- Localização: Guanabara

3- Âmbito da ação:

O CPC da UNE atua com o proletariado, com a intelectualidade e com a área estudantil (principalmente universitária), objetivando atingir as mais amplas massas.

4- Data de fundação: março de 1961

Motivos, objetivos, constituição, organização e funcionamento

A tomada de consciência, por parte de artistas e intelectuais, da necessidade de se organizarem para atuar de forma mais eficaz e conseqüentemente na luta ideológica que se trava no seio da sociedade brasileira, levou-os a criar o Centro Popular De Cultura.

Partindo dessa tomada de consciência, o CPC se propõe, desde o seu nascimento, a levar arte e cultura ao povo, lançando mão das formas de comunicação de comprovada acessibilidade à grande massa e a aprofundar nos demais níveis da arte e da cultura, o conhecimento e a expressão da realidade brasileira. Não é propósito do CPC popularizar a cultura vigente, mas sim, através da arte e da informação, despertar a consciência política do povo. É também preocupação da UNE a valorização das expressões populares autênticas, sem perder de vista que sua organização e manutenção são mais importantes que o conteúdo alienado, frequentemente nelas encontrado.

O CPC da UNE é órgão da União Nacional dos Estudantes com a seguinte organização interna: seis grupos de trabalho e um conselho diretor, composto de dois representantes de cada grupo, além de um coordenador. Os grupos de trabalho são:

GT DE REPERTÓRIO	(encarregado de produção de peças teatrais e argumentos a serem apresentados pelo CPC)
GT DE CONSTRUÇÃO DO TEATRO	(encarregado de supervisionar as obras de construção do Teatro de Cultura Popular, na sede da UNE, desenvolvendo, ao mesmo tempo, atividades de caráter promocional)
GT DE CINEMA	(encarregado da realização de filmes e de atividades cineclubistas)
GT DE ESPETÁCULOS POPULARES	(encarregado de realizar espetáculos populares em entidades de massa: associações profissionais, sindicatos, clubes de bairro, favelas, faculdades, praças públicas etc., dentro e fora da Guanabara)
GT DA PRODUTORA DE ARTE E CULTURA	(encarregado da parte editorial - livros e discos - do CPC, bem como da promoção e lançamento dos mesmos)
GT DE REESTRUTURAÇÃO	(encarregado de propor uma nova estrutura orgânica para a entidade, capaz de atender à necessidade de crescimento do CPC)

O Coordenador é responsável pela parte administrativa e pelo entrosamento dos diferentes Grupos de Trabalho.

A atual organização do CPC tem caráter transitório, como se depreende do GT de Reestruturação. Essa organização funciona, hoje, com autonomia dos Grupos de Trabalho. Esses GTs elegem seus representantes no Conselho Diretor, que aprova os planos de ação dos diferentes GTs. Cabe ao Conselho Diretor, ainda, estabelecer a política cultural e financeira da entidade.

Diretoria atual do CPC da UNE:

GT-Repertório

Oduvaldo Viana Filho e Armando Costa

GT-Construção do Teatro

Carlos Miranda e João das Neves

GT-Cinema

Walter Pontes e Wilson de Carvalho

GT-Espetáculos Populares

Paulo Hime e Francisco Nelson

GT-Produtora de Arte e Cultura

Thereza Aragão e Almir Gonçalves

GT-de Reestruturação

Ferreira Gullar e Mânlio Marat

Coordenador

Luís Jorge Werneck Vianna

Recursos humanos, materiais e financeiros

O CPC conta, em seu quadro diretamente atuante, com cerca de 110 elementos, montando o número de colaboradores eventuais a cerca de 200. Os critérios utilizados para a arregimentação de quadros não são rígidos, processando-se o recrutamento, até agora, através da ampliação das atividades nos vários setores culturais.

A preocupação com a formação de quadros é permanente no CPC e vem se manifestando através da organização, dentro das possibilidades, de cursos e centros de estudos versando sobre problemas da realidade nacional e temas específicos das atividades culturais e artísticas.

Houve trabalhos de caráter permanente realizados por profissionais, detendo-nos, atualmente, na profissionalização de trabalhos eventuais. A razão dessa mudança foi a carência de meios financeiros. A experiência indica que o trabalho voluntário é proveitoso, mas sofre de limitações que, em certos casos, só se superam pela profissionalização dos quadros.

O CPC, como órgão da UNE, funciona na sede dessa entidade. Não dispõe de instalações apropriadas, funcionando em

caráter precário. O equipamento disponível não é satisfatório para o vulto das atividades, compreendendo o seguinte:

- 1-uma carreta para espetáculos de rua, especialmente construída, permitindo, quando aberta, a formação de um palco de 7 por 5 metros;
- 2-oficina de silk-screen, para confecção de cartazes de faixas;
- 3-dois gravadores de fita;
- 4-duas máquinas de escrever;
- 5-material cênico, vestuário e cenários;
- 6-um teatro em construção.

O equipamento acima relacionado foi conseguido através da venda de espetáculos, ivros e discos, campanhas financeiras, doações oficiais e particulares.

O CPC obteve do governo federal, em 1961, um auxílio financeiro de 3 milhões de cruzeiros. Em 1962 não houve subvenção oficial, exceto a concedida pelo Serviço Nacional de Teatro para a construção do Teatro de Cultura Popular na sede da UNE e dentro do plano de auxílio à construção de salas de espetáculos daquele Serviço. Essa verba foi, em 1962, de 5 milhões e 800 mil cruzeiros, pagos parceladamente, e cuja última parcela foi liberada neste ano.

O CPC mantém convênios com o SNT, para a construção do Teatro e com o Ministério da Educação, ambos através da UNE. O convênio com o MEC foi assinado a 23 de agosto de 1963 e visa ao desenvolvimento das atividades do CPC, dentro do plano de "Educação para o Desenvolvimento e Cultura para a Libertação", do atual Ministro da Educação, deputado Paulo de Tarso.

O CPC dispõe atualmente dos recursos provenientes do convênio firmado com o MEC, do qual foi liberada a primeira parcela; e dos recursos necessários à conclusão das obras do Teatro, em parte financiada pela venda de cadeiras cativas.

As atividades programadas pelo CPC nos seus dois anos de vida nem sempre puderam ser plenamente realizadas, devido à deficiência de pessoal, instrumental técnico e meios financeiros.

As deficiências levaram à suspensão de certas atividades e redução na intensidade de outras. A falta de capital

levou à suspensão das tiragens do disco "O Povo Canta" e à paralisação da gravação do disco "Auto dos 99%". Também o grupo teatral que para atuar precisava de uma ajuda de custo, apresentando-se em sindicatos, interrompeu suas atividades. A carreta não tem podido ser explorada em toda a sua potencialidade por falta de um jipe para deslocá-la, gerador e serviço sonoro completo. As atividades cinematográficas ficaram suspensas após a realização de "Cinco Vezes Favela". Limitação das atividades editoriais da PRODAC. Impossibilidade de ampliação da oficina de silk-screen, como é exigido pelo crescimento das atividades. Deficiências no trabalho de formação de novos CPCs e na assistência aos já fundados pelo CPC da UNE em âmbito regional e nacional.

Para incrementar e aprofundar a atuação do CPC torna-se necessário amplo trabalho de recrutamento e formação de quadros, além da aquisição de equipamento que venha prover os vários setores de atividade. Julgamos necessário encontrar-se um modo de auxílio financeiro permanente e continuado que permita a manutenção de quadros profissionalizados, particularmente nos postos básicos da estrutura da entidade. O caráter eventual dos auxílios recebidos é responsável pelo arrefecimento freqüente da atuação do CPC e pelo enfraquecimento da estrutura orgânica da entidade, inclusive pela dispersão de quadros verificada sempre que as atividades arrefecem. A falta de previsão de recursos impede qualquer planejamento em longo prazo e conduz à inevitável improvisação nos trabalhos.

Atividades realizadas e em desenvolvimento

- EM QUE GRUPOS SOCIAIS O ATUA O MOVIMENTO?

A atuação do CPC nos grupos sociais pode ser vista sob dois aspectos:

- a) a atuação para os grupos sociais;
- b) a atuação com os grupos sociais.

A origem do CPC junto à intelectualidade jovem e a pobreza das condições econômicas, situaram nosso trabalho até aqui, principalmente, no item "a" - atuação para os grupos sociais. Teatro, cinema, literatura, discos etc.- para as mais amplas massas.

O item "b" - atuação com os grupos sociais - que nos parece o mais importante enquanto eficácia, formando junto aos grupos sociais, com os grupos sociais, núcleos de cultura popular, em que o povo deixa de ser recebedor de cultura e assume o papel de criador.

A atuação com grupos sociais foi realizada pelo CPC da UNE quase que exclusivamente entre universitários. Foram formados cinco CPCs universitários na Guanabara - Filosofia, Direito e Arquitetura, da Universidade do Brasil, Direito no Catete e Filosofia na Universidade do Estado da Guanabara. Somente um CPC entre operários - no Sindicato dos Metalúrgicos.

O CPC da UNE, por ocasião da UNE-Volante contribuiu para a criação de diversos CPCs estaduais.

- QUAIS AS RAZÕES PARA A ESCOLHA DESSES GRUPOS?

Em condições financeiras difíceis, tendo a necessidade de culturalização do povo, o CPC teria, inevitavelmente, que se apoiar na jovem intelectualidade da Guanabara, no meio universitário, que sente vivamente o problema da ineficácia social da ideologia dominante, vivendo permanentemente o problema da impossibilidade concreta de aplicar os conhecimentos que alcança na universidade. Foram os universitários os primeiros que apoiaram política e socialmente o CPC, expandindo o movimento, recrutando quadros, criando formas de comunicação popular, auxiliando as campanhas financeiras do CPC.

É preciso ainda observar que a formação do CPC nas faculdades também surgiu devido a um segundo fator: o CPC, sem existência financeira compatível com o vulto da tarefa que se propunha realizar, sofreu em determinado momento um engarrafamento de quadros que não tinham tarefas concretas para realizar. O CPC não tinha nem dinheiro, nem organização suficiente para movimentar todos os quadros que assumiam as nossas posições. Desse engarrafamento, partindo da iniciativa criadora desses quadros, surgiram esses outros grupos, que passaram a recolher recursos e quadros nas próprias faculdades. A existência de grupos dispersos, mesmo que ligados amistosamente, pertenceu a uma fase do CPC da UNE. A experiência mostra que os ativistas da cultura popular devem atuar centralizados, ligados organicamente. Só assim se consegue a economia de ação, a mobilidade, o aumento do poder de eficácia, a continuidade, requisitos indispensáveis para a realização de uma tarefa socialmente nova.

A formação de movimentos de cultura popular em faculdades - a experiência nos mostrou - leva o grupo a ser totalmente absorvido pelo seu grupo social, tendo cada vez mais dificuldades em se voltar para uma permanente atuação junto às massas.

Acreditamos que a maioria das atividades da cultura popular, inicialmente, deve estar entre os universitários - talvez seja o universitário o primeiro grupo social a ser atingido. Mas jamais deve haver grupos permanentemente voltados com exclusividade para os universitários.

- QUE REAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES JÁ SE TÊM OBSERVADO PELA AÇÃO DO MOVIMENTO?

Novamente responderemos segundo os itens "a" e "b" mencionados: atuação para os grupos sociais e atuação com os grupos sociais.

I - ATUAÇÃO PARA OS GRUPOS SOCIAIS

Sendo atividade do CPC ainda, principalmente, de caráter artístico, torna-se difícil objetivar as reações e transformações realizadas.

Poderíamos citar:

. CAMPANHA DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

Teve grande importância a participação do CPC da UNE na luta dos universitários pela reforma universitária principalmente em maio-julho de 1962.

A peça "Auto dos 99%" foi apresentada em todos os Estados do Brasil e em praticamente todas as Faculdades da Guanabara. Os espetáculos na Guanabara foram realizados, na época da deflagração da greve, às vezes, antes das assembléias que decidiram a posição dos estudantes.

Colocando a defasagem entre os conhecimentos ministrados e os conhecimentos necessários para uma efetiva ação social, o "Auto dos 99%" contribuiu para esclarecer e mobilizar o universitário em torno de sua reivindicação fundamental. O "Auto dos 99%" teve tanta importância que sua apresentação foi proibida em praça pública e impedida à força. O CPC apresentou, num grande comício popular, o "Auto dos Cassetetes" que denunciava os motivos da proibição do "Auto dos 99%".

. UNE-VOLANTE

Realizando espetáculos teatrais, debates sobre arte popular, exibição de filmes documentários e espetáculos em praça pública, venda de livros e discos populares a participantes - apesar dos defeitos artísticos e da estreiteza ideológica - o CPC da UNE contribuiu para instalar, em diversos estados brasileiros, movimentos de cultura popular, abrindo perspectiva de ação para a juventude universitária e para a intelectualidade.

. ESCLARECIMENTO POPULAR(setembro à outubro de 1962)

O CPC da UNE mobilizou-se durante dois meses, espalhou grupos na Guanabara, que, através de espetáculos, músicas, livros, debates populares, fazendo espetáculos em caminhões, em escadarias, em favelas, portas de fábricas, na rua, enfim levou para o povo as teses nacionalistas e democráticas formuladas nos congressos da UNE. As peças, as músicas, eram escritas a cada dia, aproveitando cada fato característico de nossa vida social. A intensa participação do CPC contribuiu, ainda que modestamente, para a vitória das teses nacionalistas e democráticas nas eleições de outubro de 1962 na Guanabara.

. MOBILIZAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE

A atuação sempre crescente do CPC da UNE possibilitou a aproximação e o interesse da intelectualidade. A revista "movimento" e o jornal "metropolitano" tornaram-se palco de debates sobre o sentido e o significado da cultura popular. Artistas, escritores, músicos, pintaram, escreveram e compuseram música para o CPC da UNE, que hoje conta com grande número de participantes, mesmo que eventuais, da intelectualidade.

II - ATUAÇÃO COM OS GRUPOS SOCIAIS

Na atuação com os grupos sociais, os resultados do trabalho podem ser mais objetivados. A atuação com os grupos sociais é a essência mesma dos movimentos de cultura popular; a interação com o povo, de seus conhecimentos práticos, de sua experiência com as conquistas culturais no campo

social. É o povo mobilizado em suas vanguardas, criando seus núcleos, aprendendo e ensinando a se tornar ação social, a tornar concretos seus conhecimentos do mundo pela prática transformadora.

Esse tipo de trabalho tem duas características fundamentais:

- a) CONTINUIDADE - trabalho permanente com os grupos sociais, permitindo a formação de destacamentos de vanguarda dentro do próprio povo - a adaptação das formas aos conteúdos específicos ali determinados, a integração das mais amplas camadas na ação de culturalização. Culturalizar não é só absorver conhecimentos, é aplicá-los socialmente e, nessa aplicação, intensificar e aprofundar o próprio conhecimento.
- b) EXTENSÃO: os movimentos feitos com o povo lhe pertencem e, assim se estendem, se difundem, se irradiam. A verdadeira fonte criadora dos movimentos de cultura popular são as ações feitas com o povo a partir de seu nível de consciência e utilizando seu cabedal imenso de conhecimentos práticos. A integração de um homem do povo nos movimentos de cultura popular dá-lhe, de imediato, subjetivamente, seu verdadeiro significado objetivo enquanto agente social. Conhecendo praticamente sua verdade, o homem do povo, adquirindo sua liberdade concreta, descobre sua potência e sua força de ser transformador. Nesse sentido, foram plenamente vitoriosas, ainda que efêmeras, as experiências de criação dos CPCs. Universitários foram mobilizados e escreveram, representaram, debateram, fizeram exposições, formaram-se e formaram, conheceram as limitações objetivas para os movimentos de culturalização, adaptaram seus meios aos seus fins.

- HÁ ALGUMA ATIVIDADE PREFERENCIAL? QUAL? POR QUE MOTIVOS?

O CPC da UNE dedica-se, preferencialmente, a atividades no campo da produção de cultura popular; isto é, a mencionada para os grupos sociais impossibilitados, ainda, de dar prioridade à atuação dos grupos sociais que afirmamos ser a mais eficaz. A preferência imposta e não escolhida decorre da carência de meios.

- DESENVOLVE ATIVIDADES NO CAMPO DA ALFABETIZAÇÃO?

A UNE tem dois instrumentos de ação de cultura popular: o CPC e a Campanha de Alfabetização, organismos estes autônomos, trabalham intimamente vinculados. As atividades de alfabetização, por motivos de ordem organizacional, são exercidas exclusivamente pela Campanha de Alfabetização. O CPC da UNE não faz alfabetização.

- DESENVOLVE ATIVIDADES NO CAMPO DA CULTURA POPULAR?

Sim. Os objetivos pretendidos e os recursos com que tem contado constam no início do relatório.

- QUAIS SÃO OS SETORES DE ATUAÇÃO?

TEATRO

Julho de 1961:

- . montagem da peça "A Vez da Recusa", de Carlos Estevam, direção de Francisco de Assis. Representada em Niterói, no Congresso da UNE e em Brasília, no Congresso da UBES.

Dezembro de 1961 a fevereiro de 1962:

- . montagem da peça "Eles não Usam Black-tie", de Gianfrancesco Guarnieri, direção de Oduvaldo Vianna Filho. Apresentada em numerosas organizações sindicais do Estado do Rio de Janeiro.

Março a maio de 1962:

- . primeira UNE-VOLANTE. Montagem das peças "Brasil Versão Brasileira", de Oduvaldo Vianna Filo, direção de Armando Costa, e "Miséria ao Alcance de Todos", quadros de Francisco de Assis, Carlos Lira, Arnaldo Jabor, Augusto Boal e Bertold Brecht. 45 apresentações para 16.000 espectadores, em todas as capitais brasileiras, exceto São Paulo, Cuiabá e Niterói. Nessa mesma UNE-VOLANTE: representações em praça pública e organizações de massa, de quadros da peça "Miséria ao Alcance de Todos" e apresentações, em universidades e faculdades, da peça "AUTO DOS 99%", de Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa, Antônio Carlos Fontoura, Cecil Thiré e Marco Aurélio Garcia, em todas as cidades percorridas.

Maio a julho de 1962:

- . apresentações da peça "Auto dos 99%" em todas as faculdades da Guanabara, bem como, em concentrações populares nas praças públicas.

Julho de 1962:

- . representação do "Auto do Cassetete", da equipe de redação do CPC, em concentrações populares em praça pública. Representação do "Auto do Relatório", da equipe de redação do CPC, no Congresso da UNE, em Quitandinha. Representação do "Auto do Tutu Está no Fim" da equipe de redação do CPC, em concentração operária no Sindicato dos Metalúrgicos.

Setembro a outubro de 1962:

- . representação de "squetes" populares e músicas em praça pública, favelas, organizações de massas, bem como participação na campanha das forças nacionalistas democráticas durante o período pré-eleitoral.

Dezembro de 1962

- . representação do "Auto do Não", da equipe de redação do CPC, juntamente com exibição de cantores populares e da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, estreando em praça pública a CARRETA DO CPC, como participação na campanha do plebiscito.

Fevereiro a março de 1963:

- . representação da peça "Revolução na América do Sul", de Augusto Boal, direção de João das Neves, em sindicatos e organizações de massa.

Abril a junho de 1963:

- . 2ª UNE-VOLANTE. Montagem da peça "Filho da Besta Torta do Pajéu", de Oduvaldo Vianna Filho, direção de Carlos Kroeber, em teatros de todo o Brasil, juntamente com apresentações em praça pública, organizações de massa - sindicais e estudantis - de espetáculos populares nas capitais percorridas.

Julho a setembro de 1961:

- . montagem pelo Grupo de Espetáculos Populares do CPC da peça "Auto dos 99%", em faculdades e associações de massa, dentro e fora da Guanabara.

SEMINÁRIO DE DRAMATURGIA:

- . criado em 1961, para pesquisas no campo da dramaturgia popular e autoria de peças populares para o repertório do CPC e demais organizações de cultura popular.

CURSOS

- . o CPC realizou dois cursos de teatro, visando à formação de atores, com aulas de direção, expressão corporal, dicção e laboratório, nos anos de 1961 e 1963.

O CPC da UNE, em sua atividade teatral, distingue dois tipos de ação: as de teatro para os grupos sociais e com os grupos sociais. No primeiro tipo, o CPC tem duas áreas de experiência: um teatro de agitação política, focalizando temas imediatos de reivindicações populares e denúncias de ações políticas, contrárias aos interesses nacionais, levando em praça pública, em carreta, em comícios populares; e um teatro que, partindo do que já foi alcançado e ganho na dramaturgia brasileira, visa a aprofundar essa experiência no sentido de aumentar seu grau de comunicação enquanto levanta os problemas fundamentais de libertação de nosso povo.

No teatro de agitação política o CPC tem atingido as grandes massas trabalhadoras mediante os "Autos" escritos por seu seminário de dramaturgia e que foram mencionados na enumeração de atividades.

Em sua outra área de experiência, o CPC sai do teatro de agitação política e encena peças de participação de autores contemporâneos brasileiros - Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e outros.

Como as grandes massas ainda não têm acesso a esse tipo de teatro pelas limitações culturais - e a outras - que a ordem econômica vigente impõe, esses espetáculos do CPC têm sua ação efetivada na área da pequena burguesia, intelectualidade e na vanguarda das classes trabalhadoras.

Dos espetáculos de agitação pública, o CPC colheu, pelo próprio imediatismo das colocações, uma ressonância de tal grau nas massas populares, que esses espetáculos chegaram a desencadear uma violenta repressão, visando a dissolução de

sua continuidade, embora tenhamos consciência que a eficácia desses espetáculos tenha sido frequentemente diminuída por uma estreiteza de visão da realidade, originada não só pelo imediatismo de seus propósitos, como também, de eventuais limitações de nossa perspectiva.

A falta de recursos financeiros para manter um elenco profissional com uma constância de representações e, até então, a inexistência de um teatro próprio, tem impossibilitado o CPC obter rendimento eficaz nas apresentações de seus espetáculos teatrais na outra área mencionada. Mesmo assim, as peças "Brasil, Versão Brasileira" e "O Filho da Besta Torta do Pajeú", com elenco improvisado, num baixo nível de profissionalização, apresentaram condições mínimas inerentes a um espetáculo de bom nível. Essas duas peças foram apresentadas em todo o Brasil, por ocasião das duas UNE-Volantes, para platéias da pequena burguesia, principalmente intelectuais e universitários. Seus resultados foram positivos na medida em que conseguiram levantar uma visão crítica de nossa realidade, que estivesse no nível das consciências dessas platéias, apesar do defeito que sofriam, de essencialização dos determinantes políticos e econômicos dessa realidade em detrimento de uma mais efetiva comunicação teatral.

O CPC considera que a afinidade com os grupos sociais é das mais importantes, na medida em que, só ele organiza a massa como ativista da cultura popular. Em sua ação teatral com os grupos sociais, o CPC teve experiência com estudantes e operários. As experiências com estudantes foram as mais bem sucedidas devido essencialmente ao nível mais elevado de culturalização em que se encontram a necessidade que tem de reação o cerceamento que a atual estrutura da universidade exerce sobre a carência de uma participação sua mais rigorosa e consequente no processo da transformação cultural brasileira, bem como sua disponibilidade de tempo.

Diante dessa realidade, o CPC tem criado, com grande eficácia, grupos de teatro popular nas diversas faculdades, formados por estudantes que escrevem, dirigem, interpretam seus próprios espetáculos, levando-os aos demais estudantes, bem como às demais camadas sociais.

A experiência tem nos mostrado que o teatro isoladamente tem pouco poder para organizar os operários enquanto ativistas de cultura popular. Isto porque, limitados pela condição econômica que os sufoca, não tenham atração por uma afinidade que lhes parecem lúdicas, porque não colocada no nível de suas necessidades mais imediatas.

Parece-nos que o teatro, enquanto ação com os grupos sociais, tem maior penetração nos grupos operários na medida em que complementa e se escuda em outros instrumentos de cultura popular que estejam nesse mencionado nível de necessidade (exemplos -: alfabetização, cursos técnicos etc). Nesse sentido, a atuação do teatro do CPC com os operários fracassou, porque não estava apoiada por outros instrumentos da cultura popular, mais sensíveis e necessários a eles.

LIVROS

O CPC da UNE iniciou suas atividades editoriais lançando o cordel "João Boa Morte, Cabra Marcado para Morrer", de Ferreira Gullar, em julho de 1962. Tiragem: 5.000 exemplares. Preço: Cr\$ 50,00. Segunda edição: novembro de 1962. Tiragem: 10.000 exemplares. Preço: Cr\$ 20,00.

Organizou juntamente com a Editora Civilização Brasileira o I e o II "Violão de Rua", volume extra da série "Cadernos do Povo Brasileiro". "Violão I", lançado em setembro de 1962 com tiragem de 10.000 exemplares, reunia os seguintes poetas: Afonso Romano de Santana, Ferreira Gullar, Geir Campos, José Paulo Paes, Moacyr Felix, Paulo Mendes Campos, Reinaldo Jardim, Vinicius de Moraes. Já o Violão II, lançado em dezembro de 1962 apresentava, além dos acima cotados, José Carlos Capinam do CPC da Bahia e Francisco José, do CPC da UNE. Tiragem de 10.000 exemplares.

Em abril de 1963, o CPC lançou os cordéis - "Aventuras de Zé Fominha, o Homem que Enguliu um Navio", de Félix de Athaide; "As Safadezas do Diabo com a Mulher do Coronel", de Reinaldo Jardim; "Quem Matou Aparecida, História de uma Favelada que Ateou Fogo às Vestes", de Ferreira Gullar. Tiragem de cada cordel: 5.000 exemplares, preço: Cr\$ 50,00.

Em agosto de 1963, o CPC da UNE lançou sua coleção "Reportagens", prevista para dez livros, com dez mil exemplares cada um e cujos quatro títulos iniciais são:

- I - "Como o Brasil Ajuda os EEUU", de Arnaldo Ramos.
 - II - "A Terceira Guerra", de Lúcio Machado.
 - III - "Em Agosto Getúlio Ficou Só", de Almir Matos.
 - IV - "Inflação, Arma dos Ricos", de Fausto Cupertino.
- Preço: Cr\$ 300,00.

CORDEL - FOLHETOS DE FEIRA

A experiência dos "Folhetos de Feira" deu resultados positivos, como indicam a edição e reedição de "João Boa Morte" e a aceitação dos novos cordéis.

"João Boa Morte" foi vendido em vários estados e não Estados. Na Guanabara, grupos do CPC venderam na porta da Central do Brasil, lendo trechos do poema, para um grande número de pessoas, na sua maioria operários. Em duas horas vendiam-se mais de 300 exemplares. Esse tipo de venda foi sustado devido à intervenção da polícia que prendeu os vendedores e os folhetos. Deram também bons resultados a venda, pelo CPC de Niterói, na estação das barcas, naquela cidade, dos demais folhetos. "João Boa Morte" nasceu para ser encenado na carreta do CPC, em praça pública. O poema é, de fato, a estruturação de uma peça, cujas cenas complementares foram escritas (Vide repertório volume 1º), que não chegou a ser encenada.

Os demais poemas da série já foram escritos com o fim exclusivo da publicação. Os versos de "Quem Matou Aparecida", "Zé Fominha", "As Safadezas do Diabo" e "Zé da Mulesta Versus Tio Sam" (inédito) foram, antes de editados, lidos para operários e populares, em sindicatos e na Central do Brasil, a fim de se colher opiniões desses. Algumas modificações foram feitas na base dessas experiências. Um dos poemas, sobre a "Greve da Paridade", não pôde ser editado, atendendo-se à sugestão de operários de Leopoldina que consideraram incorreta a narração dos fatos da greve no poema. A venda dos "Folhetos de Feira", apesar dos resultados positivos alcançados, apresenta ainda o problema de distribuição. Na Guanabara, devido à polícia do Governador Lacerda que impede a venda direta. No resto do país, devido à falta de entrosamento com os veículos normais de distribuição e venda que, a nosso ver, deverão ser os mesmos utilizados pelos autores populares do Nordeste. Essa possibilidade existe e está provada no fato de que um vendedor de folhetos populares nos trens da Central do Bra-

sil foi ao CPC da UNE comprar nossos folhetos para vendê-los junto com os que normalmente vende ali.

A organização dos CPCs e MCPs em âmbito nacional poderia oferecer soluções novas para esse e outros problemas de distribuição.

O "Violão de Rua" visa a despertar a intelectualidade para a poesia participante e para a colaboração mais efetiva com os movimentos de cultura popular. Dirige-se mais especificamente para um público da pequena burguesia.

REPORTAGEM

O objetivo desta coleção do CPC da UNE é esclarecer o grande público sobre problemas e fatos relacionados com a independência política e econômica do país. Destina-se a um público não especializado, sendo escrita em linguagem simples, jornalística, fartamente ilustrada com charges e fotografias. Tendo sido lançada há menos de um mês, ainda não é possível uma análise crítica e aprofundada de seus resultados. Até agora vem tendo grande receptividade por parte de público, tendo sido vendidos em menos de uma hora, durante a concentração popular da Cinelândia, em memória de Getúlio Vargas, cerca de 500 exemplares do volume nº 3.

TELEVISÃO

O CPC tem uma total impossibilidade de acesso às emissoras de TV na Guanabara.

RÁDIO

O CPC não tem ação direta nas emissoras de rádio na Guanabara, embora algumas emissoras anunciem frequentemente as atividades do CPC.

IMPrensa

A imprensa na Guanabara está fechada para a divulgação das posições do CPC. Alguns jornais divulgam esparsamente as atividades do CPC. Apenas através do Metropolitano, Jornal da UME, e do Movimento da Une, revista e jornal da Une, o CPC conseguiu debater suas posições no campo da cultura popular.

MÚSICA

16 de dezembro de 1962, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, apresentação da 1ª noite de música popular brasileira, em que se fez uma resenha da história do samba carioca, da velha guarda à bossa nova, com os elementos mais representativos dos diversos estágios de transformação de nosso samba.

DISCOS

O CPC lançou, em julho de 1962, o disco "O Povo Canta", um LP compacto de 33 1/3 rotações e 7", composto das faixas: "Canção do Subdesenvolvido" de Carlos Lira e Francisco de Assis; "Canção do Trilhãozinho, dos mesmos autores; "João da Silva", de Billy Blanco; "Zé da Silva", de Geny Marcondes e Augusto Boal; "Grilheiro Vem, Pedra Vai", de Rafael de Carvalho. São intérpretes deste disco Nora Ney, Carlos Lira, Rafael de Carvalho, Nara Leão, Vera Gertel e o coro do CPC. Foram editados 11.000 discos e planejam-se novas edições. Em setembro de 1962, o CPC editou um disco de 78 RPM composto de duas faixas: "Comprador de Votos", de Carlos Carvalho, Oduvaldo Vianna Filho e Aramando Costa, e "Punta del Leste", de Roberto Quartim e Nelson Lino de Barros. Está atualmente em fase de acabamento o long-play de 33 1/3 rotações e 12". O "Auto dos 99%", versão musical da peça, com músicas de Armando Costa, Sérgio Ricardo, Carlos Lira, Roberto Quartim e letra de Vinicius de Moraes e Ferreira Gullar.

CINEMA

O CPC da UNE em 1961-1962 realizou um filme de longa-metragem "Cinco Vezes Favela", composto de cinco episódios dirigidos por cinco novos diretores de cinema nacional: "Um favelado", de Marcos Farias, Zé da cachorra, de Miguel Borges, Couro de gato, de Joaquim Pedro, "Escola de Samba Alegria de Viver", de Carlos Diegues, "A pedreira de S. Diogo", de Leon Hirszman. O filme foi realizado pela primeira verba conseguida pelo CPC da UNE (três milhões de cruzeiros). O restante do orçamento (um milhão e meio aproximadamente) foi coberto com cotas distribuídas entre atores, diretores, argumentistas e técnicos, que possibilitaram assim a realização da fita. O filme foi exibido na Guanabara, em avant-premiér, nos Estados visitados pela UNE-Volante e no Festival de Cinema Nacional em Florianópolis.

Dificuldades originadas pelos monopólios de distribuição cinematográfica no Brasil, ainda não permitiram a exibição comercial de "Cinco Vezes Favela" nos outros Estados. O filme, com o qual o CPC pretendia conseguir fundos para suas outras atividades, não chegou ainda a se pagar.

Além do longa-metragem, o CPC da UNE realizou algumas exibições de filmes no sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, apresentando filmes clássicos seguidos de debates.

A falta de quadros e de fundos não permitiu a continuação da experiência, que mostrou um positivo elemento de atuação. "Cinco Vezes Favela", como realização tanto artística como econômica, foi fruto da ingenuidade do CPC da UNE em sua fase inicial.

O cinema brasileiro não tem praticamente nenhuma espécie de proteção. A distribuição e a exibição carregam o dinheiro. A produção pouco recebe. Sem garantias de espécie nenhuma, o produtor é obrigado a realizar filmes de garantido sucesso comercial para poder sobreviver. A tradição de sucesso comercial no cinema brasileiro é o apelo aos estímulos menos intelectualizados possíveis, automáticos e inodoros. Não existe a tradição do filme, do cinema, que estabelece o diálogo com as grandes massas, colocando uma visão do mundo, assumindo posições éticas.

"Cinco Vezes Favela" é um filme com linguagem, praticamente um filme conceitual, de "mensagem", como se diz, "sem que a mensagem seja encarnada numa simbologia humana reconhecível". Pecando artisticamente e culturalmente "Cinco Vezes Favela" teria de fracassar comercialmente. Esse fracasso é episódico, faz parte do lento processo de subir à massa, de assumir a coletividade.

"O Pagador de Promessas", "Assalto ao Trem Pagador", "Vi-das Secas", "Seara Vermelha" e outros filmes nacionais mostram que o diálogo vai sendo estabelecido - o estabelecer o diálogo, o comunicar, é a essência mesma do fenômeno artístico.

Se "Cinco Vezes Favela" teve esse lado negativo; apresentou aspectos positivos principalmente entre a intelectualidade do cinema no Brasil. Lançou novos técnicos, atores, diretores, argumentistas. Postulou o filme de baixo custo de produção como única forma de libertação do cinema brasileiro. Reuniu artistas e jovens intelectuais que au-

mentaram sua unidade, discutiram seus roteiros e despertou agudamente a consciência do cineasta para a representação social de nossa realidade.

ATUAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

O CPC da UNE atua com as entidades de massa, organizando e colaborando na organização de festivais, noites de autógrafos etc., em sindicatos e faculdades. É frequentemente convidado para se apresentar em atos públicos patrocinados por entidades de massas. Outros modos de atuação conjunta ligados a atividades específicas, vêm sendo relacionados nas exposições sobre essas massas.

DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA

Há preocupação, por parte do CPC da UNE, em divulgar e promover as diferentes atividades do movimento, procurando a maior penetração na massa e possibilitando um recrutamento de quadros mais amplos.

A propaganda e a divulgação de atividades vêm sendo feitas através do noticiário da imprensa, em rádio, em painéis quadros murais de faculdades e organizações de massas, jornais de sindicatos etc., em caráter noticioso e permanente, cobrindo todos os setores de trabalho do CPC. Esse tipo de divulgação é conseguido sem gastos, através de contatos.

Outra atividade de caráter promocional prende-se aos Festivais de Cultura Popular. O primeiro, realizado em 17 de setembro de 1962, na sede da UNE, reuniu a intelectualidade mais progressista e uma massa de cerca de 3.000 pessoas, constituindo um acontecimento de repercussão dentro e fora do país. Foram lançados na ocasião, os "Cadernos do Povo", da Editora Civilização Brasileira. Apresentaram-se, com Teatro e Jogral, os CPCs das Faculdades de Filosofia, Nacional de Direito e Arquitetura, e do CPC da UNE, além do Jogral do CPC do Sindicato dos Metalúrgicos. Tendo se apresentado numerosos atores e cantores de rádio, teatro e televisão, os quais colaboraram com o CPC da UNE para a organização do espetáculo.

O II Festival de Cultura Popular foi realizado no Sindicato dos Metalúrgicos em fevereiro de 1963, com a apresentação de cantadores da Escola de Samba Estação Primeira da

Mangueira, de cantores etc. e com o CPC da UNE estreando a "Revolução na América do Sul", de Augusto Boal, e a apresentação especial do MCP de Recife, com a "Incelença", de Luiz Marinho. Nosso II Festival, ao contrário do primeiro, foi com ingressos, tendo sido lotado completamente a sede do Sindicato.

O III Festival foi realizado no dia 9 de setembro, com entrada franca e na sede da UNE, por ocasião do lançamento de "Reportagens", coleção do Centro Popular de Cultura da UNE. O III Festival apresentou exposições de artes plásticas - Abelardo da Hora - do MCP do Recife, com álbum de gravuras "Meninos do Recife" e uma seleção de trabalhos dos componentes do Centro de Estudos da Escola Nacional de Belas Artes; exibição de curta-metragens franceses e nacionais organizada pelo GT de Cinema do CPC em colaboração com o Grupo de Estudos de Cinema da UME.

No teatro do CPC, hora em construção no segundo pavimento do prédio da UNE, teve lugar o espetáculo que durou cinco horas e apresentou os grupos folclóricos Guerreiros das Alagoas, Capoeira d'Angola e o Grupo Solando Trindade; os cantores, Aracy de Almeida, Zé Ketty, Cartola, Ismael Silva, Sérgio Ricardo, Carlos Lira; representantes do conjunto musical do CPC da UNE e do CPC de Niterói; além da presença do representante do CPC de Belo Horizonte e da cantora argentina Maria Escudero. A afluência do povo ao III Festival foi de tal ordem que as dependências da UNE não comportavam todos os presentes, tendo uma parte da massa permanecido nas calçadas.

Para uma preparação dos festivais o CPC lança mão, como publicidade complementar, além das formas já mencionadas, de volantes distribuídos pela cidade, de uma caminhonete com serviços de auto-falantes (cedidas pelos sindicatos), de cartazes em silk-screen, de um painel de grandes dimensões e da projeção de slides na fachada da UNE.

A divulgação e a propaganda são feitas inteiramente por amadores, dada a absoluta carência de recursos da entidade. Mesmo para o lançamento de "Cinco vezes favela" foram utilizados quadros voluntários que representavam, nos pontos de maior concentração popular, cenas ligadas aos temas dos filmes, distribuíam volantes, colavam cartazes etc. O CPC tentou mais dois tipos de trabalho ligados a atividades de divulgação e propaganda, que tiveram de ser temporariamente suspensos, já que a experiência demonstrou que as condições atuais não são favoráveis. A primeira tentativa foi a

apresentação de pequenos esquetes e da venda de livros na Cinelândia, na Central do Brasil e outros pontos da cidade. Apesar dos excelentes resultados alcançados, foi suspensa a experiência porque, apesar da autorização do Diretor da Central, o Governador do Estado apreendeu o material do CPC e prendeu os elementos do grupo teatral do CPC que apresentavam os esquetes. A segunda tentativa liga-se à montagem de uma rede de distribuição de livros, discos etc., cobrindo todo o território nacional e utilizando os CPCs já existentes e os DCEs estaduais. Por uma série de fatores (impossibilidade de profissionalização dos quadros, inexperiência e falta de tempo disponível da maioria dos quadros amadores encarregados do trabalho, má coordenação por parte do CPC), a atividade de distribuição foi suspensa temporariamente para ser reestruturada em bases mais reais.

As atividades de propaganda e divulgação, levando-se em conta a falta de recursos financeiros e as licitações de um trabalho amador e, até certo ponto, eventual, podem ser consideradas de rendimento apenas razoáveis, estando longe do que seria desejado.

PLANOS FUTUROS

O CPC da UNE vê esses dois anos e meio de atividades como um longo período de consolidação. A luta para garantir a sua existência. Nada foi realizado com a necessária continuidade, muitos erros só puderam ser verificados, não houve a possibilidade material de se refazer a experiência. A flutuação de quadros, inevitável, obrigou-nos, muitas vezes, a começar de novo uma série de atividades, muitas vezes.

O importante não era propriamente fazer cultura popular, o importante era chamar a atenção para a necessidade da cultura popular como front dos mais importantes na luta de libertação nacional.

Para nós, essa fase de consolidação chega ao fim com a realização do I° Encontro de Cultura Popular, com a consolidação da Editora e com a construção do Teatro do CPC da UNE.

Os instrumentos básicos mínimos já possuíamos, quadros com larga experiência, apoio das lideranças sindicais. Fundamentalmente, dois anos e meio de experiências.

A curto prazo, o CPC da UNE pretende exatamente terminar esta fase de consolidação, inaugurar o teatro, terminar o lançamento dos livros que compõem a coleção "Reportagem" e redigir os estatutos definitivos de nossa organização que, para nós, a experiência mostrou, deve se basear na autonomia dos setores e na centralização no que se refere à linha de ação e distribuição de recursos.

A longo prazo, nossa atividade continuará se dirigindo para dois aspectos centrais:

1. O aumento do patrimônio - a criação de atividades auto-financeáveis;
2. O movimento de criação de núcleos de cultura popular com o povo.

TODO O MOVIMENTO DO CPC VISA A INSTALAR COM O POVO NÚCLEOS DE CULTURA POPULAR.

I - AUMENTO DO PATRIMÔNIO - CRIAÇÃO DE ATIVIDADES AUTO-FINANCIÁVEIS

a) Teatro da Cultura Popular

Teatro do CPC da UNE, com 300 lugares, destinado à pequena burguesia e liderança operária.

À luta para conseguir encarnar o humanismo.

À visão que preside a luta do povo brasileiro, na dramaturgia e no espetáculo brasileiro.

À apresentação de novos autores nacionais.

À apresentação de textos clássicos adaptados ou não à nossa realidade.

Ao encaminhamento das pesquisas de um Teatro Popular Brasileiro.

b) Editora de Arte e Cultura

Aprofundar a experiência de informação político-social da massa, com textos cada vez mais acessíveis.

Aprofundar a experiência com os folhetos de poesia e com os violões de rua.

Divulgação da música brasileira, de seus compositores populares.

Organizar uma coleção de documentos tratando da responsabilidade brasileira.

c) Atividade Permanente da Carreta

Com espetáculos em praça pública e conferências ilustradas sobre temas fundamentais para esclarecimento da consciência popular.

II - CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DE CULTURA POPULAR

O CPC pretende realizar uma experiência piloto de criação de Núcleos de Cultura Popular.

Pretende pesquisar na Guanabara qual o bairro, qual o local de concentração popular que oferece maiores condições para o trabalho.

Nesse local será instalada uma experiência piloto. Com a própria massa descobriremos quais as atividades devem ser organizadas: alfabetização, teatro, coral, cursos técnicos, esportes, recreação etc.

Ativistas e profissionais permanecerão junto com o povo, no local, desenvolvendo o núcleo até a sua consolidação. Esta experiência piloto só agora poderá ser realizada, se chegar até ela o CPC da UNE terá justificado a sua existência.

O CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNE CONSIDERA IMPORTANTE A CRIAÇÃO DE UM ORGANISMO QUE PERMITA UM MAIOR ENTROSAMENTO ENTRE OS MOVIMENTOS DEDICADOS À CULTURA POPULAR, POSSIBILITANDO A TROCA DE EXPERIÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

Cultura Popular e Pé no Chão
COMUNICAÇÃO AO I ENCONTRO DE ALFABETIZAÇÃO
E CULTURA POPULAR

1. De pé no chão também se aprende a ler
2. De pé no chão também se aprende uma profissão
3. Democratização da Cultura

I. CULTURA POPULAR: tentativa de conceituação

O significado do termo Cultura Popular assume para nós forma definida a partir da compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetido o Brasil, desde o seu descobrimento, até os dias atuais. Dominação que tem sofrido historicamente, mudanças que ora acentuam ou atenuam seu caráter, mas que fundamentalmente persiste, envolvendo todo o complexo político-econômico e cultural brasileiro.

Portanto, procuraremos caracterizar de forma sumária a trajetória da dominação a que está submetido o Brasil, suas implicações e manifestações no plano cultural, com a predominância de padrões culturais alienígenas e finalmente a consciência dessa dominação por parte do povo brasileiro o que se traduz na eclosão dos movimentos de cultura popular.

TRAJETÓRIA DA DOMINAÇÃO: do Brasil Colônia ao Brasil Independente

A descoberta do Brasil pelos portugueses teve um caráter muito mais geográfico que histórico. Isto porque o tipo de civilização encontrada pelos portugueses, em virtude de seu estágio de cultura primitivo, foi facilmente sufocada pela cultura européia trazida pelos nossos descobridores. Desta

forma, estabeleceu-se a primeira relação de dominação cultural. O nativo brasileiro não era um valor que se afirmasse, do ponto de vista histórico-cultural, mas apenas um dado que se sobrepunha à natureza, com ela se confundindo e identificando-se. Passa então o Brasil a viver como um apêndice da Europa, dela dependendo econômica e politicamente e de lá importando os seus valores culturais. O Brasil colônia aliena-se à sua metrópole perde a sua interioridade, a sua essência mesma que está ocupada pelo exterior. A situação colonial é profundamente marcada pela aliaenação: dependência política e econômica, descaracterização cultural.

A colônia tomada em relação à metrópole não é história, é geografia. Não é sujeito, porém objeto; não é forma e sim matéria.

A partir da situação colonial que influenciou profundamente nosso processo histórico-cultural e com o encontro verificado entre as culturas nativa, africana e européia, com predominância desta última, plasmou-se a cultura brasileira. Passando daí por diante a sofrer uma série de influências externas, fruto das dominações exercidas no plano econômico. Desta forma sucederam-se toda a gama de influências alheias, instalando-se um verdadeiro processo de alienação cultural que a condição de "independência" trazida com o gesto de D. Pedro I não foi suficiente para detê-lo. Ao contrário, em alguns aspectos, a situação de dependência externa se acentuou, assumindo formas diferentes, sutis, mas que penetram fundo na alma e no sentimento do povo, tirando-lhe toda a sua essência, ocupando o seu interior.

CULTURA BRASILEIRA E PADRÕES CULTURAIS ALIENÍGENAS

A persistência da situação colonial não poderia, nos dias atuais, ter as mesmas características dantes da nossa independência. Tal situação evolui dialeticamente com a História, assinalando conquistas gradativas do povo dominado, principalmente dentro do plano econômico (controle da exploração de riquezas naturais, controle da remessa de lucros, etc.), isto, por outro lado, contrabalanceado pelas diferentes formas que vai assumindo a dominação externa que começa a falar em termos de "alianças", "cooperação" e "ajuda", atenuando a relação de domínio em alguns setores, mas a todo custo procurando mantê-la. Ora, tal situação irá fatalmente refletir-se no plano cultural.

Começa então o povo brasileiro a construir um tipo de cultura que não é elaborada aqui e que tem a função precípua de manter o nosso povo preso a um esquema de pensamento e atitudes que devem traduzir-se na aceitação passiva da situação de dominação externa, e mais ainda no respeito e admiração ao povo dominador.

Isto é facilmente perceptível em todos os planos. Os meios de informação - divulgação de notícias e de idéias -, as formas de entretenimento e diversão de aparência inofensiva e até mesmo ingênua se articulam formando a terrível máquina que distorce os fatos e submete o comportamento de grande parcela do povo brasileiro. Passa-se por conseguinte à vivência de padrões culturais alienígenas, com a infância e a juventude brasileiras "trabalhadas" para cultivar heróis que não os nossos, conhecendo muito mais, senão somente, a História de um povo estranho e não a sua História, preparada para admirar e servir ao povo dominador que aparece aos seus olhos como os "supremos defensores dos princípios da Democracia e da Liberdade no mundo Ocidental e Cristão"....

No plano político, esta compreensão se revela pelo temor, habilmente induzido na consciência do povo, à "ameaça de infiltração de ideologias exóticas", ameaça da qual precisamos nos proteger através da concessão de favores, no plano econômico, aos "defensores da Democracia" que devem levar nossas riquezas a fim de garantir a nossa segurança e tranqüilidade em relação ao tão terrível mal...

Tais manifestações comportariam uma ampla análise que não caberia aqui e são referidas apenas a título de exemplo de como funciona o processo de submissão cultural do povo brasileiro. Tal processo utiliza vários meios, principalmente a propaganda que desempenha a espetacular tarefa de padronizar as atitudes e produzir hábitos novos, reflexos, condicionados a conceitos estranhos na mentalidade do povo, submetido com isso a um processo de estúpida massificação. Tão eficiente e sutil é o seu funcionamento, cuidadosamente planejado e dirigido segundo técnicas e leis de psicologia que vão gradativamente impingindo ao povo slogans políticos, idéias, gostos artísticos, hábitos e atitudes, tudo em função do conformismo e da aceitação, da subserviência, enfim.

EMERGÊNCIA DA CULTURA POPULAR

A conscientização da situação de dependência por parte do povo brasileiro trouxe novas perspectivas no sentido de deter a trajetória de dominação. Esta conscientização assume formas mais agudas na medida em que outros povos da América Latina lutam igualmente contra a opressão a que estão submetidos, evidenciando-se a existência de um movimento libertário do qual Cuba é o primeiro país a conseguir êxito deste grande anseio de libertação nacional.

A nossa luta interna de libertação liga-se profundamente à cultura popular, que assume no primeiro momento o sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo-se aos valores culturais estranhos aos nossos valores, criados e elaborados aqui. Essa é a tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido do universal, permitindo o processo de aculturação em que haja predominância da cultura brasileira.

Num segundo momento, assume a cultura popular um caráter de luta, que ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional, promova a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político-cultural do nosso povo. Cultura Popular que leve o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não apenas receptor, mas principalmente, criador de expressões culturais.

A tarefa da Cultura popular não é exclusivamente um meio político, um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder. Estaríamos reduzindo o sentido de libertação humana ao plano político ou econômico. A tomada revolucionária do poder não extingue a cultura popular, ao contrário, deixa aberto o caminho para uma criação cultural autêntica e livre, ou melhor, popular e nacional.

Há, portanto, um entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional, socialismo e luta anti-imperialista. Por conseguinte, embora pareça em princípio paradoxal, a cultura popular tem papel de instrumento de revolução econômico-social, mas em última instância a afirmação e a vitória desta revolução é que irá possibilitar o surgimento das mais autênticas criações populares, livres das alienações que se processam no plano político e econômico.

Fica claro, portanto, o mais profundo sentido dialético da revolução popular que não é um fim, porém um meio de conseguir a libertação total do povo, fazendo-o construtor do seu destino e "nenhum povo é dono de seu destino se antes não é dono de sua cultura".

II. Uma experiência de educação de massas

O analfabetismo é uma das constantes e mesmo uma das características mais marcantes de uma região subdesenvolvida. Conforme verso e reverso da medalha é causa e efeito do subdesenvolvimento, isto é, sendo causa, inicialmente de subdesenvolvimento, o analfabetismo passa a ser efeito também, na medida em que se constitui entrave às mudanças das estruturas sociais no trânsito para o desenvolvimento. As regiões só atingem o desenvolvimento depois de passarem pelo processo de erradicação do analfabetismo. Assim aconteceu com os Estados Unidos, a União Soviética, Japão e México.

A PROBLEMÁTICA EM NATAL

Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, não poderia fugir à regra geral. E, aqui se agravava a situação, pois o processo educativo entrara num verdadeiro retrocesso. Vinte anos atrás funcionavam na cidade 11 (onze) grupos escolares, e, ao ser deflagrado o processo de Campanha estavam reduzidos a 10 (dez). Enquanto isso, a população cresceu, multiplicada por quatro, aproximadamente. A educação pública primária passou, assim, por um verdadeiro colapso. A massa de analfabetos cresceu em assustadoras proporções.

Ao administrador que se propusesse a enfrentar o problema, a solução não poderia, jamais, ser alcançada em moldes acadêmicos. O tempo perdido haveria de ser ganho revolucionariamente. Em Outubro de 1960, pela primeira vez na história, o município de Natal elegia o seu prefeito pelo voto popular. E a administração que se iniciava em novembro do mesmo ano trazia matrizes de governo de vanguarda. O prefeito Djalma Maranhão não se mostrava vinculado ao pólo dominante da sociedade, guardando

raízes e afinidades com as populações suburbanas. Sua campanha política fora feita, reivindicando o voto popular, no sentido de construir uma administração que fizesse da "educação e cultura meta número de um governo".

Chamado para a Secretaria de Educação o Dr. Moacyr de Góes, juntamente com o Prefeito, iniciaram bela e dura luta de erradicação do analfabetismo. Assim nasceu a "Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler'", trabalho de técnicos, professores, funcionários, estudantes e homens do povo.

CAMPANHA "DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER"

Em 1961, a Prefeitura do Natal, com um orçamento de Cr\$ 111.539.000,00 e um déficit de Cr\$ 43.659,00, consignando Cr\$ 3.756.000,00 para a educação, começava a "guerra" ao analfabetismo.

O nome da Campanha nasceria de uma reportagem da imprensa, quando o jornalista Expedito Silva, noticiando o programa de educação popular que se iniciava em Natal, afirmava que até "de pé no chão também se aprende a ler", querendo dizer que, de agora em diante educação não era mais privilégio, pois todos teriam acesso à Escola, sem fardas, com qualquer roupa e até mesmo sem calçados. Até que enfim a Escola não esperava pelo educando, ia a sua procura, onde ele estivesse.

Em seu escopo geral, a Campanha atende à educação de adultos e à educação de crianças, sendo que damos ênfase especial à educação de crianças. Justificava esta atitude o fato de que o número de crianças em idade escolar existente em Natal é muito maior que o número de adultos analfabetos e, portanto, só conseguiremos fazer a erradicação do analfabetismo, se dermos maior importância à alfabetização da criança sem deixar à margem a alfabetização de adultos, evidentemente.

A alfabetização constituindo o núcleo de toda uma obra de cultura popular deve ter como objetivo máximo integrar o educando na sua comunidade, dando-lhe para isto a oportunidade de sentir e viver a cultura de seu povo.

Cada escola deverá ter os seus serviços próprios e outros em cooperação com a comunidade, visando à integração do educando no seu meio. Tal integração deve ter como sentido uma profunda vivência com a problemática da terra, de tal forma que o aluno sinta a realidade regional, estadual e nacional e reflita sobre tais problemas.

Os serviços que devem integrar o educando no seu meio devem ser constituídos de clubes folclóricos, danças rítmicas, folguedos, pequenos cursos, cujo conteúdo vise à discussão de problemas brasileiros, encontros diversos com a comunidade sobre temas como: saúde e sua relação com problemas sócio-econômicos; causas de analfabetismo no Brasil etc.

A integração da criança ao meio ainda deve ser atingida através do próprio conteúdo de ensino. Assim é que todo o currículo deve ser desenvolvido através de grandes temas que procurem dar ao aluno uma visão de conjunto com uma interpretação de suas implicâncias no setor social.

Ao lado da parte de alfabetização, com todos os recursos de que a Escola deve lançar mão como uma instituição organizada que tem por fim transmitir a cultura das gerações mais velhas às gerações mais moças, deve vir uma parte de ensino profissional que possibilite ao homem meios para a sobrevivência. Isto ainda deve contribuir para a afirmação do homem como ser humano.

A alfabetização deve, portanto, ser o centro e marco inicial de toda obra de cultura popular, uma vez que não se entende qualquer tipo de cultura que não esteja em evolução, em progresso, e a alfabetização de um povo é marco inicial para o seu progresso.

FASES DA CAMPANHA

Hoje já podemos distinguir cinco fases realizadas na Campanha e registramos o início de mais duas que começam agora. São as seguintes, vistas a vôo de pássaro:

Primeira fase:

Sem dinheiro para a construção de prédios escolares, a Prefeitura apelou para a população: onde fosse cedida, gratuitamente, sem cobrança de aluguel, uma sala, aí seria instalada uma "escolinha". Sindicatos, sociedades beneficentes, sedes de clubes de futebol, igrejas de todos os credos, residências particulares, abriram as suas portas. Aí passaram a funcionar escolas, com as precárias instalações que a prefeitura poderia oferecer. Depois de dois anos, já se somam cerca de 271 dessas "escolinhas".

Segunda fase:

O caráter de indeterminação da localização das "escolinhas" e a necessidade de atacar o analfabetismo nos locais mais densamente povoados de analfabetos levou a Prefeitura à fase dos "Acampamentos Escolares". A impossibilidade de construção dos clássicos prédios escolares persistia, mas havia a premência de uma concentração de escolas junto aos bairros periféricos da cidade. A solução encontrada foi a construção de "Acampamentos Escolares": grandes galpões de 30 x 8 metros, cobertos de palha de coqueiro e chão de barro batido. A construção é autenticamente obra de Cultura Popular, usada pelos pescadores das praias nordestinas, herdeira em linha reta da habitação indígena. Uma curiosidade: os operários da Prefeitura não souberam construir o primeiro "Acampamento". Foram chamados os pescadores do "Canto do Mangue", praia das proximidades, conhecedores da técnica da "virada" e da "armarração" da palha.

O primeiro "Acampamento" marcou o início do trabalho piloto no bairro das Rocas: quatro galpões, com quatro classes cada um e mais um galpão para recreação, reuniões de círculos-de-pais-e-professores e sessões festivas. Funcionamento em três turnos.

Em 1961 construíram-se dois "Acampamentos": Rocas e Carrasco. Em 1962 o número cresceu para nove: Rocas, Carrasco, Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó, cobrindo, assim, os limites da cidade.

Terceira fase:

A terceira fase foi tentada, a título de experiência, somente no bairro das Rocas. A pesquisa prévia localizou um resíduo de adultos analfabetos que resistiam à Escola. Executou-se, então, um trabalho com professores-meninos-voluntários que, indo de casa em casa, de porta em porta, alfabetizavam esses alunos não motivados para a escola. Vinte e dois núcleos prestaram serviços em 1962.

Quarta fase:

Saindo do campo propriamente escolar, a Prefeitura em 1962, procurou alcançar as comunidades dos bairros com um programa de democratização da cultura, atra-

vés das chamadas "Praças de Cultura". Um conjunto de parque infantil, praças de esportes (vôlei, basquete e futebol de salão) e uma biblioteca faz a "Praça de Cultura" que, em última instância, é complementação das "escolinhas" ou dos "Acampamentos" que se localizam próximos. Em 1962 foram construídas dez praças das quais duas com as bibliotecas em pleno funcionamento. A praça, neste caso, deixa de ser somente um ornamento urbanístico para ser um instrumento de cultura popular.

Quinta fase:

Ensino profissional - A Campanha "De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão" deflagrada a primeiro de fevereiro deste ano. Ensinar que um "B" com "A" faz "B-A Bá" não basta. Completando a outra Campanha, a "De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão", pretende dar ao homem alfabetizado, através de cursos de aprendizes, os instrumentos profissionais para um Nordeste que vai amanhecendo para a industrialização.

Instalada a 11 de fevereiro deste ano, iniciando as suas atividades com oito (8) cursos de Aprendizes e nesta data já se eleva a 17 (dezesete) o total de cursos em funcionamento, divididos em 3 (três) turnos e distribuídos nos Acampamentos especificados:

Rocas: Corte e Costura, Alfaiataria, Marcenaria, Sapataria, Telegrafia, Elementos de Eletricidade, Barbearia, Bordado à Mão.

Carrasco: Barbearia, Corte de Cabelo (feminino), Enfermagem de Urgência, Datilografia, Taquigrafia, Encadernação e Corte e Costura.

Nova Descoberta: Artesanato, Bordado à Máquina, Cerâmica e Bordado à Mão.

Nordeste: Corte e Costura

Quintas: Em fase de instalação

Deve-se ressaltar o interesse despertado pela "Campanha", no meio da população dos bairros, desde a criança ao adulto, de ambos os sexos, onde se pode constatar através de uma matrícula nos diversos cursos com número que se eleva a 700 (setecentos) aprendizes, com uma frequência e rendimento que nos deixam

plenamente satisfeitos. Este número não corresponde à vontade daqueles que nos procuram em virtude dos mínimos recursos que ainda dispomos para o atendimento das necessidades, não podemos atendê-los.

Em agosto último já diplomamos a primeira turma, composta de 148 aprendizes pertencentes aos cursos: Corte e Costura, Enfermagem de Urgência, Sapataria, Marcenaria, Barbearia, Datilografia, Artesanato e Encadernação.

Em novembro próximo serão entregues novos certificados a mais uma turma de aprendizes.

É desejo da Edilidade ampliar o plano dessa nova experiência de ensino, distribuindo os cursos por todos os acampamentos instalados nos bairros mais desassistidos.

Sexta fase:

Criação do Centro de Formação de Professores da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler". Já em funcionamento desde dezembro do ano passado, tem os seguintes objetivos:

1. Formar professores para atender às necessidades da Campanha, através de 3 tipos de cursos:
 - a) Emergência: (preparação a curto prazo) com 3 ou 4 meses de treinamento;
 - b) Ginásio Normal (preparação a longo prazo) com 4 anos de escolaridade após a conclusão do primário;
 - c) Colégio Normal (preparação a longo prazo) com 3 anos de escolaridade após a conclusão do curso médio de primeiro ciclo.
2. Fazer a coordenação técnico-pedagógica da Campanha.
3. Manter uma Escola de Demonstração (Primário), que sirva de laboratório à Campanha.

Sétima fase:

Com a notícia da Campanha extrapolando os limites da Capital, várias Prefeituras Municipais do Rio Grande do Norte nos solicitaram a concessão de bolsas de estudo para professores primários municipais, no Centro de Formação de Professores.

Logo em seguida passamos à fase de assinatura de convênios com as edilidades interioranas onde, além das bolsas de estudo, a Campanha oferece assistência pedagógica sistemática. Periodicamente (de 15 em 15 dias) um grupo de orientadoras pedagógicas vai até cada cidade onde supervisiona classes, reúne-se com professores e apresenta sugestões para uma programação quinzenal. Dentre os municípios assistidos pela Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" encontram-se as de São Tomé, São Paulo do Potengi, Afonso Bezerra, Macau (sindicatos), Açu, Currais Novos e São Gonçalo, até o momento.

Oitava fase: uma escola por semana.

A etapa seguinte da Prefeitura de Natal, em continuidade ao seu programa de democratização do ensino, consta da ampliação da rede escolar municipal, com a construção em estrutura metálica de uma escola por semana, em convênio com o Ministério da Educação, através do Ministro Paulo de Tarso.

Durante o mês de agosto, a Prefeitura inaugurou 3 escolas. No mês de setembro, foram 2 escolas. A partir da segunda quinzena de setembro até o mês de dezembro, serão inauguradas 14 escolas.

COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DA CAMPANHA

Com a criação do Centro de Formação de Professores, conseguiu-se a sistematização da Campanha do ponto de vista técnico-pedagógico. Assim, dispomos de uma equipe constituída por 32 orientadoras pedagógicas, todas tituladas pela Escola Normal de Natal e muitas delas de nível universitário.

1. Técnicas de supervisão

1.1. Encontro de orientadoras:

Semanalmente todas as orientadoras e diretores de Acampamentos reúnem-se no Centro, a fim de planejar e discutirem suas atividades. Estas reuniões são feitas às sextas-feiras, durante o dia todo. Pela manhã, há reunião dos grupos. Esses grupos apresentam sugestões, debatendo sobre as mesmas. À tarde, há uma reunião geral com todos

os grupos. Nesta reunião, os grupos que trabalham, separadamente, apresentarão as atividades, planejadas e discutidas, à Diretora Pedagógica do Centro, a fim de serem submetidas à apreciação. Também, semanalmente, há um encontro entre professores dos acampamentos, com as orientadoras. É nesta reunião que as orientadoras transmitem às professoras as atividades planejadas por elas, desenvolvendo de maneira que as mesmas se adaptem ao nível das diversas turmas.

1.2. Visitas

Diariamente, a orientadora pedagógica faz visitas às escolinhas domiciliares, a fim de verificar se as professoras estão desenvolvendo, normalmente, o plano da semana e o rendimento da classe. Quando se trata de Acampamento, ela passa o dia orientando, no próprio Acampamento, assistindo às aulas, observando o andamento das turmas e corrigindo as falhas, caso se apresentem.

1.3. Indicações bibliográficas

Em cada Acampamento existe uma biblioteca à disposição dos alunos e professores. As orientadoras organizam listas de livros, relacionados com o plano que está sendo desenvolvido, a dar às professoras a fim de que elas os consultem, facilitando assim seus trabalhos e pesquisas.

1.4. Sugestões por escrito

Quinzenalmente, o centro expede uma lista variada de sugestões pedagógicas para toda a Campanha, acompanhada de um plano, composto de um suplemento e das atividades a serem desenvolvidas. Estas sugestões são preparadas no Centro por uma equipe de Planejamento e mimeografadas.

1.5. Cursos de emergência

O Centro já realizou 2 Cursos de Emergência, os quais obtiveram pleno êxito. O 1º curso diplomou 481 candidatos, sendo 28 do interior do Estado. Todos os candidatos diplomados pelos Cursos de Emergência foram incluídos na Campanha para lecionar nos Acampamentos e nas Escolas Domiciliares. No 2º Curso, foram diplomados 124 can-

didatos, sendo 18 do interior do Estado. Todos estes candidatos do interior vieram a mandado dos Prefeitos e estão ensinando por conta das respectivas prefeituras.

2. Atividades extra-classe (co-curriculares)

O centro vem desenvolvendo, desde sua criação até a data atual, uma série de atividades extra-classe:

2.1. Congresso de Cultura Popular

O "Centro de Formação de Professores" realizou, entre os dias 21 de abril e 1º de maio passado, o "Iº Congresso de Cultura Popular" com a participação de delegações de outros estados da federação, como Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Sul. O evento apresentou a programação seguinte:

Dia 21 de abril: Instalação do Congresso e inauguração do "Fórum de Djalma Maranhão" - 17:30h. - 21:00 h. - Teatro Alberto Maranhão - Peça de teatro - "O Processo de Tiradentes em nosso Tempo" - júri sob a responsabilidade do Centro de Cultura Popular de Natal.

Dia 22 de abril: Dia da Educação - programações sobre a educação popular, através da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler". Lançamento do "Livro de Literatura para Adultos De Pé no Chão".

Dia 23 de abril: 17:00 h., Galeria de Arte - Exposição do pintor Raul Córdula da Paraíba.

Dia 24 de abril: 20:00 h., Fórum de Debates - Palestra do crítico Luís Costa Lima, do SEC da Universidade do Recife, sobre "Cultura e Alienação".

Dia 25 de abril: 20:00 h., Fórum de Debates - Palestra do crítico cinematográfico - Willes Leal, da Paraíba.

Dia 26 de abril: lançamento do segundo volume de "Viola de Desafio".

Dia 27 de abril: Exposição, na Galeria de Arte, de artesanato e arte popular. - 20:00 h. Palestra de Newton Navarro, sobre "Arte Popular".

Dia 28 de abril: Inauguração do Teatrinho do Povo, no bairro do Alecrim com a encenação da peça "Pedro Mico" e exibição de Jograis da Universidade da Paraíba.

Dia 28 de abril: 16:00 h. Conferência da professora Edna Lott.

Dia 29 de abril: Galeria de Arte - Lançamento dos "Cadernos do Povo Brasileiro" pelo editor Ênio Silveira - 20:00 h. Debate, com Ênio Silveira, sobre "O Problema do Livro".

Dia 30 de abril: Lançamento, na Galeria de Arte, do disco da UNE "O Povo Canta" - Debate sobre "Reforma Agrária".

Dia 1 de maio: Exibição de documentários: "Aruanda e Cajueiro Nordestino", por Linduarte. - 16:00 h. Concentração operário-estudantil-camponesa. - Coro Falado: "Poemas para liberdade".

Objetivos deste congresso: Difusão da cultura, politização popular.

2.2. Estudos de problemas da escola primária

Os Cursos de Formação de Professores do Centro de Formação de Professores da Campanha tiveram oportunidade de participar, contando com a colaboração de alunos da Escola Normal de Natal, de uma Semana de Estudos sobre a Escola Primária", realizada nos dias 10, 11, 12 e 13 de agosto passado e constou do seguinte temário:

2.2.1.0 Ensino Primário em Natal:

- a) As escolas: número de escolas da cidade.
- b) Método utilizado. Problemas de disciplina.

2.2.2.A situação do professor em Natal:

- a) Condições técnicas de trabalho.
- b) Cursos de Formação e Aperfeiçoamento.

2.2.3.0 aluno na escola atual:

- a) Situação do aluno: econômico e social.
- b) Relacionamento do aluno e professor.

2.2.4. Alfabetização de adultos

a) Necessidade e importância.

b) Problema do analfabetismo: conseqüências.

2.3. Semana de Saúde

Realizamos nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de agosto passado, uma Semana de Saúde para as famílias dos alunos da comunidade em geral, em colaboração com a Universidade do Rio Grande do Norte.

Constou de 5 palestras sobre saúde, que visaram a despertar o interesse da comunidade no que se refere aos cuidados necessários à conservação da higiene pessoal e do lar. As palestras envolveram os seguintes temas:

“Doença e Subdesenvolvimento” - “Odontologia Sanitária” - “Alimentação” - “Principais Endemias Locais: combate e profilaxia” - “Proteção à Maternidade e à Infância”.

Além da Universidade do Rio Grande do Norte, contou a Semana de Saúde com a colaboração das Instituições: SESP, DNERu, CIAT.

3. Avaliação do Rendimento Escolar

A avaliação do rendimento escolar é feita através da aplicação de testes elaborados pela equipe de orientação pedagógica e aplicados duas vezes ao ano.

Essas avaliações têm a coordenação geral do Centro. Após o final das aplicações, cada orientadora apresenta uma tabulação dos resultados alcançados e o Setor de Pesquisas e Medidas organiza uma tabulação geral, bem como as representações gráficas correspondentes.

Além dos testes que se destinam mais à avaliação dos conhecimentos, há uma avaliação em termos qualitativos que se destina a medir atitudes, idéias, formação de hábitos e habilidades.

Faz parte ainda da avaliação a aplicação mensal de testes e trabalhos organizados pelas próprias professoras de classes sob a supervisão das orientadoras.

O aproveitamento demonstrado pelos testes aplicados em dezembro de 1962 e julho de 1963 foi de respectivamente 74 e 85%.

4. Promoção Escolar

A promoção escolar não constitui problema, porquanto ela é feita tendo em vista as capacidades e limitações dos alunos. Assim, durante o ano, pode haver tantas promoções quanta forem necessárias de acordo com o aproveitamento dos alunos.

A preocupação maior é no sentido de acompanhar o aluno e assisti-lo ao máximo, de tal forma que ele apresente um rendimento escolar tão alto, quanto seja capaz.

5. Serviços de Atividades Complementares

O difícil para a Campanha não é abrir escolas, pois, com o "déficit" escolar existe onde se instalar uma sala de aula chegam os alunos. O difícil é promover a assistência permanente; exigir uma qualidade de ensino cada vez melhor, apesar do pessoal leigo na regência das classes; abastecer de material "Acampamentos" e "Escolinhas", uma vez que o livro, o caderno, o lápis, são distribuídos gratuitamente, pois, a população que frequenta a Campanha não dispõe de recursos para adquirir os seu instrumentos de estudo. Assim, atividades complementares assumem importante papel:

5.1. A Pesquisa - O serviço de pesquisa centraliza o seu trabalho no estudo de evasão escolar e no estudo da avaliação do rendimento. Assim há uma equipe que faz visitas aos lares, procurando as causas da evasão escolar e procurando contê-la.

5.2. Círculos de Pais e Professores - Estudando o problema educativo através do binômio Escola-Família, os círculos têm ajudado na promoção da integração da Campanha na comunidade. Em 1963 os Círculos se pararam para ser um instrumento de politização - nova meta a ser alcançada.

5.3. Recreação Intensiva - Além da recreação própria, os "Acampamentos" possuem parques infantis e regentes de classes que se especializaram em recreação. A recreação orientada tem sido o fator neutralizante da comum evasão escolar.

- 5.4. Merenda Escolar - É outro fator que combate a evasão escolar. A merenda, diante da pauperização das áreas onde atua a Campanha, vem assumindo cada vez mais o papel de forte motivação escolar. Muitas vezes a merenda escolar é a primeira refeição do educando. Esta merenda se enriquece na medida em que os alunos trabalham mais nos aviários e hortas.
- 5.5. Educação para a Produtividade: Aviário e Hortas - Os "Acampamentos" estão aparelhados de hortas e já contam com três aviários. A produção deles é consumida pelos alunos na merenda diária - o que é um estímulo para o cuidado maior com as hortalças e as aves. A Campanha desperta o educando para a produtividade, demonstrando que as comunidades precisam se organizar na luta contra o pauperismo e a alienação da realidade. A educação simplesmente livresca já tem o seu atestado de óbito passado.
- 5.6. Bibliotecas Rotativas - Além dos postos de empréstimos ou bibliotecas populares, que funcionam nas Praças de Cultura, cada Acampamento dispõe de uma Biblioteca. Estas últimas funcionam em sistemas de caixas rotativas que demoram cerca de um mês em cada Acampamento Escolar, quando, então, se promove o rodízio. Cada caixa dispõe de cem livros, e, não havendo repetição de títulos de volumes de uma caixa para a outra, na conclusão do rodízio das nove caixas, cada acampamento terá ganho uma biblioteca de novecentos livros. Cada caixa de biblioteca contém livros pedagógicos para formação ao magistério, obras didáticas e de literatura infanto-juvenil e de adultos. (Ver estatística em anexo)
- 5.7. Círculos de Leitura - Sob a supervisão da diretora do Acampamento, que é a Orientadora Pedagógica, as regentes de classes organizam círculos de leitura, à base das obras pedagógicas para formação de magistério, quando procuram aperfeiçoar os seus conhecimentos. Na maioria dos Acampamentos Escolares estes Círculos de Leitura se reúnem semanalmente.

Também nas classes, os livros da biblioteca são utilizados para leituras em comum e interpretações de suas estórias infanto-juvenis.

- 5.8. Teatrinho João Redondo - O setor de recreação tem usado com êxito o teatrinho de fantoches, nas festas escolares e nos círculos de pais e professores. A Campanha, na busca de sua autenticidade cultural, usa o nome do Teatrinho João Redondo, denominação popular no Rio Grande do Norte para este tipo de representação artística.
- 5.9. Programa de Rádio - Complementando o trabalho local que se fez em cada comunidade, a campanha atinge todo o estado através de programa de rádio levando diariamente ao ar de 11:30 às 12:00 horas, pelas Rádios Nordeste e Brejuí.

O programa é de caráter sócio-cultural-educativo, dirigido a um público infantil, mas, com o objetivo de atingir o adulto. Consta das seguintes partes: 1) apresentação, de forma dramatizada, de histórias infantis e esquetes sobre assuntos e problemas brasileiros, da compreensão infantil, seguida de um debate ou análise do assunto apresentado na história ou esquete. Esta análise ou reflexão dirige-se mais ao adulto. Nesta primeira parte trabalham três (3) personagens populares, constantes - a figura de um vovô (vovô Patrício), de uma criança (Chiquinho) e da mãe de Chiquinho (D. Suzana).

A segunda parte é mais recreativa e variada, focalizando os seguintes temas: música infantil, divulgação da música popular brasileira, temas educativos de ordem psicopedagógicas, (p.ex: crianças problema, educação doméstica, relações entre a escola e o lar, folclore, histórico e curiosidades dos municípios do Rio Grande do Norte, etc.)

A terceira parte consta de um noticiário rápido sobre atividades de Prefeitura e divulgação de informações da Campanha.

O programa esta à disposição da Campanha, fugindo, às vezes, de sua programação rotineira, toda vez que há um empreendimento do setor cultural, visando atingir o maior número possível de parti-

cipantes, como também, o horário do programa está à disposição de quaisquer outros movimentos de caráter popular que haja na cidade.

5.10. Cartilha para Adultos

A Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" organizou o horário noturno dos Acampamentos para a alfabetização de adolescentes que estão ocupados durante o dia e, principalmente, para adultos.

Atualmente, estão matriculados 3.000 adultos. A grande maioria é constituída de pais de crianças que estudam no mesmo Acampamento nos horários matutino e vespertino.

Ao lado da alfabetização simples, isto é, o ensino de técnicas de ler, escrever e contar, está a preocupação por uma conscientização e politização dos adultos.

Considerando a grande lacuna que os nossos livros didáticos de alfabetização de adultos apresentam neste aspecto, a Campanha elaborou um "Livro de Leitura para Adultos" - numa adaptação do "Livro de Leitura do M.C.P. do Recife", às condições locais.

O conteúdo desta Cartilha nos permite elaborar Planos de Aula que levarão os adultos, ao lado da alfabetização, a tomar consciência da realidade brasileira.

5.11. Cursos de Realidade Brasileira

Para que o corpo docente da Campanha possua um mínimo de condições para alfabetizar os adultos, promovendo a politização, realizam-se, nos Cursos de Emergência para formação de professores, cursos intensivos sobre problemas brasileiros e discussões sobre o conteúdo e aplicação da cartilha.

O temário desses Cursos consta os seguintes assuntos: "Processo Espoliativo do Imperialismo" - "Cultura Brasileira e Alienação" - "Cultura Popular" - "Análise e Crítica da Constituição Brasileira" - "Realidade Brasileira" - "Reformas

de Base" - "Aspectos da Economia Brasileira" - "O Professor Primário em Face da Realidade Brasileira" - "Análise da Cartilha".

5.12. Universidade ao Povo

A Prefeitura do Natal visando à ampliação do seu programa de alfabetização, educação e promoção do povo nas comunidades mais desamparadas do seu Município através da campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", solicitou a colaboração da Universidade em programas assistenciais e educativos da referida Campanha.

Dentro das pretensões da Prefeitura e das possibilidades da Universidade estão sendo realizados os seguintes serviços:

Faculdade de Farmácia: exames parasitológicos de fezes para tratamento de verminose.

Faculdade de Odontologia: levantamento dentário dos alunos e tratamento preventivo de aplicação de flúor.

Faculdade de Medicina: participação de professores e alunos através de palestras em programas educativos promovidos pelo Centro de Formação de Professores.

Através de contatos com as demais unidades da Universidade está sendo organizado um programa de ação para execução imediata.

6.0 Crescimento em Matrículas

O crescimento da matrícula vem sendo feito em ritmo pouco comum. Em fevereiro de 1961, os educandos alcançavam pouco mais de 2.000 (dois mil), para, em dezembro do mesmo ano, fechar a casa dos 8.000 (oito mil), e em 1962 chegar a 15.000 (quinze mil) alunos. Em 1963 a matrícula supera os quinze mil.

7. Cálculo de Custos

Alinhamos, em seguida, alguns cálculos de custo e de funcionamento dos Acampamentos Escolares:

Demonstrativo nº 1

Descriminação dos itens relativos à construção de:

. um galpão:

2.000 palhas de coqueiro		
para cobertura a Cr\$ 5 mil	Cr\$	10.000,00
20 quilos de prego a	Cr\$	240,00
Madeirame	Cr\$	53.700,00
Piso de barro batido	Cr\$	5.000,00
Mão de obra de construção	Cr\$	21.500,00
CUSTO TOTAL	Cr\$	95.000,00

. uma sala de aula:

Um galpão tem quatro salas. Preço de construção de uma sala de aula: Cr\$ 23.750,00

Demonstrativo nº 2

Descriminação dos itens relativos às instalações necessárias ao funcionamento de um galpão:

60 carteiras a Cr\$ 1.800,00	Cr\$	108.000,00
4 tamboretas a Cr\$ 210,00	Cr\$	840,00
4 mesinhas a Cr\$ 1.400,00	Cr\$	5.600,00
4 quadros-negros a Cr\$ 900,00	Cr\$	3.600,00
4 quadros-murais a Cr\$ 1.300,00	Cr\$	5.200,00
4 filtros a Cr\$ 800,00	Cr\$	3.200,00
4 apagadores a Cr\$ 60,00	Cr\$	240,00
Instalações elétricas	Cr\$	14.500,00
CUSTO TOTAL DAS INSTALAÇÕES	Cr\$	141.180,00

. uma sala de aula

Um galpão tem quatro salas. Preço das instalações de uma sala Cr\$ 35.295,00.

Demonstrativo nº 3

Despesas relativas ao funcionamento de um Galpão durante o ano letivo:

PESSOAL:

Grupo de Trabalho
de Educação Popular Cr\$ 187.800,00

12 professores percebendo
gratificação mensal
de Cr\$ 2.000,00 cada/12 meses Cr\$ 288.000,00

MANUTENÇÃO:

Material escolar (cadernos,
lápiz, livros, giz e mapas) Cr\$ 40.000,00

Água, energia elétrica e carvão Cr\$ 20.000,00

TOTAL Cr\$ 535.800,00

. uma sala de aula

Funcionam no Galpão 12 classes durante o ano. Custo do funcionamento de uma classe por ano letivo Cr\$ 44.650,00.

. um aluno

Cada classe tem 30 alunos. Custo de cada aluno durante o ano letivo: Cr\$ 1.488,00.

PS.: Estes preços correspondem aos custos vigentes em janeiro de 1962.

De Pé no Chão é Experiência

A Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" ainda é experiência. Com a responsabilidade e com a humildade que cabem aos educadores, assim vemos a revolução que está sendo levada a efeito em Natal, no campo da Educação Popular. O que afirmamos, no entanto, é que está aberta uma nova perspectiva para qualquer região subdesenvolvida responder ao desafio do analfabetismo.

Estes são os limites de uma notícia, de uma comunicação da experiência que o Governo da Prefeitura de Natal e o povo fazem no campo da Educação Popular. Outras oportunidades haverá para uma discussão em profundidade do estudo de suas implicações. Agora finalizamos com o pensamento voltado para a "Oração da Mestra", de Gabriela Mistral, pois haveremos de "fazer de espírito" mais do que à nossa escola de tijolos... à nossa escola de palha.

Um esforço de democratização da cultura

No esforço de trazer bem viva a Cultura Popular em Natal e completando as atividades da campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", existe a Diretoria de Documentação e Cultura. Esse órgão está diretamente subordinado à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Natal.

Com os pequenos recursos de que dispõe uma Prefeitura pobre do Nordeste, o esforço tem que ser realmente grande para ajudar no processo de desalienação de nossa cultura. Desalienação sim, pois vivemos sob a tutela de uma cultura de dominação, onde a cada minuto nosso Homem é influenciado pelo impingir de hábitos, formas de pensar etc. de um mundo que não é o seu. Somente vivendo um processo de tentativa de revitalização de nossa cultura poderemos saber das barreiras encontradas, pois os instrumentos que a classe dominante usa para massificação de nosso povo estão em ação constante.

Assim a Diretoria de Documentação e Cultura vem desenvolvendo um trabalho de divulgação e revitalização de nosso folclore, promovendo Jornadas de Folclore e Folquedos

Populares; democratização de nossa cultura através da Galeria de Arte, Museu de Arte Popular, Bibliotecas Populares, Praças de Cultura, apresentações teatrais, etc.

A seguir apresentamos em detalhes as promoções citadas.

FOLCLORE

A Prefeitura Municipal de Natal vem procurando, na medida de suas possibilidades, incentivar a todas as manifestações tradicionais da vida popular da cidade, para desta maneira, defender as origens culturais do povo.

Tem sido do programa da atual administração preservar, quando não revalidar, os autos populares e folguedos tradicionais da capital do estado.

Assim, durante os dois períodos de administração de Djalma Maranhão, foram promovidas 5 Jornadas de Folclore, em datas que correspondem ao ciclo natalino.

Todas as Jornadas de Folclore contaram com a presença de folcloristas de renome nacional: Gustavo Barroso, Jorge Amado, Edson Carneiro, Umberto Peregrino, Antônio Vilela, Valdemar Cavalcanti, Enio Silveira, Luiza Barreto Leite, Miercio Tati, Hildegarde Viana, Eduardo Portela, Barbosa Lessa, Bruno de Menezes, Théo Brandão, Carlos Galvão Krebs, Domingos Vieira Filho, Nunes Pereira, João Climaco Bezerra, Mozart Soriano, Ascenço Ferreira, Rômulo Argentiére, Fagundes de Menezes e ainda exposições públicas de folguedos tradicionais da região, mesas-redondas para debates de assuntos folclóricos e vasto programa turístico-social.

A Prefeitura, através da sua DDC, conta com a participação de 18 conjuntos folclóricos:

- 4 conjuntos "Boi Calemba"
- 4 conjuntos "Bambelô"
- 2 conjuntos "Os Congos"
- 3 conjuntos "Danças Antigas"
 - Araruna
 - Camaleão
 - Coã

- 1 conjunto "Chegança"
- 1 conjunto "Fandango"
- 1 conjunto "Lapinha"
- 2 conjuntos "Pastoril"

Que recebem apoio e ajuda financeira da municipalidade num esforço permanente de manter e divulgar as riquezas culturais do Rio Grande do Norte, infelizmente, até hoje, pouco conhecidas no resto do Brasil.

Podemos registrar com satisfação que apesar das dificuldades econômicas, a Prefeitura já se fez representar através do seu folclore em 4 festas de outros Estados: duas vezes na cidade do Recife, uma no Rio Grande do Sul e outra em Brasília, onde os conjuntos apresentados obtiveram o maior sucesso.

FESTAS TRADICIONAIS

Prestigiando as tradições mais verdadeiras do povo, o Prefeito Djalma Maranhão tem participado de todas as festas populares. Assim é que durante os ciclos natalino, junino, festa dos reis magos, a Prefeitura faz armar palanques no centro e nos bairros da cidade, para exposições de conjuntos folclóricos e ornamentam-se as ruas com alegorias próprias, dando à cidade o caráter festivo onde o povo se diverte com as suas danças e os seus cantos.

BIBLIOTECAS POPULARES

No plano de democratização da cultura, duas metas preocupam de princípio a atual administração: o livro e a cultura. Num país onde as disponibilidades para aquisição de livros são difíceis, a expansão da leitura através de bibliotecas públicas é uma medida de largo alcance.

Natal, cidade que conta hoje com quase 200 mil habitantes, não possui uma biblioteca pública. Tendo em vista esta deficiência, a Prefeitura do Natal, através da DDC de sua Secretaria de Educação, instituiu um plano de instalação de bibliotecas populares em todos os bairros da Capital. Assim é que nos meses de maio e junho de 1962 foram instalados dois "Postos de Empréstimos", localizados nos bairros de Rocas e Quintas - bairros autenticamente populares.

Funcionando somente em dois horários (15:00 às 18:00 e 19:00 às 21:00 horas), estes Postos, que são barracas de madeira e contam com um acervo de 2.000 livros cada, apresentaram um movimento plenamente satisfatório. O Posto do bairro das Rocas denominado "Posto de Empréstimo Monteiro Lobato" registrou, desde sua fundação até agora, uma média de 2.675 empréstimos por mês, totalizando até agosto passado 47.450 volumes circulados com 1981 leitores registrados. O das Quintas, denominado "Posto de Empréstimo Castro Alves", até agora em 14 meses, conta com um empréstimo de 23.002 livros, numa média de 1.443 empréstimos por mês e com 1.804 leitores registrados. O acervo é de conformidade com o interesse dos leitores, fazendo-se o possível para despertar-lhes o gosto da boa leitura e incentivando-os através de concursos, fixação de murais com notícias diárias dos jornais e sempre que possível, facultando-lhe as últimas edições de livros devidamente escolhidos.

Em julho de 1962, foram instituídas bibliotecas rotativas, que constam de uma caixa de aço com capacidade para 100 volumes aproximadamente, constando principalmente livros de orientação pedagógica e livros infantis para círculos de leitura com os alunos. Servem principalmente às professoras. Em número de nove (09) essas caixas fazem rodízio de 30 em 30 dias entre os Acampamentos da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler".

Assim, durante o ano letivo passam por cada Acampamento cerca de 900 livros. Essas pequenas bibliotecas apresentam uma média de 665 empréstimos mensais.

Com a criação do Centro de Formação de Professores da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", organizou-se ali uma biblioteca. De dezembro de 1962 a agosto do corrente ano circularam 5.625 livros, numa média mensal de 625 volumes.

Para o atendimento real do programa de democratização da cultura, a Prefeitura Municipal de Natal dentro de suas disponibilidades financeiras procura ampliar o seu plano bibliotecário, instalando novos "Postos de Empréstimos" e criando a Biblioteca Pública Central com maior acervo.

Em face da constante necessidade de ampliação do plano a executar motivado pela dificuldade financeira da Prefeitura foi solicitado ao Exmo. Sr. Ministro de Educação Dr. Paulo de Tarso doação de livros através do Instituto Nacional do Livro, doação esta que se espera receber no corrente ano.

A atual administração leva sua contribuição a um povo que tem sede de conhecimentos, sede de verdade. O processo da emancipação cultural do povo brasileiro faz-se necessário o mais rápido possível, pois "nenhum povo é dono de seu destino se antes não é dono de sua cultura".

PRAÇAS DE CULTURA

Uma das promoções de maior importância no plano cultural da atual administração do município é a realização de Praças de Cultura (feira de livros, discos, artes plásticas, popular etc.).

Sua importância é tanto maior quanto se sabe da necessidade de levar ao povo os livros, as diversas manifestações de arte e o contato direto de escritor com os leitores.

Apesar dos poucos recursos financeiros a Prefeitura de Natal faz instalar no centro da cidade com barracas de madeira, palanque, stands e ornamentação própria a Praça de Cultura.

Em colaboração com as livrarias da cidade, artistas e intelectuais o povo participou durante oito dias de uma feira de livros, discos, exposições de artes plásticas e popular, lançamentos de livros com a presença de escritores, exposições de conjuntos folclóricos, coro falado, trazendo ao público a mais nova fase da poesia brasileira, retretas e audições de música popular.

Procura-se assim despertar de maneira mais prática e mais atuante o interesse pela leitura e a conscientização do povo pela sua própria cultura.

PUBLICAÇÕES

Como parte do programa de divulgação da nossa cultura e contando com a participação de poetas, foram publicados dois cadernos de poesia participante, em edições tipo literatura de cordel, Viola de Desafio I e II, com lançamentos feitos na Iª Praça de Cultura do Natal e no Iº Congresso de Cultura Popular.

Foram publicadas duas plaquetas respectivamente de autoria do folclorista Veríssimo de Melo, estudo sobre o escultor popular Chico Santeiro e do Prefeito Djalma Maranhão fundamentada em um discurso pronunciado quando deputado na Câmara Federal sobre o mestre do folclore brasileiro Luis da Câmara Cascudo.

GALERIA DE ARTE

Construída na atual administração do Prefeito Djalma Maranhão e inaugurada nos primeiros dias de março do corrente ano com uma mostra do pintor Francisco Brennand, a Galeria de Arte, desde então, vem cumprido um programa de melhor nível artístico e cultural da Cidade.

Seu amplo e moderno salão aberto ao público natalense, todos os dias, tem oferecido promoções tais como mostras de arte popular, fotografia, pintura, desenho, cerâmica etc.. Sob a responsabilidade de artistas que honram o panorama do nordeste e do Brasil.

Enquadra-se mais esta iniciativa cultural do governo do município no vitorioso plano de trabalho em prol da democratização da cultura onde procura reunir povo e intelectuais e assegurar a autenticidade de expressão dos seus artistas populares.

A Cidade tem sabido reconhecer o que representa para a comunidade uma Galeria de Arte, assim todas as promoções têm recebido a compreensão exata do valor e dos fins a que ela se destina.

A cultura já não se mostra mais uma coisa difusa e de privilegiados. Vai ao encontro de todos nos vários setores de suas atividades. Vai encontrar o homem no seu campo de trabalho, na sua oficina, na sua fábrica, na sua forja, nos duros e variados ofícios onde exerce com nobreza a sua profissão. Começa nos Acampamentos de palha e barro da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" e já agora no mais arrojado plano de escolas pré-fabricadas - construindo uma por semana.

A Galeria de Arte, com seus artistas do povo e artistas eruditos, unidos num mesmo vínculo de sentimento, filia-se à obra significativamente humana e patriótica de um governo identificado com os anseios populares. Suas portas abertas ao Povo mostram, no talento e na inspiração dos nossos expositores, a mensagem viva e atual da inteligência brasileira.

Nos seis primeiros meses de atividades a Galeria de Arte apresentou, além de vários lançamentos de livros, o seguinte programa de exposições:

- . Exposição do pintor Francisco Brennand.
- . Meninos do Recife - desenhos do pintor Abelardo da Hora

- . Exposição de pintura de Iaponi Araújo
- . Miserere - promoção da DDC, durante a Semana Santa - a mostra reunia reproduções de quadros célebres, todos inspirados na Paixão de Cristo e tinha como roteiro legendas de Paul Claudel.
- . Mostra de Artistas Paraibanos
- . Exposição de Arte Popular, pela DDC, a cargo do pintor Newton Navarro.
- . Exposição de pintura de padre Eládio L'eraistre Monteiro
- . Exposição de pintura de Tarcísio Mota.
- . Salão de jovens pintores do Instituto de Educação, organizado pelo Diretório Estudantil "Celestino Pimentel".
- . Motivos do São João (arte popular).
- . Exposição Fotográfica de Praias da Cidadea
- . Desenhos e gravuras de Parcy Lau
- . Exposição de cerâmica a cargo da Prof. Lourdes Guilherme
- . Exposição de foto-jornalismo de Última Hora.
- . Exposição de trabalhos da Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão.
- . Exposição Fotográfica de Brasília.

MUSEU DE ARTE POPULAR CÂMARA CASCUDO

Ainda como parte do plano de democratização da cultura e valorização da nossa arte popular, a Prefeitura de Natal prestigiu o mais possível o Museu de Arte Popular Câmara Cascudo.

Criado em abril de 1957 e inaugurado em 30 de maio do mesmo ano, primeira fase administrativa do Prefeito Djalma Maranhão.

Conforme relatório apresentado pela srta. Zila Mamede, então Diretora da DDC, datado de 15 de março de 1961, possuía o museu 32 (trinta e duas) peças incluindo 24 (vinte e quatro) do escultor popular Chico Santeiro.

Preocupando-se com a preservação de todas as manifestações de arte e sua divulgação, o Governo do Município através da DDC da sua Secretaria de Educação voltou a adquirir peças dos nossos artistas populares, contando atualmente com um acervo de mais de 600 (seiscentas) peças. Tem promovido exposições em praça pública e mantém na galeria de arte um acervo permanente de trabalhos de real valor.

Com a construção do prédio próprio e instalações adequadas para a montagem do museu, espera a DDC concluir o plano que lhe foi confiado dentro da campanha de valorização e divulgação da nossa cultura popular e entregando à visitação pública, a partir de dezembro próximo, o Museu de Arte Popular.

TEATRINHO DO POVO

O teatrinho do povo foi instalado pela atual administração municipal no bairro do Alecrim, um dos mais populosos da cidade, dentro do mesmo plano de valorização cultural e com a finalidade principal de levar ao povo a diversão pela arte.

Com lotação para 200 cadeiras, foi inaugurado em 26 de abril do corrente ano, com a peça de Antônio Calado - "Pedro Mico" - encenada por um grupo de universitários.

Desde então tem apresentado ao público espetáculos diversos, principalmente de peças de autores regionais, coro falado, conjuntos folclóricos, etc.

Em cinco meses de funcionamento já apresentou 21 (vinte e um) espetáculos, com boa assistência e melhor receptividade.

CENTRO GUANABARINO DE CULTURA

Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários

Praia do Flamengo, 132

Rio de Janeiro - Guanabara

Fundação

Fundado a 20 de Agosto de 1963, no Rio de Janeiro, Guanabara, pela Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários.

Motivos da criação

Tendo em vista que a cultura, e em especial a arte, é a legítima expressão de um povo; tendo em vista que a cultura eleva os povos as mais altas condições de civilidade; tendo em vista que a cultura é necessidade de afirmação e libertação da pessoa humana, dando-lhe condições de criar e descobrir, através de um contacto com as coisas que o cercam e a própria natureza; tendo em vista, portanto, que cultura não é acumulação de saber de forma enciclopédica, de erudição extensa e superficial, mas sim, que cultura se estende pela capacidade criadora do ser humano, e que ela se realiza nas diferentes fases e momentos da história; sentimos que hoje se faz urgente no Brasil dada a atual condição do povo brasileiro onde 60% são analfabetos, e por conseguinte, desvinculados totalmente dos meios artístico-culturais; onde 50% são jovens, e que apenas 10% podem desfrutar dessa juventude; onde milhares morrem de fome, de tuberculose, e vivem num degradante estado de incivilidade a necessidade de dar ao homem brasileiro, a sua grande maioria do povo, ao homem das fábricas e os homens do campos, ao homem dos edifícios e ao homem das favelas, elementos de reflexão e condições de afirmação e promoção de sua personalidade, fazendo com que ele deixe de ser simples instrumento que dele possam se utilizar para o lucro, para as pretensões individuais, tornando-se portanto, simples objeto e não sujeito daquilo que ele constrói dia a dia: a História e sua história.

Com esse pensamento, e emitindo esse conceito, decidiram os atuais dirigentes da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários criarem mais um instrumento de integração do estudante na comunidade brasileira, a fim de que possamos estimular a geração em crescimento de uma cultura popular brasileira; a fim de que esta cultura não se faça separada em casta privilegiada de estudantes e povo, e onde o marco dessa separação seja uma pretensa cultura teórica, acadêmica e enciclopédica.

Objetivos gerais

Tendo em vista a recente criação do CGC, não podemos ainda traçar um plano de ação concreto. Adiantamos, porém, que será enviado um relatório (digo questionário) a todas as organizações gremísticas dos Colégios da Guanabara, a fim de fazer um levantamento do que se tem feito no setor cultural e alfabetização até hoje. Posteriormente então, poder-se-á traçar uma diretoria. Adiantamos, ainda, que já está sendo montada pelo CGC uma peça que será levada dentre em breve, de autoria de estudantes secundaristas da Guanabara.

Organização Interna (Organograma)

COORDENAÇÃO GERAL

SECRETARIA GERAL

TESOURARIA GERAL

Órgãos subsidiários:

1. Discoteca	Diretor, Secretário, Tesoureiro
2. Campanha de Alfabetização	Coordenador, Secretário, Tesoureiro
3. Jornal	Diretor, Secretário, Tesoureiro
4. Publicações	Diretor, Secretário, Tesoureiro
5. Teatro	Diretor, Secretário, Tesoureiro
6. Música	Diretor, Secretário, Tesoureiro
7. Letras	Diretor, Secretário, Tesoureiro
8. Comissão de Orientação Estudantil	Coordenador e Secretário

Diretoria

Atualmente, só temos três quadros preenchidos definitivamente, que são:

Coordenador Geral	Roberto Bonfim de Andrade
Secretária Geral	Lígia Sigaud
Diretora da Discoteca	Elisa Robertina Blum

Critério para a arregimentação de pessoal

O critério para a arregimentação de pessoas é o de ser estudante secundarista. Esta arregimentação será feita por intermédio dos Grêmios escolares.

Alfabetização

A Campanha de Alfabetização, que se dedicará a alfabetização de adultos para efeitos de controle, obedecerá o sistema usado na descentralização da entidade, ou seja, funcionará por DRS (Diretorias Regionais), que por sua vez será dividida em núcleos. A Campanha obedecerá a Coordenação Estadual de todas as campanhas de alfabetização da Guanabara Estado do Rio de Janeiro, segundo decisão aprovada no I Encontro Interestudantil de Alfabetização e Cultura Popular promovido pelo Ministro da Educação e Cultura. O sistema de alfabetização a ser adotado pelo CGC será o mesmo que for aprovado pelo I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, a se realizar em Recife. Os alfabetizadores serão recrutados no seio da classe estudantil secundarista por intermédio dos grêmios de colégios.

Cultura no Setor Estudantil

No setor estudantil, o CGC atuará através de seu órgão subsidiário COES (Comissão de Orientação Estudantil), que se destina a criar, orientar e promover centros de cultura ou atividades artístico-culturais em núcleos estudantis. Além disso, o CGC terá suas atividades internas feitas exclusivamente por secundaristas que farão parte de seus quadros.

Além do grupo de teatro, letras, música, haverá a discoteca que além de promover audições musicais, promoverá, também, palestras, cursos, seminários sobre os mais diversos assuntos. A seção de Publicações se destina a promover os escritores e artistas secundaristas que, pouco ou quase nenhuma chance têm, publicando-lhes as obras.

Cultura no Setor Popular

No setor popular, a atuação do CGC se fará através da COPO (Comissão de Orientação Popular), que se destina a motivar (utilizando-se dos outros órgãos do CGC), criar, orientar (dando-lhes assistência técnica e financeira) e promover cultura nos núcleos populares.

Planejamento Futuro

Posteriormente, quando já houvermos iniciado um trabalho, enviaremos um planejamento global de nossas atividades tanto no setor interno, quanto no setor externo, ou seja, Grêmios escolares e núcleos populares bem como da Campanha de Alfabetização: pois acreditamos que só a "populariência" poderá delinear-nos um futuro.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1963.

CENTRO POPULAR DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

I - O que é Cultura popular, hoje no Brasil

- . Como tem sido feita, que objetivos tem sua situação atual.
- . Perspectivas de ação da Cultura Popular a longo prazo e a curto prazo
- . Possibilidades atuais de ação da Cultura Popular.

Esquema do trabalho:

1. O Homem como criador da Cultura.
2. Condicionamento da cultura brasileira.
3. Perspectivas de ação da Cultura Popular.
 - A cultura popular
 - A ação a longo prazo / a curto prazo

1. O HOMEM COMO CRIADOR DA CULTURA

O Homem, estando no Mundo, estabelece relação com a Natureza, compreende-a, e desenvolve um trabalho de transformação desse mundo.

É aí, nesse sentido, que ele cria um outro mundo, o mundo da cultura, do qual, pela sua situação de criador, ele é sujeito. E é como sujeito que ele deve participar do mundo da cultura e da natureza. Reduzi-lo a simples objeto receptor de cultura é estabelecer uma relação de dominação, negando e sufocando toda a sua capacidade criadora. Vê-se, por aí, que o objeto criado só recebe conteúdo cultural quando, transmitido a outro Homem, estabelece uma relação de comunicação. Nestes termos, insistimos que é na situação de sujeito que o Homem deve participar do Mundo da cultura e da Natureza.

2.CONDICIONAMENTO DA CULTURA BRASILEIRA

Após essas considerações, e no sentido de determinar as perspectivas da ação da Cultura Popular, é necessária a reflexão sobre "cultura brasileira", dentro das primeiras afirmativas já feitas.

Desde a descoberta do Brasil, que começa a se estabelecer entre nós uma relação de dominação cultural. O homem nativo foi confundido com a própria paisagem geográfica e, como tal, foi também dominado. Estabelecendo-se uma relação de dominação, o dominador impôs uma cultura importada da metrópole, sufocando, desse modo, os valores culturais do homem nativo e abafando a sua capacidade criadora de uma cultura autêntica e livre.

Negando-lhe as suas expressões culturais, o descobridor reduziu o homem nativo a um objeto da cultura. E a "cultura brasileira" deixa de ser autêntica e livre à medida que se sucedem as imposições por parte de Portugal, França, Inglaterra, Estados Unidos. Pré-estabelecendo-as, assim, padrões e valores que não correspondiam e não correspondem, ainda hoje, aos que o povo brasileiro sente, vive, vê e quer, encontramos uma formação cultural destinada a aprisionar o Homem brasileiro numa sociedade estática e na mesma escala de valores impostos.

Para manter-se e a fim de preservar a estrutura de dominação a "cultura brasileira" se preocupa com a formação de quadros com a capacidade de perpetuá-la. Os meios de informação impõem, por meio de estudos de técnicas especiais, uma cultura alienante e falsa. A propaganda comercial cria hábitos e conceitos estranhos à mentalidade do nosso povo, submetendo-o a um processo a que foi reduzido a trabalhador urbano.

Funcionando nesses termos, a "cultura brasileira" abafou no Homem brasileiro a capacidade crítica de sua situação, do mundo. Descobre-se, então, a "cultura brasileira" como um aspecto de uma série de condicionamentos de toda a estrutura de dominação política e exploração econômica que envolve o povo brasileiro. Imposta pelos grupos privilegiados (econômica e politicamente), a "cultura brasileira" funciona como freio e fator de conformismo, visando à permanência do *status quo*.

Podemos exprimir os condicionamentos da "cultura brasileira" sob dois aspectos:

- 1.A "cultura brasileira" como privilégio de uma classe culturalmente dominante. Os meios formais de educação

estão voltados para a elite e seus interesses. O povo não tem acesso a tais meios.

Cabe aqui uma reflexão importante, que nos auxilie na ação da Cultura Popular. Não se coloca - em termos de luta - a exigência de que o Homem brasileiro tenha acesso aos atuais meios formais de educação uma vez que eles funcionariam dentro da mesma perspectiva de dominação e conformismo.

2. A "cultura brasileira" é uma cultura de reflexão, na medida em que ela caracteriza uma imposição por parte de grupos culturalmente dominantes. E o mais agravante é que esta cultura imposta é sempre uma cultura importada.

Cultura que é a aceitação passiva de conceitos impostos pelos mesmos grupos. Esta cultura não liberta o homem, antes constituindo uma forma de dominação.

Ela está impossibilitada de oferecer ao indivíduo uma consciência crítica do seu mundo, obrigando-o a aceitar simplesmente conceitos e idéias que visam impedir o surgimento desta consciência. Compreende-se, assim, o estado total de dependência de culturas estrangeiras e a dificuldade de se elaborar um caminho e uma solução culturalmente brasileiros.

3. CULTURA POPULAR

O movimento de cultura popular começa a surgir no Brasil como reivindicação, para se opor ao tipo de cultura que serve apenas à classe dominante. E, ao mesmo tempo, um movimento que elabore com o povo (e não para o povo) uma cultura autêntica e livre. O movimento de cultura popular apresenta-se como um processo de elaboração e formação de uma autêntica e livre cultura nacional e, por esse motivo, uma luta constante de integração do Homem brasileiro no nosso processo histórico, em busca de libertação econômica, social, política e cultural do nosso povo. É, portanto, um movimento, ao mesmo tempo, de elaboração e libertação.

Cabem aqui duas reflexões importantes, a fim de se evitarem perspectivas falsas de ação da cultura popular:

1. A cultura brasileira deve integrar-se nas contribuições do campo cultural moderno. No entanto, essa integração deve ser feita dentro de uma realidade própria, de

acordo com as necessidades e possibilidades precisas e os valores específicos. Tendo-se em vista tais afirmações e a característica de libertação e elaboração da cultura popular, não é válida a confusão de cultura popular com folclore ou arcaísmos. Não se trata de desenterrar expressões tradicionais que caducam ou perpetuar meios pobres de comunicação. São formas estáticas e pobres (na sua maioria) que refletem uma compreensão mágica do mundo, uma vez que apresentam soluções mágicas para o problema do homem. Quase todas funcionam como fator de conformismo, transmitindo uma visão falsa do mundo. Uma ação da cultura popular cai numa linha falsa quando se preocupa com reviver estas expressões estáticas, uma vez que elas abafarão, mais ainda, a capacidade crítica do Homem. Ela perde sua característica de libertação, pois acentua ainda mais a relação de dominação do Homem. No entanto, observamos que aquelas formas a que se possa dar um conteúdo dinâmico, devem ser aproveitadas. Parece-nos que, ainda neste ponto, deve-se ressaltar que a ação da Cultura Popular não se pode confundir com o retrocesso cultural, principalmente no campo da arte. Abandonar expressões ultrapassadas não nos parece válido, pois, como já dissemos a cultura brasileira deve se integrar aos fatores que compõem o campo cultural moderno dentro, naturalmente, de uma realidade própria.

2. Nesta segunda reflexão, que se interliga mais ou menos com a precedente, queremos ressaltar que cultura popular não pode consistir em uma certa tendência que é de se elaborar intelectualmente o que o povo tem de querer, na sua luta pela libertação. Tal atitude tem característica de uma imposição paternalista, provavelmente sem resultados conseqüentes. Linha de doação ou imposição de uma conscientização, onde o povo não foi provocado para refazer e repensar a partir de seus próprios meios de comunicação parece-nos prematuro procurar definir cultura popular, uma vez que somente agora ela atinge uma dinâmica de elaboração. Por mais que evitássemos, estaríamos emitindo um conceito estático de algo em plena dinâmica. O que nos importa é ver o que hoje se entende por cultura popular. Entendê-la como este largo movimento de criação e explicação de uma cultura autêntica e livre, integrada num

processo de libertação do povo brasileiro. Movimento de libertação do nosso povo, em todos os aspectos de sua realidade.

3.1. A longo prazo

Vimos que a elaboração de uma cultura autêntica e livre exige que o Homem, como sujeito, participe da obra cultural. Este objetivo ficou claro no início do trabalho, e logo depois mostramos os condicionamentos da "cultura brasileira" que relegou o Homem a simples objeto.

Dentro desse objetivo, a perspectiva a longo prazo, de ação de Cultura Popular, sendo um movimento de libertação, se dirige em termos de tomada do poder. Tomada do poder, mas enquanto processo de libertação e instrumento de transformação capaz de criar condições para uma criação cultural autêntica e livre. A superação de condicionamentos sócio-econômicos é exigida para uma autêntica cultura popular. Mas, por outro lado, essa superação só pode ser feita em moldes humanos, se houver a participação do povo, exprimindo-se dentro dos quadros de sua cultura.

A transformação das estruturas não exige a espera da conscientização total, uma vez que esta conscientização total só é possível com a transformação. Por outro lado, a transformação prepara-se na conscientização e nas expressões culturais atuais.

Dialeticamente estão ligadas a duas reflexões: o papel da cultura popular como instrumento de transformação de estrutura, e a transformação da estrutura como instrumento que propicie condições à elaboração de uma cultura autêntica e livre.

3.2. A curto prazo

Dentro de uma perspectiva de ação a curto prazo da Cultura Popular, os instrumentos de que dispomos devem ser dirigidos numa linha de conscientização, politização e organização do povo.

Ao Homem comum falta uma compreensão crítica do mundo e de seus problemas. Quase sempre as soluções apresentadas possuem um conteúdo ingênuo, quando não mágico. Essa compreensão mágica do mundo deve ser transformada, numa perspectiva a curto prazo, em compreensão crítica e, conseqüentemente, em ação crítica sobre o mundo. Toda essa atitude deve ser entendida dinamicamente e, nesse sentido, aquelas expressões estáticas que correspondem a uma compreensão mágica dos programas (superstições, certa parte do folclore, macumba, etc.) devem ser combatidas, porém, dando-se ao homem uma compreensão crítica delas.

A consciência ingênua que o Homem tem do mundo se traduz em atitude passiva de aceitação da realidade, embora ele viva conflitos e contradições. A ação da Cultura Popular deve levantar e aguçar tais conflitos a fim de que ele assuma uma atitude crítica frente a essa condição.

Sentimos a necessidade de se estabelecer núcleos populares para discussão dos problemas que dizem respeito ao povo. Tais núcleos devem ser organizados, principalmente, em favelas e sindicatos. A proposta da criação desses núcleos de experiências vividas e da necessidade sentida depois de vários contatos em favelas de Belo Horizonte. Acrescenta-se que Belo Horizonte é uma das poucas cidades em que as favelas possuem uma organização própria - a União de Defesa Coletiva - que, reunidas, formam a Federação dos Trabalhadores Favelados.

Não é necessário indicar a importância de tal organização. Participamos de várias reuniões semanais das UDCs nas favelas. Em suas reuniões discutem uma série de problemas sem dar-lhes, entretanto, um conteúdo dinâmico e conclusões mais práticas. Sentimos a necessidade de imprimir uma dinâmica a esses debates, ampliando-os através de outros círculos, uma vez que é restrito o número de participantes. Pensamos já em iniciar esse trabalho elaborando um esquema prático de todos os assuntos propostos por eles, empregando depois técnicas de debates e meios áudios-visuais. Em tais círculos se discutiria, também (caso já discutimos, porém, sem uma organicidade), problemas atuais e surgidos naqueles momentos. Parece-nos muito mais produtivo tal tipo de trabalho, uma vez que a motivação e o despertar para a realidade são espontâneos.

Entretanto, é indispensável que os elementos responsáveis por esse tipo de ação tenham uma formação sobre as téc-

nicas modernas dos "debates não dirigidos" e outras que ainda não se verifica.

Os núcleos oferecem o resultado de promover uma organização madura (no sentido crítico) em grande número de elementos já despertados para uma conscientização. Nesta parte, aconselhamos a leitura do relatório anexo ao temário sobre o problema da invasão ocorrida em Belo Horizonte ou famílias desabrigadas.

Além disso, o fortalecimento da UDC seria bem maior. Através desses núcleos poderia ser desenvolvida uma série de ações da Cultura Popular, como, por exemplo, a discussão de uma peça teatral ou esquete apresentado (como já está sendo feito), a discussão de algum texto, notícia, etc.

E é através desses núcleos, num processo de discussão e tomada de atitudes que, fortalecendo a UDC, poderiam exigir a realização de uma série de reivindicações.

No trabalho em sindicatos, parece-nos que a elaboração de cursos rápidos sobre problemas atuais e também cursos específicos (sindicalismo, etc.) tem valor bem grande. Pensamos que esses cursos não devem ser definitivos no sentido de se elaborar um texto estático, mas esquematizados, permitindo debates amplos.

Iniciamos a pouco um curso sobre realidade brasileira e reformas de base, no sindicato dos trabalhadores em construção.

A experiência nos tem mostrado que os debates são produtivos e que o material áudio-visual empregado é importante.

Empregamos cartazes, desenhos no quadro negro e música do disco *O povo canta*. O curso visa levantar as contradições vividas por eles, principalmente sobre o aspecto de que eles constroem a cidade bonita e moram em favelas (a maioria dos trabalhadores em construção mora em favelas) voltamos a insistir na necessidade de formação técnica de pessoal de Cultura popular, principalmente na parte de debates, grupos, etc.

Quanto ao trabalho de diversos setores e seu planejamento dentro da perspectiva a curto prazo de ação da Cultura Popular, foram desenvolvidos nos diversos itens do temário para lá nos remetemos. Aconselhamos a leitura dos relatórios principalmente a que se refere ao recente caso da invasão de terrenos para constituição de vilas.

II - Cultura popular e Alfabetização: modos de atuação na zona urbana e suburbana.

Vera Lúcia Ferreira

1. PAPEL DA CULTURA POPULAR

A vida brasileira de nossa época, vivamente marcada por séculos de colonialismo alienante, ressentida hoje mais do que nunca a necessidade de que o homem brasileiro assumira cada vez mais a sua posição dentro da realidade histórica e cultural que chamamos - Brasil.

E quando dizemos o homem brasileiro por isto entendemos os 70 milhões de indivíduos que formam o povo brasileiro. Este é, pois, o papel da cultura popular: levar a estes homens a consciência de que são eles que devem guiar o seu país e não apenas a minoria burguesa que hoje conduz o país segundo seus interesses. E é de seu interesse manter todo o povo numa situação de ignorância, situação de cegueira, numa situação de inconsciência. Porque se os olhos destes Homens se abrirem eles verão o que os mantêm subjugados, quem os mantêm subjugados e porque estão subjugados. E estará aberto o caminho para a Revolução Brasileira.

2. PAPEL DA ALFABETIZAÇÃO DENTRO DA CULTURA POPULAR

O homem, na sua dura e longa luta pela dominação da natureza e pela construção de um mundo humano, estabelece usos e convenções que nos são transmitidos de geração em geração. Uma destas conquistas, que hoje é uma herança cultural da humanidade é a palavra escrita. Conquista do homem para uma comunicação eficaz de todos os homens. Conquista do homem para que os seus irmãos de todos os séculos possam se entender melhor. Como explicar, pois, que exista um interesse em manter no mundo áreas inteiras nas quais os indivíduos não possam participar do que é seu?

Só poderíamos afirmar que é um menosprezo, mais do que isso, é uma escravização do homem.

Mas isto no setor da Cultura, nós o sabemos, é apenas uma consequência de uma escravização maior, quando se nega a um povo a liberdade de viver dignamente:

- . Camponês escravizado pelo latifúndio;
- . Operários escravizados por um salário que é um roubo de suas energias e de seu trabalho;
- . Povo subdesenvolvido escravizado pelo capitalismo.

3. CULTURA POPULAR E ALFABETIZAÇÃO COMO MEIO DE LEVAR O INDIVÍDUO A PARTICIPAR DA VIDA BRASILEIRA

É nesta perspectiva que colocamos a Cultura Popular: é o meio com o qual contamos nós, sinais de contradição dentro de uma estrutura capitalista para libertarmos nosso povo do jugo a que está submetido. Achamos que não podemos continuar impedindo o acesso de todos os brasileiros á cultura, e é uma cultura que tem como característica importante o fato de ser uma cultura letrada.

Cultura popular e alfabetização andam juntas e estão para nós na base da mesma bandeira pela qual vivemos e lutamos: a Revolução Brasileira.

4. MODOS DE ATUAÇÃO

Nesta perspectiva nos situamos e para ele procuramos orientar todas as nossas atividades. Nossas experiências se restringem à zona urbana - suburbana. Como grupo de CPC temos já alguns relatos que talvez possam ajudar aos outros grupos, não como sucesso conseguidos, mas como tentativas, bem sucedidas ou não, mas que consideramos caminho percorrido.

1ª FASE: TENTATIVA DE PENETRAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM O MEIO OPERÁRIO E FAVELADO.

As favelas em Belo Horizonte são formadas por 70 mil famílias de operários e desempregados. No nível de desemprego que ainda não pode ser considerado alto, cresce a cada dia. Caracterizam-se por sua inconsciência diante de seus problemas tendo mentalidade de pequeno burguês. Neste meio o qual mostramos apenas o esboço procuramos penetrar aproveitando para isso uma organização peculiar que funciona em cada favela que é a união de defesa coletiva. Fundada inicialmente pelo Pe. Lage hoje funciona em quase todas as favelas como meio de congregar os operários em torno das reivindicações comuns principal-

mente a do direito de possuir um teto onde se abrigar o qual infelizmente não podemos chamar uma casa, porque não corresponderia à idéia que temos de casa. Tendo esta função de lutar pelos direitos mais fundamentais a todo indivíduo a UDC tem por isso mesmo uma função politizante.

Nosso trabalho se orientou, pois, no sentido de apoiar as UDCs atuando por meio delas em toda a comunidade. Isto se deu do seguinte modo:

1º CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.

Teria os seguintes objetivos:

- . Alfabetização seguida de politização.
- . Adoção em maior escala de uma cartilha editada por nós.

Em primeiro lugar, salienta-se que foram feitos vários cursos preparatórios para os futuros alfabetizadores, mas embora a freqüência inicial desses cursos tenha sido boa, quando partimos para o trabalho efetivo sentimos uma enorme carência de material humano. Segundo uma posterior análise crítica isso se deveu a dois fatores: 1- falta de planejamento concreto - isso significa que não contamos com levantamento do meio social em que íamos trabalhar, qual seria o número de analfabetos e qual seria o método indicado - para eliminar totalmente esse analfabetismo. 2- a não profissionalização dos membros do CPC que trabalhariam segundo sua "boa vontade". Ora, pela experiência que temos podemos afirmar que é impossível conseguirmos continuidade no trabalho não tendo elementos profissionalizados, que não dêem ao trabalho de Cultura Popular apenas as suas horas vagas.

Por isso salientamos a importância de convênios com órgãos competentes, ou mesmo com o governo estadual, pois devemos aproveitar desta estrutura capitalista que vivemos os meios que mostrarem a sua contradição. Concluindo diremos que uma campanha de alfabetização de adultos deve contar com os seguintes fatores:

- Mobilização de pessoal e sua profissionalização;
- Planejamento concreto desde o levantamento do meio onde vai atuar até o levantamento de verbas e escolha de um método que nos possibilite a sua realização.

2º TEATRO E ESQUETE COMO POLITIZAÇÃO NAS FAVELAS.

Um trabalho que consideramos mais profícuo como politização é a realização nas vilas por ocasião de festas locais ou por solicitação da união de Defesa Coletiva de pequenas peças e esquetes que são vividas intensamente pela assistência e atuam assim como meio de conscientização dos mais eficazes. Assim, levamos na posse da diretoria de uma das vilas uma encenação curta de trechos de "Revolução na América do Sul". Sentimos com esta e outras apresentações que seria uma oportunidade a ser aproveitada para debates com o povo, mas não o fizemos por falta de técnica de discussão, isto é, um método.

Também em Assembléias que realizamos em uma das vilas é uma experiência que deve ser repetida. Levamos até eles, deputados e vereadores do povo, para que se iniciasse um debate fora da época das eleições, nos quais os representantes do povo na câmara soubesse quem está representando e iniciar com esse povo um diálogo construtivo e crítico.

Atuação junto aos sindicatos: atendendo às solicitações dos sindicatos dos marceneiros elaboramos cursos de politização que seriam seguidos por debates com os operários. Mas esses debates se ressentem da falta de métodos, de direção das discussões para que se tirasse deles um proveito maior.

CONCLUSÕES:

Essa primeira fase nos mostrou que corremos perigo de nos tornarmos impositores: nós, os privilegiados, estaríamos ensinando a incultos e analfabetos; ora isso não corresponde à nossa perspectiva inicial diante da qual os indivíduos devem ser levados a uma consciência crítica cada vez maior e nos parece uma limitação aos nossos padrões.

Uma outra conclusão é que os métodos de alfabetização por meio de cartilha obedece à mesma linha de imposição: o texto está pronto, a atitude que se espera do indivíduo é que ele receba esta (apreciação) alfabetização. É por isto uma atitude passiva que tem como premissa: nós somos os possuidores da verdade que assim é imposta a eles.

Diante destas conclusões sentimos vivamente a necessidade de um método que corresponda a essas sugestões de respeito

à capacidade de pensar do indivíduo, de apelo a esta capacidade no sentido de que ela pode se desenvolver e se tornar reflexiva e crítica.

PERSPECTIVA FUTURA

O método que nos parece indicado é o método de debate com o povo por meio dos círculos de cultura. Isso só poderá ser feito concretamente se estabelecermos convênios com órgãos que possam financiar essa experiência.

Todo trabalho de Cultura Popular se incluiria nos círculos de cultura porque não só a alfabetização é visada, mas antes de tudo a conscientização. Os círculos de cultura possibilitariam a encenação de peças não só para os seus membros, mas para toda a comunidade.

Não se faria a divisão tão marcada entre a alfabetização e cultura popular, pois a visão que colocamos inicialmente é da prioridade da conscientização, mas na qual alfabetização tem importante papel.

III - Meios e técnicas de comunicação

INTRODUÇÃO

Antes de levantarmos o problema de nossas experiências práticas no terreno de culturalização popular, seria interessante clarificar algumas posições normativas básicas:

1. O CPC é, sobretudo, cultura para a libertação. Assim, apresenta-se com uma mensagem, aliado à tese da impossibilidade de uma cultura autenticamente criadora nos quadros de uma dominação econômica e política. O CPC exige de seus membros e colaboradores um principal compromisso, e não o estético, um compromisso de modificação da estrutura vigente em nosso país.

2. O CPC movimenta-se numa faixa de trabalho até então privilégio dos setores intelectualmente coniventes com as idéias dominantes, que são sempre as idéias da classe dominante. Partindo de um ponto de vista oposto, necessariamente

terá que percorrer caminhos mais dificultosos do que os do comum da intelectualidade, que, vendendo sua habilidade técnica, colocam sob tutela suas idéias pessoais.

3. Outra diferença reside no fato de o CPC ser uma cultura dirigida para a grande massa, necessitando, nesse trabalho de extensão, um complexo aparelho de divulgação e comunicação. Assim, a conformação dessa aparelhagem redundará, logicamente, num decréscimo do valor estético das apresentações, sobretudo se levarmos em consideração que os atuais detentores da aparelhagem cultural não se interessam em ampliar suas ressonâncias junto ao grande público.

O CPC coloca, portanto, em primeiro plano, a comunicação e não a realização. Pois será realmente o esteticismo uma reivindicação do povo brasileiro, no momento atual? Interesaria ao povo uma cultura que, a par de uma libertação de falsos valores culturais, caísse num purismo esteticista? A ambas as perguntas daríamos resposta negativa.

4. Assim, o CPC como órgão cultural da revolução brasileira se coloca na vanguarda, mas não muito na frente, sem fazer abstração daquilo que é a própria realidade do Brasil: a miséria, o atraso, o analfabetismo, a doença etc. O CPC não luta por obras mais belas, luta por dias mais belos, em que o povo afinal possa vir a sentir essa beleza.

FESTIVAL DE MÚSICA POPULAR

Realizamos em dezembro/1962 uma 1ª Feira Popular de Cultura, contando com uma valiosa colaboração musical de elementos de Belo Horizonte.

A mais importante colaboração, sobretudo pelo seu sofrido sentido de reivindicação, foi a de Said Oliveira: um compositor favelado que se iniciou com um samba, "Barros, Suor e Lágrima", onde é apresentado o drama do despejo coletivo da favela em que mora. Composição essa que, inclusive, foi cantada pelos favelados durante as lutas coletivas para a preservação de seus barracos.

Um outro compositor/cantor foi Ponce de Leon que com "Violão Socialista" apresentava as reivindicações dos artistas vindos da pequena burguesia.

Durante toda a apresentação contamos com a colaboração de uma Escola de Samba, dando da tônica de nosso encon-

tro com o popular, dentro do espírito de uma cultura para a libertação, isto é, cultura primacialmente política e conscientizadora.

No aspecto financeiro e propagandístico conseguimos:

- a) o lançamento do CPC de Belo Horizonte;
- b) a adesão de muitos elementos novos;
- c) quase Cr\$ 100 mil (conseguidos com a venda de livros, discos, doces, etc.), base inicial de nosso patrimônio.

TEATRO

Nossas atividades teatrais podem ser assim esquematizadas:

1. Fase de levantamento do problema de um teatro brasileiro participante. Iniciamos uma campanha de esclarecimento e contatos com os meios teatrais de Belo Horizonte a respeito dos propósitos do moderno teatro brasileiro. Tivemos, e muitas, discussões e polêmicas com elementos possuidores de idéias as mais díspares: com o que fecundamos e fomos fecundados.

Foi a partir dessas discussões que abandonamos criticamente o caminho apresentado pela UNE - Volante e procuramos dar início à segunda fase.

2. Encenamos a peça de Guarnieri, "Eles não usam Black-tie". Levamos esta peça em três cidades do interior mineiro: fracassando em duas delas (Uberaba e Uberlândia), onde a população estudantil e suas famílias impediram o contato com as classes mais populares. Todavia, conseguimos levantar alguns problemas políticos relativos à necessidade de uma nova forma de arte brasileira. Em Viçosa, a terceira cidade, contamos com bom público camponês (a peça foi encenada ao ar livre, fora da cidade): mas a falta de preparo para o debate nos impediu que viéssemos a conhecer o pensamento deles com relação a nós.

Por cinco vezes encenamos "Black-tie" em Belo Horizonte, com pequeno público popular, a não ser entre os bancários que nos prestigiaram bastante. Consideramos essa apresentação como uma semente.

3. Devido às precaríssimas condições em que apresentamos "Black-tie", tivemos um refluxo por parte de uma boa metade dos participantes dessa encenação.

Valemo-nos, pois, da apresentação de esquetes informais. Pegamos um trecho de "Revolução na América do Sul", de Boal, e uma peça infantil, "Comino vence o Diabo".

Fizemos apresentações em duas favelas, um Sindicato (dos Marceneiros), e para a JOC. A recepção foi viva e tivemos, pela primeira vez, uma grande participação popular: ainda dessa vez esbanjada pelo nosso despreparo em discussões coletivas após o espetáculo.

De quase todas às vezes, no entanto, os temas dos esquetes foram lembrados pelos oradores que se seguiram, mostrando-nos que tinha havido um bom entendimento daquilo que pretendíamos.

4. Enquanto isso era escrita uma peça, "Emboscada", por um companheiro nosso, Said Oliveira, em que se trata de um problema regional bastante explorado pela nossa imprensa: os pistoleiros do Vale do Rio Doce.

Esperamos que essa venha a ser nossa quarta experiência nesse setor.

A partir da autocritica do esquema acima apresentado, podemos afirmar que é necessário aos grupos de Cultura Popular que agem através do teatro os seguintes requisitos:

a) Um mínimo de condições materiais necessárias à enenação eficiente do espetáculo. A fim de que essa atividade não venha a pecar pelo primarismo e displicência formal, ocasionando queda em sua ação agitativa e panfletária, é preciso que seja preenchido um mínimo de requisitos formais (cenários, iluminação, caracterização e figurinos etc.).

b) Um trabalho de recrutamento de elementos capacitados para as funções teatrais. Em nossa experiência notamos que os elementos "políticos" davam um rendimento inferior aos elementos "artistas", seja no cumprimento de horários e tarefas, sejam na utilização dos efeitos representacionais.

Poderíamos aqui dizer que a participação artística exige dos elementos que a praticam um carinho e um amor que visem compensar suas canseiras e agruras.

c) Profissionalização, se possível integral, do grupo. Deixando de lado teorias abstratas sobre o trabalho profissional e o trabalho diletante, nossa experiência informa que a longa duração da preparação não compensa a curta faixa de apresentação dos elementos amadores (inclusive, levando-se

em conta o abandono de uma grande parte dos integrantes do grupo). Enquanto a profissionalização não se faz possível, preconizamos a apresentação de esquetes informais que, desde que apresentados com carinho e consciência, podem servir de escola para o pessoal do grupo. E, posteriormente, pode-se chegar à formação de dois grupos dedicados a esse trabalho.

d) Necessidade de uma dramaturgia própria. Julgamos que o efeito político do espetáculo terá um maior rendimento desde que a apresentação se ligue (não mecanicamente, é claro) a acontecimentos identificáveis com o cotidiano dos espectadores, e isto devido ao fato de que uma peça distanciada no espaço e/ou tempo alcança um nível de abstração de reflexão cultural muita vez de difícil alcance para as crianças mais desfavorecidas. Isto não devido a uma atitude preconcebida, pois se atentarmos para a incidência do analfabetismo, de semi-analfabetismo, de falta de atividades culturais como leitura, cinema, discussão, participação política e profissionalismo, etc., veremos que é necessário uma como que ginástica cultural para por em funcionamento os elementos de abstração necessários ao pleno usufruir da participação artística.

e) Formação de um grupo ideológico capacitado para a discussão com os espectadores após o espetáculo. Como vimos no item anterior, nossas camadas populares não têm ainda o hábito de participação cultural nos acontecimentos. A fim de conscientizar o espectador dos valores apresentados, é necessária uma instigação ativa sobre o visto. Mas, é importante frisar, também os espectadores podem assim nos ensinar a dirigir nossos caminhos para que não idealizemos uma determinada realidade, pois no teatro participante a comunicação é essencial.

UMA EXPERIÊNCIA

Em princípios de agosto/1963, 93 famílias de Belo Horizonte invadiram terrenos de propriedade de um Deputado Federal - Antônio Luciano, PSD - dono de 19 áreas urbanas de grande extensão, e deram início a uma favela com o nome de Frei Josaphat.

Iniciou-se, então, um movimento inédito em Belo Horizonte: a invasão em grande escala de terras e a construção de barracos rudimentares no local. O CPC, desde as primeiras horas, participou ativamente dessa invasão.

Posteriormente, foram convocadas pelo proprietário tropas da PM e agentes do DOPS, que se colocaram em pontos estratégicos a fim de impedir o aumento dos invasores - que já atingiam 300 famílias e passaram a espancar estudantes e favelados, visando à intimidação.

O CPC descobriu nessa primeira experiência de massa, lutando concretamente ao lado do povo, que o desconhecimento de suas reações e da condição real de sua atitude para com o mundo prejudica qualquer movimento para desperta-lo do adormecimento em que se encontra.

À procura de uma forma de resolver os problemas concretos do local - habitação, água, instalações sanitárias, etc. - o CPC se propôs a descobrir com os favelados sua capacidade para resolvê-los, independentemente das entidades assistenciais.

Concluindo que só o agrupamento em torno de seus problemas vitais poderia preparar o campo para uma posterior politização, desenvolvendo ao mesmo tempo o espírito de iniciativa e o sentimento de solidariedade e união, o CPC sentiu a necessidade de motivá-los através de debates em torno do conteúdo de uma apresentação teatral, que abordaria vivências e fatos da própria invasão.

O problema que se enfrentará é o próprio debate, e em sua resolução devem ser empregadas técnicas de discussão em grupo até então desconhecidas pelos integrantes da equipe do CPC. A função principal dos debates é despertar os favelados para a resolução de seus problemas vitais, numa tentativa de trabalho em comum, e a criação de grupos de debates que funcionarão nas diversas regiões da favela.

Numa primeira reunião foi feito o levantamento dos problemas vitais existentes na favela e enumerou-se: fossas, água, material de construção e escolas. Tendo sempre em vista o desenvolvimento no favelado do espírito de comunidade e iniciativa, o CPC ofereceu o seguinte plano: a construção de fossas como ponto de partida para todo um trabalho de círculos de cultura, alfabetização e politização.

Para isso convocou-se uma assembléia-comício em que o funcionário do DNERu explicou aos moradores os problemas técnicos de construção, bem como o oferecimento pelo DNERu de materiais e técnicos necessários. Os favelados que estão desempregados e também algumas mulheres se propuseram a fazer este trabalho de construção para a comunidade.

Tivemos, portanto, uma experiência positiva de diálogo nessa favela, e considerando-se que ainda existem outros problemas urgentes, vão se realizarem todos os sábados esses encontros. Esperamos iniciar, dentro em breve, uma experiência já feita com bons resultados em outras favelas: círculos para a discussão de problemas sanitários.

A equipe de saúde do CPC considera os diversos problemas sanitários (fome, doença, morte, etc.) dentro da visão global de toda a estrutura que envolve a classe operária. O plano de trabalho consta de:

1. Noção de cultura - o homem como agente transformador da realidade.

2. Série de debates motivados por fotografias. Em nossas experiências notamos que essas fotografias despertam no grupo umas séries de assuntos, chegando-se a conclusões espontâneas, dentro de uma técnica de discussão não dirigida. Nesta fase, as discussões, embora com motivações de saúde, são as mais livres possíveis e têm como finalidade principal a conscientização em torno do assunto. Os debates são coordenados habilmente, de modo a não impor soluções, mas fazer - sempre lançando de novo ao grupo o problema levantado - com que os participantes elaborem eles mesmos as soluções.

3. Depois que o grupo atingir nível razoável de politização, passa-se à seleção dos problemas de saúde que serão desenvolvidos, e à discussão do tema selecionado. É usada a técnica de discussão dirigida, onde o papel do coordenador do CPC será: disciplina, direção, informação e síntese. A motivação passa, então, de uma situação exposta em fotografia ao relato de experiências de vida que são jogadas ao grupo.

CONCLUSÕES

Como se depreende do tipo de experiências que apresentamos (ver também as experiências em alfabetização e politização sindical) temos como norma o afastamento paulatino do CPC da órbita estudantil, o que não é fácil - mas merece ser tentado, uma vez que situando-se o CPC dentro da classe estudantil estamos limitando suas ressonâncias sociais. Para tanto temos, também, procurado fazer modificações na composição social de nossa Diretoria e Conselho.

Outra conclusão importante é a necessidade de conseguirmos uma base financeira sólida para o trabalho de extensão de nossas atividades (nosso atual patrimônio se limita às contribuições dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades, de uma taxa cobrada das carteiras de cinema do DCE, do espetáculo teatral e da venda de livros e discos do CPC-UNE). Neste sentido, temos entrado e ligação com os Governos estadual e municipal, ultimando-se o reconhecimento do CPC como órgão de utilidade pública - para efeito de recebimento de verbas.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 1963.

CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

1. Centro Popular de Cultura, da UBES.
2. Estado da Guanabara, praia do Flamengo, 182 (UBES)
3. Movimento de âmbito nacional, atingindo a classe estudantil de grau médio.
4. Agosto-Setembro de 1963.
5. A necessidade de se criar um organismo que satisfizesse, na medida do possível, as exigências de uma militância totalmente voltada à Realidade Brasileira, deu origem à criação do CPC da UBES. Os planejamentos muitas vezes feitos apenas no plano teórico encontram sua prática através do CPC, meio com o qual a UBES procura cumprir a sua missão dentro da História. O CPC é a expressão de trabalho revolucionário da entidade. Através dele a UBES atingirá seus objetivos mais práticos numa visão atuante das soluções para os problemas de fazer brotar a CULTURA POPULAR e as manifestações de PENSAMENTO DO POVO.

Assim é que no contexto social de nossos dias, o CPC é hegemonia de Revolução porque parte do povo para o próprio povo. Queremos crer que é hegemonia de Revolução se faz FAZENDO REVOLUÇÃO. Queremos crer que o CPC é órgão revolucionário por excelência e só tem sentido se funciona como militância constante. O CPC e, sobretudo, um elo de ligação entre a cultura e o povo. Ao mesmo tempo canta e transmite a Cultura Popular.

6. Objetivos

6.1. Caravana de Inauguração

20 de outubro a 28 de novembro - apresentação de Teatro Volante aos Estados da Guanabara, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. O Norte e Nordeste para o princípio de 1964.

- 6.2. Encontro de Alfabetização e Cultura Popular
Março de 1964 - Âmbito Nacional
- 6.3. Exposições de Cultura Popular
- 6.4. Publicações
- 6.5. "Caderno de Cultura Popular".
- 6.6. Frente Nacional De Alfabetização
- 6.7. Estatutos anexos
- 6.8. Organograma anexo
- 6.9. Anexo

Recursos Humanos Materiais e Financeiros

1. O número de atuantes ainda à casa dos 11 (onze) elementos com funções várias não estando, por ora, estruturalmente distribuídos. Isto porque o CPC UBES achase em fase de formação.
2. Abertura de inscrições em Plano Nacional.
 - a) Através das apresentações do grupo teatral que arregimentará elementos para a CPC VOLANTE.
 - b) Através dos Grêmios que atuam sob indireta interferência da UBES.
 - c) Através de intensa rede de propaganda
3. Sim. Há uma grande preocupação com a formação de quadros. CPC é órgão de trabalho e trabalho e trabalho consciente. Os diversos quadros formados deverão possuir características nitidamente objetivas e atuantes.
4. Por ora apenas por estudantes de grau médio.
5. Não.
6. O CPC da UBES reconhece que o voluntariado é a forma, no momento, mais conveniente. O Teatro é feito por elementos que trabalham SEM REMUNERAÇÃO FINANCEIRA.
7. O trabalho profissional atuaria melhor devido ao fator dever, mas o voluntariado ainda é a forma melhor de atuação.

8. Sim. Dispõe de sede própria, funcionando no próprio edifício da UBES. Está sendo mantido através do esforço e da dinâmica dos atuais dirigentes da atual Diretoria da UBES. E mantido, por ora, pela própria tesouraria da UBES, uma vez que não pode ainda se manter financeiramente.
9. Teatro, vestuário, palco cedido pelo CPC/UNE para os ensaios, material de propaganda e maquiagem obtidas pela tesouraria da UBES. Os demais setores ainda não foram mantidos.
10. Por enquanto não recebemos auxílio financeiro a não ser da própria UBES. Foram pedidas verbas e elaborou-se um plano de cobertura financeira para as atuações (ANEXO).
11. Sim. Com o CPC da UNE
12. Da Tesouraria da UBES
13. -
14. Relatório

Atividades em Desenvolvimento

1. a) Setor estudantil grau médio. Pretende-se ampliar para setor camponês.
b) Razões: Primeiro porque a própria estrutura da sociedade á qual está ligada a CPC e estudante pede por isso. Segundo porque o CPC é meio de politização da grande massa estudantil alienados. Ao ampliar para o setor camponês queremos crer estarmos atingindo uma classe em revolução. O camponês é hoje a grande massa que se acha marchando dentro do fenômeno revolucionário brasileiro e suas manifestações são as de uma classe que, aos poucos, vai tomando consciência do seu papel no fenômeno da Pré-Revolução Brasileira.
2. Atualmente o CPC da UBES está voltado para o setor artístico, em particular para o teatro volante.
3. O PLANO DE ALFABETIZAÇÃO ACHA-SE EM ESTUDO E ELABORAÇÃO.

4. Sim.
- a) Fomentar a cultura com necessidade e direito universal ao qual todos os homens têm acesso. Trazer à tona todas as manifestações de cultura popular. Através de festivais, exposições de arte popular, etc.
 - b) Elementos já radicados na UBES, uma sala com o material necessário, recursos da UBES e promessas de verbas.
 - c) Teatro - Imprensa - Caderno Cultura Popular. O Teatro ensaia uma peça, a ser montada durante a Caravana de Inauguração, intitulada "Terra Seca".
5. Não. Isto é, durante a realização do III Festival de Cultura Popular da Guanabara (UNE), o CPC da UBES deu efetiva colaboração mantendo exposições, cartazes, etc.
6. Sim. Elaboraram-se planos de propaganda.
- a) Cartazes - Rádio - TV - Jornais
 - b) UBES
 - c) amadores e profissionais
 - d) -
 - e) ao setor estudantil e ao povo em geral.

Planejamento para Ação Futura

1. ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR
A realizar-se em março de 1963, em local a ser marcado.
2. a) A necessidade de um estudo metódico e consciente de Cultura Popular, ampliação das resoluções do Encontro de Recife.
b) A necessidade de uma linha nacional de alfabetização.
c) Planejamento para o ano de 1964.
3. Nenhum, por ora, a não ser do ponto de vista humano e talvez material. Financeiramente teremos de ser bastante auxiliados

4. Para o Encontro de Março necessitamos:

- a) Uma verba de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).
- b) Hospedagem e passagem para os representantes dos CPCs estaduais.
- c) Intensa propaganda de camponês para o Encontro.

Relatório e Plano de Ação para a formação do CPC da UBES

- 1. Situação nacional e necessidade premente do CPC UBES
- 2. Elaboração do Plano Geral
- 3. Plano de Emergência
- 4. Relatório das necessidades materiais para o funcionamento do CPC UBES
- 5. ESTATUTO DE CPC UBES

1. NECESSIDADE PREMENTE DO CPC UBES E A REALIDADE BRASILEIRA

A realidade brasileira, cada dia mais angustiante, se nos apresenta de forma bastante heterogênea, onde a disparidade e a injustiça social caminham a passos largos, numa metamorfose nem sempre condizente com a realidade do momento, fenômeno, aliás, comum a qualquer período pré Revolucionário. Debates intermináveis e plataformas inúmeras tornaram-se motivo de todas as tribunas do país. Debates nem sempre transpostos para os objetivos, plataformas nem sempre possíveis de práticas, quase sempre passíveis de paliativismo comum à chamada burguesia progressista. Os problemas se nos apresenta numa inenarrável ladainha de considerações demasiadamente alongadas e nem sempre praticáveis. Os problemas nacionais atingem cifras espantosas e as estatísticas, uma vez constatadas, chegam a espantar. Resolve-los de uma só vez é utopia. No entanto, há problemas que, por possuírem o caráter sociológico da origem, merecem a nossa atenção e urge ser solucionados o mais rápido possível. São problemas que se coloca em termos de resoluções radicais, que já de há muito deviam estar solucionados e para os quais qualquer solução impraticável e por demais idealísticas é, de início, recusada. Queremos crer estarmos vivendo uma autêntica fase pré-revolucionária e sabemos que hegemonia de Revolução se faz

fazendo revolução. O fenômeno anti-social alastrado por todo o país tem suas raízes mais profundas dentro de um contexto histórico-sócio-econômico, onde a explicação teve início com a então decantada "obra de Colonização" cujas conseqüências desastrosas são sentidas até nossos dias.

É dentro desta realidade que situamos o papel desempenhado pelos diversos CPCs já existentes, de nível universitário.

No setor de estudantes de grau médio queremos entender que a criação de um CPC da UBES é algo urgente e mais do que necessário. Diante da realidade brasileira, a UBES não mais resume seu campo de ação a um setor econômico e socialmente privilegiado, ou seja, os estudantes. Tal seria ridículo o fruto do academicismo formalista, oriundo de um conceito falso. Na idade média é para nós transportado pela civilização portuguesa que vinha de um aprimoramento barroco onde a Cultura era propriedade de mosteiros e Academias Reais. Infelizmente, tal modalidade, seguindo uma evolução, proporcionada às Elites, ainda hoje é uma glória em diversas partes do país, onde o estudante vive completamente fora da realidade nacional o pachorrentamento descompromissado com fenômeno popular, constituindo-se, por isto, um grave passo na contra revolução brasileira. A gestão 62-63 apresentou ao Ministério da Educação e Cultura uma plataforma de contribuição á Alfabetização. Ao selarmos a tese-relatório (1) ficamos cientes de que o processo revolucionário cada dia tomava mais corpo na mente dos dirigentes da entidade superior de representação e na coordenação dos estudantes do grau médio do Brasil, ou seja, UBES. Continuando na marcha para a nossa valiosa contribuição á causa do povo, uma vez que é valiosa qualquer colaboração efetiva, a criação de um CPC de UBES, visando à concretização urgente e objetiva de uma plataforma de ação previamente elaborada, viria ligar, definitivamente, a Entidade à sua missão de transformar o Brasil numa só Pátria onde a justiça não fosse uma balela, mas um fato. A situação social do Brasil dá-nos, e nos parece acertada, a visão de um povo em marcha para a Liberdade. Ora, sabemos e temos plena consciência da quase total alienação por parte de grande maioria dos estudantes brasileiro à realidade de nossos dias. No setor secundarista esta alienação é notória: os Colégios fechados ao povo, o ensino tornado rendoso comércio e estudo definido como privilégio, as escolas do governo nem sempre cumprindo sua real finalidade, etc. Por outro lado, um povo espoliado, sofrendo os horrores da fome, da peste, da

injustificável falta de recursos mínimos exigido pelo homem. O CPC da UBES seria, antes de tudo, este grande elo de ligação entre o povo e os estudantes, formando uma aliança triplíce: povo-cultura-estudante. À medida que levasse a cultura ao povo traria o povo ao estudante. Aqui queremos expandir a palavra povo em toda a sua dura chocante realidade; fome, miséria, peste, espoliação, etc. O CPC UBES não foge à sua origem, será sempre uma realização concreta para o povo, quer através de seus meios de divulgação, teatro, cinema, poesias, músicas, etc., quer através de suas campanhas de alfabetização ou semelhantes. Este, não outro, queremos crer é o modo autêntico pelo qual a UBES cumprirá, em dados concretos, a sua missão dentro do contexto revolucionário brasileiro.

Desde já colocamo-nos diante desta necessidade premente e este o motivo principal da apresentação do presente Relatório.

2. ELABORAÇÃO DE UM PLANO GERAL

Toda e qualquer concepção do mundo implica uma ação. A nossa, por ser revolucionária, implica, racional e textualmente, uma ação revolucionária. Não se age sem que se tenha antes elaborado o modo de se desenvolver esta ou aquela ação. Assim como não basta colaborar, também agir sem planificação é infrutífero. Plano e Ação se completam. Apresentaremos, primeiro, uma planificação GERAL e embora saibamos que é impossível de ser concretizada.

Para se fundar um CPC necessita-se, antes de tudo, de espírito de luta que motiva esta entidade de caráter estritamente revolucionário. Arriscadamente chamaríamos de mística revolucionária esta necessidade que cada ubesiano vê pulsar dentro de si quando se depara com a realidade nacional. Portanto, sendo o CPC um órgão a serviço da Revolução, e sendo a UBES um meio idêntico, o espírito necessário para esta formação já existe. Passa-se, portanto, aos meios de, elaborando uma plataforma de ação, atingir a UBES as suas reais finalidades no Brasil do hoje.

Além de urgente necessidade de salas, papéis, máquinas, enfim, de material para que se possa concretizar a ação o CPC visa uma obra de valorização do povo, por isso, tal ação estará sempre voltada ao povo, a ele dirigida e por ele fomentada. A criação de elementos, ou quadros, que formam qualquer CPC bases, se fará na medida do possível.

3. PLANIFICAÇÃO GERAL DO CPC DA UBES

a) uma sala - uma sala localizada, de preferência, na própria sede da UBES. Praia do Flamengo, 132 - Guanabara. Esta sala se destina às reuniões das várias comissões e dos vários quadros que compõem o CPC. Sala o mais completa possível, com uma máquina de escrever, um armário para guardar materiais, cadeira, duas mesas, cinzeiros, etc., sendo dispensável um telefone.

b) Composição geral do CPC da UBES:

1. Direção: um coordenador geral do movimento, em contato direto e constante com a Diretoria da UBES.

2. Dep. Secretaria: um Secretário encarregado da correspondência do CPC, dos ofícios, das respostas às cartas recebidas, exercendo cargo semelhante às Secretarias das diversas entidades no gênero.

3. Dep. Artístico: com Coordenador ou Diretor Artístico para dirigir os quadros de atuação do CPC. Este departamento é subdividido em:

a) Teatro - com número limitado de atuantes, com um diretor e encarregado das peças, montagens, esquetes, etc.

b) Cinema - um elemento encarregado da escolha de filmes, local, hora, aluguel dos mesmos, etc.

c) Poesias - um elemento encarregado de promover os recitais de poesia revolucionária.

d) Música - um elemento encarregado do setor musical.

4. Dep. Alfabetização - um coordenador ou diretor.

O Dep. Alfabetização se comporia quase que à parte devido à sua importância capital. Este departamento estaria encarregado de elaborar um plano de ação alfabetizante, de traçar as diretrizes em plano nacional, documentar e historiar o andamento dos trabalhos. Elaboração de uma cartilha.

5. Dep. Propaganda: um Diretor ou Coordenador. Este Departamento estaria diretamente ligado a todos os setores do CPC e se encarregaria da propaganda e cobertura de toda e qualquer ação do movimento, quer através de jornais, rádios, revistas, televisões, cartazes etc.

6. Departamento de Imprensa e Divulgação de Cultura Popular: um Diretor ou um Coordenador. A este Departamento competiria à arrecimação das várias manifestações da cultura popular, a fim de torná-las públicas através de edições de livros, manifestos, cadernos, etc. a este departamento compete à criação e manutenção de um jornal que, para facilidade de todo o trabalho, seria como JORNAL da UBES constituindo-se num CADERNO DE CULTURA POPULAR.
7. Compostas as bases do CPC partiremos para a concretização dos mesmos.
8. CPC em ação

Por ser a UBES uma entidade de caráter nacional, o CPC também o será. Uma vez tornado realidade dentro da Entidade, partirá, imediatamente, para a fundação dos CPCs estaduais diretamente ligados e subordinados à COORDENAÇÃO NACIONAL.

A - Plano Geral de Ação

Teatro - uma peça por trimestre (no mínimo) com visitas às capitais do país e ao interior dos estados mais afetados pelos dramas.

Visitas imediatas ao nordeste, centro e sul do país.

O Teatro será motivo de lançamento de novos CPC espalhados pelos Estados da Federação.

B - Plano de Emergência

1. De princípio, o CPC necessita de uma sala que possua as mínimas condições de trabalho.
 - Uma máquina de escrever.
 - Duas caixas de papel estêncil para mimeógrafo.
 - Um milheiro de papel rascunho.
 - Um milheiro de papel em branco, tipo ofício.
 - Dois carimbos, onde se lerá, respectivamente:

CPC UBES COORDENAÇÃO NACIONAL

CPC UBES DEPARTAMENTO ARTÍSTICO

2. Também de princípio, deverá ter, pelo menos, os seguintes quadros:

- Teatro
- Imprensa
- Propaganda

Estes três quadros deverão iniciar suas funções o mais breve possível.

3. Portanto, como material humano, para iniciar os trabalhos, precisamos de:

- Teatro - 11 elementos
- Imprensa - 3 elementos
- Propaganda - 4 elementos

4. Nota-se que já contamos com uma peça, com nove personagens, de autoria deste amigo que escreve, intitulada TERRA SECA, cuja ação se passa no sertão de Pernambuco e visa à espoliação do camponês daquela região. Esta peça está na dependência da aprovação da Diretoria da UBES.

5. Como plano de ação de emergência, achamos interessante citar:

a) Apresentações teatrais da caravana acima discriminada, ou seja, composta pelo teatro, pela imprensa e pela propaganda, no Estado da Guanabara, Minas Gerais (Belo Horizonte), Paraná (Curitiba), Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Uma vez feito este roteiro, que seria a abertura oficial do CPC UBES, estudar-se-á a possibilidade da visita urgente ao nordeste do país, ou seja, Alagoas (Maceió), Pernambuco (Recife), Rio Grande do Norte (Natal), Ceará (Fortaleza).

Por ora, queremos crer que o CPC UBES deveria visitar apenas as capitais do sul porque possuem melhor acesso e maior campo de fundação de CPC estaduais.

Estatutos do CPC da UBES

Art. I - A União Brasileira dos Estudantes de Grau Médio (UBES), usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, entidade de máter de coordenação e representação dos

estudantes secundários do Brasil, com sede no Estado da Guanabara, Brasil, reconhecida como órgão de utilidade pública, torna oficial e válido o CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UBES.

Art. II - O CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UBES tem sede na entidade acima referida, ou seja, Praia do Flamengo, 132 - Guanabara,

Art. III - Todo poder regular por este estatuto emana das necessidades do povo brasileiro e em seu nome será exercido.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Do Centro Popular de Cultura da UBES

Art. IV - A Capital Federal é a sede do CPC UBES.

Art. V - Compete ao Centro Popular de Cultura da UBES:

1. Manter a unidade entre os estudantes e o povo, fomentando e fortalecendo a Aliança Operária Estudantil Camponesa.
2. Defender os interesses populares através de seus quadros competentes.
3. Lutar pela emancipação cultural do povo brasileiro, e defender a Escola Pública.
4. Cooperar com os CPC universitários já existentes no país e com todas as organizações reconhecidamente populares ou estudantes que visem à cultura popular.
5. Transportar a Bandeira do Povo, fomentando a necessidade de uma autêntica cultura popular.
6. Transmitir, captar e ser veículo dos anseios populares através de seus diversos quadros.
7. Apresentar-se publicamente não fazendo distinção do local, seja em teatros fechados, dotados de palco, seja em teatros de arena, seja em cima de caminhões, nas ruas ou praças públicas, seja através do rádio, televisão, cinemas, etc.

Art.VI - Terá direito ao ingresso no CPC, como membro colaborador, todo estudante secundário filiado à UBES.

CAPÍTULO SEGUNDO

Dos Membros

Art.VII - São membros atuantes do CPC UBES os estudantes nomeados pela Diretoria da UBES ou requisitados pelos diversos departamentos do CPC da UBES.

Art.VIII- Os CPC estaduais fundados pelas entidades estudantis filiadas à UBES constituem-se em membros efetivos com estatuto e método de trabalho à parte, de acordo com a realidade estadual, estando, todavia sujeitos à planificação Nacional do CPC UBES.

CAPÍTULO TERCEIRO

Dos Poderes

Art. IX - São Poderes do CPC:

1. Coordenação Nacional
2. Setores
3. Departamentos

Art.X - O CPC responderá, oficialmente, pelo movimento de cultura popular no âmbito nacional de grau médio.

CAPÍTULO QUARTO

Das atribuições

Art.XI - À Coordenação compete:

- a) Responder pelo Movimento perante a Diretoria da UBES.
- b) Coordenar, em plano nacional, a ação dos diversos departamentos.
- c) Constituir ou destituir cargos.

d) Elaborar, junto com os departamentos, em reunião geral, os planos de ação.

e) Os planos de ação estão sujeitos a debates e aprovação da Diretoria da UBES.

Art.XII - Aos Departamentos compete:

a) Cumprir e fazer as tarefas traçadas.

b) Apresentar relatórios quinzenais à Coordenação Geral.

c) Mediante aprovação da Coordenação Geral, nomear ou requisitar membros colaboradores.

d) Participar de toda manifestação do CPC.

CAPÍTULO QUINTO

Da Coordenação Nacional

Art.XIII- A Coordenação é exercida, auxiliada pelos Departamentos, pelos seguintes cargos:

a) Coordenação Nacional

b) Vice-Coordenação Nacional

c) Secretário Geral

d) Tesoureiro Geral

Art.XIV - Ao Coordenador Nacional compete:

a) Representar o CPC perante a Diretoria da UBES, assistir da Entidade Mãe e manter contato direto com a mesma.

b) Responder pelo CPC em juízo ou fora dele.

c) Presidir as reuniões com os setores e as reuniões da Coordenação Geral.

d) Convocar as referidas reuniões.

e) Apresentar relatório à Diretoria da UBES.

f) Responder pelos destinos do CPC.

g) Designar ou destituir cargos.

h) Dar cumprimento às finalidades do CPC.

- i) Manifestar-se em nome do CPC UBES em todos os Estados da Federação.
- j) Receber verbas que se destinam ao uso do CPC.
- k) Assinar cartas, documentos, ofícios ou qualquer correspondência do CPC.

Art. XV - Ao Vice compete substituir o Coordenador Nacional com todas as atribuições.

Art. XVI - Ao Secretário Geral compete:

- a) Organizar e dirigir a Secretaria do CPC UBES.
- b) Substituir com as mesmas atribuições do Coordenador Geral o mesmo, em caso de ausência ou doença.
- c) Expedir recomendações, informes e sugestões aos membros do CPC UBES
- d) Assinar, com o Coordenador Geral, todo e qualquer ofício, carta, documento, credenciais etc.
- e) Superintender os trabalhos das Secretarias Auxiliares.

Art. XVII - Ao Tesoureiro Geral compete:

- a) Ter sob sua guarda os recursos monetários, as verbas destinadas ao CPC UBES, todos os bens e valores do Movimento.
- b) Receber, em nome do Movimento, quando para isso autorizado pelo Coordenador Geral, as verbas destinadas ao CPC UBES.
- c) Conservar em depósito em estabelecimento bancário, as verbas destinadas ao CPC UBES.
- d) Conceder, mediante aprovações da coordenação Geral, verbas aos diversos departamentos, exigindo comprovante de gastos.
- e) Relatar à direção geral toda entrada e saída de verbas.
- f) Em reunião com a Diretoria da UBES publicar os balancetes realizados.

Art. XVIII - Fora desses não existem outros cargos para a Coordenação Geral do CPC da UBES.

CAPÍTULO SEXTO

Dos Departamentos

Art. XIX - O CPC UBES possui os seguintes setores:

- a) Artístico
- b) Frente Nacional de Alfabetização
- c) Propaganda
- d) Imprensa e Divulgações
- e) Setor Camponês

Art. XX - O Setor Artístico é composto de:

- a) Departamento Teatral
- b) Cinema
- c) Poesia
- d) Música

Art. XXI - O Setor Artístico possui um chefe ou diretor, que manterá ligação com a Coordenação Geral do Movimento.

- a) Ao Departamento Teatral compete encenar as peças aprovadas pela Coordenação Geral.
 - Ensaiar com afinco e prontidão.
 - Percorrer o CPC em todas as suas apresentações
 - Manter contato com demais teatros populares
- b) Ao Grupo de Cinema compete escolher filmes de caráter politizante, marcar local de hora para essas filmagens, alugar os referidos filmes.
- c) Ao Departamento de Poesia compete promover recitais de poesia revolucionária.
- d) Ao Departamento de Música compete confeccionar discos e fomentar a música popular brasileira ou de caráter politizante.

Art. XXII - A Frente Nacional de Alfabetização possui um chefe ou diretor, que manterá relações diretas com a Coordenação Geral.

Compete a este Setor:

- a) fomentar a alfabetização no país através de todos os meios de propaganda.

- b) Elaborar uma cartilha padrão.
- c) Planejar e estruturar campanhas de alfabetização em caráter nacional.

Art. XXIII - O Setor de Propaganda possui um chefe ou um diretor que manterá ligações diretas com a Coordenação Geral.

Compete a este Setor:

- a) Propagar o nome do CPC UBES em plano Nacional
- b) Cobrir toda e qualquer ação do CPC UBES
- c) Criar meios de propaganda ou usar os já existentes
- d) Anteceder em propagar as apresentações do CPC UBES

Art. XXIV- O Setor de Imprensa e Divulgação terá um chefe ou diretor que responderá perante a Coordenação Geral.

Compete a este Setor:

- a) Publicar livros de cultura popular
- b) Manter um jornal "Caderno de Cultura Popular" que sairá com o jornal da UBES.
- c) Manter correspondência com jornal reconhecidamente colaborador do povo brasileiro

Art. XXV - O Setor Camponês, etc.

CAPÍTULO SÉTIMO

Das Disposições Gerais

Art. XXVI- O patrimônio do CPC UBES será formado:

- a) pelos bens imóveis que venha possuir
- b) pelas subvenções e legados recebidos
- c) pelos juros e rendimentos de seu patrimônio

Art. XXVII - O CPC UBES fundará CPCs estaduais, não se responsabilizando, sob pretexto algum, pelas obrigações contraídas por estes CPCs estaduais, sem autorização expressa.

Art. XXVIII- Os CPCs estaduais possuirão regime próprio, devendo entretanto obedecer ao Plano Nacional traçado pelo CPC UBES.

Art. XXIX- O CPC UBES não reconhecerá como oficial todo e qualquer CPC estadual que não seja por ele fundado e a ele filiado. Não manterá, todavia, sob hipótese alguma, o regime de secretarismo ou divisionismo.

Art. XXX - As apresentações interestaduais do CPC UBES correm por conta da UBES, ou das entidades a ambos filiados.

Art. XXXI- Só poderão fazer parte do CPC estudantes secundários. Em casos esporádicos, mediante aprovação da Coordenação Geral, é permitida a participação de não estudantes como colaboradores necessários. Cite-se, por exemplo, casos em que, numa peça teatral, haja necessidade de um personagem idoso.

CAPÍTULO OITAVO

Das Disposições Transitórias

Art. XXXII - A sede do CPC UBES é o Estado da Guanabara até que a UBES, através de seu Congresso Nacional, julgue conveniente a sua mudança para Brasília.

Parágrafo Único - Até então, revogam-se as disposições em contrário.

GUANABARA, 31 de Agosto de 1962.

Eu, José Madureira Vasconcellos, usando das atribuições a mim conferidas pelo Senhor Presidente em exercício, cola Roberto Martins, dou por findo este trabalho, o qual afirmo e dou fé.

JOSÉ MADUREIRA VASCONCELLOS

Diretoria e Setores do Centro Popular de Cultura da UBES

Coordenador Nacional José Madureira Vasconcellos
(Minas Gerais)

Secretaria Geral Devanniltom V. Portella
(Alagoas)

Tesouraria Geral Hélio Jovino dos Anjos

SETORES

Setor Artístico Marco Aurélio Borba
(Paraná)

Setor Imprensa José Salosido Oliveira
(Amazonas)
Silas José da Silva
Espírito Santo)

Setor Propaganda Rosália Cabral
(Rio de Janeiro)
Maísa
(Rio de Janeiro)

Departamento Teatral José Cícero Sarmento
(Alagoas)

Departamento Relações Neuza
(Alagoas)

Setor Camponês e Operário José Sales de Oliveira

Departamento Folclórico Claudionaor Machado
(Rio de Janeiro)

SETORES AUXILIARES

Vice Coordenação Nacional Gilson Menezes
(Minas Gerais)

Setor Teatral - Para a peça *Terra Seca* são participantes: José Cícero Sarmento, Devanniltom Portella, Rosália, Neuza, Marco Aurélio Borba, Jélio J. Anjos, Direção de José Madureira Vasconcellos e supervisão de Gilson Menezes. Vestuário com Hélio Jovino, cenários com Madureira, montagem Marco Borba.

O CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UGES - RIO GRANDE DO SUL SE APRESENTA AO I^o ENCONTRO NACIONAL DE CULTURA POPULAR

Uma angústia comum a todos, apossou-se de nós, quando, após um Congresso Estadual, onde excelente fora o nível de politização, sentimos que era mister, urgentemente, abrir uma nova perspectiva, um novo horizonte em todo o Estado, para uma firme tomada de posição dos estudantes gaúchos.

Uma vez cōncios dessa realidade e dessa necessidade, que se nos afigurava como obrigação, passamos a difundir, com amor e entusiasmo, em todos os quadrantes do RGS uma nova idéia: A Cultura Popular.

Os Jograis da UGES, com suas poesias revolucionárias e encenando peças teatrais populares, percorreu o maior número possível de cidades, apresentando este novo condutor de conscientização e politização. Nós buscávamos o povo, com quem temos um compromisso verdadeiramente sagrado.

Seguiu-se uma assistência permanente de material artístico para os grupos pioneiros, que aos poucos iam se formando e pediam os nossos subsídios. E nós ficávamos vibrando cada vez cada vez que surgia um desses pedidos.

Uma vez solidificada a idéia de uma Cultura Popular, que partia e retornava de encontro às aspirações do povo, sentimos que era chegado o momento de avançar, dar um passo mais além. Houve uma reviravolta nas realizações da Equipes de Trabalhos, pois todas elas, nos mais diversos setores, foram devidamente enquadradas dentro do esquema mais amplo de Cultura Popular.

Entretanto, fazia-se necessário a criação de um grupo especializado, que se dedicasse exclusivamente ao planejamento e coordenação deste setor. Surgiu, então, o Centro Popular de Cultura da UGES, baseando sua ação nos princípios básicos que regem esta entidade.

Criação do Centro Popular de Cultura

Em consonância com as diretrizes ideológicas da UGES, dedicamos quase toda a atividade da UGES na Cultura Popular. À luz do que ficou dito, Cultura Popular, para nós, tem a amplitude de politização do povo. Não se trata de levar ao povo alguns ensinamentos colhidos nos bancos escolares, mas sim, de propiciar, ao povo, meios que lhe permitam promover-se a si mesmo e por si mesmos. Foi isto que procuramos fazer, num contato vivo e constante com o povo, de conscientizar a expressão adequada do que se encontrava, em seu espírito, ainda informulado e indefinido. Principalmente, demos ensejo, em debates sobre fatos e idéias, a que se assumisse a consciência de sua própria situação histórica. E, a partir da realidade vivida, procuramos abrir as vias, através das quais pudesse ele reencontrar os rumos ideológicos de sua libertação.

Tentando desenvolver suas virtualidades humanas, através das mediações e dos condicionamentos socioeconômicos, o povo há de sentir e tornar lúcida a urgência de transformação estrutural da sociedade em que vivemos. A revolução brasileira é, substancialmente, processo de cultura popular.

Não fazemos cultura popular para operar a revolução. Mas, ao promover-se cultura popular, o povo há de esbarrar com as estruturas atuais, que o impedem de personalizar-se ao nível da igual dignidade de todos os homens.

Por isto, a cultura popular, num regime de classes dominantes e dominadas, só se pode entender como revolução social, isto é, como transformação qualitativa das estruturas sociais.

Não esquecemos de oferecer ao povo um dos meios mais poderosos de expressar sua situação, expressando-se: a arte. Arte também popular e engajada, isto é, comprometida com a causa do povo. Não levamos ao povo os refinamentos de artistas dele desligados. Também não queremos reduzir a arte à militância ideológica. Como em toda cultura popular, a arte deve emergir do coração do povo e ser a maneira de manifestar seus sentimentos e suas idéias. E, ainda, e sempre, arte em íntima ligação com o povo.

UGES volante

A idéia cada vez tomava mais vulto e ia encontrando mais receptividade. Recrudescia nosso entusiasmo, à medida que víamos os horizontes se tornarem mais largos e objetivos. Sentíamos que cada vez mais devíamos nos enfronhar no terreno da prática.

Inicialmente a gente pensou, numa primeira etapa, de levar para o interior o nosso grupo de Jograis e Teatro. Nasceu então o UGES VOLANTE. Moviam-se dois propósitos de fundamental importância. O primeiro deles era em contato com o povo, através de apresentações não apenas para estudantes, mas para ele. Desejávamos suscitar um debate aberto, um diálogo franco e honesto, através do qual nos comprometeríamos - ainda mais com ele e sua causa.

O segundo deles era fazer nascer no meio estudantil do Rio Grande do Sul, o Movimento de Cultura Popular. Era preciso que o pessoal do interior despertasse, efetivamente, para a necessidade da reformulação da cultura, tendo em mira a sua democratização. Era importante que ele acordasse para a premência de uma cultura engajada.

Assim, no primeiro período de nossos trabalhos, foram visitadas cidades em grande número. Em todas as apresentações, a nota dominante foi o entusiasmo que se fazia patente no pessoal, quando surgiam os debates. Contudo, era para as férias de fim-de-ano que se planejava um roteiro muito mais extenso e bastante concreto. Os percalços que antecederam nossa ida foram amplamente compensados pelo sucesso que nos acompanhou em todo o roteiro. Roteiro que, diga-se de passagem, teve que ser interrompido devido à convocação do Conselho Extraordinário, que se reuniu para deliberar sobre o escandaloso aumento das unidades escolares no presente ano letivo.

Como a gente frisou acima, o nosso giro foi muito produtivo. Tivemos uma participação fabulosa de parte do povo, por meio de debates honestos e de diálogos abertos e esclarecedores, que tiveram um excelente resultado de unificação. Foi percebida, e clarividente, a fortificação e as dimensões sempre crescentes que vai assumindo, de maneira irrefutável, a nossa Aliança Libertadora: A aliança-operária-estudantil-camponesa. Estas visitas acompanhadas de apresentações não sofreram solução de continuidade, persistiram, ainda, na se-

gunda parte de nossa atuação. Entretanto, o acordar, a pronta reação do interior, e a disseminação dos núcleos de cultura popular, pela criação de novos CPCs, exigiam de nós uma nova atitude, uma nova posição.

Descentralização dos CPCs

Como a gente colocou acima, despertou o interior para a importância vital dos CPCs, e foram nascendo novos núcleos, nas mais diversas cidades. A cultura engajada encontrava um eco cada vez mais vibrante. A gente sentiu, então, que já era ocasião do nosso CPC sair de circulação, dando lugar aos do pessoal do interior. Os motivos eram vários. Em primeiro lugar, porque a gente continuando, fatalmente estaria agindo de uma maneira paternalista. Paternalismo que sempre condenamos com veemência. Em segundo lugar, porque se viu uma vez mais, que o interior estava demonstrando sua capacidade criadora, e esta sempre mereceu de nós a mais irrestrita confiança. Em terceiro lugar, porque nem no aspecto funcional e material víamos vantagens em continuarmos, pois nunca poderíamos atender todas as cidades e porque também os gastos em viagens seriam muito grandes. Assim, dentro desse critério, resolvemos criar os CPCs regionais. Foram divididas as regiões e estabelecida uma sede regional, que teria a função de coordenar o momento de cultura popular em determinada região. Frisa-se que a existência da sede regional não implicaria no fato de outras entidades (cidades) deixarem de criar seus CPCs. Muito ao contrário, pois esta criação ocasionaria um intercâmbio fabuloso e uma troca de experiência muito proveitosa. Desta maneira, a Sede Regional ficou obrigada, dentro de sua função de coordenadora, à uma série de iniciativas e posições.

Deveria a sede regional promover encontros de cultura popular, que teriam coisas novas, novas concepções, e, o mais importante, junto com o entrosamento com o estudante, com o povo, uma consciência mais clara ainda da importância crucial de uma arte engajada e verdadeiramente democrática. Igualmente, a ela competiria a distribuição de material para as outras cidades. Inclusive, seria de real produtividade o intercâmbio de material com outras regiões.

E não só este intercâmbio, mas também de apresentações. Outra incumbência da sede seriam as visitas mais constantes

possíveis às cidades. Enfim, a gente via e sentia-se feliz com o fato de que o Movimento de Cultura Popular estava no terreno prático, e crescendo dia a dia.

Uma experiência inédita no UGES: a alfabetização

Vínhamos de uma fase na qual se procurou "acordar" o pessoal para as nossas realidades, tanto econômicas, como sociais, políticas e educacionais. Mas, não poderia ficar nisso apenas. Era preciso ir mais longe, descobrir novos horizontes. E estes novos horizontes eram, precisamente, as experiências que víamos quando engajados no terreno prático. Nossa meta principal era um efetivo entrosamento na Aliança-operário-estudantil-camponesa. Como a gente disse, já havia sido lançada a semente e pronto estava o solo. Necessário se fazia arregaçar as mangas e entrar no terreno prático.

A poesia e o teatro já haviam, de sobra, mostrado suas qualidades praticamente insuperáveis, para um trabalho de conscientização, de transformar a massa em povo. Realmente, a poesia e o teatro possuem um poder muito grande de penetração. Procuramos, então, a cada passo, mais e mais aperfeiçoada a cultura popular, torna-la mais dinâmica e, principalmente, mais próxima do povo. Todavia, a cultura popular não se resume em apresentação de um conjunto de jograis ou de teatro. É mais. É, entre outras coisas, alfabetização também. A gente se angustiava e via que algo devia ser feito quando sabíamos que 54% de nossa população é analfabeta. Daí nasceu, ou melhor, ainda, amadureceu a idéia de uma campanha de alfabetização. Ela foi batizada com o nome de Cruzada Estudantil Gaúcha de Alfabetização. E para ela, através de uma explícita circular, de contatos pessoais, de palestras e outros meios, íamos comprometendo o pessoal do interior com a idéia. Algumas cidades mesmo já possuíam estes cursos. Entretanto, nós sentíamos que jamais poderíamos falar para o interior, com propriedade, se não tivéssemos sentido, vivido, experimentado o que era alfabetizar.

A experiência é a melhor orientação. Então, ficamos aguardando uma oportunidade para vivermos o que era ministrar aulas, especialmente para adultos. Resolvemos um problema de casas para eles. Aproximava-se o Natal, e o pessoal lá da vila queria fazer uma festa para a criançada. Começamos a

cooperar e dar sugestões. Junto com eles saímos com “livros de ouro”, para conseguir fundos para a festa. Mostramos para eles a necessidade de viverem em comunidade, para resolverem seus problemas comuns, pois a união faz a força.

Daí houve a fundação de uma sociedade, com eleições livres, nas quais todos os presentes votaram. Muitos não sabiam o que escrever, e desde aí, começou-se a motivação para o curso. Falávamos com uns e outros. Alguns se mostraram interessados e outros descrentes, em virtude de promessas anteriores feitas por políticos, não cumpridas. Enfim juntou-se um grupo decidido, e começaram-se as aulas, dois da equipe passaram a ministrar estas aulas. Sem cartilha especializada, sem conhecimentos de didática, sem muita técnica. Cada dia dávamos uma lição e recebíamos outra. Os problemas de disciplina eram grandes e como as aulas eram com adultos e crianças, estes se tornavam mais graves, pois, os adultos frequentavam as aulas com sacrifício, até em jejum, e, naturalmente, não toleravam a indisciplina, ameaçando até deixarem de frequentar. Venceu-se este problema fazendo-se novas separações. De início, feito um exame de equilatamento de conhecimentos, visando constituir turma homogênea. E esta homogeneidade era necessária, pois observamos que o ciúme era uma característica bastante notável, e com isto havia, naturalmente, um espírito de superar o outro a qualquer custo. Ora, se numa turma houvesse gente com mais conhecimento que os outros, que se destacasse, poria todo o trabalho a perder, pois aqueles que sabiam menos, provavelmente deixariam as aulas de lado. Procurávamos não tornar as aulas monótonas. Variávamos sempre.

O pessoal sempre participava das aulas, ora fazendo exercícios, ora interpretando as lições. Intercalávamos comentários de acontecimentos do presente ou mesmo do passado, visando politizar. Foram ministradas, inclusive, aulas ao ar livre sobre assuntos gerais sempre com o pensamento voltado para a politização. Nelas sentávamos até no chão, junto com o pessoal, e conversávamos assuntos que eles mesmos participavam, coisas que lhes interessavam.

Jamais procuramos assumir a atitude sisuda de professor, procurávamos sempre que eles nos encarassem como companheiros, mas, não permitindo que a disciplina nas aulas sofresse com isto. Assim mesmo, a disciplina foi sempre um problema constante. Tínhamos lápis e caderno para dar, contudo, preferimos vendê-los, baixo preço, para que eles valo-

rizassem o que usavam. Aqueles eram objetos "deles", comprados com seu esforço. Continuávamos a freqüentar as casas e, com isto, angariávamos novos alunos. Naquele grupo escolar, cedido pela Prefeitura Municipal, nasceu um movimento comunitário na vila.

Notava-se que o pessoal ia evoluindo o suficiente par, há algum tempo atrás, quando da visita demagógica de alguns vereadores, com eles discutirem e mostrarem que aquela visita tinha apenas fins de angaria votos.

Começou o ano letivo. E os trabalhos da UGES não nos permitiam continuar na vila. Entregamos, então, a alfabetização para um grupo que já tinha entrado em contato com o povo de lá.

Esta experiência nos permitiu tirar algumas conclusões:

Conclusões Gerais

Era preciso descobrir um vocabulário peculiar ao grupo (o que Paulo Freire chama de universo vocabular), que era preciso dialogar com eles no mesmo nível, que era preciso suprimir o ciúme e mostrar que, em comunidade, um depende do outro, que cada um é indispensável em seu lugar.

Que era preciso manter a disciplina em aula, para ser respeitado e para que as aulas fossem realmente proveitosas; que era preciso descobrir os gostos de cada grupo e "abrir" o diálogo, conversando sobre aquilo.

Por exemplo, com o pessoal do time de futebol não poderíamos falar de corridas de cavalo e vice-versa. Que é importante visita às casas dos alunos para conversar com os pais; que as aulas devem ser variadas e não muito extensas, para não cansa-los e evitar que se tornem monótonas. Que é ideal mudar os locais das aulas, de vez em quando (aulas ao ar livre, por exemplo, são muito proveitosas). Que não é preciso uma aula especial de politização, politiza-se com os mais variados assuntos e a todo o momento; que é indispensável figuras com o fito de haver associação e penetração das aulas; que é preciso paciência para repetir a mesma coisa até meia dúzia de vezes seguidas. Que é preciso jamais mostrar preferência entre uns e outros; que é indispensável a valorização de cada trabalho do aluno, isto é, um gesto de aprovação, um "muito bem", tem uma significação profunda. Enfim, todas as

nossas experiências que nós transmitimos no interior na circular sobre a campanha.

A partir de algum tempo atrás, quando tomamos contato com o método Paulo Freire, baseado nas experiências acima relatadas, foi-nos fácil reestruturar o movimento de alfabetização. E a partir de outubro, a UGES Volante será enriquecida com 5 grupos de especializados no método que o retransmitiram ao interior. Por enquanto é só.

I Encontro Gaúcho de Cultura Popular

Cabe-nos, primeiramente, salientar a necessidade de concretizarmos este Encontro, em cima da hora, dias 2 e 3 de julho, ou seja, 3 dias antes do Congresso Estadual. Após uma série de experiências (pois o nosso trabalho não passou de estudos referentes à cultura popular), vimos que era chegada a hora de concretizarmos a aliança com todas as entidades que movimentam-se nesse objetivo, para que uma complete o trabalho da outra, e para que o apoio seja mútuo. Constatamos movimentos populares no RGS; vimos que uma série de grupos artísticos e de alfabetização estavam se formando e trabalhando da melhor maneira possível. Porém, fora de um esquema geral.

Vimos que o plano de alfabetização precisava ser, urgentemente, remodelado, em vista de ter surtido pouco efeito, em alguns locais, por não ter havido, antes, uma preparação para aqueles que ocorriam para os bancos escolares. A equipe de cultura procurou elaborar um plano, que tivesse seus primórdios em uma vila ou qualquer parte de uma comunidade, onde não existisse na. Absolutamente nada de comunidade, alfabetização ou qualquer centro de comunidade. Partindo desta situação, fomos alastrando o plano, com uma série de organizações que se pode criar, ou motivar o povo para que crie, para, uma vez começada a alfabetização, pudesse o CPC daquela comunidade iniciar um trabalho de politização. Vimos, igualmente, que outras entidades, como a UEE e a divisão de Cultura estavam em vias de desenvolver um plano para o estado. Era necessário reunirmos para entrosar um plano no outro e trabalharmos uníssono. Para este encontro foram convidados representantes das sedes regionais de CPCs, UEE e a Divisão de Cultura. Reservamos o primeiro dia para situarmo-nos dentro da cultura popular em teoria, tendo a UGES colocado,

inicialmente, o tema: NECESSIDADE HISTÓRICA DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR, cabendo à Divisão de Cultura expor sobre os temas: O QUE É CULTURA POPULAR E TEATRO MODERNO. O dia 3 foi destinado, exclusivamente, para estudos e planejamento. Faltou-nos dizer que, abrindo o encontro, a UEE colocou o seu programa de ação.

A mais rica das experiências

I FESTIVAL GAÚCHO DE CULTURA POPULAR

Não se podia deixar de reconhecer que a Arte engajada estava em processo de franca ascensão. Por isso mesmo, sentíamos a necessidade de dinamizar, ainda mais, de comprometer ainda mais, o pessoal com os CPCs, de aproxima-los mais do povo, através de uma vivência contínua, de um diálogo mais estreito. E este Festival se realizou e, ao que se sabe, foi o primeiro do Brasil no gênero.

Foi escolhida a cidade de Ijuí. E escolhemos Ijuí porque vimos que era ela, junto com a região, que, no momento, melhores condições apresentava para a sede de um Festival desta ordem. Uma das razões era que Ijuí possuía um movimento e uma consciência comunitária já bastante desenvolvida.

Desta maneira, de 27 de abril a 5 de maio, Ijuí abriu suas portas para todos que lá se dirigiram em busca de maior vivência, de maior testemunho e de novas experiências.

E, sob todos os pontos de vista, isto tudo lá encontraram. E, mais ainda, a hospitalidade e o senso comunitário daquele povo.

Elaborou-se um temário vasto com o fito de atingir a todos: os operários, os camponeses e o povo em geral (considerando estudante como membro deste povo). E, realmente, lá em Ijuí, deu-se um passo a mais, e bem substancial, no nosso objetivo de aliança-operário-estudantil-camponês.

Um dos aspectos mais notáveis dos muitos que caracterizaram o Festival foi precisamente aquela da participação de todos, participação em massa de toda a sociedade. Participação que fazia a gente "vibrar", fortificando-nos com a certeza de que o nosso compromisso é unicamente com o povo, o que nos fazia compreender que os dados estavam lançados, e nada mais no poderia deter!

As reuniões principiavam de manhã cedo e entravam madrugada a dentro. O cansaço foi o grande ausente. O entusiasmo o grande e constante presente.

A seguir, numa seqüência de tópicos, a gente colocará, resumidamente, os aspectos primordiais do Festival. E dizemos resumidamente porque se narrássemos o que sucedeu em Ijuí naqueles dias memoráveis, seria preciso a publicação de um pequeno livro.

- No colégio evangélico Augusto Pestana, tivemos a abertura do Festival. Ouviu-se a saudação da UGES e da UGEI. Logo após tivemos a cargo do Frei Eugênio uma palestra versando sobre cultura popular.
- O pessoal de Ijuí e das cidades visitantes estiveram no núcleo da Esquina gaúcha, onde o Frei Matias proferiu uma palestra sobre "Comunitarismo". Depois houve uma apresentação, em esquete, do quadro de Augusto Boal, "Não há imperialismo no Brasil". Após, foi aberto um debate com os agricultores que lá estavam. A estudentada que lá esteve teve oportunidade de ouvir sobre os problemas da terra, e da maneira que aquela gente encarava as soluções.
- No dia 1º de maio - "dia do trabalho", em frente à Matriz de São Geraldo, chamado "Largo São Geraldo", houve uma grande concentração operário-estudantil. Na oportunidade, representantes das diversas camadas sociais manifestaram suas opiniões, dissertando sobre a necessidade da Concretização da Aliança-operária-estudantil-camponesa, como solução de capital importância para a problemática que aflige nosso povo.
- Na tarde do mesmo dia, num dos cinemas, foi feita a apresentação do filme sindicato de Ladrões. Desta apresentação participaram aproximadamente 1.200 pessoas, em grande maioria operários de vilas vizinhas. Número quase igual ao de concentração anterior. Depois, houveram debates sobre o tema Sindicalismo.
- Na Sociedade Ginástica de Ijuí apresentaram-se para o povo em geral os seguintes grupos: CPC da Faculdade de Filosofia de Ijuí, teatro e Jograis de S.Ângelo, Teatro do Col. do Rosário (Porto Alegre), Jograis de Caxias do Sul, Jograis de Passo Fundo, CPC da UGES. Seguiam destas apresentações, debates que "pegavam fogo" e que fazia o pessoal todo se esquecer das ho-

ras. A gente procurou dirigir os debates de uma maneira diferente, e os resultados foram espetaculares, pois a honestidade e franqueza foram características notáveis nos mesmos.

- Os estudantes tiveram participação em todos os momentos do Festival, visto que para eles estava elaborado um programa intenso. Durante as manhãs, visitas à Escola Industrial e Técnica, à Cooperativa, aos colégios da cidade, além de duas palestras a cargo da Divisão de Cultura, sobre teatro popular.
- Durante as tardes, uma série de palestras, com círculos de estudos posteriores. Foram as seguintes as palestras que tiveram o fito de preparar os estudantes para os debates das noites.
- Espírito farisaico (mostrando a deturpação que fazem do evangelho para defender interesses pessoais).
- Emancipação do aluno, escola e comunidade, escola comunitária e emancipação do homem.
- Finalmente, dia do encerramento. Princípio da saudade que a gente sente daqueles dias fenomenais. Mas, a par desta saudade, está a lembrança do que se debateu lá, servindo como um incentivo para novas conquistas. Pela manhã houve uma passeata estudantil espontânea, com faixas alusivas ao Festival. De tarde, após a entrega dos prêmios (que teve caráter meramente incentivador), os Jograis da UGES novamente se apresentaram com repertório ensaiado na madrugada anterior. Para termos uma idéia de como foi grande a repercussão do Festival, basta ilustrar com o fato de que nos dias subseqüentes ao encerramento havia, diariamente, debates através do rádio, com ativa participação. Além disso, 15 dias mais tarde, fomos chamados para lá, a fim de participar de um debate que tinha o objetivo de dirimir certas dúvidas e deixar claras várias posições.

Isto tudo o que foi lido, era o que a gente desejava colocar com respeito ao que foi realizado dentro do plano de Cultura Popular. Dessa cultura que, perante a nossa realidade social, econômica e política, representa um marco fundamental para a conscientização, para a libertação do homem brasileiro, a grande vítima de nossa estrutura anti-humana que lhe nega, a cada momento, as oportunidades mínimas de usufruir

dos direitos que o conduziriam a ser realizar como homem, como criatura humana.

A gente finaliza aqui, felizes porque temos a certeza que realizamos todo o possível, e da maneira mais autêntica, no campo da cultura popular, que foi, na realidade, a essência de nossa gestão.

Já temos enviado muito material para todas as entidades estaduais, e agora gostaríamos de fazê-lo para os movimentos de CPC, por isso, pedimos que nos seja enviado seus endereços bem como todo o material que possuem.

Centro Popular de Cultura da UGES
Endereço: Andradas, 1155, 15º andar
sala 1506, Ed. Chaves
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

CENTRO POPULAR DE CULTURA

SALVADOR - BAHIA

INTRODUÇÃO

Como nasce o Centro Popular de Cultura não é uma questão que se responda colocando senão a afirmação de que uma situação específica condicionou seu surgimento, determinando características e problemáticas do mesmo. Essa situação específica não é mais que um estado de realidade que, por reunir qualidades determinadas por um tempo e lugar, enquanto caracterizadoras dessa realidade, permitiu a deflagração de um dos instrumentos de maior capacidade para empurrar o processo histórico brasileiro, enquanto lhe preocupava, imediatamente, a dinâmica de seu processo cultural.

Assim, o movimento de cultura popular, em suas diversas manifestações no Brasil, guardando cada uma sua propriedade na forma de existir, nunca na preocupação social e responsabilidade, não é mais, digo, não é em nada espontâneo ou fruto da iniciativa particular de quem quer que fosse. Representa, sim, a necessidade de um povo, da tomada de consciência de sua própria história.

Nenhum fenômeno, fato ou questão, defende seu isolamento de uma série de outros. O mundo é uma interação de relações com leis que a organizam e desenvolvem, fazendo o eixo principal dessas transformações, o homem, sujeito nesse complexo de reflexo e reflexões. Assim, é preciso compreender o Brasil em mundo, explicando e agindo sobre o que nos sobrar dessa aprendizagem. Hoje, se tentamos ver a realidade de uma nação, é imperativo ligá-la à realidade de outras, responsabilizando historicamente o conteúdo de uma como razão da persistência de outras, em fases primárias da história. Daí o esquema mais geral de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, caracterizados os segundos pela dependência que aos primeiros é vantajosa - política, econômica e culturalmente - manter. Nesse quadro quem é o senhor Brasil? O Brasil é um país na América Latina e historicamente pertence ao território que

tem por limites as idéias de "América para os americanos". Ninguém se opõe à sua classificação de subdesenvolvido. A muitas coisas aceitaríamos acusar por esse estado de subdesenvolvimento, reconhecendo a característica de que enquanto são as causa são o próprio fenômeno:

1. Sistema arcaico, fazendo subsistir em seu contexto, formas superadas de relações de produção. (a sobrevivência feudal no latifúndio)
2. Por não ter suportes próprios para sobreviver, o latifúndio se obriga a aliança com o imperialismo, o que implica em entraves ao nosso desenvolvimento.
3. As obrigações de colônia que ao nosso povo são impostas e explicadas pela situação de dependência em que nos colocamos em relação aos países desenvolvidos, ou país desenvolvido.

Tais relações não deixam de significar o comprometimento do esforço de um povo por se fazer historicamente, muito menos a cultura desse povo deixa de estar condicionada por esses fatores, ocasionando inclusive que se desvirtue a sua capacidade de exprimir os anseios dele mesmo responder às exigências de uma cultura nacional. Vale dizer que esse reflexo devolve dialeticamente, agindo sobre essa realidade. Aqui se pressupõe a consciência e tomada de posição, aqui o reconhecimento do homem no que se envolve e sua resolução diante disso. O camponês coloca-se frontal ao latifúndio quando percebe, quando identifica esse com sua exploração, sua miséria, seu analfabetismo. O operário coloca-se em inimigo do imperialismo, quando se conhece explorando, mão de obra barata para a exploração do capital estrangeiro. Um povo adquire personalidade histórica quando se auto-afirma contra as obrigações coloniais por auto determinar-se, fazendo sua história em seu nome, em nome de um mundo mais largo ao homem.

E agora, a quem caberia realizar a preocupação cultural desse povo? Ele próprio tem o aparelho? O camponês, o operário, esses a quem fora negada uma formação de cultura? Eles após consciência e tomada de posição de habilitam à tarefa de uma cultura em seu nome? Não. Aqui é que é devido, por sua condição de classe com privilégio de adquirir cultura, aos intelectuais e artistas tomarem a posição que os qualifique quadros válidos de uma tarefa histórica. Aqui o CPC, organização de nosso empenho, nossa participação, como coisa de precedentes e determinações históricas.

É quando não permitimos que a cultura de um povo, nosso povo, esteja alienada de suas preocupações, ou quando essas preocupações do povo não permitem que essa cultura as ignore, fazendo-se refletida aonde essa cultura se elabora na supra-estrutura ideológica.

Não nos deteremos em explicar ou cultura. São pacíficos seus conceitos fundamentais. Não discutiremos que enquanto fazemos cultura popular somos responsáveis pelo que conceituamos CULTURA PELO POVO - que não é senão informar a todos os componentes humanos de uma sociedade o tempo e lugar em que sobrevivem, em existência e subsistência, caracterizando essa cultura popular não a preocupação de apenas falar ao que se conceitue povo, na linguagem mais própria à comunicação com esse, mas a toda sociedade, aqui brasileira, colocando a problemática humana que ela determina - fazendo, em cada vez dessa tentativa de informar, o uso da linguagem que assegure a comunicação com aquele específico espaço social a que nos dirigimos.

Vale que não esqueçamos que não é devido a somente o artista a consciência de sua determinação, mas também a consciência de que lhe preocupa determinar. É a sua responsabilidade social que o vai validar, colocando-o além dos limites propostos pelo seu fazer. Não haveremos de discutir o artista - é anterior a qualquer caracterização, a qualidade HOMEM, bastante para o tornar envolvido e não isento dos problemas e tarefas como ser social e político.

Centro Popular hoje no Brasil é a tomada de consciência de um povo, refletindo, enquanto coloca aos participantes da supra-estrutura ideológica uma escolha: ganhar com ele o lugar a que se projeta o homem - sua história. É a posição de intelectuais e artistas, os quais se mostraram preocupados com a miséria, com o analfabetismo, com a exploração em suas formas mais primárias, mais precisamente, com o que chamamos CULTURA PELO POVO E ARTE POPULAR REVOLUCIONÁRIA.

TEATRO

O fato de que o teatro seja um dos setores que mais marcou a atenção do CPC da Bahia, como de resto também ocorreu em outros CPCs espalhados pelo Brasil, não é gratuito nem acidental. O teatro sempre foi, no correr da história, uma arte eminentemente popular. Nessa época, entretanto, reduziu implacavelmente a uma arte exclusiva das classes sociais mais abastadas. A comercialização que hoje vitima o teatro, cor-

tando-lhe as possibilidades de desenvolvimento expressional, e sua redução a uma arte de elites, cortando-lhe as possibilidades de desenvolver os seus recursos de comunicação com todos, são dois fenômenos que possuem uma fonte comum. O objetivo fundamental do CPC, no que se refere ao teatro, é restituí-lo ao povo, tanto para efetivar um direito legítimo deste último, quanto para salvar o próprio teatro do emudecimento do qual ele sofre no seu isolamento atual, limitando-o a falar para a minoria. O teatro pertence como a cultura ao povo, e só no seu contato com o povo poderá readquirir sentido. Esse sentido está, hoje, perdido, porque o teatro, nas salas comerciais, limita-se a ser um mero digestivo reservado aos privilegiados. E, se hoje, no Brasil o povo desperta para a reivindicação decidida dos seus direitos, o teatro desperta para a necessidade de ir ao encontro de sua verdadeira platéia.

Também, no que diz respeito ao teatro, como de resto às outras atividades, o CPC está livre de qualquer paternalismo. Não se trata de tentar impor os mesmos digestivos dos privilegiados ao povo que por eles não se interessam - e com toda razão. Não pretendemos, portanto, popularizar o teatro comercial. Esta seria uma idéia radicalmente falsa do teatro popular. O único teatro que pode e deve ser aceito pelo povo é um teatro que signifique algo para ele, para sua tomada de consciência e para suas lutas. O teatro popular que é a meta do CPC é um teatro que fala dos problemas do povo, de suas angústias e de suas perspectivas.

O CPC iniciou o seu trabalho teatral a partir dessas evidências indiscutíveis. Esse trabalho resultou uma experiência extremamente proveitosa. Em primeiro lugar provou a correção de seus supostos. A possibilidade de um teatro popular existe na razão de sua aliança com o povo, com a platéia a que é endereçado. Em segundo lugar, as características concretas com que se revestiram o seu trabalho, deixaram claras para o CPC suas deficiências e suas próximas tarefas. Essa lição pode ser esquematizada da seguinte maneira:

1. O CPC funcionou como um teatro amador, em virtude de suas deficiências financeiras. Esse amadorismo impossibilitou uma atividade mais constante e profunda.
2. A absolutização do critério de utilização dos espetáculos para as reivindicações populares, fez com que o teatro do CPC perdesse de vista, muitas vezes, a perspectiva cultural da tradição teatral, limitando-se

artisticamente, embora provando a intenção de estar adiante dessas limitações.

3. O desenvolvimento de uma idéia de um teatro popular, cultural e artisticamente conseqüente, só é possível com a superação das duas limitações descritas nos dois itens precedentes.

O programa de teatro do CPC decorre, portanto, diretamente do que foi verificado em sua experiência. Aqui temos de citar como um tipo de trabalho teatral do qual temos a experiência de boa comunicabilidade com as platéias populares a que foi levado, é o "Bumba Meu Boi". Um trabalho elaborado em cima da dança dramática feita pelo povo. Cremos que esse tipo de trabalho deva ser continuado e que ofereça ótimas perspectivas para um caminho a ser seguido. A "Chegança" será a próxima experiência que levaremos a efeito seguindo essa linha teatral.

O teatro didático não deve desaparecer, mas, simplesmente, deve ser posto a serviço do setor de educação. Bem como o teatro circunstancial, usado para a colocação de problemas políticos imediatos. Sem necessidade de montagens elaboradas, destinam-se à ilustração como um dos vários meios didáticos e de divulgação de fatos circunstanciais.

A nova tarefa a ser executada diz respeito a um teatro, senão profissional, semi-profissional que ofereça condições mais amplas do trabalho e, dessa maneira, permita o desenvolvimento de um teatro de alto nível artístico, que, pelas suas características populares, possua uma significação cultura em profundidade.

Resta assinalar que o setor de teatro do CPC pretende desenvolver atividades internas, com vistas ao preparo de seus membros. Essas atividades envolverão:

1. Laboratório de interpretação. Preparo técnico e exercício dos atores do CPC, sob a direção de um diretor artístico.
2. Seminário de dramaturgia. Discussão e trabalho comum executados com a equipe de textos, visando à produção de peças.
3. Seminários de estudos teatrais. Discussão e trabalho comum nos diferentes aspectos do teatro, como: cenografia, figurinos, iluminação, direção, etc.

CINEMA

O Departamento de Cinema do CPC, só agora tem condições efetivas de realização. Assim, reuniram-se os seus membros, num Seminário e discutiram as linhas do seu trabalho. Neste encontro, transcrevemos o relatório desse seminário que foi o ponto de partida para a prática dessa atividade no CPC, daqui por diante. Ei-lo:

O 1º Seminário de Cinema do CPC da Bahia, instalado no dia 23 de novembro de 1963, reuni-se nos dias 24, 26 e 30 do mesmo mês e 4 do mês de dezembro, com um total de 7 sessões, e convocado pela Direção do Centro Popular de Cultura, com os objetivos explícitos de reestruturar o Departamento de Cinema do CPC, e a partir dos princípios explícitos que informam o movimento cinematográfico denominado "Cinema Verdade" e da discussão das teses centrais dos principais teóricos e realizadores desse movimento, elaborar métodos adequados às condições apresentadas pelo movimento de cultura popular e pelas limitações de toda ordem que se antepõe à cinematografia brasileira. Foram escolhidos para coordenador das discussões e relator da mesma os Srs. Wladimir Carvalho e José Carlos Capinan, respectivamente. De início, Álvaro Guimarães relatou sua experiência em "Moleques de Rua", dizendo que quis fazer um filme a partir da realidade, admitindo a ficção como elemento necessário a ordenação lógica da realidade documentada.

Foi narrada a estrutura de "Un coeur gros comme ça", um filme de Reichenbach: elaborado a partir de um documentário de box e dezenas de horas de conversação gravada com um boxeur residente em Paris.

A multiplicidade de opiniões impunha a busca de conceituação do "Cinema-Verdade". Um conceito munido do qual pudéssemos fazer frente às várias correntes denominadas "Cinema-Verdade" e que já fosse o primeiro sinal de união de todos os que ali reunidos se propunham a fazer cinema em conjunto. O cinema verdade seria o puro documental? Admitiria elementos de ficção? Como, a partir de Vertov e Rouc elaborar princípios e métodos que atendessem a nossa realidade objetiva? E os problemas que decorrem da relação cinema e mundo real (realidade): a câmera não transforma a realidade a captar, na medida mesma em que o observador modifica o objeto observado? O ângulo escolhido da câmera não implica já em uma atitude frente a realidade? Como entender o que se poderia chamar de purificação da realidade, ou seja, trabalhar a realidade a ser

documentada de modo que a técnica (câmera, iluminação, etc.) possa registrá-la da maneira mais fiel a si mesma (documentário bela sobre alimentação)?

Não esquecer que o Cinema se distingue da vida (real) na mesma medida em que a palavra se confunde com a coisa.

Orlando Sena propõe definição: Cine-Verdade é a documentação de uma realidade sob o ponto de vista crítico do autor.

Inicia-se então a crítica à definição proposta. (Capinan) quando o autor realiza não o faz independente de um contexto que já formulou objetivamente a crítica à realidade escolhida. "Cinema-Verdade" seria determinado pela aproximação que tivesse o ponto de vista crítico do autor com a verdade história, objetiva. E a conceituação não está na intenção do filme, mas no seu resultado, na medida exata em captar a realidade em suas contradições, toda sua complexidade e em sua evolução histórica. (Fidelis Sarno e Álvaro Guimarães) "Cinema-Verdade" seria a documentação da realidade a partir de um ponto de vista crítico marxista e mais: por documentação entende-se não apenas a mera descrição ou constatação, mas, sobretudo, a interpretação, análise, ênfatização. Este o conceito admitido.

QUESTÕES:

"Vidas Secas" é filme de ficção, "Aruanda", reportagens. Um possui jogo dramático, o outro não. Qual se define como Cinema-Verdade? Sendo ambos válidos, notar que a história (o romance) do primeiro filme é elaborada a partir de profundo conhecimento da realidade e farta documentação, (sendo a obra prima do realismo na literatura brasileira). O fato, o fenômeno tem existência real, objetivo; as interpretações não seria a deturpação desta realidade? Um marxista pode errar na captação do real na mesma medida em que quem não o é pode captá-la.

O que é imprescindível é a utilização do método marxista de interpretação. Carlos Eduardo propõe análise dos métodos de Vertov, Jean Rouch e Leacock.

Dziga Vertov, breve síntese:

- Cinema olho, pintura de fatos - movimento pelo filme sem jogo dramático.
- O cinema olho é a decifração documental do mundo visível.

- Nós não podemos aperfeiçoar os nossos olhos, porém, com a câmera, podemos aperfeiçoá-los sem fim.
- O cinema olho é um movimento que se estende progressivamente e que tem por objeto exercer influências através dos fatos opondo-se à influência da pura ficção.

Em resumo, Vertov concebia o cinema como sensação do mundo propugnava pela liberação da câmera e rejeitava a ficção; com os elementos captados da realidade trabalhava livremente na montagem, obedecendo apenas a um critério de grande realismo, fazendo "Cinema-Verdade", Kino-Pravda, que perseguia a verdade histórica militante, e não um respeito medíocre a um naturalismo inconseqüente.

Jean Rouch, síntese:

Admite subjetivismo na montagem. Seu objetivo (é o grande mérito que encontra em toda sua larga busca): fazer ficção a partir da realidade.

- Os dois caminhos que encontrava possíveis para o cinema verdade: um, no qual preponderaria a montagem na criação, se daria com nítida adesão do autor aos elementos que busca, e um segundo caminho que seria montar alguma coisa a partir do filmado; neste segundo caminho-experiência interessante seria fazer filme de uma hora, para a TV, onde a fim de não estar limitado por fantasiosas concepções de montagem e de duração de seqüências e de cenas esgotaria um só personagem em cada um desses filmes.

As principais críticas a Jean Rouch se sintetizaram nos seguintes pontos:

- ele trata situações e personagens particulares, não criando situações nem personagens típicos, fugindo, portanto, ao realismo.
- sua experiência é válida enquanto limitada a um grupo muito particular de seres humanos aos quais cabe a câmera observar.
- ao confessar sua dificuldade de comunicação com a equipe que o acompanha, dado que ele mesmo não sabe o que será o filme e sua extensão, etc.

Denuncia um critério extremamente subjetivista de aproximação da realidade, mesmo levando-se em conta o grau possível

de indefinição da imagem que o autor tem da obra. Os métodos estudados do Vertov e Rouch foram por eles elaborados a partir de concisões concretas de trabalho e de objetivos definidos que se propuseram a atingir. Daí porque se passou a analisar as nossas condições atuais de trabalho estabelecendo-se o que se segue:

- estabelecer sistema de trabalho que permita a equipe entender-se já que as experiências iniciais serão coletivas;
- entendimento claro do que se deseja em termos de cultura popular e em termos de formas populares de comunicação;
- estabelecer como política do departamento de cinema: empregar curtas-metragens e produzir longas-metragens.

Quanto à organização do departamento:

- serão indicados os nomes dos Srs. Fidelis Sarno e Wladimir Carvalho para a Direção e Vice Direção, respectivamente, do departamento;
- recomendar a compra do seguinte material permanente para o departamento: câmera, moviola, fotômetro, tripé com cabeça móvel, zoon, e filme virgem.
- recomendar estabelecer em conjunto com o departamento de artes plásticas um setor técnico de fotografia;
- recomendar a criação dos seguintes setores no departamento: produção, realização, técnico (fotografia), divulgação.

MÚSICA

A música é das manifestações artísticas populares, a mais difundida. O veículo pelo qual a mensagem política tem a melhor receptividade. Principalmente quando, com uma temática popular, a música que é feita pelo Departamento de Música do CPC procura aproveitar essas formas.

Para sermos práticos, diremos que a experiência do CPC, neste setor, é a de que, aproveitando manifestações folclóricas do nosso povo, temos feito um trabalho de dinamização e engajamento social dessa música, obtendo os melhores resultados de comunicação. O folclore, por si só, apresenta características pouco dinâmicas, quando não totalmente estáticas.

Não podemos, portanto, reproduzir simplesmente estas formas. O que fazemos é dar-lhe nova forma e conteúdo, fazendo que ela ganhe nova dimensão. Essa nossa atividade, tem-se feito ao lado do trabalho de teatro, que tem íntima ligação.

Num trabalho com grupos sociais, temos desenvolvido no DM a organização de uma batucada, que tem sua sede num dos bairros de Salvador (Barris) e que conta com a participação de operários e domésticas, além de reunir os compositores jovens de nossa Cidade, que mais participam dessa nova mentalidade musical. Aqui tem sido possível usar o samba, que é uma das mais populares formas de expressão, para conseguir a participação efetiva do povo na sua elaboração. Temos já compostos 7 sambas que serão cantados pela nossa batucada no próximo carnaval. Todos eles tratando temas sociais do Brasil atual. cremos que esse novo tipo de trabalho terá de se estender a outras atividades, pois os grupos sociais, as camadas populares, devem participar com sua presença, nos nossos trabalhos, para que aprendamos melhor suas necessidades e aptidões.

ARTES PLÁSTICAS

O Departamento de Artes Plásticas oferece no momento condições de se organizar como unidade produtiva, realizando trabalhos remunerados. Isso surge da necessidade que têm os movimentos de cultura popular de autofinanciarem suas atividades, já que uma das muitas dificuldades com que contam é a financeira.

Assim o DAP se organiza para produzir recursos, profissionalizando um grupo de artistas que estarão ao mesmo tempo fazendo um trabalho de formação de quadros no setor das artes plásticas, com garantia de continuidade, e aperfeiçoando sua forma e conteúdo popular, através de um trabalho ao lado de outros departamentos como Teatro, Educação, Cinema, Fotografia.

Esperamos, assim, que o trabalho neste departamento deixe de ser ocasional e passe a ser constante, de pesquisa e formação.

Com fundamento numa orientação básica da cultura popular, entendemos que a participação dos artistas plásticos haverá de ser no sentido de, apoiando-se na criação do povo, nas suas formas de trabalho artístico, tentar uma superação do nível de suas produções, bem como desenvolver o espírito de equipe, dando nova visão social a esse trabalho.

No setor de Seminários, pretende o DAP realizar debates e cursos relacionados com suas atividades, pois só esse laboratório pode permitir uma integração de idéias e encontrar o caminho para uma arte popular autêntica.

EDUCAÇÃO

O Departamento de Educação do CPC procurando acompanhar a experiência dos CPCs em outros Estados, enquadrando-se assim no esquema daqueles que acompanham e colaboram dinamicamente nas transformações que se processam na estrutura da sociedade brasileira, tem procurado esclarecer o Povo brasileiro sobre os nossos mais gritantes problemas, exigindo, ao mesmo tempo, a sua participação na solução dos mesmos.

Assim, a nossa atuação tem se desenvolvido em torno de:

- a) Setor de alfabetização
- b) Setor de palestras

1. Considerações em torno do analfabetismo

- a) Analfabetismo sintoma de atraso:

O analfabetismo em massa é um dos traços mais salientes, da vida cultura brasileira.

Existe um estreito vínculo entre o declínio do analfabetismo e o desenvolvimento econômico. É nos países industrializados, de maior índice de urbanização e menor percentagem de população ocupada na agricultura, que são menores as taxas de analfabetismo.

O Brasil, com 63% da população adulta trabalhando na agricultura, e 51% de analfabetos, enfileira-se ao lado do Haiti (87% e 90% respectivamente), do Egito (62% e 80%), da Índia (69% e 81%), Portugal (55% e 44%), dados de 1950. Os Estados Unidos pelo contrário, contam com 15% e 3% respectivamente. A Bélgica com 15% e 3% e o Chile com 37% e 20%.

- b) Analfabetismo, Limitação da Democracia:

Dados de 1960 permitem calcular a existência no Brasil de cerca de 33 milhões de maiores de 18 anos. Naquele mesmo ano, as estatísticas registraram 12 e meio milhões de votantes dentre 15 e meio milhões de votantes inscritos. O número

de votantes e de eleitores inscritos é menor do que o das pessoas privadas pelo analfabetismo do direito de votar. Cerca de 16 milhões.

Na faixa etária de 15 a 49 existem cerca de 4 e meio milhões de analfabetos no Nordeste em que opera a SUDENE.

A taxa de analfabetismo atinge 72,8% em nosso Estado, bastante superior à taxa de analfabetismo do conjunto do país.

A distribuição populacional entre cidade e campo caracteriza-se pela predominância da população rural (embora percentagem desta sobre o total demográfico do Estado tenha decrescido em 76,1% em 1940 para 74,1% em 1950 e 64,6% em 1960). E nas zonas rurais a taxa de analfabetismo é em média superior a 80%.

Mesmo nas zonas de maior índice de urbanização a situação é grave. No próprio município da Capital do Estado existem mais de 120 mil analfabetos na faixa etária de 15 a 49 anos. Em três dos municípios mais progressistas e melhor servidos por linha de comunicação, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Alagoinhas, o número de analfabetos na referida faixa etária chega a mais de 25 mil nos dois primeiros e perto de 15 mil no terceiro.

c) Diretrizes educacionais do CPC:

1. A quem educar:

A população ativa (faixa etária de 15 a 49 anos), sobretudo as novas levas que atingem cada ano a idade legal de trabalho (14 anos) e a da responsabilidade civil (18 anos).

Justificativas: A estrutura etária da população baiana é piramidal, com uma acentuada juvenilidade que reflete a explosão demográfica brasileira: mais da metade tem menos de 18 anos de idade. Do ponto de vista econômico a pirâmide etária funciona como uma pirâmide invertida: A população economicamente ativa, que se dispõe no vértice, sustenta a alimentação, educação, etc. das massas de crianças e jovens que ocupam a base. A introdução precoce dos jovens no processo produtivo pouco alivia esse tremendo ônus.

O problema da educação dos menores confunde-se com o do aumento da produtividade do trabalho dos adultos, com o da elevação do nível de qualificação da mão de obra adulta. Sua solução implica a concentração de esforços financeiros na educação dos adultos.

A carência dos recursos só permite que sejam feitos em educação, em um Estado como a Bahia, os investimentos mais remunerados, isto é, os que sejam recuperáveis em curto prazo e em termos de rentabilidade econômica. A educação da população adulta ativa, atende de imediato a esses requisitos, ao contrário do que sucede com a educação dos que se situam na faixa etária dos 7 a 14 anos.

2. Onde educar:

Nas regiões relativamente urbanizadas e servidas por bons sistemas de comunicações, onde funcione uma economia de mercado de cujo contexto brote a demanda de mão de obra qualificada.

Justificativas: O CPC reconhece o fato lamentável de que ainda é impossível empreender, de imediato, a alfabetização indiscriminada das populações de todas as regiões e zonas do Estado. Como dissemos, os recursos são escassos e não é possível empregá-los na alfabetização de pessoas que por desuso dos conhecimentos adquiridos, regredirão ao analfabetismo.

3. Para que educar:

Para o exercício da cidadania, para o desenvolvimento econômico e para dar consciência da realidade brasileira.

Justificativas: A Educação não é só um artigo de consumo mas fator de produção e progresso técnico. Nesse sentido é um pré-investimento produtivo prioritário de rendimento elevado. O CPC vê a iniciação tecnológica como parte inseparável da alfabetização popular.

Para promover o convívio democrático e a inserção do homem na sua problemática é preciso acostumá-lo a assumir uma postura crítica e dialogal, a identificar, descrever e analisar os problemas de sua comunidade e a debater o modo de encaminhar soluções para os mesmos. Em suma: Habituar o Povo a tomar assento nas esferas decisórias, tanto local quanto nacionalmente, ensiná-lo a manipular as técnicas de cidadania.

MÉTODO DE PAULO FREIRE

Pelas razões expostas, o Departamento de Educação resolveu realizar o seu trabalho de alfabetização pelo método do Prof. Paulo Freire dada a sua economia de tempo e de recursos, bem como a possibilidade de alfabetizar rapidamente consideradas parcelas de nossa população adulta.

Concretizando essa medida o CPC realiza no momento sua primeira experiência de alfabetização pelo citado método em Feira de Santana, cumprindo um convênio firmado entre o CPC, a Prefeitura de Feira e o MEC. Até agora já realizamos em Feira de Santana o seguinte:

1. Preparação da equipe central pelo Prof. Paulo Freire e sua equipe.
2. Organização da equipe central e da secretaria executiva da campanha.
3. Levantamento do universo vocabular, das situações sociológicas típicas.
4. Escolha das palavras chaves.
5. Aquisição de projetores e outros materiais necessários.
6. Organização do curso de supervisores e coordenadores.
7. Localização dos núcleos maiores de analfabetos em Feira de Santana.

SETOR DE PALESTRAS

Infelizmente este setor do DE ainda não atingiu o grau de desenvolvimento que dele se pode esperar. Dificuldade de material humano necessário para esse tipo de trabalho, que funcione em termos de equipe tem sido, um dos nossos maiores entraves.

O êxito relativo do Curso de Realidade Brasileira, ministrado pelo CPC juntamente com a Comissão Regional de Cultura Popular da Bahia em outubro próximo passado, constituiu-se numa promessa para as outras atividades desse setor que já agora aproveitarão a experiência inicial.

O Setor de Palestras visa ao seguinte basicamente: concentrar suas atividades em ciclos de conferências, debates em sociedades de bairro, sindicatos, clubes sociais etc. tendo como conferencistas intelectuais, sacerdotes, artistas etc.

A experiência tem mostrado que essas conferências ilustradas por slides, teatro, música, cinema etc. tem um grande poder de comunicação e se tornam um instrumento válido para o esclarecimento da problemática brasileira.

DEPARTAMENTO DE TEXTOS E PUBLICAÇÕES

O Departamento de Textos do CPC foi criado após que se identificou a necessidade de um organismo para a função específica de elaborar textos para as atividades do CPC. Discute-se se há validade de um departamento tal visto que a sua atividade é limitada, levando-se em consideração que o grande peso da massa popular é analfabeta e assim não tem acesso aos textos. A primeira resposta a esta questão é de que os textos podem servir não para serem fornecidos à massa diretamente, mas para prover os outros meios de informar esta massa. A informação oral e figurativa não dispensa o texto. O teatro o necessita, como a gravura, como a campanha de alfabetização etc.

O que se deve discutir é se o texto pode constituir por si só uma forma de comunicação e até quando se torna útil e viável a sua aplicação. O primeiro argumento é:

1. Não nos obrigamos a uma comunicação apenas com uma parcela social com parcelas que constituam a massa essencialmente. Daí nos obrigaremos a um outro tipo de comunicação.
2. O trabalho desempenhado pelos Departamentos de Educação nos obriga a prever os seus resultados, colocando à disposição dos quadros humanos por ele alfabetizados textos que sirvam como material para o prosseguimento de sua formação educacional e política.

Para a nossa atividade de fazer textos foram eleitos os seguintes critérios:

- a) Levantar a realidade brasileira, elaborando textos que estudassem a sua problemática.
- b) Procurar com que esses textos alcançassem diretamente o povo, fazendo-o caminhar através dos departamentos que os transformassem ou enriquecessem a sua capacidade de comunicar.
- c) Prover todos os departamentos do CPC de textos que necessitassem para suas atividades específicas.
- d) Entregar ao processo cultural brasileiro textos que, por possuir a característica de compreender a realidade que o condicionou e satisfazer a exuberância de abrir a esse processo suas verdadeiras perspectivas de desenvolvimento, correspondam às nossas preocupações.

Alguns de seus Planos

Quando resolvemos fazer cultura popular encontramos uma atividade anterior à nossa, desenvolvida pelo povo, e sabíamos bem que enquanto éramos obrigados a utilizar dessa cultura não poderíamos repeti-la pois significaria perder em nossa prática o nosso sentido de ganhar para o povo novos instrumentos para sua luta de libertação. Sabíamos que a cultura do povo deixava refletir a realidade porque ele não tinha condições para ser informado dessa, desconhecendo as principais determinantes de sua condição subdesenvolvida, emprestando à explicação desse estado de coisas suas crenças, sua filosofia fatalista, seu crédito em uma vida dirigida por forças superiores à força do homem. Nós, que nos organizávamos para compor a frente do processo cultural brasileiro, não poderíamos promover senão criticando essa cultura feita pelo povo, embora aproveitando o material que nos cederia uma qualidade comunicante. Daí buscaríamos fazer cordel, mas sem desconhecer que uma nova realidade exigiria uma nova técnica, novos fatos, nova filosofia para esse cordel. Daí buscaríamos as falações do drama popular dentro de sons não previstos no Bumba ou na Chegança tradicionais, e enquanto essas superações eram procedidas tínhamos de cuidar para que esse novo elaborado não significasse corpo estranho para o povo - então nos obrigávamos a dentro de todas as transformações exigidas, providenciar que nunca fosse rompido didatismo. Também sabíamos que ao lado dessa cultura do povo existia outra atividade cultural, manifestada com a principal característica de desconhecer a realidade nacional. Ora tal reconhecimento não basta para determinarmos a priori que muito dos seus instrumentos não nos servem; ao contrário, o volume de consciência adquirido pelo povo, como também a necessidade de desenvolvê-lo sempre, pedem a multiplicação dos canais informativos. Daí não nos ser permitido ignorar uma técnica que a cultura alienada conseguiu, para nos restringirmos ao aproveitamento apenas de formas populares como o cordel e símiles. Então nosso plano previu livros, revistas em quadrinhos, jornais etc.

Os planos de publicação previam (algumas dessas atividades não se efetivaram por razões que o relato explicará):

1. Livros de Cordel - lançamento imediato, após acontecimento de vulto e interesse popular, de livros de literatura de cordel em linguagem que permitisse rápida pareensão dos mecanismos determinantes e implicações maiores do fato.

2. Textos sobre problemas econômicos, políticos, educacionais, sanitários etc. - regionais, e nacionais e internacionais - publicados com a observância dos critérios de didatismo e baixo custo.
3. Revista em quadrinhos, apanhando as situações brasileiras em enquadramentos críticos gosativos.
4. Jornais semanais, informativos das atividades CPC, atividades sindicais e noticioso dos últimos fatos.
5. Publicação de livros com fotografias e gravuras sobre aspectos humanos brasileiros, com textos explicativos.
6. Publicação de estatísticas. Utilizando a interpretação de charges.
7. Atendimento das solicitações dos outros departamentos, fazendo textos para o Departamento de Teatro, Música, Educação e publicando textos que estes departamentos recomendem.

Suas Realizações

Peças: Arroz, Feijão e Simpatia - peça para público universitário, comédia, irregularidades do Restaurante Universitário. Autores: Paulo Gil, Hamilton Nonato, Fidelis Sarno.

Invasão de Amaralina - texto para operários. t. circunstancial. Fato: invasão de terras de Amaralina. Problema geral: latifúndio.

Auto dos 400 Sem-terra - texto para universitários - t.circunstancial - Fato: invasão de terras por camponeses em Belmonte. Problema geral: latifúndio. Autor: Chico de Assis.

Episódio da Samba - texto para operários. Fato: desemprego de vários operários por participação sindical. Problema Geral: a luta sindical. Autor: Paulo Gil Soares.

Bumba Meu Boi - dança dramática. Fato: exploração da carne de boi. Problema geral: imperialismo. Autor: José Carlos Capinan.

Cuba - texto para universitário. Fato: invasão de Cuba. Problema geral: imperialismo. Autor: Gorgônio Araújo.

O Reino do Sempre Será - texto para crianças. Teatro de Fantoques. Autor: Fidelis Sarno.

Jogralasca - texto para universitários. Recitativo. Organização de Johnson Santos.

Chegança - dança dramática. Fato: história das dominações estrangeiras no Brasil. Problema geral: imperialismo. Autores: Francisco de Assis e José Carlos Capinan.

Show CPC - vários sketches e números musicais unidos por uma história central. Autores: Luiz Carlos Maciel, João Ubaldo e José Carlos Capinan.

Livros de Cordel:

Desventura de um Operário - Gorgônio Araújo

Desventuras de um Jornalista - Gorgônio Araújo

Bumba Meu Boi.

Chegança.

Para o Departamento de Música:

Canção da Reforma Universitária

Canções para peças

Realizações do CPC

1. DEPARTAMENTO DE TEATRO

1961 Miséria a Baixo Custo

Pão, Arroz e Simpatia

Montagem de sketches e canções

Rebelião em Novo Sol

1962 400 Sem-Terra

Invasão de Amaralina

Montagem de sketches e canções

1963 Bumba Meu Boi

Os Fuzis da Senhora Carrar
Montagem de sketches e canções
Planejamento da Montagem da Chegança
Realização do Seminário de Teatro

2. DEPARTAMENTO DE MÚSICA

1961/2 Músicas para as peças do D. Teatro
1963 Música do Bumba Meu Boi
Música da Chegança
Música para os Fuzis da Senhora Carrar
Shows de capoeira e batucada
Coral
Ilustração de Conferência sobre Cultura Popular.
Setor do Teatro de Fantoches - O Reino do Sempre Será.
Gravação do Bumba Meu Boi.

3. DEPARTAMENTO DE ARTES PLÁSTICAS

1961/2 Confeção dos cartazes para as peças do D. de Teatro.
Confeção dos Cenários para peças.
1963 Cartazes do Curso de Introdução à realidade brasileira.
Cartazes dos 25 anos da União dos Estudantes da Bahia.
Cartazes da Semana do Professor
Cartazes da peça Os Fuzis da Senhora Carrar
Cartazes para a campanha de alfabetização de Feira de Santana pelo sistema Paulo Freire.
Gráficos representativos para o D. Educação do CPC.
Desenho dos slides para o curso de alfabetização de Feira de Santana.
Slides e programas da peça Os Fuzis da Senhora Carrar.
Figurino e cenários da peça Os Fuzis da Senhora Carrar.
Projeta no momento os painéis de propaganda sobre pro-

blemas de Educação, Sistema Paulo Freire, Realidade Brasileira e atividades do CPC da Bahia para a campanha de Feira de Santana, num trabalho em conjunto com o D. Educação do CPC.

Montagem de Oficina.

4. DEPARTAMENTO DE TEXTOS

Além das atividades já mencionadas no relatório do Departamento.

1963 Texto do Programa de Os Fuzis da Senhora Carrar.

Tradução das canções de Os Fuzis da Senhora Carrar.

5. DEPARTAMENTO DE CINEMA

1962 - Filme para a peça *Rebelião em Novo Sol*.

1963 - Realização do Seminário de Cinema

Planejamento de um documentário para a Campanha de Alfabetização de Feira de Santana.

6. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Campanha de Alfabetização pelo Sistema Paulo Freire em Feira de Santana.

Curso de Introdução à Realidade Brasileira.

Manutenção das escolas de alfabetização pelo sistema tradicional, nos Alagados e Amaralina.

Preparação de slides para montagem de conferências sobre realidade brasileira, especificamente, reforma agrária, reforma urbana, reforma educacional, problema de transportes e comunicações, inflação e desemprego, abastecimento, doenças de massa, etc.

Organização do Centro Popular de Cultura da Bahia

Diretoria Executiva:

Diretor Executivo - Johnson Santos
1º Vice Diretor - Luís Carlos Maciel
2º Vice Diretor - Carlos Alberto Oliveira
1º Secretário - Solange Lamêgo
2º Secretário - Tereza Sarno
Tesoureiro - João Duarte

Conselho de Cultura:

Departamento de Educação	Diretor: Herval Pina Ribeiro Vice: Siomar Buniac
Departamento de Teatro	Diretor: Harildo Esteves Doda Vice: Luiz Café
Departamento de Música	Diretor: Antônio José Martins Vice: Mari Ribeiro
Departamento de Arquitetura	Diretor: José Guilherme Vice: Maria Sampaio
Departamento de Textos e Publicações	Diretor: José Carlos Capinan Vice: Noênio Spínola

Teses

ALFABETIZAÇÃO

Este trabalho, apresentado pelo setor de alfabetização do CPC de Belo Horizonte, contou com a colaboração de:

Maria Dativa de Salles Dias

Marilda Trancoso

Etevaldo Hipólito de Jesus

Francelina Soares de Miranda

Georgina Figueiredo

Introdução

O Centro Popular de Cultura de Belo Horizonte se propõe nesta tese a relatar suas experiências em alfabetização, a fim de que estas sirvam de algum modo a outros movimentos que realizem alfabetização de adultos e, também, expor seu ponto de vista em relação à alfabetização de adultos, dentro da atual realidade brasileira. Seguiremos o seguinte esquema:

1. Análise histórica
2. Analfabetismo no Brasil
3. Perspectivas da alfabetização de adultos (inserida na realidade brasileira)
4. Movimento de alfabetização de adultos do CPC de Belo Horizonte (relato de experiência)

I - Análise Histórica

Faremos primeiramente uma análise do que tem sido a educação com o objetivo de ressaltar os condicionamentos sofridos por esta mesma e, principalmente, objetivar o mais claramente possível, o sentido da nossa tese, ou seja, uma volta

a um tipo de alfabetização baseada num "primitivismo", a uma educação que é realmente válida, pois que nada mais significa que uma volta ao verdadeiro, ao que é possível dentro da realidade brasileira atual, isto é, uma total transmissão de experiências, um alfabetizar para conscientizar, politizar, lutar e produzir.

EDUCAÇÃO PRIMITIVA- Vemos que nas tribos primitivas a educação era de caráter espontâneo (não exercida por instituição alguma) porém: "cada membro da tribo incorporava mais ou menos tudo o que na (...) ¹. A comunidade primitiva se assentava sobre a propriedade coletiva e o trabalho comum. Os direitos eram iguais: uma sociedade sem classes. Os fins da educação eram totalmente implícitos na estrutura total da comunidade. Assim, o homem primitivo era educado no sentido da subsistência de sua tribo, exercendo tarefas concretas, tanto os homens como as mulheres. Estas tarefas eram consideradas verdadeiras funções públicas, todas elas socialmente válidas.

Mais tarde, com a diversificação e divisão do trabalho, o conseqüente aparecimento da propriedade privada e das classes sociais a educação do adulto passa a colocar-se numa perspectiva das classes dominantes e dominadas. Ela, a educação, se institucionaliza, passando a servir na manutenção de um *status quo* que favorece à classe dominante. Assim é que a educação nos povos primitivos vincula-se estreitamente à pequena superação da natureza pelo homem e esta, à organização da comunidade, passa agora a servir a uma pequena minoria dominante que a utiliza como meio de submissão da grande maioria à natureza e a uma organização econômica que lhe interessa. A partir daí, nos povos antigos, Grécia, Índia, China, Egito, a educação sempre se situa num contexto: classe dominante e dominada. Dentro do feudalismo, ascensão da burguesia, com o aparecimento do capitalismo, até os nossos dias a educação tem sido uma das armas da manutenção de privilégios.

Assim é que o Brasil tendo importado de Portugal uma cultura inserida numa perspectiva de dominação e suas alienações, desde os jesuítas até os dias de hoje e, principalmente, nos nossos dias verificamos que a educação como privilégio e de suas conseqüências naturais o analfabetismo é no Brasil instrumento de bastante validade usado pela burguesia nacional em função de seus próprios interesses.

1 Nota dos organizadores: o texto original encontra-se ilegível.

II. Analfabetismo no Brasil

Estando patente em nossos dias marcas do estreito compromisso com uma estrutura anacrônica, a Educação, no Brasil, principalmente no tocante aos adultos, pode ser analisada em toda a sua deficiência e necessidade de renovação mediante uns poucos dados estatísticos:

De 1900 a 1950 contávamos com 65,3% de analfabetos na população adulta. Aumentando esta população, agora em cifras, temos um número alarmante: 15 milhões e oitocentos mil contra os 6 milhões e trezentos mil anteriormente assinalados. A partir de 1960 mais se faz sentir o peso deste estigma, é quando constatamos a existência de 12 milhões de analfabetos - e apenas considerando aqui a população adulta masculina do campo. Também em 1960, e outra vez em números redondos, o alarmante número de 20 milhões de adultos sem a mínima instrução.

Sem querer aqui expor uma análise exaustiva do problema e unicamente apresentando dados estatísticos, é nos possível determinar alguns dos motivos da existência e da persistência do analfabetismo em nosso país, aceitando-se com válida estarem interligadas a ALFABETIZAÇÃO, a URBANIZAÇÃO e a INDUSTRIALIZAÇÃO:

Índice de Urbanização	39,5%
Índice de Industrialização	58,8%
Índice de Capacidade de Atendimento Escolar	53,0%
Índice de Crescimento Demográfico	3,0%

III. Perspectivas da Alfabetização de Adultos

Situamos o nosso ponto de vista e analisamos os dados relativos ao analfabetismo no Brasil.

Concluimos então que:

1. O povo brasileiro é analfabeto na sua grande maioria, possuindo baixo nível de consciência crítica o que leva a uma plena conformidade de sua lamentável situação.
2. O analfabetismo no Brasil serve de arma política das forças sociais que oprimem o povo, quer seja consciente ou inconscientemente usado.

2. A alfabetização só será uma soma válida de oposição ao analfabetismo (no Brasil) enquanto for conscientização e politização e somente assim.
4. A alfabetização será feita através de métodos, pedagogicamente simples, flexíveis mas que obedeçam a condição "sine qua non":
 - a) Sejam conscientizados (desperte a consciência crítica do povo brasileiro).
 - b) Sejam politizados - parta para uma organização do povo em 2 planos:
 1. Organização no sentido da alfabetização propriamente dita, núcleos de alfabetização, que terão futuramente como professores os próprios alfabetizados.
 2. Organização no sentido amplo como centro de cultura.

IV. Movimento de Alfabetização de Adultos do CPC de Belo Horizonte - Relatório das Atividades do Setor de Alfabetização

1. CARTILHA - Já foi feita e está sendo usada pelo setor nos seus núcleos, por CPCs do interior e outras entidades.
2. MANUAL DO PROFESSOR - Está em fase final de elaboração (acompanha a cartilha).
3. Livros textos - (Linguagem, Aritmética, História e Geografia, Higiene e Educação sanitarista). Estes livros textos estão sendo elaborados.
4. Cursos para alfabetizadores.
5. Secretária, fichários e relatórios.
6. Organização e confecção de material áudio-visual.
7. Alfabetização - apesar das inúmeras dificuldades encontradas, principalmente no que se refere a um pessoal que se disponha "realmente" a alfabetizar, o setor pelos seus núcleos tem feito um trabalho bastante bom. Cada núcleo tem coordenador (um dos professores)

e a cartilha vem sendo utilizada com grande êxito. É importante fixar-se que o CPC só iniciará a alfabetização a partir de uma reivindicação da vila ou propriamente da UDC (União de Defesa Coletiva) órgão cuja finalidade é unir os favelados para reivindicação de seus direitos. As UDCs formam a Federação dos Trabalhadores Favelados.

Bibliografia

Educação e Lutas de Classes - Aníbal Ponce

Porque existem analfabetos no Brasil - Sérgio Guerra Duarte

A POESIA DE VANGUARDA E A ESCOLA PRIMÁRIA

Affonso Romano de Sant'Anna

Talvez fosse estranho, talvez não fosse, o fato de apresentarmos num encontro de poetas de vanguarda uma comunicação que não vai se realizar nas complicações terminológicas da crítica atual, nem pretende propor novas soluções técnicas ou mesmo a contribuição crítica à obra de algum grande autor, porventura também vanguardista.

Este trabalho terá antes o caráter de depoimento. Se por acaso aqui forem encontrados elementos para a reelaboração do problema sempre discutido das relações entre poesia/sociedade, poesia/povo, nos sentiremos recompensados.

Por outro lado, cumpre assinalar que nos achamos à vontade para abordar esse tema. Ainda recentemente, publicamos em livro, um ensaio - O DESEMPREGO DO POETA. Era nossa principal preocupação, demonstrar que o divórcio existente entre o poeta e a sociedade, tem explicações sócio-econômicas. Na análise que fizemos, depois de uma ligeira exposição histórica das relações entre o público e a poesia, concluímos que no século XX, novos fatores influenciaram e agravaram o distanciamento entre o poeta e a sociedade. Demonstramos que o poeta fora substituído em seu pedestal histórico, por figuras típicas do mundo contemporâneo, mais convincentes e mais convenientes aos olhos do grande público: o jogador de futebol, o artista de rádio e de cinema, o jornalista, o "public relations" e até mesmo o cronista social. Com o desenvolvimento pragmátista de nossa sociedade e pelas imposições sócio-econômicas inerentes, passou o poeta a ser uma figura secundária na intrincada engrenagem social.

Não vamos fazer aqui a reexposição de nosso pensamento. Queremos, contudo, assinalar um ponto importante para o re-estudo da questão. E aqui entra o interesse desta nossa comunicação. Vejamos:

Quando publicamos aquele ensaio, preocupados em assinalar as causas do "desemprego", não cuidamos de apontar os processos mediante os quais o poeta poderia de novo restabelecer seu contato com seu público que cada vez é mais

indiferente. Entre as pessoas que criticaram o livro, houve uma que realmente trouxe uma contribuição nova ao problema. Foi a professora e diretora escolar, autora de vários livros para crianças, Elza de Moura, que, em artigos para jornal, chamou nossa atenção para as possibilidades que tem a escola primária de realizar um trabalho de reatamento das relações entre o poeta/poesia e o público/sociedade. Dizia a professora, que vários autores modernos brasileiros eram comumente utilizados pelo programa oficial do ensino primário em Minas Gerais. Através de leituras, declamações, corais falados e leituras silenciosas, os meninos tomavam conhecimento de poemas de Drummond, Bandeira, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes e outros. Isto, bem se vê, é um avanço extraordinário; principalmente quando se considera que mais da metade de nossos professores secundários têm sólidos e impenetráveis preconceitos contra a poesia dita moderna ou qualquer sombra de inovações em arte.

Depois dos seus artigos vazados na prática diária em contato com os meninos, resolveu aquela educadora fazer mais uma experiência dentro do campo das relações poesia/aluno. Tomou um dos nossos poemas, considerado poema de vanguarda, e atesto-o devidamente junto à compreensão de seus garotos no Grupo D. Silvério Gomes Pimenta, grupo de periferia de Belo Horizonte. Sobre o método aplicado e sobre o resultado, a professora nos dá conta num relatório que transcreveremos adiante. Contudo, antes das palavras de Elza Moura, gostaria de fazer as seguintes e rápidas considerações:

- a) o poema fora elaborado dentro de um critério rigoroso de síntese. Nele, não obstante se encontre o sujeito, o predicado e o complemento, eles se insinuam de maneira complexa e diluída. Não há nenhuma métrica nem rimas dentro de um critério tradicional e parnasiano.
- b) o poema já fora publicado em livro, revistas e jornais, tendo recebido críticas as mais diversas e antagônicas: desde um rapaz de 15 anos, semi-analfabeto, dado às pescarias, que demonstrou com entusiasmo as sensações que o poema lhe provocou, até as palavras de uma jovem professora universitária que o qualificou de "ajuntamento de palavras, que eu faço quando quiser". Como se pode ver, duas posições opostas. É claro que, como autor, estou e estarei sempre com o semi-analfabeto de 15 anos dado às pescarias, que não tem nenhum falso verniz de sensibilidade.

Depoimento da professora

Quem acompanha o desenvolvimento da composição infantil, nota a tendência para a repetição desnecessária, a prolixidade, e, quando a síntese começa a se manifestar, marca uma fase importante: uma evolução avançada. Os mestres da metodologia da língua nos ensinam que uma composição infantil deve ser apreciada e não corrigida, justamente por causa das fases da evolução do pensamento da criança.

Como uma criança se comportará diante da poesia moderna?

A experiência que levamos a efeito mostra que a criança compreende a síntese, embora ainda não tenha alcançado essa etapa. Foi o que concluímos com o nosso estudo. A técnica usada foi a seguinte:

Escolhemos a poesia A PESCA de Affonso Romano de Sant'Anna, para ser aproveitada em duas classes: uma de 3° e outra de 4° série do curso primário, do grupo escolar "D. Silvério Gomes Pimenta", da capital. Com a classe da 4° série (crianças entre 9 e 11 anos na média), lemos a poesia, sem comentários e sem dizer o título. Pedimos logo em seguida, a interpretação escrita e ainda pelo desenho. Aí, estão os trabalhos das crianças.

Mais tarde um menino me acercou no recreio e perguntou se a poesia falava sobre pesca. Confirmei a opinião dele. E muitas outras crianças discutiram sobre o assunto da poesia.

Com a classe da 3° série, de crianças mais novas (entre 8 e 9 anos), a técnica foi diferente. Partiu de uma conversa em que indaguei da classe se sabiam como era feita uma pescaria, uma pesca. Muitos falaram, contando minúcias sobre essa atividade que tanto poderia ser um esporte como um meio de vida.

Depois dessa conversa viva, comecei a ler o poema para a classe. Receiando o excesso de síntese que poderia prejudicar a interpretação li a primeira estrofe e perguntei se compreendiam os versos. Sem hesitação, as crianças disseram:

- Conta que é o céu, o homem jogando o anzol na água, e o azul do céu refletido no rio.

Lia cada estrofe e esperava a interpretação da classe. Quando surgiu a palavra âncora, perguntei o que era. Recebida a resposta, levei as crianças a descobrirem a semelhança da

âncora com o anzol. E assim foi feita a leitura de todo o poema. Logo depois as crianças escreveram sobre ele, completando o trabalho com desenho. Aí estão.

O POEMA

A PESCA

o anil	a garganta
o anzol	a âncora
o azul	o peixe
o silêncio	a boca
o tempo	o arranco
o peixe	o rasgão
a agulha	aberta a água
vertical	aberta a chaga
mergulha	aberto o anzol
a água	aqueleíneo
a linha	ágilclaro
a espuma	estabanado
o tempo	o peixe
a âncora	a areia
o peixe	o sol

Exemplos de composições

Transcreveremos a seguir alguns exemplos das composições dos alunos da 3^o série e 4^o séries. Lamentamos apenas não colocar aqui tais composições em reprodução de clichês para que o leitor se delicie com a ortografia, as ilustrações e desenhos sobre pesca.

A PESCA

Era uma vez um homem que ia fazer uma pesca. Ele se chama Pedro. Ele pescava num rio muito bonito de águas claras e azuis. O céu estava muito azul e o sol quente. Então Pedro jogou o anzol o silêncio era completo. Então veio o primeiro peixe e a pouco segundo, terceiro e daí por diante. E Pedro foi pondo os peixes na areia e o sol brilhava no céu. A garganta do peixe ficou machucada e a boca também. Quando Pedro viu que era hora do almoço foi embora e gostou da pesca. A mulher de Pedro fritou dos peixes e eles comeram com bom apetite.

(Maria Cândida Gomes
- 3º série. Idade: 8)

A PESCA

O pescador sentou à beira do Rio.
Pôs o anzol dentro d'água
E o silêncio começou
O sol estava lindo e o céu azul.
O peixe agarrou o anzol.
O pescador puxou.
E rasgou a cabeça do peixe.
A água fez um buraco.
Para o peixe sair.
E machucou o peixe.
Deixou o peixe na areia no sol.

(Débora Lima Bassalo
- 3ª série - Idade: 9)

PESCARIA

O anil descreve a cor do céu
O anzol com que estava pescando.
O azul é a cor do rio.

O silêncio é o modo que o tempo estava. No rio o barco andava, a âncora desceu, o barco parou. E um menino na areia pescava. O peixe viu a isca e foi come-la. A agulha mergulha no rio. E o peixe o anzol, o peixe saiu. O menino partiu o peixe no meio lavou fritou e comeu no silêncio do dia.

O sol estava quente, o fogo vermelho e o menino comendo o peixe. O menino pescador se chamava Mário. Nesse momento a água do rio espumava.

(Maria de Fátima Gomes Ferreira
- 4º série - Idade: 11)

O PESCADOR

Eu entendi que a cor azul e a água o mar tinha era refletida no céu. A agulha vertical era o anzol e a linha era a linha do anzol. De repente ele pescou um peixe. A linha do anzol entrou na boca do peixe e enganchou na sua boca. O silêncio era para não espantar os outros peixes que estavam no mar.

(Rosângela Ferreira Diniz
- 4ª série - Idade: 10 anos)

Análise das Composições

Com o depoimento da professora Elza Moura, com o exemplo dessas quatro composições e baseados ainda em outras composições, poderemos partir para uma análise do trabalho dos meninos, tentando fixar as características principais. Vejamos:

- 1º) o total de composições é de 72. 43 pertencem à 4º série, 39 à 3ª série;
- 2º) dessas 72 pode-se concluir que houve uma compreensão geral e essencial do poema;
- 3º) dentro dessa compreensão geral, poderemos observar:
 - a) há uma ligeira diferença no grau de percepção entre os alunos das duas séries. Os mais adiantados se expressaram melhor, não obstante os da terceira série demonstrassem uma percepção nítida do poema;

- b) somente dois trabalhos podem ser considerados exceções em relação aos demais. Um, por se mostrar um tanto confuso; e outro por se constituir numa variação sobre o tema proposto. E porque podem ser consideradas exceções os transcrevemos:

O PESCADOR

Um pescador mergulhou o anzol na água azul do mar e pegou um peixe o sol na areia no silêncio do ar um navio afundou e a água espumou a água e o sabão.

(Elizabeth Faeda
- Idade: 11)

Apesar da síntese exagerada da aluna está aí a prova do entendimento geral do poema. Pela ortografia e pela ausência completa de pontuação, pode-se deduzir não só o grau de adiantamento da menina (compare-se com as outras composições transcritas), como pode-se perceber que ela lançou no papel o seu pensamento pura e simplesmente para desfazer-se de uma exigência da professora. Existe, contudo, nesse trecho, um dado curioso: o aparecimento de um navio que afundou. Não se sabe onde foi a menina buscar tal idéia, a não ser num sistema particular de correlações e analogias a partir das palavras água e mar. Outra palavra curiosa aí é - "sabão" - que deve pertencer também ao seu vocabulário doméstico.

O outro trabalho que pode ser considerado mais como uma variação sobre o tema indicado, é o seguinte:

O MAR

Um mar cor de anil com ondas bem fortes. Um navio dando voltas no anil do lindo mar e mar de poucos peixes. Os homens presos ficam olhando quando ela dá aquelas ondas ficam assustados com aquele barulho forte quando o mar, fica manso todos ficam muito alegres. Os prisioneiros ficam amigos para nunca mais brigar.

(Telma Borges de Oliveira Santos
- Idade: 10 anos)

É fácil de se constatar que a aluna embora tenha fugido ao tema central, ficou na ambiência do mesmo, preferindo descrever o mar e seus incidentes. Aliás, o próprio título da composição já dá a direção que a aluna seguiria - O MAR.

4º) os trabalhos podem ainda ser classificados em dois grupos:

a) os que manifestam somente uma tarefa de reprodução, de espelhagem pura e simples do poema.

b) e aqueles que ostentam uma imaginação rica, capaz de acrescentar algo à idéia central da pesca.

Este segundo tipo é mais interessante e o que mais nos importa. Vejamos, portanto, alguns dos recursos imaginativos dos meninos:

o peixe é comido:

[...] no rio o barco andava, a ancora desceu, o barco parou. E um menino na areia também pescava. O peixe viu a isca e foi comê-la [...] o menino partiu o peixe lavou fritou e comeu no silêncio do dia.

(Maria de Fátima Gomes Ferreira
- Idade: 11 anos)

a presença da sereia:

[...] o homem levou o peixe para a areia. Ele era gordo e bonito. A agulha e o que estava no anzol. E no rio também tinha sereia".

(Imaculada Ribeiro da S.
- Idade: 12 anos)

fuga do peixe:

[...] o peixe escapou do anzol e pula na areia. A areia está muito quente. Pobre peixe escapou de uma morte mas morreu em outra. O sol estava muito quente e areia pegando fogo”.

(Mário Treneide
- Idade: 12 anos)

a esposa do pescador:

Era uma vez um homem que gostava muito pescar. Um dia o homem foi pegar no pelo riacho. Este homem se chamava José ele mas a esposa [...]

(Pedro Antonio da Silva
- Idade: 11 anos)

sentido prático comercial:

Este aluno intitulou a sua composição de O DIA; isto explica suas variações sobre o tema.

[...] Sobre o imenso mar lá ia o navio com muitas pessoas dentro. Velava de lá para cá. O pescador com sua riqueza de peixe vendia-os no mercado ganhando dinheiro para sustentar sua família. O sol iluminava a terra dava vida as plantações.

(Milton Pardo
- Idade: 11 anos)

explicação sobre a agulha:

Talvez a imagem mais difícil do poema fosse aquela que chama o anzol de agulha (já que ele é continuação da linha). No entanto o entendimento foi exato como no caso da menina que interpretou a imagem como a maioria:

Eu entendi que a cor azul e a água que o mar tinha era refletida no céu. A agulha vertical era o anzol e a linha era a linha do anzol. De repente ele pescou o peixe. A linha do anzol entrou na boca do peixe e agarranchou-se na sua boca. O silêncio era para não espantar os outros peixes que estavam no mar.

(Rosângela Ferreira Diniz
- idade: 10 anos)

Existe em uma outra composição esta mesma idéia com uma variante:

[...] E pescador pesca silenciosamente para não espantar os peixes. E a agulha vertical e guarda na sacola de pano.

(Sérgio Márcio Silva
- idade: 11 anos)

imaginação romântica:

A composição seguinte além de ser muito bem redigida quase sem erros gramaticais, demonstra uma imaginação rara:

O lindo lago azul

Um dia em que fui fazer um passeio encontrei um lindo lago com as águas de cor anil e igual a cor do céu. Eu vi que no lago tinha muitos peixes, na beira do lago havia um pescador com uma enorme vara de pescar em sua vara havia uma agulha vertical amarrada numa linha amarrada na ponta da vara. Era um lindo dia de sol. O pescador zaz puxou a vara e fez um rasgo

na garganta do peixe com a âncora. Era um lindo peixe dourado, o pescador jogou de novo a vara no lindo lago azul. E eu também joguei a minha vara e comecei a pescar. Aquele dia para mim foi um grande dia por que fiz aquele dia um bom passeio. O pescador levou o peixe apanhando o peixe na areia que havia jogado naquele lugar e ainda estava o céu azul da cor do anil e o pescador foi embora e eu também fui cada um por um caminho.

(Edmir Lage Amorim
- idade: 11 anos)

Este menino meteu-se dentro da história como personagem e estabeleceu um enredo com um princípio, meio e fim. Também caracteriza o peixe: "lindo peixe dourado". Assinale-se ainda que a imaginação romântica do menino preferiu um "lindo lago azul" e não um rio ou mar para sua história.

violência da pesca:

Dentro do poema existe a intenção de um efeito: dar a sensação da violência da pesca com o mínimo de emoção e palavras. Este efeito é preparado dentro da calma geral do poema com o aparecimento do terceto:

a garganta
a âncora
o peixe

e através da exploração das variantes sonoras do "r", mesmo no terceto seguinte:

o boca
o arranco
o rasgão

Em geral, todas as composições demonstram uma mesma reação diante do ato da pesca: todos os alunos lamentam a morte do peixe e ressaltam a ferida que o anzol lhe causou. Esta foi a cena mais fixa na mente deles, a que mais os impressionou. Vejamos alguns exemplos:

[...] o pescador, puxou a linha e tirou o peixe dentro d'água e jogou-o na areia onde estava o sol. A garganta do peixe ficou toda estrangulada. Pobre peixe, lá estava ele estrangulado, deitado na areia.

(Maria Lúcia Caetano
- idade: 12 anos)

[...] pobre do peixe agarrou a boca no anzol e o pescador puxou-o. O Peixe rasgou a boca. Oh! Como o peixe sofreu.

(Nilton José Abreu
- idade: 13 anos)

[...] a linha do anzol enfiou na boca do peixe e agarrou na garganta dele. Ele ficou com chagas isto é cheio de machucados."

(Edna Sueli Taschaber
- idade: 11)

[...] ele jogou o anzol e pescou um peixe, furou a boca dele e rasgou a boca do peixe e levou para a praia [...]

(Shirley das Graças de Jesus
- Idade: 12 anos)

[...] o pescador lançou o anzol no lago espumado e sentiu que o peixe estava puxando o anzol então ele puxou a sua agulha que estava muito afiada, rasgou a boca do peixe e ele encheu o lago de sangue.

(Edsmond Cândido
- idade: 10 anos)

a presença do navio:

Vários alunos incluíram um navio em sua história. Mas houve um que foi mais adiante. Vejam:

[...] o mar azul cor anil está espulmando e o céu e o
silêncio corre na paria e um navio anco-
rado no porto Angra dos Reis, e quando o
pescador lança o anzol [...]

DOIS ESTILOS

Um outro ponto que merece destaque especial, refere-se aos estilos em que foram escritas as composições. Alguns são analítico descritivos e deixam a imaginação à solta, enquanto outros são sintéticos e se restringem ao mínimo de informações possíveis. A respeito destes últimos, é interessante notar que alguns dispuseram as imagens e suas frases interpretativas mais ou menos em versos. Por outro lado, é importante assinalar que eles não viram o poema, o texto não lhes foi mostrado, faltando-lhes, portanto, este tipo de comunicação - o visual, que no caso do presente poema, é importante, pois ele obedece a uma disposição vertical como a linha da pesca. Uma aluna da terceira série chegou a numerar os acidentes do poema para melhor distinguir a interpretação:

A Pesca

- 1) Havia uma lagoa bem
- 2) Longe daqui
- 3) Lá havia pescador
- 4) O céu estava azul
- 5) O sol estava quente
- 6) O pescador pós o anzol
- 7) Dentro d'água
- 8) O pescador puxou o anzol
- 9) O rio estava silêncio
- 10) O pescador arranca o anzol

- 11) O peixe e o peixe saiu com
- 12) O anzol. O anzol machucou
- 13) O peixe.

(Dirce Maria Marques
- idade: 9 anos)

Esta disposição escolhida pela própria aluna, talvez indique a intenção de destacar os elementos novos da composição através de alguns "enjambements". Contudo, muito mais importante que isto será observar em outras composições a assimilação do estilo da poesia lida em classe. Isto é perfeitamente explicável: o aluno primário reage dentro de um critério de imitação, aproveitando o vocabulário das histórias contadas e as expressões mais acessíveis. É assim que ele forma o embrião do seu vocabulário que a escola secundária teria responsabilidade de desenvolver melhor.

No caso do presente poema, instintivamente tentaram também assimilar a maneira da narração usada, não sendo raros os que fizeram como Salete Alencar Freitas: Idade: 11anos, que começou:

O PESCADOR

A água, o anil, o silêncio e o azul.
Água. É onde o homem pescava
Anil. Era a cor da água
Silêncio. Era onde não ouvia nenhum barulho.
Azul. O céu que não tinha nem uma mancha branca.
O peixe, o anzol, o silêncio agulha.
Peixe. O que ele pescava.
Anzol. Como ele pescava
Silêncio. Como estava aquela hora
agulha. Que ele pendurava o peixe
O sal, areia, o peixe
Sol. Mostrava o tempo que ele pescava
Areia. O lugar que ele estava
Peixe. A coisa que ele pescava.

Como várias crianças usaram processos mais ou menos semelhantes, é válido assinalar que se verificou um fenômeno característico na evolução da escrita infantil: elas descobriram um novo estilo e o praticaram com uma certa naturalidade. Certamente, essas crianças do D. Silvério não teriam tardiamente a surpresa que tivemos, quando já adolescentes vimos pela primeira vez um texto moderno de prosa através de um exemplo de Graça Aranha, onde a ordenação da frase era bem distinta da tradicional seqüência do sujeito, predicado e complemento.

Com esses fatos encontramos-nos perante algo constatado cientificamente e que interessa amplamente a todo escritor e educador: a linguagem escrita e oral da criança é susceptível de ser dirigida e exercitada em vários sentidos. Esta observação aparentemente simples e sem maiores implicações, terá o interesse devido se lembrarmos que os poemas considerados de vanguarda, oferecem ao leitor uma série de formas raras, às vezes exdrúxulas, antidiscursivas, demonstrando uma vocação cada vez maior para a síntese. Essas formas estranhas do poema de vanguarda aparecem para o adulto como aberrações e exemplos teratológicos de poesia. Porém, isto não se dá com a criança. Sua mente está límpida, infensa aos preconceitos literários, desimpedida de qualquer raciocínio "a priori". Isto nos leva quase a uma contradição: a criança está mais apta a perceber um poema de vanguarda, não obstante seja o adulto quem tenha maior vivência e reservas intelectuais para tal.

Isto tudo, forçosamente, nos remeterá a uma tese: a de que a criança não julga uma obra de arte mediante aspectos formais pré-estabelecidos, e que ela está apta a entender um poema de vanguarda, desde que o vocabulário e a "estória" se circunscrevam nos domínios de sua experiência diária.

Conclusão

Toda essa análise logicamente nos porá frente a frente com uma questão, que aparecerá sob indagações diversas: o que tem sido feito no sentido de intensificar a leitura da poesia nas escolas primárias e secundárias? ou, como tem sido tratada a poesia em tais circunstâncias? o que temos nós os poetas e os educadores feito nesse sentido? quantas vezes já nos detivemos sobre este assunto?

Sem dúvida a resposta não é muito lisonjeira, nem para os poetas, nem para os educadores em geral. Sabemos perfeitamente que o ensino secundário brasileiro é precaríssimo e se funda sobre improvisações. Está repleto de professores sem preparo, sem qualquer sensibilidade literária, que de literatura entendem tanto, quanto um bombeiro, de psicanálise. Na escola primária, felizmente, a coisa já é um pouco diferente. Dizemos isto com conhecimento direto que temos do problema em Minas Gerais, seja visitando grupos, seja estudando e analisando periodicamente o problema. Em Minas, há toda uma geração de professoras primárias formadas na antiga Escola de Aperfeiçoamento e que têm na figura de Lúcia Casassanta, por exemplo, um estímulo e uma orientação segura.

Procurando uma bibliografia sobre o assunto, encontramos dois livros fundamentais para a postulação do problema: A POESIA NO CURSO PRIMÁRIO de Alaíde Lisboa de Oliveira, Zilá Frota e Marieta Leite, edição da Francisco Alves, em 1939 e a ANTOLOGIA POÉTICA PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE, organizada pela poetiza Henriqueta Lisboa, edição do Instituto Nacional do Livro, 1961.

O primeiro desses livros possui um estudo metodológico inicial, que se constitui numa dessas coisas mais felizes que já se escreveram sobre o emprego da poesia na escola e seu conseqüente reemprego na sociedade. E é realmente consolador que o ano de 1939, três jovens professoras da província se reunissem para, numa antologia, incluírem poemas de Carlos Drummond, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Cassiano Ricardo, Augusto Meyer e tantos outros modernistas. É consolador e revela uma audácia, pois em 1939 ainda se ouviam os ecos da Semana de Arte Moderna de São Paulo de em 1922, e a poesia moderna era um tabu e uma vítima dos sempre desarrazoados saudosistas parnasianos.

Na instrução dessa antologia, destacam as professoras, a missão pedagógica que tem a poesia na escola primária, ora - exercendo influência sobre a imaginação de criança, ora influenciando os sentimentos e emoções, ora transmitindo experiências - intelectuais, e em outras circunstâncias revelando a natureza e desenvolvendo a sensibilidade virgem dos meninos.

No que concerne à obra elaborada por Henriqueta Lisboa, temos a atualização do que seria uma antologia universal, com base em coisas brasileiras, para crianças e adolescentes. Diz a poetisa na instrução do volume: "Apresenta-se quase sempre

ao escolar brasileiro, sob o rótulo de poesia, certo artigo prosaico, naturalmente com muito boas intenções. No caso, o engano redonda em desserviço. O pseudopoema, de versos mecanicamente inflexíveis e substância normativa, à feição de uma flor de papel, desorienta e deforma o gosto natural. A verdade é que o magistério da poesia está no seu valor. A lição da poesia deriva de sua própria essência”.

O problema, diz ainda a autora do O MENINO POETA, resulta às vezes da incompleta formação do professor, privado na primeira idade em virtude de um círculo vicioso dos cuidados estéticos. Agrava-se com a questão do material, aparentemente escasso. Esse material existe em abundância, porém se encontra disperso.

A Antologia em questão é um primor de elaboração. Dá gosto ver nomes como Garcia Lorca e Gôngora, emparelhados com Langston Hughes e Tagora: isto, para não falar em Fernando Pessoa e em todos os nossos modernos. Pode ser que a Antologia não funcione em todos os seus aspectos, pode ser, isto é questão para se provar e a própria autora se abre a essa eventualidade. Contudo é um trabalho que não merece ser apenas louvado e imitado. Pode se ver que constitui também uma prova e um apelo a nós outros que nos dizemos vanguardistas e que ostentamos pretensões às vezes mais literárias do que propriamente humanas e nos afundamos dentro dos redemoinhos terminológicos com vertigem dos néscios.

Está nos faltando a vivência das coisas simples e básicas. Por isto, repetimos o mesmo erro em que incorre a polícia nacional: todas as coisas se resolvem nas cúpulas. As bases estão ignoradas. E nossa poesia quanto mais deseje ser de vanguarda mais estará se distanciando de qualquer realidade, se não voltar sua atenção para esses problemas educacionais simples e importantíssimos.

Se lembrarmos que o Concretismo abriu para nós uma clareira realmente significativa e que graças a ela estamos aptos a achar o caminho perdido na floresta espessa: se considerarmos que os recursos verbi-voco visuais podem se desdobrar amplamente em poemas cartazes que levarão as crianças e o grande público ao encontro de uma nova linguagem, ao exercício de uma nova maneira de ver e de enxergar as coisas e partirmos para realizações mais concretas junto às organizações educacionais, talvez tenhamos resolvido o problema de nossa

posição dentro da sociedade e possamos ver nossos livros editados aos milhares, como naqueles países em que um simples livro de poemas vende 500.000 exemplares.

A poesia brasileira caminha dentro de um bifrontismo: de um lado, os poetas que se chamam vanguardistas por suas ousadias verbais, e de outro, aqueles que se dizem também na vanguarda pela luta de emancipação nacional e praticam uma poesia sem grandes achados formais. Os primeiros são aqueles das revistas INVENÇÃO e TENDÊNCIA, os segundos os publicados nos conhecidos VIOLÃO DE RUA. As duas correntes se dizem portadoras de uma mesma missão social. Ambas querem e provocam um reencontro com o público. Somos testemunhas desses fatos e praticantes dessa agonia.

Por isto, cabe agora esta pergunta: não estaria na escola primária e secundária a raiz da solução do problema, não se encontrariam no contato direto com esses problemas educacionais as soluções para uma série de elucubrações estéticas? Não tenhamos dúvidas: na escola estão não só as soluções dos problemas de um país subdesenvolvido, mas as soluções para nossos conflitos e agonias de escritores circunstancialmente exilados da vida social.

ALFABETIZAÇÃO

Alfredina de Paiva e Souza
Fundação João Batista do Amaral

Sumário

- I - Alfabetização elemento de cultura, em geral.
- II - Uma experiência nova
- III - Conclusão

Desenvolvimento

I - Alfabetização elemento de cultura, em geral.

É evidente que a alfabetização não pode, nem deve ser considerada como um valor em si mesmo, pois que só tem sentido como instrumento capaz de permitir ao indivíduo acesso a fontes preciosas da experiência humana, conservadas pela palavra escrita.

Assim considerada, a preocupação em "Alfabetizar" só cabe dentro do quadro geral de "educar" e só se justifica quando um esforço contínuo e construtivo leve ao uso consciente e efetivo da habilidade de ler e escrever.

Bastaria lembrar a existência de numerosos ex-alfabetizados para levar a desistir de um empreendimento que não oferecerá validade se a aplicação de seus resultados não tiver sido prevista e planejada.

Tôdas as tentativas para alfabetizar merecem aplausos, porque é, na verdade, desolador e deprimente o panorama atual do Brasil a esse respeito.

Urge, no entanto, que essas tentativas se enquadrem em planos mais amplos e que sejam providenciados meios e recursos para complementação do trabalho feito.

Por outro lado, pretender-se difusão de cultura sem cuidar desse elemento cultural básico, que é a alfabetização, leva ao risco de uma deformação de consciência, pela impossibilidade em que fica o analfabeto de tomar contato, analisar, julgar e concluir por si mesmo dos tesouros da experiência humana, transmitidos de geração pela palavra escrita.

II - Uma experiência nova

Acha-se o Brasil no limiar de uma experiência nova - Transmissão de valores culturais básicos pela utilização do mais poderoso instrumento de comunicação com as massas, que é a televisão.

A F.J.B.A iniciou em 1962, pelo canal 13, TV - Rio, no Estado da Guanabara, uma série de 78 programas destinados à alfabetização e educação de base para adolescentes e adultos, de diferentes grupos sociais.

Foi estabelecida uma rede escolar, com unidade controladas pela F.J.B.A, sendo matriculados 261 alunos, que apresentaram um resultado final de 80% de alfabetização.

O programa desenvolvido é o anexo, que revela o entrosamento da alfabetização com os outros valores culturais e morais, que constituem o verdadeiro cerne de uma cuidadosa e bem planejada cultura popular.

Malgrado as deficiências técnicas de que se ressentiu essa iniciativa pioneira, pode-se, em face do trabalho feito, afirmar que, na realidade, a televisão, completada pela ação de monitores bem escolhidos, é indubitavelmente o instrumento por excelência de cultura, de vez que nela se condensam todos os outros meios habitualmente utilizados: palavra oral e escrita, teatro, cinema.

III - Conclusão

Faz jus a televisão a uma atenção especial como poderoso instrumento para cultura popular.

NOTAS:

Para melhores esclarecimentos seria conveniente o exame dos planos, programas e relatórios dos trabalhos realizados e em realização pela F.J.B.A.

Para esse fim, deveria ser proporcionada à TV - Escola a apresentação nesse encontro, de uma aula (em Kinescópio - projeção comum de cinema, em 16) e debate sobre o material utilizado pelos alunos e pelo monitor, bem como sobre a estrutura dos núcleos escolares e características de seu funcionamento, como centros efetivos de irradiação de cultura popular.

CULTURA POPULAR

Alfredina de Paiva e Souza
Fundação João Batista do Amaral

Sumário

- I - Cultura Popular: natureza, fins, meios
- II - Perspectiva brasileira
- III - Conclusões

Desenvolvimento

I - Cultura Popular: Natureza, Fins, Meios.

Não pretendemos estabelecer definições, nem abrir polémicas em torno da natureza, fins e meios da cultura popular. Desejamos, apenas, sugerir um esquema amplo, que permita uma apreciação conjunta e geral das numerosas experiências que vêm se realizando e sobre cuja avaliação discutimos. Além disso, as possibilidades de irradiação constituem o motivo precípuo deste Encontro.

Partindo dessas premissas podemos, pois, afirmar:

- a) Cultura Popular é a elevação do nível de conhecimento e desenvolvimento de aptidões, habilidades, conceitos e formas de vida dos membros de uma comunidade, visando, de modo especial, aos adolescentes e adultos dos grupos economicamente menos favorecidos, ou quase desprovidos de recursos, levando-os a uma participação efetiva e consciente na vida de sua comunidade.
- b) Todos os instrumentos de comunicação humana podem e devem constituir-se em meios, para consecução desses fins.

II - Perspectivas Brasileiras

O Brasil apresenta problemas urgentes e graves em face da necessidade de expansão e aprimoramento da cultura popular, entre os quais poderiam ser destacados:

- a) País de vasta extensão territorial, com baixa densidade demográfica e irregular distribuição dos centros populacionais;
- b) País em vias de industrialização, com população urbana em ritmo desordenado de crescimento, às expensas de uma população rural carente, em grande maioria, de elementos efetivos de cultura bem organizada e difundida;
- c) País cujos centros sócio-econômicos apresentam estrutura e condições de desenvolvimento muito diferenciadas;
- d) País de população jovem e apresentando alto índice de crescimento populacional;
- e) País cujas redes escolares são insuficientes, até mesmo para efetivo atendimento à população em idade escolar para curso primário (7 a 14 anos);
- f) País em que as vias de comunicação e os meios de transporte são ainda escassos e irregulares;
- g) País em que os índices salariais revelam que a maioria dos habitantes não dispõe de recursos suficientes para aquisição dos jornais e livros e, muito menos, para uso pessoal de outros veículos mais rápidos e de impactos mais amplos de difusão de cultura, como o rádio, o cinema, o teatro e a televisão;
- h) País em que alta percentagem de analfabetismo de seu povo constitui um desafio permanente à capacidade dos administradores.

III - Conclusões

- a) Nem todo o orçamento da República Brasileira, aplicado que fosse à solução direta do problema da cultura popular, mediante preparação do pessoal, local e material, bastaria efetivamente para esse fim;

- b) Para enfrentar um problema que afeta milhões de brasileiros, é impossível, numérica e temporalmente, a atuação direta e pessoal, seja dentro de escolas, seja pelo teatro, ou por centros fixos ou móveis de difusão cultural, ou pela muitas vezes repetida e sempre fracassada experiência de cada um transmitir aos outros o que sabe. Apesar do valor de todas essas tentativas, elas são pequenas parcelas a serem adicionadas ao grande esforço de valorização econômica, sanitária, educacional e social do homem brasileiro;
- c) Só através dos grandes veículos modernos de comunicação rádio e televisão, os quais atingem instantaneamente multidões, é possível divulgar de forma massiva os valores culturais e morais necessários a uma vida mais plena, mais completa e mais feliz.

ARTE POPULAR REVOLUCIONÁRIA

José Madureira Vasconcellos

Introdução

A ARTE POPULAR REVOLUCIONÁRIA não tem data de nascimento. Não foi criada por ninguém e não é fruto de um exaustivo trabalho intelectual oriundo de uma equipe de artistas revolucionários. A arte popular evolucionária, queremos crer, não possui seus teóricos, seus trombetas, seus arautos. Não está sedimentada em plataformas acadêmicas ou em escolas modernas, não possui mestres nem inspiradores. A terminologia revolucionária de arte popular não é revolucionária apenas na sua denominação, mas é todo um processo de estruturação de uma cultura natural e emanente que está, ainda, impedida de se tornar lapidada e que permanece nas trevas à qual foi lançada pelo feudalismo capitalista, onde a cultura é privilégio de classes abastadas.

A ARTE nasceu com o próprio homem, tornou-se expressão do mesmo, quando ainda no período Magdallense o "Cromagnon" deixaria as primeiras manifestações do pensamento humano nos pareceres de Lascaux e Altamira. A arte popular, por sua vez nasceu com o povo, isto é, tornou-se manifestação do pensamento a partir do momento em que natureza o homem passaram a se contemplar no fenômeno massa. A arte popular, bem mais autêntica enquanto essência de captação e transmissão, nasceu com o povo, do povo, para o povo. Os intelectuais de esquerda, mormente os teóricos, estetas e críticos incorrem no grave erro de elaborar uma cultura popular, quando o certo seria moldar a cultura já existente. Não se trata de criar uma arte popular, trata-se de estruturá-la esteticamente.

ENQUANTO AS ELITES fomentavam um aprimoramento da Arte, enquanto a filosofia penetrava pelo campo da reflexão do belo através da Estética, enquanto a história da arte é uma repetição de intelectualidade em contradições dialéticas, a arte popular acompanhava as manifestações rudimentares de uma

maioria que, permanecendo maioria, via distanciar de si, cada vez mais, o nível de acesso que a credenciaria como legítima EXPERIÊNCIA no campo da arte. Experiência que contribuisse para o aprimoramento da cultura e para a universalidade da arte. Por esta modesta tese queremos condenar as definições acadêmicas segundo as quais a arte é universal, isto porque o povo fenômeno principal de universalidade, não participa da estrutura da arte. A arte tornou-se, por fim, um privilégio de elites. A Idade Média decretou a morte da cultura voltada para o povo. A arte perde aí, historicamente, a sua função universal. Os mosteiros reservavam para si, na austeridade clerical das escolas e das bibliotecas, a luz da cultura, da crítica, da análise, da criação. O artesanato, desprovido de qualquer proteção, caiu num ostracismo que o levaria a eclosão com o aparecimento do socialismo que viria fazer o mundo voltar-se ao problema POVO, maioria esquecida e impossibilitada de construir, criar, captar e transmitir. A arte popular é desprovida, por um fator sócio-econômico-histórico, de qualquer qualidade estética, uma vez que, lhe faltam a técnica, a elaboração, a consciência do fenômeno natureza, e o conhecimento básico de qualquer cultura revolucionária, seja a dialética do belo.

"O FENÔMENO REVOLUÇÃO" implica hegemonia de revolução, e esta se faz fazendo revolução. Por isso falham redondamente os intelectuais de gabinete, que isolando da fase de militância pré-revolucionária se arvoram em traçar normas e padrões de uma cultura que, embora denominada popular, de forma alguma satisfaz ao processo revolucionário. De certo modo poderíamos nos arriscar e dizer, sem falha, que a contribuição do intelectual esquerdista de gabinete é mais uma pedra na muralha da contra-revolução brasileira. Este fenômeno nos faz tristes ao sabermos que as capacidades de expressão da arte popular não vão além do rude, do trivial e de uma mal elaborada concepção sensível do cosmos. A arte popular nasceu com o povo, desde que este povo passou a ser maioria espoliada e escravizada, assim é que os motivos de expressão desta arte tornaram-se, muitas vezes, em meio de manutenção de famílias inteiras que, por uma inconsciente necessidade de sobrevivência, são obrigadas à comerciar o artesanato. A burguesia se deleita em ter, em casa, bonecos de barro, chapéu de palha, jarras pintadas pelos feirantes de Caruaru, sem sequer saber que tais peças são expressões inconscientes de um povo que sofre o fenômeno da decadência do capitalismo e que, por con-

seguinte, sofre as injustiças traçadas para sustentar o poder dos opressores. Os bonecos de barro cosidos que enfeitam os pianos e as mesas das luxuosas residências burguesas trazem refletidos consigo as marcas mais profundas de uma angústia, uma solidão, um drama de arte. Ao observarmos a estrutura estética de uma dessas obras de arte popular, os bonecos de barro cosido, notamos quer na curvatura dos ombros, do tórax, das pernas, quer nos apetrechos carregados sobre as costas, ou mesmo no simples cachimbo no canto da boca, toda uma estrutura arcaica, injusta e inconcebível que o artesão, no rudimento estético deixa transparecer. A arte popular é sobretudo a expressão de um drama diário sofrido pelos que, possuindo o dom da criação e captação e transmissão, se vêem impedidos de torná-la verdadeira e autêntica obra de arte.

À medida que a cultura se distancia do povo, vai perdendo sua universalidade. A arte, queremos crer, no nosso modesto modo de conceber o mundo, é a mais pura expressão da liberdade. O artista é por excelência um homem livre. Todavia o fenômeno LIBERDADE implica uma realidade que não é subjetiva, que não se acha desligada do palpável. Outrossim o homem artista implica antes de SER CRIADOR, simplesmente SER. A fenomenologia da existência, na razão direta da dialética histórica, implica liberdade como verdade o artista como homem. Ora, sabemos que a liberdade é fator utópico na sociedade em que vivemos e que o homem, quando NÃO ACOMODADO à atual estrutura de nossos dias é relegado à condição da injustiça. Portanto arte como expressão mais pura da Liberdade, nos dias atuais, é uma definição que tem função apenas na teoria não condizendo com uma realidade prática. O artista revolucionário tem o dever de expressar esta LIBERDADE como sua principal contribuição à fenomenologia revolucionária. Uma constatação de tudo o que até agora pudemos ver, nos leva a definir a arte popular como incapaz de contribuir para a revolução brasileira uma vez que ela não possui meios necessários de aprimoramento, expansão e, sobretudo, de se tornar uma escala de valores que pesem na História da Cultura. A Arte Popular Revolucionária, que não tem data de nascimento, torna-se, todavia, concreta quando os intelectuais da esquerda tomando consciência de que a Arte é expressão da Liberdade e que esta Liberdade é utopia, passam ao lado do povo que é o verdadeiro sofreador, o verdadeiro espoliado, o verdadeiro aparteado. Nesse ponto colocamos o CPC como o grande elo entre a arte e o POVO.

ARTE - expressão de um povo

A ARTE, já vimos, é a expressão mais pura da Liberdade. Ora a Liberdade é a realização da Ordem, da Hierarquia, do Direito, da Fraternidade, etc. Sendo a ARTE EXPRESSÃO da Liberdade ela é, sobretudo, expressão de um povo. No nosso caso, de um povo que sofre, tem fome e morre de fome, é injustiçado e não pode ainda explicar o porquê, vê distanciar de si cada vez mais o fator CULTURA, sem o qual qualquer manifestação de Liberdade é impossível e utópica e a própria Liberdade é uma inexistência. Os candomblés da Bahia, o Bumba Meu Boi, os Sambas de Favelas, a Feira de Caruarú, tudo isso - ao expressar quer um sincretismo religioso, quer um folclore introduzido pela África num africanismo sem semelhantes, quer como manifestação de um artesanato condenado à exploração e ao ostracismo - tudo isso é, antes de tudo, a expressão não de um sub-arte, mas de uma arte ainda selvagem, em estado primitivo, colonial e barroca enquanto época, misticista enquanto expressão, sincretista enquanto social.

SE PARTIRMOS DO HOMEM para atingirmos o social teremos que a arte é a manifestação do sensível da pessoa humana, o modo pelo qual a cultura se manifesta do subjetivo ao objetivo, sendo aquele pessoa e este massa, senão aquela cúpula e este base. Dentro deste raciocínio, nem sempre condizente com o fator realidade, a cultura se torna maleável, sentimentalista no bom sentido da palavra. Se, ao contrário, tomarmos como ponto de partida o Social para atingirmos o Homem teremos aí, exatamente neste ponto, a grande negação do século moderno que impede, por todos os meios, a expansão de uma arte nata, emanente, surgida do íntimo não de um escravo, mas de toda uma senzala, tornada rito sincretista de uma sociedade que até hoje ainda conserva os requisitos burgueses de uma arte colonial completamente desligada do fator povo.

A EXPANSÃO da arte popular, arte nata, expressão de um povo, etc, implica todo um processo revolucionário. É utopia refazer e refazer esforços no sentido de expandir, garantir, fortalecer a arte popular dentro de um contexto social desumano. Arte e Revolução implicam povo, povo implica todo um compromisso histórico que o artista de esquerda assume a partir do momento em que, vivendo o problema povo, se transforma num captador e transmissor intelectual do mesmo. É impossível se fazer arte popular se, ao mesmo tempo, a expres-

são revolucionária não acompanha o processo de politização e libertação. Na sociedade capitalista, a arte popular nunca passará do que tem sido até agora: uma arte relegada ao plano das trevas, impedida de se expandir, de quebrar as correntes que ainda a prendem a uma evocação de elementos sobrenaturais, chegando muitas vezes a perder a sua expressão enquanto manifestação de liberdade para se tornar nesta lenta e exaustiva ladainha de ritos, magias, lamentações. Lamentações que cantadas são motivos de aplausos por parte da burguesia pseudo-intelectual que vê, na arte popular, apenas o que ela possui de belo, comovente, nato ou expressivo estético, e não é capaz de compreender que esta arte é, antes de mais nada um desesperado meio pelo qual se expressa a massa faminta e expoliada. Nesse sentido, a arte popular passa a ser um divertimento para os privilegiados. Um "Pagador de Promessas" poderá fazer chorosas milhares de platéias mas não irá além disso: a burguesia aplaudirá, os poderosos comentarão, os críticos tecerão seus comentários, enquanto que o problema do ZÉ DO BURRO continuará existindo sem solução. Numa sociedade capitalista, a arte popular será sempre algo a ser admirado, "respeitado", sempre a evocação de um passado colonial de um caboclo que senta e canta, de um artesão que tece as malhas de uma rede, mas não passará disto. À sociedade capitalista em decadência adiciona-se uma arte popular estagnada. Por isso o fenômeno ARTE POPULAR implica transformação, ruptura, revolução. A ARTE POPULAR REVOLUCIONÁRIA será toda esta transformação que possibilitará, mudado o contexto social, a expansão da arte povo e o seu natural acesso à hegemonia na escala da estética.

A ARTE não é apenas o refletir de uma realidade mas é também a tomada de posição perante esta realidade. A Arte não é algo amorfo, pastoso e inanimado. A Arte não se contenta com o fator observação ou com o fator captação e transmissão. A Arte toma um partido, ou pró ou contra qualquer coisa (ERNEST FISCHER-O PROBLEMA DO REAL NA ARTE MODERNA- Estudos Sociais - nº 16- pag. 417). Sendo expressão da liberdade a arte se tornará revolucionária à medida que o fenômeno revolução passe a caminhar ao seu lado, ou melhor, à medida que ela, arte, contribua para a revolução. Trata-se de superar uma arte fragmentada e promover uma arte engajada. O mundo capitalista já não mais possui a visão do conjunto, do coletivo, do social. Por isto a arte na sociedade burguesa capitalista tem sido fragmentária, parcial e privilégio de

elites. Longe do real, longe do objetivo, pois real é povo, objetivo é o que se faz para progredir este povo, longe destes dois fatores notáveis e importantes, a burguesia sustenta uma arte alienada, desligada do real e fomenta o subjetivo levando-o a uma escala que chega a atingir o absurdo: a arte pela arte. Não existe arte comprometida com a própria arte, existe arte comprometida com o homem, o artista não transmite uma alienação mas uma realidade. As definições dogmáticas de arte, bem como as definições da filosofia medieval perderam o sentido porque foram transitórias e não foram capazes de definir nada além do contexto histórico de uma época na qual foram elaboradas. Evidente que a arte é universal e o fator universal compreende o englobamento de toda a História, dando-lhe o dom da imortalidade. Consideremos ou não os estetas do passado, aceitemos ou não as definições de arte elaboradas nas diversas correntes da Estética desde Sócrates, somos obrigados a reconhecer que a ARTE É A EXPRESSÃO MAIS PURA DA LIBERDADE E O ARTISTA O MAIS LIVRE DOS HOMENS. Para Hegel a arte é a expressão sensível da idéia, para Aristóteles é a expressão corretora da natureza, para Fischer ela é um problema real, visível, palpável. Porém, expressando a idéia, corrigindo a natureza, sendo a problemática do real, a ARTE é fenômeno de liberdade.

LIBERDADE E POVO

SABEMOS QUE A LIBERDADE é utopia na sociedade ocidental e não nos podemos contentar com as definições e plataformas que nos levam a crer em promessas e mentiras. O nosso povo marcha para um desespero cada vez mais, embora haja indícios de conscientização. O povo brasileiro seria um dos últimos a ser citado como exemplo de cultura, mesmo folclórica. Porque Folclore implica Etnologia, Antropologia e Sociologia. Notamos uma disparidade também no ponto de vista artístico: a arte expressada por um povo, cuja mais da metade de sua gente é analfabeta. Cultura é coisa de rico, no Brasil, a Arte também o será por natural consequência. Liberdade e povo são coisas que não se igualam no nosso país. Liberdade e Povo estão separados, sendo que as elites transformaram Liberdade em tratados ou hegemonia de apoteoses planfletárias, completamente desligadas do real. A Arte sofrerá com isso o drama da Alienação.

O ARTISTA, A ARTE O POVO

Há, na vida de todo o artista, o fenômeno movimento de intervalo. O intervalo é o momento que existe entre o captar e o transmitir. Um artista transmitirá aquilo que foi elaborado neste intervalo. Ora, antes de ser artista, o mesmo é homem. Homem que está comprometido com a História, História comprometida com a Verdade, a Justiça, o Povo. A obra de arte será alienada à medida que ela não expressa a História. Não expressar a História significa rompimento com o povo, que é a razão mesma desta História. Um artista que se perde em decantar poemas saudosistas, em paisajar crepúsculos e auroras, aliena-se completamente ao drama de milhares e milhares de irmãos seus que, não tendo o privilégio da cultura, dormem num mundo de trevas. O Artista popular está comprometido com a História e sua obra, naturalmente, expressará o povo, o popular, o autêntico, o real. O CPC tem o dever de formar, também, o artista popular revolucionário. Não apenas sectarizar sua ação voltada para uma massificação popular e transformar peças em comícios etc., mas formar artistas, aproveitando o privilégio cultural para lançá-lo na LUTA REVOLUCIONÁRIA.

NOTA: AQUI SÓ SE ACHAM OS ITENS NECESSÁRIOS.
O DESENVOLVIMENTO DESTES ITENS SE PROCESSARIA
NA APRESENTAÇÃO ORAL DA TESE.

Resoluções

COMISSÃO A

ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE CULTURA POPULAR E ALFABETIZAÇÃO NAS DIFERENTES ZONAS, REGIÕES E GRUPOS SOCIAIS

I - Objetivos da Comissão

Nosso objetivo foi o de analisar, todas as experiências de Cultura Popular em Zona Urbana, Suburbana e Rural, no sentido de informar a todos os participantes do Encontro, a respeito das realizações, das dificuldades e das perspectivas do trabalho realizado em todo o Brasil, que tem como meta a elevação de nível cultural e desenvolvimento da consciência crítica do povo.

II - Importância da Atuação na Zona Rural

A mais superficial observação da realidade brasileira evidencia a magnitude que ocupa atualmente o problema rural no contexto do país. Essa importância decorre de um modo particular do fato da maior parte de sua população viver no campo. Por outro lado, ressaltam de uma forma assustadora, as condições de vida a que está submetida toda essa população.

Vivendo em uma estrutura agrária que é em muitas zonas tipicamente medieval, o camponês brasileiro, poucas vezes possui condições de vida humana. Ora dispersos na imensidão geográfica do país, ora super-populando certas áreas, o camponês brasileiro é sempre vítima da exploração. Padece o homem do campo do Brasil, de um cortejo de males, todos eles interdependentes, podendo ser ressaltado o alarmante índice de analfabetismo e baixo nível de consciência política, de capacitação tecnológica, etc.

Há uma patente diversificação entre o campo e as cidades, com a dominação desta sobre aquele. Dominação constatada de todas as naturezas inclusive a cultural. Os homens da cidade desconhecem e ignoram com frequência o homem rural, ou então, o homem da cidade quer levar suas soluções para os problemas existentes no campo, ignorando que o camponês é quem deve encontrar soluções para os seus problemas.

Notamos que as experiências de Cultura Popular, no campo, são ainda reduzidas. Apesar de objetivamente o trabalho nessa área ser mais difícil, é indispensável que se disponham mais quadros para esse trabalho de tão grande importância.

III - A Cultura Popular e a Comunicabilidade

Todos os delegados apresentaram, como preocupação decorrente da experiência diversa, a necessidade de encontrar uma forma adequada de expressão, que permita um uso comum de linguagem entre os grupos promotores e os grupos a serem atingidos. Um mesmo tema pode ser apresentado a vários grupos, com resultados positivos para uns e negativos para outros. Deve-se adequar a linguagem a cada situação específica, e mais ainda, partir da linguagem local ou da classe social com quem se vai trabalhar.

Várias experiências negativas se verificaram, tais como: peças teatrais, publicações etc., por se acharem estas totalmente fora de um vocabulário significativo. Isto não quer dizer que se vá cair em um espontaneísmo, mas que todo o trabalho deverá ser feito, a partir do ponto em que o povo está, levando mesmo, pedagogicamente e sem paternalismo a assumir uma consciência mais ampla e objetiva da realidade. É necessário que se evitem os verbalismos pseudo-revolucionários de nenhuma significação para o povo, que passa a repetir frases feitas destituídas de conteúdo.

Como perspectiva de superação desta dificuldade, impõe-se a busca de meios melhores de comunicação, tais como: técnicas áudio-visuais (cinema, cartazes, livros ilustrados, rádio, TV), treinamento de grupos de debates, formas adequadas de literatura, etc.

O conhecimento da realidade local é facilitado pelo contato com os elementos mais atuantes, que traduzem sua vivência da maneira mais aproveitável para nós. De resto, a integração na vida local, é indispensável para um trabalho conseqüente. Esta integração compreende não só contatos, mas também, o levantamento de todos os aspectos do grupo.

IV - Quem faz Cultura Popular

O trabalho de Cultura Popular é o trabalho de todos que desejam a desalienação da cultura e conseqüentemente a eman-

cipação nacional. É, portanto, um trabalho amplo, que não pode dar margem a tendências grupistas. O fundamental é saber o que se quer e como fazer. Daí, a necessidade de um aprimoramento técnico dos grupos que vão promover Cultura Popular, para que o trabalho seja realmente eficaz e dinâmico.

A participação cada vez maior de operários e camponeses nos movimentos de Cultura Popular implica na necessidade da elevação do nível cultural dos próprios membros do movimento. Fazemos cultura com o povo, levando-o a utilizar instrumentos adequados ao desenvolvimento da sua capacidade criadora. Com este objetivo, é indispensável o diálogo e o debate, sobre temas concretos da realidade local que servirá de motivação para o início de um trabalho efetivo.

V - Avaliação dos Trabalhos de Cultura Popular

No desenvolvimento de qualquer trabalho de Cultura Popular é indispensável uma avaliação periódica e sistemática de nosso trabalho, para que sejam corrigidas eventuais distorções e se desenvolva nossa atividade, tendo em conta as experiências anteriores e as mudanças ocorridas.

VI - Cultura Popular e Trabalho com Organizações

Verificou-se através dos relatórios expostos, que o trabalho é facilitado e se torna mais eficaz quando feito junto às organizações populares tais como sindicato, associações de bairros, federações de favelados, etc.

A eficácia de um trabalho com associações em base de profissão ou de local de moradia, depende de circunstâncias próprias de cada região, sendo todas estas experiências válidas, não se dando preferência a uma delas.

VII - Grupos comprometidos com a atual estrutura e seu entrave ao trabalho de Cultura Popular

Uma das dificuldades apresentadas pelos delegados é a atuação de grupos comprometidos com a estrutura vigente, a quem não interessa a conscientização do povo, uma vez que isso implicaria na queda de seus privilégios. Desta maneira organizam-se muitas vezes com o objetivo de ou combater diretamente nosso trabalho ou criar grupos concorrentes.

Certas atitudes de elementos do próprio povo são muitas vezes identificadas com atitudes burguesas, são na realidade distorções resultantes de imposição de uma cultura alienada e de valores totalmente estranhos às aspirações reais do povo, imposição esta que é feita através de toda uma rede de divulgação que serve aos interesses do imperialismo, do latifúndio e demais forças reacionárias.

Dentro desta perspectiva é necessário que se desperte no povo a consciência crítica que permita superar estas distorções culturais e criar formas autênticas de expressão.

VIII - O problema Financeiro

Ficou demonstrado através de exemplos concretos que a ausência de recursos financeiros é um dos maiores entraves ao trabalho de Cultura Popular. O problema da carência de quadros tem origem, a maioria das vezes, na impossibilidade atual da profissionalização de certos elementos. À medida que o movimento se torna mais amplo, essa necessidade se acentua. Muitos elementos que poderiam trazer uma contribuição valiosa aos movimentos de Cultura Popular não o fazem, por não disporem de tempo em vista de suas necessidades de subsistência. Além disso, verifica-se a total carência de recursos materiais necessários à realização do trabalho de alfabetização e Cultura Popular, o que impede que este trabalho atinja a sua plena eficácia. Naqueles Estados em que há uma maior compreensão por parte das autoridades da importância da Cultura Popular, as dificuldades ficam atenuadas. O problema só será solucionado efetivamente quando se modificarem as estruturas alienantes do país.

A solução viável é procurar formas em que o próprio povo contribua para a superação das dificuldades financeiras.

Recife, Setembro de 1963.

Relatório aprovado em Sessão Plenária - 19/09/1963

COMISSÃO B

MEIOS E TÉCNICAS DA CULTURA POPULAR

Presidente: Roberto Freire SNT

Relator: Antônio Carlos Fontoura CPC/UNE

1. Nos terrenos dos meios e técnicas de cultura popular, tudo está por fazer.

O que se tem até agora são experiências pioneiras num processo ainda de formação de quadros, de aglutinação de intelectualidade, de contatos piloto com os grupos sociais. Não seria cabível, por isso, determo-nos longamente em considerações de ordem geral sobre sua conceituação e teoria, que deverão ser extraídas forçosamente a partir da prática.

Neste sentido serão colocados apenas alguns conceitos básicos de arte popular essenciais à sua caracterização e formulação.

Arte popular não é uma concessão da intelectualidade, que, simpática aos ideais populares, se coloca em sua defesa.

Arte popular é uma pressão e conquista do próprio povo que, através de suas lutas, no processo político brasileiro, encetou condições para ver representadas suas necessidades e aspirações.

O artista não sacrifica sua capacidade criadora à arte popular. Pelo contrário, nele ganha maior dimensão. O artista, como qualquer homem, está inserido na realidade e assume posições, compromissos, em relação a ela. O artista popular assume a posição do povo e com ela se compromete. A realidade, e não conceitos abstratos, por mais válidos que possam ser, é a única fonte do artista popular. Mas não basta que uma obra de arte fotografe a realidade e lhe constate as contradições. O artista popular tem que assumir uma posição crítica em relação a esta realidade e, em conseqüência, expressa-la criticamente.

É preciso considerar-se que a sociedade brasileira está dividida em classes e camadas, com níveis de culturalização bem distintos e que a arte popular não pode ser uniformizada em relação a nenhum desses níveis. Ela deve estar voltada para os diferentes graus de consciência, solicitações e necessidades de cada faixa social do povo brasileiro, levando-se em conta que povo, hoje, no Brasil, é todo grupo social empenhado objetivamente na libertação de nossas forças produtivas.

Neste sentido, e como está em processo de formação, arte popular deve ser livre e abertas às múltiplas formas estéticas. São igualmente válidas a utilização de formas já existentes de comprovada comunicação popular, bem como de novas formas que enriquecem e aprofundem esta comunicação.

O que importa é que o artista popular esteja voltado para o povo e que, assumindo sua perspectiva, contribua para sua libertação.

2. Teatro

Distinguiram-se dois tipos básicos de ação teatral: teatro para os grupos sociais e teatro com os grupos sociais. O teatro para os grupos sociais deve estar voltado para as diferentes faixas econômicas em diversos níveis de consciência. Através do teatro com os grupos sociais, o integrante dos movimentos de cultura popular age na massa, propiciando condições para que o próprio grupo social assuma uma posição criadora.

a) Teatro para os Grupos Sociais

a.1) Meio Operário

Os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Estado do Rio, Pará e Pernambuco apresentaram boas experiências teatrais nesse setor, ao lado de outros Estados que apenas se iniciam.

A característica dominante neste trabalho tem sido a utilização do teatro circunstancial, como meio de penetração que possibilitará o aparecimento do teatro verdadeiramente popular e revolucionário. Agitação e colocação de problemas imediatos das lutas populares.

O CPC do Paraná apresentou uma interessantíssima contribuição com o seu teatro de fantoches como meio de atração e de conscientização.

a.2) Meio Rural

A preocupação de fazer teatro para o meio rural existe quase em todos os movimentos, porém as realizações nesse sentido desenvolvidas principalmente por Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Sul, alguns núcleos do interior de São Paulo e Bahia.

Todavia, aqui o trabalho ainda é bastante precário em relação ao desenvolvimento no meio operário, dadas as condições objetivas que determinam diferenças de grau de culturalização entre os dois meios.

O MEP do Recife no meio rural realiza um trabalho para o povo feito a partir de uma pesquisa inicial para levantamento de dados para a encenação da peça "Julgamento em Novo Sol".

Esta seqüência de trabalho determina uma interação maior de palco e platéia permitindo que o camponês se visualize e assuma posições críticas frente a sua própria realidade.

É válida e original a forma pela qual o MEB de Sergipe tem desenvolvido o seu trabalho no meio rural. Para tal, realiza caravanas rurais para a coleta de produção artística autenticamente populares, tais como cantadores de viola, literatura de cordel, ritmos populares, etc., para depois produzir seus textos baseando-se nestes elementos. Além disso, o espetáculo é montado também com a participação dos artistas populares. Observa-se que no campo de linguagem há uma grande preocupação em se atingir o nível popular, a fim de alcançar maior comunicação.

a.3) Meio Estudantil

As grandes maiorias dos movimentos de Cultura Popular se organizam inicialmente no meio estudantil e para ele, tanto no âmbito universitário como no secundarista.

Observa-se, no entanto, uma tentativa de ampliação de sua faixa de ação para outros grupos sociais, tentando alcançar maior profundidade em sua atua-

ção. Esta tendência é generalizada e é mesmo julgada importante para um maior desenvolvimento dos trabalhos de Cultura Popular.

A maioria dos movimentos no meio estudantil tomou corpo depois da ação catalizadora da UNE-VOLANTE, nos estados, o que levou a uma uniformização desses movimentos, às vezes em detrimento dos aspectos da realidade local.

b) Teatro com os Grupos Sociais

A preocupação unânime de todos os movimentos de cultura popular parece ser a de reformular sua atuação no sentido de transformá-la em trabalho efetivo com os grupos sociais. Todavia, somente apresentaram relatórios objetivos sobre esse item, os estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e alguns núcleos do interior de São Paulo que utilizam elementos do meio rural e operário em colaboração.

Salientamos, nesse particular, ainda, a experiência do MEB de Sergipe também é realizada com grupos sociais.

c) Teatro e Alfabetização

Tomou-se relevante a necessidade de uma ação conjunta entre os trabalhos de teatro e alfabetização, pois o segundo pode ser complementado com vantagens pela visão global e desalienadora do teatro.

Há interessante experiência do MCP do Recife encenando esquetes motivadores a partir de situações ligadas ao analfabetismo.

É ponto pacífico entre os movimentos de cultura popular que a alfabetização não pode estar desligada da conscientização, e neste sentido o teatro pode surgir como complementação do trabalho de conscientização do alfabetizado.

d) Como perspectiva de uma maior unificação e entrosamento aos setores teatrais dos diversos movimentos de cultura popular, há a proposta de trabalho em conjunto que o SNT fez aos diversos movimentos. Através de seu curso de monitores, o SNT formará ativistas de teatro popular dotados do instrumental mínimo para uma efetiva comunicação teatral.

O SNT encaminhará, também, o fornecimento de palcos volantes as diversas organizações de cultura popular. Abre-se também, a partir da construção do teatro do CPC - UNE, a perspectiva de trabalho em outro nível no teatro popular. Tal

teatro pretende partir do que já está ganho e solidificá-lo na dramaturgia brasileira e aprofundar estas conquistas no sentido de um nível superior de comunicação, na medida em que levante os problemas essenciais da libertação de nosso povo.

Este teatro abrirá riquíssima perspectiva de um trabalho de conquista dos intelectuais para o trabalho de cultura popular, enquanto lhe dota de um instrumento de comunicação com o povo. Este teatro será dirigido à pequena burguesia, aos estudantes, aos intelectuais e às vanguardas do proletariado.

CINEMA

Antes de analisar as perspectivas e possibilidades concretas dos movimentos de cultura popular neste setor, é preciso falar nos problemas econômicos gerais do cinema nacional. Isso porque, se não forem eles resolvidos em tempo, nosso cinema, popular ou não, terá poucas probabilidades de sobreviver e consolidar-se como indústria.

Faremos considerações essencialmente práticas, porque a partir delas, se poderá ter uma visão clara de como encaramos a questão de cinema popular. Este existirá na medida em que se comunicar com as mais amplas camadas do povo, levando-o a conscientizar-se. Cinema e realidade devem se interpenetrar, um agindo sobre o outro e se modificando reciprocamente.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO CINEMA BRASILEIRO

O cinema nacional atravessa uma fase de progresso irreversível. Nestes dois últimos anos, uma série de filmes importantes foi produzida, aparentemente estariam criadas as condições para a afirmação de um cinema autenticamente nacional e economicamente emancipado. Se na realidade já demos os primeiros passos para nos libertarmos do colonialismo cultural, por outro lado, a estrutura econômica da indústria cinematográfica está totalmente submetida ao controle do imperialismo e as deficientes estruturas inerentes ao nosso subdesenvolvimento. Temos um mercado potencialmente rico, num país de mais de setenta milhões de habitantes, mas esse mercado só nominalmente é nacional. De fato, está a mercê dos distribuidores e exibidores de filmes, todos eles mais ou menos vinculados aos produtores estrangeiros.

O filme estrangeiro, importado em quantidades maciças, entra em nosso mercado livremente, sem pagar taxa alguma, e vem concorrer com o produto nacional em condições extremamente vantajosas. Toda a legislação no país é feita para atender aos interesses dos importadores de filme. O produtor brasileiro é espoliado em todo o processo de fabricação do produto, desde quando adquire o filme virgem (este sim, pagando direitos alfandegários), até quando o filme acabado é entregue ao consumidor. Exemplificando: o exibidor não paga ao produtor nacional a percentagem sobre a renda que é determinada por lei; não obedece à obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais, também estabelecida por lei; a sonegação de rendas por outros meios também é um fato habitual que diminui ainda mais a rentabilidade do filme.

Em decorrência da situação calamitosa do mercado de exibição, não existe, como não poderia deixar de ser, um mercado de capitais suficiente para alimentar a indústria.

Há uma série de medidas de ordem legislativa ou executiva que poderiam criar condições para que, corrigidas tais distorções, se assegurasse o desenvolvimento da indústria. As principais reivindicações dos profissionais de cinema, muitas delas já encaminhadas pelo Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica, se consubstanciam na restrição do ingresso único oficial, que evitaria a sonegação de rendas; fiscalização real, através do Serviço de Censura, a fim de obrigar os exibidores a pagar a porcentagem da renda a que tem direito os produtores; luta por um decreto que obrigue a exibição de filme nacional, na proporção de um para quatro em relação ao estrangeiro, ao invés de um para oito, como determina o Decreto em vigor, que de resto não é respeitado; extinção das censuras estaduais para não dificultar o trabalho de fiscalização; exibição compulsória de curta-metragens que não tenham direta ou indiretamente caráter publicitário, através da Agência Nacional; criação de um fundo de financiamento específico, sem exigência de garantia real, junto à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil; instituição do adicional sobre ingressos de cinema em todas as principais capitais do Brasil, em benefício dos produtores de cinema; criação do Instituto Nacional do Cinema.

Todos os que militam na frente da cultura popular devem integrar-se na luta pela emancipação econômica e cultural do cinema brasileiro. Trata-se de criar uma consciência nacional

quanto ao fato de que cinema é problema de soberania, porque, como indústria pode ser uma fonte de divisas para o país, e como arte é o instrumento mais eficaz de conscientização do povo.

Para atuar nesse sentido, os movimentos de cultura popular, através de seus setores de cinema, estreitarão relações com as entidades diretamente interessadas na solução do problema.

A PRODUÇÃO NUMA ENTIDADE DE CULTURA POPULAR

Apesar de corresponder a um dos objetivos fixados por vários movimentos, quase nada se pôde fazer até agora no setor da produção de filmes. Algumas experiências foram iniciadas, mas não puderam ser levadas a termo, devido principalmente a dificuldades financeiras e à inexistência de projetos específicos, segundo uma planificação realista.

O Centro Popular de Cultura da UNE realizou uma experiência pioneira com o filme de longa metragem "Cinco Vezes Favela". Dos erros e acertos dessa primeira tentativa podemos tirar algumas conclusões. Evidenciou-se, por exemplo, a necessidade de trabalhar em regime profissional, sem com isso se sacrificar a tarefa urgente de formar novos quadros. É preciso não esquecer o perigo de subdimensionar o orçamento, pois todo filme destinado aos circuitos comerciais necessita de bom nível de acabamento para poder competir no mercado. Ideologicamente, o perigo é a mitificação da vida concreta, que só a adequada relação entre consciência e a realidade pode eliminar. A discussão ampla do argumento, antes da realização do filme, e um trabalho de equipe verdadeiramente coletivo, são fatores que ajudam a sanar esse defeito.

O melhor resultado que o filme obteve foi a formação de quadros técnicos-artísticos e a consciência que fez nascer ou reforçou, mesmo entre aqueles que não lhe atribuíram maior qualidade específica, da necessidade urgente de um cinema engajado no exame da problemática social de nosso povo.

O MCP de Pernambuco e o CPC da UNE preparam agora uma co-produção, também de longa metragem, sobre o problema agrário. O nome do filme é "Cabra marcado para morrer" e terá como tema o problema agrário. A colaboração entre as duas entidades mostra o caminho a seguir pelos movimentos de cultura popular, particularmente no que se refere à produção de filmes: repartindo o custo da produção, diminuem o risco financeiro para cada um, e usando os quadros das duas organizações, permitem o aceleração do processo de formação de elementos especializados.

Quanto aos filmes de curta-metragem, sabemos que eles não são economicamente rentáveis; a única possibilidade para os movimentos que tenham quadros e organização para empreendê-los é a de estabelecer convênios ou acordos de produção com órgãos públicos, sindicatos, associações populares, etc.

Há outra atividade igualmente importante: a de produzir filmes de 16mm, destinados à exibição em sindicatos urbanos e rurais, associações de bairro, entidades estudantis. Na situação atual, não poderiam os movimentos de cultura popular, em sua maioria, arcar com o ônus de realizar esses filmes. Seria necessário que a produção fosse financiada no todo ou em parte, pelas organizações às quais os filmes se destinassem. Os temas tratados seriam escolhidos de acordo com os interesses diretos dos membros dessas organizações, como por exemplo, a sindicalização, reforma agrária, direito de greve. A primeira experiência no gênero foi feita pelo Sindicato de Construção Civil de São Paulo, juntamente com o CPC local, que produziram um curta-metragem com o fim de estimular a sindicalização entre os operários da categoria. Entretanto, o filme não pode ser concluído, em virtude de problemas financeiros e deficiências de organização e planejamento. Apesar disso, os preparativos da filmagem e a rodagem contribuíram, de certo modo, para a união dos trabalhadores de construção civil em torno do sindicato. Pode-se imaginar o papel que ele poderia ter desempenhado se pudesse ter sido concluído e difundido para outros sindicatos do país.

A longo prazo, é indispensável conseguir uma articulação nacional dos movimentos de todo o Brasil, no sentido de criar uma rede de distribuição de tais filmes e de fornecer equipamento e técnicos às entidades de menores possibilidades financeiras ou sem experiência no setor.

Não é necessário frisar a grande importância política dessa linha de produção, com filmes financiados pelo povo organizado, estudando e explicando problemas do povo, com a perspectiva do povo, e chegando a ele sem sofrer a interferência dos distribuidores e exibidores, que tudo fazem para amarrar o cinema comercial no papel de agente deformador da consciência do público.

DIFUSÃO

O setor da difusão é aquele onde há maiores possibilidades de iniciar um trabalho de cinema nos movimentos de cultura popular. Não exigindo alto nível de organização e grandes recursos financeiros, proporciona um contato direto com o povo através de projeções regulares seguidas de debates. Também aí, deve-se trabalhar junto às associações populares, particularmente sindicatos. O tipo de filme a ser exibido e o caráter dos debates dependem das condições concretas de cada lugar, e só no processo de desenvolvimento do trabalho se poderá tirar diretrizes sobre o modo exato de atuar. Mas é preciso, antes de começar as atividades, conhecer e respeitar o nível e os interesses dos membros da organização onde se vai trabalhar. Todo o debate deve ter como objetivo mostrar as conexões entre arte e vida social, e procurar ligar as discussões ao cotidiano de cada espectador, despertando seu interesse e dotando-o de uma consciência crítica.

Esse trabalho de difusão, que já tem por si grande alcance político e cultural, pode ser o primeiro passo para interessar as entidades populares a produzir filmes em 16mm, do gênero dos citados no item anterior.

Em virtude da escassa disponibilidade de filmes para esse gênero de projeções, é necessária uma ligação estreita dos movimentos entre si e com as federações de cine clubes, a Cinemateca Brasileira e o Instituto Nacional de Cinema Educativo.

SUGESTÕES ÀS ENTIDADES DE CULTURA POPULAR

1. Criar condições para integrar o cinema como setor vital dentro das entidades, sendo o cinema um dos mais poderosos instrumentos de conscientização do povo;

2. Estabelecer uma articulação entre os movimentos, que proporcionará um contato permanente, informando sobre as respectivas atividades e permitindo uma colaboração efetiva, em recursos materiais e humanos;

3. Fazer do setor de difusão, através de projeções, debates e cursos, o núcleo inicial para o desenvolvimento das atividades cinematográficas, uma vez que esse setor está dentro das possibilidades materiais dos movimentos;

4. Dedicar especial atenção à realização de filmes em 16mm, para os sindicatos rurais e urbanos, associações de bairros e demais organizações populares, dividindo os custos de produção;

5. Participar efetivamente na luta pelas reivindicações econômicas e culturais do cinema brasileiro, em ligação estreita com as associações profissionais e culturais representativas.

MÚSICA POPULAR

A música popular tem um papel destacado enquanto veículo de cultura popular, tendo em vista a grande massa que pode ser atingida, a relativa facilidade de comunicação e o grande poder de retenção da mensagem.

Tendo em vista a diversidade econômica, social e cultural em que atuam os movimentos de cultura popular não é possível estabelecer-se um plano comum de trabalho a todas elas. O modo de atuação varia regionalmente e também dentro das diversas camadas sociais.

É necessário que se coloque, ainda que superficialmente, a situação atual da música popular brasileira e seus diversos aspectos.

Por um lado, temos o folclore, na maioria das vezes uma forma musical estática, manifestação de uma estrutura superada ou em processo de superação, como bumba-meu-boi, o xangô, o côco, etc. Há algumas formas folclóricas ainda dinâmicas, como a dos cantadores e a dos violeiros, que conservam esta característica dinâmica na medida em que sejam parte integrante do cotidiano de algumas regiões.

Por outro lado, temos formas musicais dinâmicas em constante processo de transformação e renovação submetidas a um rigoroso choque de culturas, como o samba, e em menor grau, o baião, o frevo, etc.

O samba é sem dúvida, a unidade musical nacional. A expressão mais inovadora do samba é atualmente a chamada bossa-nova, que nasceu da necessidade a pequena burguesia de expressar-se musicalmente na altura de seu nível de culturalização. Influenciada inicialmente pela harmonia do jazz west-coast, e com uma temática lírica desprovida de qualquer conteúdo participante, a bossa nova tem sofrido um rigoroso processo de transformação, e volta à pesquisa das raízes do

samba, à acentuação de suas componentes africanas, a procura de uma temática que expresse os anseios de libertação do povo brasileiro.

Em outra área, temos o samba carioca ou samba de morro, como música comunitária e expressão popular autêntica. A escola de samba, na favela, representa quase que sua única forma de organização, concentrando toda sua vida social. Há também, o samba urbano que enfoca o aspecto cotidiano da vida da cidade, e o samba semi-folclórico, semi-estático, que tem uma grande penetração na massa, pois sendo construído a base de refrões, motiva a participação ativa do público. É o caso do samba de roda, partido-alto, etc.

Devemos salientar ainda a experiência única das canções políticas "Canção do Subdesenvolvimento" e "Aliança para o progresso" de Francisco de Assis e Carlos Lyra, de conteúdo eminentemente politizante e de grande penetração popular.

No trabalho com o samba, conforme experiência do CPC da UNE, é eficaz a aproximação de sambistas de morro ou cidade com os autores mais conseqüentes da bossa nova, visando em enriquecimento dos meios de expressão musical dos primeiros e de reforçamento da pesquisa de raízes dos segundos. Esta troca de experiência possibilitará o desenvolvimento de conteúdos mais conseqüentes por parte dos sambistas.

Nas escolas de samba, o trabalho deverá ser feito inicialmente de modo a afirmá-las enquanto manifestação popular autêntica e reforçá-las enquanto forma de organização. A etapa inicial seria a do trabalho no nível das escolas, ganhando-os pelo trabalho em si. E lentamente, possibilitaríamos a formação de uma visão crítica do nível de alienação em que se encontram para que sua superação se desse a partir de seu próprio esforço.

No folclore, a atuação seria feita, para formas estáticas num caráter exclusivamente promocional, visando apenas a aglutinação e o reforçamento dos grupos, impedindo sua extinção. Para os nossos propósitos isto é pouco significativo, além de se incorrer no perigo de absorção pelo folclorismo. O trabalho mais conseqüente com o folclore seria o de uma pesquisa e levantamento dos aspectos formais que nele ocorrem e de uma reelaboração para novos conteúdos. Como exemplo concreto, temos o bumba-meu-boi de José Carlos Capinam do CPC da Bahia, que mantendo a forma folclórica, narra a vida de um boi desde seu nascimento até a morte num frigorífico americano.

Para as formas não-estáticas de folclore proporcioná-
mos inicialmente a aglutinação, associação e organização dos
cantadores e violeiros, e posteriormente, a instrumentação
necessária para que eles próprios tornassem sua música mais
atuantes e participante.

Em linhas gerais, estas conclusões são baseadas na ex-
periência, ainda incipiente, do CPC da UNE, CPC de Niterói,
CPC de Piracicaba, CCO de Natal, CPC de São Paulo.

ARTES PLÁSTICAS

Para desenvolver as artes plásticas e o artesanato, tor-
na-se indispensável partir das atividades tradicionais do
povo, procurando elevar o seu nível artístico e estimular
suas habilidades para a realização de serviços que possam
contribuir para o atendimento às necessidades da comunidade,
integrando-o no processo geral de desenvolvimento.

Em certas regiões, grande número de famílias se dedica a
uma produção artesanal, que merece a atenção pelo que há de
prático e de objetivo do ponto de vista das possibilidades
de ocupação do povo.

A produção artesanal é, sem dúvida, em toda a área do
polígono das secas, uma atividade tradicional, na qual é uti-
lizada a matéria prima da região elaborada por métodos sim-
ples quase primitivos. A assistência a essa produção precisa
da colaboração dos artistas plásticos, de bons artesãos e de
tecnologistas para incrementá-las, elevando seu nível artís-
tico e diversificando a sua linha de produção. Uma atuação
sistemizada possibilitaria a ocupação de pessoas desempre-
gadas e que não estão incluídas na classificação de mão de
obra especializada, além de poder contribuir com êxito para
uma renda complementar.

Na política geral de desenvolvimento, onde é enfatizada
a industrialização, pareceria paradoxal tentar desenvolver as
artes plásticas em estreita vinculação com o artesanato, não
fosse a realidade de certas regiões que, ao industrializar-
se, aumentam violentamente o desnível entre aqueles ocupados
na indústria e aqueles que formam uma grande massa de de-
sempregados e marginais, por falta de conhecimentos especia-
lizados, apesar da inteligência e de uma cultura formada no
humanismo e no sofrimento. Nesse sentido se firma a linha de
ação do projeto de artes plásticas e artesanato e toda a sua
política de cultura popular: mobilizando os artistas plásti-

cos e os artesãos do povo para democratização das atividades artísticas e o incremento às atividades tradicionais, pugnando pela organização dos artesãos em cooperativas. Através da fixação dos elementos democráticos de nossa cultura, as Artes Plásticas podem contribuir na formação da consciência popular, sufragando os elementos da cultura do povo, e preservar a cultura nacional contra a alienação e o cosmopolitismo.

O MCP de Pernambuco tem desenvolvido intensa atividade no campo das artes plásticas e do artesanato a serviço da cultura popular. Concretamente, realiza cursos de desenho, pintura, gravura, cerâmica, fantoches, tapeçaria, tecelagem, etc, promove Feiras de Artesanato e mantém uma Cooperativa de Compra e Venda. Além disso, dá assistência aos artesãos, e realiza experiências tecnológicas para aproveitamento da matéria prima da região. Através da Galeria de Arte do Recife, o MCP divulga e promove os trabalhos dos artistas plásticos e artesãos, mobilizando-os para uma atuação efetiva no campo da cultura popular.

Em todos os movimentos de cultura popular, as artes plásticas tem outro papel importante a desempenhar: a complementação das outras atividades, através da confecção de capas e ilustrações de livros, cartazes, murais, cenários para teatro, etc.

Dada as condições de vinculação das editoras existentes com os interesses econômicos da burguesia, de que decorre seu caráter obviamente alienado e alienante, e que por isso mesmo mantém fechado seus veículos de comunicação a cultura popular autêntica, que visa a conscientização e politização do povo, torna-se necessário que venha preencher a necessidade de:

1. Ensejar a oportunidade de utilização do instrumental recém adquirido pelo alfabetizado.

A experiência do MEB tem demonstrado que alguns elementos recém alfabetizados, dotado de capacidade criadora, podem desenvolver e multiplicar pela linguagem escrita sua possibilidade de comunicação. Por outro lado, coloca-se já e com tendência a um agravamento devido ao aumento da campanha de alfabetização, o problema de atendimento é exigência de material para a leitura por parte dos recém alfabetizados suprimindo-os com textos especialmente preparados e cujos vocábulos seja baseado nos textos de alfabetização.

2. Preservar, valorizar e divulgar as manifestações culturais do povo.

Como por exemplo, o repertório dos cantadores e repenistas e outras manifestações que se perdem e deturpam pela tradição oral.

3. Veículo de integração da intelectualidade no processo de libertação nacional.

Abrir aos intelectuais uma frente de trabalho dentro de sua capacitação profissional, que lhes permita participar desse processo, conforme experiência do CPC da UNE.

É preciso que se considere sempre a vinculação do texto com os interesses reais do grupo humano a que se destina. A par disso, impõe-se a análise do grau de alfabetização, conscientização e nível político desse grupo, para, da conjugação desses elementos, chegar-se a forma de mensagem à transmitir: palavras de ordem, poesia, teatro, novela, etc. E obedecendo aos hábitos locais e possibilidades, estabelecer o tipo de publicação, se livro, folheto ou boletim.

É recomendável uma apresentação gráfica do maior nível estético-funcional, onde a tônica seja a simplicidade evitando assim, o choque de uma publicação luxuosa. Deve ser utilizada o maior número possível de ilustrações, de preferência de artistas populares.

Aliada à conveniência de auto-financiamento das atividades de cultura popular, a experiência demonstrou que a distribuição gratuita não é aconselhável devido ao pouco ou nenhum valor atribuído a material doado. Contudo, deve-se considerar a acessibilidade à aquisição como o fator primordial no estabelecimento do preço da venda.

Nota-se a necessidade de uma rede de distribuição nacional já que as organizações existentes que se dedicam a esse tipo de atividade são dominadas por aqueles grupos econômicos já mencionados, vinculados às classes dominantes e antagônicas por definição à cultura popular. Além disso, nosso interesse primordial volta justamente para os grupos humanos a politizar e habitualmente não atingidos pela distribuição normal.

Para uma melhoria constante das publicações e eventuais modificações de critério imprescindível que se façam pesquisas para verificação de penetração e resultados, o que pressupõe

um trabalho em extensão no local da distribuição, com preenchimentos de formulários destacáveis da publicação, à semelhança do Calendário Popular do CPC de São Paulo, bem como de entrevistas pessoais ou outros tipos de levantamento.

Para melhor entrosamento torna-se de primordial importância, a criação de um boletim de âmbito nacional permitindo o intercâmbio de experiências e idéias que com o correr do tempo, viesse a contribuir para a formulação e conceituação de uma política geral de cultura popular.

A semelhança do boletim que representará a integração nacional das direções, um jornal rural, forma mais popular de jornal, distribuído nacionalmente e constituído de duas partes, uma das quais organizada pela coordenação nacional com bases nas contribuições de todas as entidades e a outra com noticiário a ser preenchido localmente, significará a união nacional da cultura popular em nível de bases.

RÁDIO E TV

Existe um grande paradoxo em relação ao rádio e TV, enquanto instrumentos de comunicação. Embora tenham uma vastíssima penetração popular, raramente são usados no sentido de maior atuação enquanto instrumento do povo. O rádio e a televisão têm resultado na quase totalidade de sua programação, como um dos mais danosos instrumentos de alienação cultural. Sua temática é, geralmente, popularesca e alienante.

Mesmo assim, alguns movimentos de cultura popular já conseguem ter acesso ao rádio, utilizando-o com alto poder de penetração no trabalho de alfabetização.

RÁDIO - O MEB e outros movimentos têm utilizado largamente o rádio através de escolas radiofônicas e programas complementares. Tem se utilizado, neste sentido, as seguintes técnicas radiofônicas: dramatização, debates, música popular, sketches, entrevistas, folclore. Este trabalho é complementado pelos contatos diretos com o povo, reunião com as comunidades, encontros de monitores. O MEB atinge atualmente doze Estados, com um total de 7.000 escolas e cerca de 200.000 alunos.

Deve-se mencionar, também, a experiência do SETER, que tem uma rede de 145 escolas de alfabetização pelo rádio.

TELEVISÃO - A Fundação João Batista do Amaral tem realizado do Rio uma experiência piloto de alfabetização e cultura popular pela televisão. Emprega para isto um método áudio-visual complementado por sketches teatrais, desafios de violeiros e jograis de poesia.

Em seu primeiro ciclo a TV - Escola atingiu 261 alunos inscritos, analfabetos adultos e, no período seguinte, já atingiu 1615 alunos, de diversas camadas sociais.

RELATÓRIO DA SUB-COMISSÃO PRAÇAS DE CULTURA

CONCEITUAÇÃO

Praças de Cultura são centros localizados em bairros, favelas ou pontos de referência nas pequenas cidades, que reúnem o povo para atividades de caráter educativo, cultural ou mesmo recreativo.

OBJETIVOS

As Praças de Cultura têm como objetivos:

a) desenvolvimento da consciência crítica do povo para possibilitar a emergência mais autêntica de suas aspirações culturais e políticas, através da promoção de debates e discussões em grupo, que levem à superação de uma condição de homem como objeto de cultura.

b) a formação em cadeia de novos agentes de cultura popular, saídos do meio do povo a partir da descoberta de seus líderes.

c) ser um ponto de convergência e intercâmbio dos diferentes instrumentos e meios de comunicação e conscientização como: teatro, cinema, rádio, TV, imprensa, música popular, livros e folhetos, artes plásticas, cartazes e outros que possam existir.

CONHECIMENTO DE CAMPO (PESQUISA)

Para melhor entendimento desses objetivos, na busca de um senso crítico e de uma atitude de criatividade, aparece como necessário o conhecimento profundo do campo. A pesquisa surge como elemento necessário para o conhecimento das lideranças locais, sendo, ainda, um elemento motivador para a instalação das Praças de Culturas.

Preocupado com o que se passa nos grupos sociais e na sociedade como um todo, o sociólogo (ou pesquisador social) assume a tarefa de um "observador da ação", de seus processos, de suas funções e de suas sínteses, como também do que já é estratificação das estruturas. É, porém, na análise do meio, através da pesquisa social, que se faz mais interessante a atuação do sociólogo em programas de educação popular, através de tais

pesquisas um maior conhecimento das condições sócio-econômicas é alcançado como importante subsídio a ação do educador.

Para sistematizar, sobre o assunto, a pesquisa social fornece:

1° - Em relação à definição dos fins:

- a) categoria de análise do meio, ou seja, o estudo da composição dos grupos;
- b) técnicas de aferição das necessidades dos grupos afim de se conhecer as tendências e as causas dessas tendências;
- c) as aspirações e suas graduações. Desde que estuda os níveis de aspiração do meio social, poderá a pesquisa aconselhar melhor sobre os meios mais adequados para obtenção dos fins.

2° - Por outro lado, a pesquisa pode, também, omitir juízo de valor quanto aos meios de ação empregados pelo educador em sua tarefa, desde que inquirindo sobre os efeitos produzidos por aquela ação, ou ainda por serem produzidos, pode saber a reação do meio à determinados métodos. Por exemplo: se um determinado grupo seria mais acessível à ação do educador através de meios indiretos de comunicação ou o contrário. De posse de tais avaliações, o educador poderá selecionar e adotar melhores planos de ação.

3°- Finalmente, a pesquisa servirá para o devido balanço dos resultados obtidos da ação do educador.

Como exemplo de pesquisas de fins não imediatos, mas de importância para caracterizar o que tem sido a vivência popular, podem ser sugeridos inquéritos sobre festividades de cunho eminentemente popular, como o São João, Natal, Carnaval, etc. Essas pesquisas podem ser ampliadas no sentido de obter-se um quadro globalizante das manifestações populares nos diversos aspectos da cultura.

Entendemos que os movimentos que se propõem a fazer trabalho de cultura popular, como intérpretes de uma aspiração do povo a uma participação mais convincente no processo histórico da nação, devem se preocupar também, em descobrir

as origens histórico-culturais que determinaram essas mesmas aspirações. Em síntese, é importante não apenas, saber o que o povo é, mas também, o que ele foi, como se comportou no passado e como se comporta no presente. Tarefa dos movimentos de transmitir novos conceitos e, também, de devolver alguns outros que embora latentes, não formulados conscientemente, saíram do próprio povo.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

É indispensável que o técnico de Cultura Popular faça uma planificação do trabalho a desenvolver nas Praças de Cultura. Deverá entrar em contato com organizações ou outras instituições que já existem no local, para um planejamento em comum. Caberá ao técnico de Cultura Popular a coordenação da equipe, da qual fazem parte, ainda, as lideranças populares que surgiram a partir da pesquisa ou que vão aparecendo durante a evolução das programações nas praças.

Pelas experiências já vividas, as Praças de Cultura funcionam à noite, durante a semana e em programação integral aos sábados e domingos, quando a afluência popular é maior.

Para atender a multiplicidade de atividades às quais se propõem as Praças de Cultura, o material compreenderá: bancos, galpão, quadro-negro, alto-falante, telas para filmes e slides; para as atividades de tele-clubes, clubes de livros e cinema, se requer material especializado. Aparecem como ponto necessário de atração de uma comunidade, as quadras de esportes, parque infantil, posto de empréstimo de livros, revistas e jornais.

As praças de cultura equipar-se-ão progressivamente de todo aquele material que venha traduzir novos anseios e aspirações populares.

PRAÇAS DE CULTURA E PARQUES DE CULTURA

Enquanto as Praças de Cultura se caracterizam como um núcleo ou centro de elaboração cultural crítica, a partir da convergência dos diferentes instrumentos de cultura popular, atendendo, então, a uma população mais restrita e constante, os Parques de Cultura desenvolvem atividades, especialmente, de recreação. Neles a afluência é mais intensa e heterogênea, uma vez que não se pretendem trabalhos sistemáticos.

EXPERIÊNCIAS

Natal - RGN - duas Praças de Cultura em experiência

1. As Praças de Cultura em experiência na cidade de Natal, se constituem de:

- a) um posto de empréstimos de livros (Biblioteca Popular), com um acervo de 2.000 livros e um empréstimo mensal médio de 2.675 volumes.
- b) um Jornal Mural diário.
- c) uma quadra de esportes, onde se realizam torneios de futebol de salão, basquete, voleibol, etc. (Atualmente, participam 16 equipes esportivas, sob a organização e liderança da própria comunidade).
- d) Parque Infantil, com recreação orientada por uma professora especializada.

- O Programa de diversões consta de teatro volante, retretas, exibições folclóricas, etc. Atualmente, está em construção a terceira Praça.

Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, onde se inicia um trabalho em Praça de Cultura, a equipe de saúde do CPC (composta de educadores sanitários, médicos e enfermeiras), vem desenvolvendo esta experiência, considerando os diversos problemas sanitários (fome, doença, mortalidade etc.), dentro da visão global de toda a estrutura que envolve a classe operária.

O trabalho consta de:

1. Noção de cultura - o homem como agente transformador da realidade

2. Série de debates motivados por fotografias. Em nossas experiências notamos que essas fotografias despertam no grupo uma série de assuntos, chegando-se a conclusões espontâneas, dentro de uma técnica de discussão não dirigida. Nesta fase, as discussões, embora com motivações de saúde, são as mais livres possíveis e têm como finalidade principal à conscientização em torno do assunto. Os debates são coordenados habilmente, de modo a não impor soluções, mas fazer - sempre lançando de novo ao grupo o problema levantado - com que os participantes elaborem eles mesmos as soluções.

3. Depois que o grupo atingir nível razoável de conscientização, passa-se à seleção dos problemas de saúde, que serão desenvolvidos e a discussão do tema selecionado. É usada a técnica de "discussão dirigida", onde o papel de coordenador do CPC será: disciplina, direção, informação e síntese. A motivação passa, então, de uma situação exposta em fotografia ao relato de experiências de vida que são jogadas ao grupo. As soluções mágicas são proferidas (índices) na busca daquelas mais válidas.

4. Além de experiências no campo da saúde, o CPC vem desenvolvendo em favelas a utilização de enquetes com debates dirigidos e não dirigidos.

Tendo o CPC participado da invasão e implantação de uma nova favela em Belo Horizonte, procurou coordenar o trabalho de todas aquelas entidades, e vem atuando na favela para um trabalho sistematizado, o que vem sendo feito com sucesso.

Recife

No Recife existem experiências incipientes de Praças de Cultura. Conta o MCP, atualmente com 4 Praças de Cultura, uma das quais em fase de instalação.

As Praças de Cultura, no Recife desenvolvem atividades que se caracterizam pela utilização de instrumentos informais tais como: rádio, televisão, cinema, teatro, imprensa, biblioteca, música popular e folclórica etc. As Praças através dessas atividades centram seu esforço educativo na busca do senso crítico.

Estas atividades se integram em um programa de conjunto, coordenado pela equipe do MCP e membros representativos dos grupos, formados em torno das mesmas.

A programação da Praça, como execução das atividades, é feita pelo povo com a equipe do MCP.

Para que houvesse maior participação do povo nas Praças de Cultura, a equipe do MCP, que aí atua, se deslocou para as agremiações, associações e instituições da comunidade, para coordenar os esforços e estabelecer uma programação comum.

Atuando junto aos líderes, o que se pretende é que a curto prazo a Praça de Cultura seja dirigida pelos elementos representativos da comunidade.

A equipe do MCP é composta de: animador de debates, bibliotecário, recreador e organizador de grupos etc., e se encarrega, não só do estudo e planejamento das atividades para toda a comunidade, como também, da análise e avaliação das mesmas, para garantir a eficácia do trabalho.

A equipe das Praças é coordenada por uma equipe central, composta dos setores de: estudos e planejamento, formação de pessoal, organização de comunidade e organização de programas.

INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO NAS PRAÇAS DE CULTURA

Como objetivo de desenvolver uma consciência crítica nas praças de cultura, todos os meios informais de comunicações serão utilizados, sendo que tais canais informativos se limitam ao uso exclusivo da informação. Seu papel terá que ser, fundamentalmente um caminho para a conscientização. Entre os principais instrumentos temos:

- . Teatro
- . Clube de Leitura
- . Tele-Clube
- . Cine-Clube
- . Cartazes
- . Retreta
- . Jornal Mural
- . Música Popular e Folclórica
- . Rádio
- . Danças Populares e Folclóricas.

Para dinamizar estes instrumentos serão utilizados debates e discussão em grupos, os quais visam a superação da atitude ingênua decorrente da aceitação passiva de qualquer tipo de propaganda e divulgação. Para tal, se usam discussões dirigidas ou não, métodos de treinamento mental, recorrendo-se as operações mentais, que dão plasticidade e dinamicidade processo intelectual, a partir da análise de situações concretas vitais, motivando uma tomada de posição da comunidade. Neste sentido, podem ser levantados problemas de saúde, de habitação, de moradia, de nutrição e outros.

TÉCNICA DE PROPAGANDA E DIVULGAÇÃO

Há dois aspectos gerais com relação a técnica de propaganda e divulgação aplicada a cultura popular. Pode-se empregar um esquema convencional de propaganda, através de faixas, cartazes, folhetos, rádio, auto-falantes, etc. A outra possibilidade é que o trabalho de propaganda já seja um trabalho de cultura popular. Esta propaganda é feita através de sketches volantes, levados em fila de ônibus, porta de bares, outros pontos de concentração e movimentação popular, bem como através de promoções de festivais com cantores populares, noites de autógrafos, a exemplo das que o CPC da UNE realizou por ocasião do lançamento de sua coleção de livros populares. Este tipo de promoção é de alta eficácia e de grande atração popular.

O segundo processo é politicamente mais importante, mas sua aplicação depende das viabilidades locais, da possibilidade de cada movimento de convocação de atrações populares, de arrigimentação da intelectualidade, de quadros para a organização e lançamento dos festivais.

COMISSÃO C

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE ALFABETIZAÇÃO

I - Alfabetização e Cultura Popular

ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO

1. No Brasil há 40 milhões de analfabetos maiores de 10 anos. Se constatarmos que a sociedade brasileira estratifica em classes rígidas, em que a mobilidade entre as classes extremas é quase inexistente, verificaremos que os analfabetos se concentram nas camadas inferiores da estratificação social. Os analfabetos são filhos de analfabetos e deverão ser pais de analfabetos.

No momento em que a técnica passa a ganhar fundamentação científica, o artesão, o agricultor, o operário analfabeto, tem suas chances de progredir tecnicamente, limitadas pelo analfabetismo e sua participação no desenvolvimento econômico do país é reduzida, tanto na elaboração como no proveito.

A impossibilidade de comunicação escrita limita o conhecimento dos acontecimentos vitais da sociedade e do mundo, e portanto, prejudica sua interpretação histórica e política. Além disso, a própria Constituição retira do analfabeto o direito de voto, fazendo dele objeto e não sujeito das decisões políticas. A institucionalização do analfabeto, ligada a essa proibição do voto, equivale a um sistema de voto qualitativo, que restringe a uma parte das populações a autoria das decisões políticas.

Em 1960, existiam no Brasil cerca de 30 milhões de pessoas maiores de 18 anos. Votaram nas eleições daquele ano, mais ou menos 12 milhões.

O número de analfabetos não eleitores, 18 milhões, representava, portanto, 1/3 a mais do que o número de eleitores. Estes dados demonstram que o analfabetismo é um dos mecanismos de manutenção da atual estrutura de poder.

Como analfabetismo nunca está desvinculado de uma ausência quase total de escolarização sistemática, o analfabeto é incapaz de participar das mobilidades de expressão cultural do nível da atual civilização. Esta incapacidade não provém do analfabetismo como tal, mas dos condicionamentos econômicos e sociais que o acompanham.

2. Por que alfabetizar?

Por isso mesmo, um movimento de alfabetização deve estar consciente de que a solução do problema do analfabetismo não pode ser buscada em si mesma, porque decorre das condições estruturais da sociedade, e assim, só pode ser alcançada através das modificações daquelas condições.

Nesse sentido, o Movimento de Alfabetização surge como uma das frentes da luta que o povo brasileiro trava em busca de sua libertação.

3. Alfabetização e consciência crítica: prioridade da educação de adultos e adolescentes.

Uma das condições desta libertação é que o povo tenha consciência da dominação a que está submetido e das tarefas históricas que lhe são requeridas para liquidar esta dominação; por isso mesmo alfabetizar não pode ser distinto de conscientizar. Entendemos, também, que só poderá haver superação da dominação por um povo organizado. Nesse sentido os núcleos de alfabetização devem também significar um início de organização das respectivas comunidades.

Considerando esta conjuntura e esta tarefa concreta de libertação, torna-se necessário dar prioridade à alfabetização de adultos e adolescentes. Não se pode desprezar, no entanto, o trabalho de alfabetização de crianças, desde que tenham como objetivo a organização da comunidade adulta.

4. Alfabetização e cultura popular: suas características de ação junto ao povo.

Dentro desse contexto, a alfabetização é, legitimamente uma forma de cultura popular. O trabalho de alfabetização deve, portanto, pautar-se de uma interação cada vez maior com o povo, deve procurar uma identificação tão completa quanto possível com a comunidade onde atua, deve procurar um diá-

logo crítico que não se fará somente entre alfabetizador e alfabetizando, mas principalmente entre estes, propiciando um processo de desenvolvimento cultural dinâmico. Esse trabalho não deverá ser eventual, mas obedecer a uma linha sistemática, a partir de uma perspectiva global de educação visando a uma transformação radical da estrutura vigente.

II - Organização

Estabelecemos como princípio que a organização é fruto da experiência. Por isso, apresentamos algumas sugestões para a organização dos movimentos de alfabetização.

1. Planificação

A Planificação é um requisito básico e inicial de toda e qualquer organização e deve partir de:

- . um levantamento extensivo da área a ser atingida, nos seus aspectos sociais, políticos e econômicos.
- . um levantamento dos recursos humanos e materiais disponíveis para o trabalho.
- . uma programação das atividades, a partir das necessidades reconhecidas no levantamento prévio da área e das possibilidades de trabalho de grupo.
- . delimitação da área de atuação e motivação da comunidade (não se pode esquecer que a motivação pode ser feita desde o levantamento de área, o que facilitará, inclusive, a maior participação da população em todos os setores de trabalho, inclusive financeiro).
- . escolha do método de trabalho

2. Execução

Deve-se aproveitar as organizações já existentes, tais como clubes, associações de bairros, comunidades religiosas, ligas, sindicatos, etc. É preciso, no entanto, estar atento a que estas organizações representam com autenticidade a comunidade e não sejam entidades fantasmas. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de lado a perspectiva de criar novas organizações. O trabalho deve caminhar no sentido de que os membros

da comunidade tenham participação cada vez mais ativa, vindo a assumir a liderança e a execução do mesmo.

3. Avaliação

Para que o trabalho seja produtivo, e responda às solicitações da área de atuação é necessária uma contínua avaliação que dentro de uma perspectiva crítica, conduza a uma constante reformulação.

4. Relações com outras entidades

Partindo da existência das várias forças atuantes com objetivos comuns e da própria amplitude de uma tarefa de transformação das estruturas sociais, recomendamos expressamente uma coordenação desses esforços. Esta coordenação não poderá levar a uma despersonalização dos movimentos, desde que sejam respeitadas as características próprias de cada um deles.

A ajuda técnica, material e financeira, recebida por parte de qualquer entidade, oficial ou não, é válida desde que se respeite a autonomia dos movimentos. Entretanto, condenamos ligações com entidades não identificadas com as camadas autenticamente populares, ou que sejam contrárias aos interesses nacionais.

III - Problemas Didáticos

Partindo de experiências concretas apresentadas no encontro, ressaltamos alguns pontos que poderão servir como contribuição aos diversos movimentos.

1. O Alfabetizando

Ao enfrentar uma classe, o alfabetizador encontra pessoas que variam de acordo com a idade, o tipo de trabalho, a zona de moradia, o grau de capacidade de aprendizagem, mas com o interesse comum de aprender a ler, escrever e contar. Partindo dessas constatações, o alfabetizador deverá colocar-se ao nível do alfabetizando e, com ele, pro-

curar formas de motivação adequadas, possibilitando a evolução do alfabetizando para a compreensão e interpretação da realidade.

2. O Alfabetizador

Levando-se em conta que a maioria dos movimentos emprega alfabetizadores voluntários, apresentam-se vários problemas:

- . diversidade de nível cultural;
- . diversidade de condição social;
- . pouca disponibilidade de tempo;
- . diversidade de aptidões.

Assim sendo, recomendamos que a seleção, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal sejam feitos levando em consideração esses pontos ressaltados. Ao mesmo tempo, recomendamos que os treinamentos e o aperfeiçoamento do pessoal utilizem recursos o quanto possível científico e possibilitem uma visão crítica da realidade. Não podemos esquecer a necessidade de profissionalização dos alfabetizadores, que é uma exigência de qualquer ação sistemática.

3. Relacionamento

A interação entre o alfabetizador e o alfabetizando deve processar-se de tal maneira que elimine qualquer possibilidade do paternalismo. Os recursos didáticos de comunicação e de avaliação da aprendizagem devem ser, tanto quanto possível fundamentados cientificamente e adequar-se às condições da área em que se atua.

Um dos problemas didáticos mais graves com que se defronta um movimento de alfabetização é o da regressão da aprendizagem.

Recomendamos uma preocupação especial com a continuidade do processo educativo.

Algumas das soluções tentadas pelos movimentos tem sido os círculos de cultura e a circulação de publicações especiais para os alfabetizados, a organização de ciclos posteriores ao de alfabetização e a evolução da escola de alfabetização para escola profissional. Não se pode esquecer, também, os movimentos comunitários, associativos, etc, para

os quais devem ser encaminhados os alfabetizados que ainda não estejam integrados, o que também garantiria a continuidade do processo educativo.

RECOMENDAÇÃO

Que os Movimentos de Alfabetização ao lado de sua ação específica trabalhem para a formação da opinião pública no sentido de que seja estendido aos analfabetos o direito do voto.

MEB - Pernambuco

COMISSÃO D

SOBRE A POSSIBILIDADE DE COORDENAÇÃO NACIONAL DOS MOVIMENTOS DE CULTURA POPULAR

1. A Comissão Coordenadora do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em cumprimento ao que dispõe o Parágrafo único do artigo 11º do Regimento Interno, auscultou as Comissões Especiais sobre a possibilidade de discutir-se o problema da coordenação nacional dos movimentos de cultura popular, no presente Encontro.

2. O pensamento dominante nas Comissões é de que essa coordenação é imprescindível, a fim de dar unidade à ação dos movimentos de cultura popular e possibilitar o desenvolvimento de suas atividades mediante o auxílio de verbas oficiais.

3. Por outro lado, tornou-se evidente que os meios de efetivar essa coordenação deverão ser sugeridos pelas próprias bases, a fim de evitar a formação de órgão de cúpula que, não representando o pensamento dos movimentos de cultura popular, tenderia a desvirtuar o seu objetivo, comprometendo, de modo irremediável, a sua própria sobrevivência.

4. Essa coordenação - se bem que desejada por todos, não poderá ser estruturada neste Encontro, uma vez que é indispensável que cada movimento se sinta representado na Comissão de Coordenação Nacional, não tendo sido possível à Comissão Coordenadora deste Encontro relacionar todos os movimentos de cultura popular existentes no País.

5. Deve-se considerar, também, que o nível de experiência da maioria dos movimentos presentes ao Encontro ainda não é o suficiente para possibilitar a formulação da coordenação nacional. Será, portanto, necessário um levantamento prévio, em cada Estado, de todos os movimentos acaso existentes, a fim de programar-se um Encontro Estadual. Esse encontro terá como objetivos estruturar a coordenação estadual, de acordo com as peculiaridades de cada Estado e de maneira que nela todos os movimentos se sentissem representados, bem como discutir e aprovar as sugestões para a coordenação nacional dos movimentos de cultura popular do País. Essa coordenação nacional será objeto de um seminário, a realizar-se dentro

do prazo de 90 dias, no qual estarão representados todos os Estados, através da indicação de três pessoas escolhidas pelos Encontros Estaduais.

6. A convocação desse seminário ficará a cargo da Comissão Coordenadora do presente Encontro, a qual, a fim de ter os seus trabalhos facilitados e possibilitar contatos imediatos com todos os movimentos, solicita às representações de todos os estados que se reúnam ainda neste Encontro e escolham, dentre as várias representações, as comissões executivas encarregadas da convocação do Encontro Estadual.

7. O Seminário Nacional terá por objetivos o aprofundamento dos estudos realizados neste Encontro e a coordenação nacional de todos os movimentos de cultura popular existente no Brasil.

Cadastro das
Organizações de
Alfabetização e
Cultura Popular

CADASTRO DAS ORGANIZAÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

I - Organizações de Âmbito Nacional

1. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB

- Sede: Rio de Janeiro - Guanabara
- Endereço: Rua da Glória, 446
- Presidente: José Vicente Távora
- Atividades: Educação de adultos e adolescentes das regiões subdesenvolvidas, através de sistemas radioeducativos, treinamentos e caravanas populares de cultura.
- Áreas de Atuação (até setembro de 1963):
 - Pará: Belém, Bragança.
 - Piauí: Terezina
 - Ceará: Fortaleza, Sobral, Limoeiro do Norte, Crato.
 - Rio Grande do Norte: Natal, Caicó, Mossoró.
 - Bahia: Salvador, Ilhéus, Vitória de Santo Antão, São Gonçalo, Bonfim, Feira de Santana, Caetité, Amargosa, Rui Barbosa.
 - Sergipe: Aracajú, Estância, Própria.
 - Alagoas: Maceió, Penedo.
 - Pernambuco: Recife, Nazaré da Mata, Garanhuns, Petrolina, Afogado da Ingazeira, Caruaru, Palmares, Itacuruba, Pesqueira, Juazeiro (Bahia), Cajazeiras (Paraíba).
 - Minas Gerais: Juiz de Fora, Belo Horizonte, Governador Valadares.
 - Goiás: Goiânia
 - Mato Grosso: Cuiabá, Campo Grande.
 - Maranhão: São Luiz, Viana, Caxias.

2. CRUZADA EVANGÉLICA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

- Sede: Rio de Janeiro
- Endereço: Avenida Erasmo Graga, 277 - 5° andar.
- Presidente: Revdo. Dr. Rodolfo Anders
- Atividades: Alfabetização e educação de base.
- Áreas de Atuação: Todos os Estados da Federação, onde existem igrejas e colégios evangélicos.

II - Organizações de Âmbito Estadual

ALAGOAS

1. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR (MEP)

- Endereço: Diretório da Escola de Engenharia de Maceió
- Presidente: Luiz Nogueira Barros
- Atividades: Alfabetização de adultos.

2. CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE PALMEIRAS DOS ÍNDIOS

- Endereço: Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios
- Presidente: Dr. Hélio Ferreira de Araújo (coordenador)
- Atividades: Alfabetização de adultos e educação de base.

BAHIA

3. CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC) - BAHIA

- Endereço: Praça José de Alencar, 12 - 1° andar - Salvador.
- Presidente: Johnson Santos
- Atividades: Educação, Teatro, Música, Artes Plásticas, Publicações e Arquitetura.

4. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- Endereço: Palácio do Governo
- Presidente:
- Atividades: Cursos primários em currículo e regulamentações especiais.

5. REFINARIA LANDULFO ALVES

- Endereço: Mataripe - Salvador.
- Presidente:
- Atividades: Alfabetização de adultos (operários)

CEARÁ

6. CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC)

- Endereço: Rua 24 de Janeiro, 641 - Fortaleza
- Presidente: Manoel Felipe Rego e Francisco Augusto Pontes
- Atividades: Alfabetização, Teatro, música, Esportes, Artes Plásticas, cine-Clube, Publicidade, Centros de Estudo e Saúde.

ESPÍRITO SANTO

7. CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC) - ESPÍRITO SANTO

- Endereço: Rua Washington Luiz, Vitória.
- Presidente: Roberto Pinheiro Cortês
- Atividades: Alfabetização e Teatro

8. CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNIÃO ESPIRITUSSANTENSE DE ESTUDANTES (UESE)

- Endereço: Rua Barão de Itapemirim, 5º ad., sl 508, Vitória
- Presidente: Américo Secomandi Zamprogne
- Atividades: Alfabetização, Publicações, Cine-Clubes.

9. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA U.E.S.

- Endereço: Av. Presidente Florentino Ávidos, 59 - Sobrado
- Presidente:
- Atividades: Cursos para estudantes e cursos em bairros populares.

GUANABARA

10. CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNE (CPC)

- Endereço: Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro.
- Presidente: Luiz Jorge Werneck Vianna
- Atividades: Teatro, Cinema, Artes Plásticas, Editorial, Organização de Fonte de Cultura Popular no seio da própria massa.

11. MOVIMENTO POPULAR DE ALFABETIZAÇÃO DA UNE (MPA)

- Endereço: Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro.
- Presidente: Aron Abend
- Atividades: Alfabetização de Adultos.

12. CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UBES (CPC)

- Endereço: Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro.
- Presidente: José Madureira Vasconcelos
- Atividades: Teatro, Artes Plásticas, Festivais de Cultura Popular.

13. CENTRO GUANABARINO DE CULTURA DA AMES (CGC)

- Endereço: Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro.
- Presidente: Roberto Bonfim de Andrade
- Atividades: Alfabetização, Teatro e Música.

14. CENTRO POPULAR DE CULTURA - FACULDADE DE FILOSOFIA (CPC-FNFI)
 - Endereço: Av. Antônio Carlos, 40 - 3° ad., Rio de Janeiro.
 - Presidente: Maria Célia Bandeira
 - Atividades: Teatro, música, literatura popular, debates dos centros operários.

15. SOCIEDADE DE ESCOLAS TELE-RADIOFÔNICAS (SETER)
 - Endereço: Rua São José, 90 - 12° andar. Sl. 1208/9
 - Presidente: Padre Belisário Veloso
 - Atividades: Escolas Radiofônicas para alfabetização e conscientização, Ação de Cultura Popular nas comunidades e grupos atingidos.

16. CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA OPERÁRIA (C.E.C.O)
 - Endereço: Rua São José, 90 - SL
 - Presidente: Tibor Sulik
 - Atividades: Encontro para troca de experiências entre os trabalhadores, precedidas de pesquisas específicas.

17. FUNDAÇÃO JOÃO BATISTA DO AMARAL - TV ESCOLA
 - Endereço: Av. Nossa Senhora de Copacabana, 1419. RJ.
 - Presidente: João Batista do Amaral
 - Atividades: Educação pela Televisão - aulas de Alfabetização e Cultura Popular.

18. MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR DA ROCINHA
 - Endereço: Inhangá, 33 - apto, 703.
 - Presidente: Tiago Maximiano Bevilaqua
 - Atividades: Alfabetização de Adultos, Teatro, Cinema, Círculos de Cultura, Cursos de Politização.

GOIÁS

19. INSTITUTO DE CULTURA POPULAR (ICP)

- Endereço: Av. Anhanguera - Ed. Moacir Teles, 4º ad., sl 6.
- Presidente: Uassy Gomes da Silva
- Atividades: Alfabetização de Adultos, Teatro, Núcleos Populares, Praça da Cultura, Festas Populares.

20. CENTRO POPULAR DE CULTURA DE GOIÁS (CPC/UEE)

- Endereço: Av. Anhanguera, 108 - 2º andar.
- Presidente: Professor Lena Castelo Branco
- Atividades: Alfabetização de Adultos, Teatro, Festas Populares.

MARANHÃO

21. CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC)

- Endereço: Rua Joaquim Távora, 89 - São Luiz
- Presidente: Bandeira Tribuzzi
- Atividades: Teatro, Poesias Populares.

MINAS GERAIS

22. CENTRO POPULAR DE CULTURA DE BELO HORIZONTE (CPC)

- Endereço: Rua das Guajajaras, 694 - Belo Horizonte.
- Presidente: Adalgisa Maria Vieira do Rosário
- Atividades: Alfabetização, Teatro, Cursos de Politizações.

23. CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UMES

- Endereço: Rua das Guajajaras, 694 - Belo Horizonte.
- Presidente: Antônio Augusto Pereira
- Atividades: Cursos de Politização.

24. MOVIMENTO DE AÇÃO POPULAR (OS BEATOS)

- Endereço: Caixa Postal - Ginásio Padre Júlio - Campo Florido
- Presidente: Sérgio B. Farah e Prof. Calixto Rosa Neto
- Atividades: Arrigimentação de Poetas e Escritores Jovens para formulação de teorias, destinadas a contribuir para aglutinação da massa em torno de uma nova consciência.

25. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS DE BELO HORIZONTE

- Endereço: Avenida do Contorno, 259 - Belo Horizonte.
- Presidente: Felipe Cupertino da Silva
- Atividades: Alfabetização, Teatro, Festas Populares e Organização de favelados.

26. GINÁSIO DOS BANCÁRIOS

- Endereço: Rua Tamoios, 611 - Belo Horizonte.
- Presidente: Antônio Faria Lopes
- Atividades: Educação secundária para filhos de bancários e atividades extra-curriculares destinadas a incrementar um processo de conscientização proletária.

27. CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC)

- Endereço: Rua Silva Jardim, 273 - Uberlândia.
- Presidente: Yolanda de Lima
- Atividades: Teatro e alfabetização.

28. CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC)

- Endereço: DCE da UJF - Galeria Pio X, 2º ad - Juiz de Fora.
- Presidente: Paulo de Tarso Paiva
- Atividades: Alfabetização e teatro.

29. CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC)

- Endereço: Universidade Rural de Minas - Viçosa.
- Presidente:
- Atividades: Alfabetização e educação de Base.

PERNAMBUCO

30. MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP)

- Endereço: Arraial do Bom Jesus - Estrada do Arraial, 3259 - Casa Amarela
- Presidente: Miguel Newton de Arraes Alencar
- Atividades: Alfabetização de adultos e educação de base, ensino elementar para crianças e adolescentes, cinema, teatro, esportes, editorial e imprensa, artes plásticas e artesanato, meios informais de educação (Praças de Cultura), música, dança e canto populares, pesquisas, festas populares, educação sanitária e assistência médica e odontológica, núcleos de cultura popular.

31. SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE RECIFE

- Endereço: Rua Gervásio Pires, 674 - 1º andar - Recife
- Presidente: Professor Paulo Freire
- Atividades: Alfabetização de adultos, Cursos de extensão níveis secundários livre e universitário, documentação inter e intra universitária e Rádio Universidade do Recife.

32. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- Endereço: Rua Siqueira Campos - Recife.
- Presidente: Gernano de Vasconcelos Coelho
- Atividades: Educação primária, secundária e atividades culturais.

PARAÍBA

33. CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR (CEPLAR)

- Endereço: Rua Conselheiro Henrique, 159 - 1º andar - João Pessoa
- Presidente: Juarez de Paiva Macedo
- Atividades: Alfabetização, publicações, pesquisas, teatro e cursos de politização.

PARANÁ

34. Centro Popular de Cultura do Paraná (CPC)

- Endereço: Curitiba
- Presidente: Roberto Mikio Ogata
- Atividades: Teatro, Cine-Cubes, Artes Plásticas, Debates

35. COMISSÃO DE ALFABETIZAÇÃO DA UPE

- Endereço: Rua Carlos Cavalcanti, 1157
- Presidente: Lúcia Raquel Miranda
- Atividades: Alfabetização

PARÁ

36. CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

- Endereço: Governador José Malcher, 509.
- Presidente: Marlene Coeli Viana
- Atividades: Alfabetização de Adultos

37. DEPARTAMENTO DE ARTE POPULAR (UAP)

- Endereço: Gov. José Malcher, 509 - Belém
- Presidente: Ironildes Macedo
- Atividades: Teatro e artes Plásticas.

RIO GRANDE DO NORTE

38. CAMPANHA "DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER"

- Endereço: Prefeitura Municipal de Natal
- Presidente: Djalma Maranhão
- Atividades: Alfabetização, praças de cultura, bibliotecas populares, círculos de pais e professores, recreação, seminários de educação popular, festas populares, ensino profissional.

39. CENTRO DE CULTURA POPULAR

- Endereço: Avenida Deodoro, 877 - Fone - 24-25 - Natal
- Presidente: Hélio Vasconcelos
- Atividades: Teatro e debates

40. CENTRO DE CULTURA OPERÁRIO RFN

- Endereço: Praça Mauá - Sindicato dos Ferroviários - Natal.
- Presidente: Teresa de Brito Braga
- Atividades: Alfabetização de Adultos, teatro, música, bibliotecas, assistência médico-dentária e hospitalar e assistência alimentar.

41. SERVIÇO COOPERATIVO DE EDUCAÇÃO DO RGN (SECERN)

- Endereço: Rua Trairí, 558 - Natal.
- Presidente: Calazans Fernandes
- Atividades: Alfabetização

42. CENTRO ACADÊMICO JOÃO XXIII

- Endereço: Avenida Jundiaí, 541 - Natal.
- Presidente: Denise de Felipps Oliveira
- Atividades: Palestras e debates.

RIO GRANDE DO SUL

43. CENTRO POPULAR DE CULTURA

- Endereço: Avenida Bastiar, 77 - Porto Alegre.
- Presidente: Hélio Gama Filho
- Atividades: Teatro, debates, intercâmbios e publicações.

44. CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UGES

- Endereço: Andradas, 1115 - 15° ad. - sl. 1506 - Ed. Chaves.
- Presidente: José Carlos Laitano
- Atividades: Alfabetização, teatro, jograis, conjuntos vocais, publicações, seminários, bibliotecas e festivais.

45. DIVISÃO DE CULTURA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- Endereço: Rua Carlos Chagas, s/n - Ed. Lopes Dias - Porto Alegre.
- Presidente: Lúcia Castillo
- Atividades: Alfabetização, teatro, cinema, coral (jograis) e desenvolvimento comunitário.

46. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS

- Endereço: Ed. Lopes Dias - Avenida Carlos Chagas, s/n - 5° andar - Porto Alegre.
- Presidente: Ana Maria Chaves Franca
- Atividades: Alfabetização e educação elementar para adolescentes e adultos.

47. PEQUENA CASA DA CRIANÇA

- Endereço: Rua Mario de Artagão, 13 - Partenon - Porto Alegre.
- Presidente: Waldir F. Barrili
- Atividades: Alfabetização, teatro, cinema e organização da Comunidade.

48. CENTRO POPULAR DE CULTURA

- Endereço: Rua Pinheiro Machado, 1679 - Caxias do Sul.
- Presidente: Antônio Rath de Queiroz
- Atividades: Alfabetização, Teatro, Palestras e Organização Comunitária.

49. MOVIMENTO COMUNITÁRIO DE IJUÍ

- Endereço: Caixa Postal, 201.
- Presidente: Frei Matias
- Atividades: Organização de Frentes Agrárias, Associações de Bairros, Círculos de Pais e Mestres, Grêmios Escolares, Grupos de Operários, Clubes Infantis, Clubes de Donas de Casa, Teatro Popular e Cine-Clubes.

50. CENTRO POPULAR DE CULTURA (FEUSM)

- Endereço: Caixa Postal, 55.
- Presidente: Isar Lopes
- Atividades: Teatro, artes Plásticas e conferências.

RIO DE JANEIRO

51. CENTRO POPULAR DE CULTURA

- Endereço: Rua Justina Bulhões, 50 - Ingá - Niterói
- Presidente: Décio de Alvarenga Mafra
- Atividades: Alfabetização, teatro, música, jograis

52. MOVIMENTO POPULAR DE ALFABETIZAÇÃO

- Endereço: Aurelino Leal, 35
- Presidente: Gov. Badger Silveira
- Atividades: Alfabetização.

53. M.C.A.S (SECUNDARISTAS DO ESTADO DO RIO)

- Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 18, apto 1103.
- Presidente:
- Atividades: Alfabetização, teatro, música, imprensa.

54. DEPARTAMENTO DE ENSINO DOS SINDICATOS

- Endereço: Rua Itaperuna, 326 - Itatiaia - Duque de Caxias.
- Presidente: Syllas Conforto
- Atividades: Alfabetização, cursos técnicos, escola de arte, teatro, coro falado e orfeônico, círculo de pais e mestres, artes plásticas, programas de rádio difusão, apresentação da Orquestra Sinfônica, palestras e cursos para líderes sindicais.

SANTA CATARINA

55. MOVIMENTO POPULAR DE CULTURA

- Endereço: Rua Álvaro de Carvalho, 380 - Florianópolis
- Presidente: Ewaldo Schaeffer
- Atividades: Alfabetização.

56. CENTRO POPULAR DE CULTURA (UCE)

- Endereço: Rua Álvaro de Carvalho, 38 A - Florianópolis
- Presidente: Anita Maria Silveira
- Atividades: Alfabetização de adultos e adolescentes, teatro.

57. MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO (ODEC)

- Endereço: Colégio São José e Colégio Dohon - Caixa Postal, 75 - Tubarão
- Presidente: Mário Capanema
- Atividades: Alfabetização, cursos de corte e costura e economia doméstica.

SÃO PAULO

58. SECRETARIA DE ALFABETIZAÇÃO DA UEE

- Endereço: Rua Santo Amaro, 608 - São Paulo
- Presidente: Alice Martins Furtado
- Atividades: Alfabetização.

59. MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (SÃO PAULO)

- Endereço: Rua Barão de Itapetininga - 7º and, sala 712.
- Presidente: Maria Stella Galli
- Atividades: Alfabetização.

60. CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UPES

- Endereço: Rua Santo Amaro, 608
- Presidente: Edgard Afonso Malojodi
- Atividades: Teatro, jograis.

61. FRENTE AGRÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Endereço: Avenida Hekonópolis, 890.
- Presidente: João Carlos de Souza Meirelis
- Atividades: Organização e conscientização dos camponeses

62. CENTRO POPULAR DE CULTURA

- Endereço: Rua Emb. Pedro Toledo, 26, apto 603 - Santos
- Presidente: Célia de Almeida Sampaio
- Atividades: Alfabetização, teatro, música e jograis.

63. CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE SANTOS

- Endereço: Avenida Afonso Pena, 100 - Santos
- Presidente: Cleusa Tavares
- Atividades: Alfabetização.

64. UNIVERSIDADE DE CULTURA POPULAR
- Endereço: Rua Maria Umbelina Couto, 638 - Campinas.
 - Presidente: Artur Quintos Lemos
 - Atividades: Alfabetização e politização.
65. CENTRO POPULAR DE CULTURA
- Endereço: União Geral dos Trabalhadores - Rua José Bonifácio, 49 - Ribeirão Preto.
 - Presidente: Sergio Arouca e Paulo Roberto Maeira.
 - Atividades: Alfabetização, teatro, imprensa, cinema, educação sanitária, conferências.
66. ALFABETIZAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO (MCP SÃO PAULO)
- Endereço: Rua General Osório, 1066 - Ribeirão Preto
 - Presidente: Paulo Roberto Moreira
 - Atividades: Alfabetização e centros de estudos.
67. CENTRO POPULAR DE CULTURA
- Endereço: Caixa Postal, 566.
 - Presidente:
 - Atividades: Teatro, programa radiofônico, publicações, shows.
68. CENTRO POPULAR DE CULTURA (UCE)
- Endereço: Rua Gertrudes de Lima, 202 - Santo André.
 - Presidente: Angelo Del Matto
 - Atividades: Teatro, música, cinema, conferências.
69. MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR
- Endereço: Rua Siqueira Campos, 3105, apto 102, 5° ad - São José do Rio Preto
 - Presidente: Maria de Lourdes Haeimer
 - Atividades: Alfabetização.

70. GRUPO UNIVERSITÁRIO DE TRABALHOS ARTÍSTICOS (GRUTA)

- Endereço: Rua General Glicério, 3947.
- Presidente: Orestes Nigro
- Atividades: Teatro, rádio, imprensa, música, artes plásticas e poesias.

71. CENTRO POPULAR DE CULTURA

- Endereço: Centro Acadêmico Vital Brasil
- Presidente: José Eduardo de Siqueira
- Atividades: Alfabetização e teatro.

72. CENTRO POPULAR DE CULTURA

- Endereço: Travessa Comandante Salgado, 30 - Sindicato dos Metalúrgicos - São Caetano do Sul.

- Presidente: Jurandir Alécio Rodrigues
- Atividades: Teatro, cinema, festas regionais, cursos, atividades recreativas, conferências.

73. CENTRO POPULAR DE CULTURA

- Endereço: Caixa Postal, 53 - Franca
- Presidente: Sérgio Danilo Farah
- Atividades: Teatro, jograis, poesias, música, alfabetização, rádio, semanas de cultura, jornais, debate.

74. RÁDIO ESCOLA SANTOS DUMONT

- Endereço: H8A - 114 - ITA - CTA - São José dos Campos
- Presidente: Raimundo Galvão
- Atividades: Educação de base pelo rádio.

75. MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE LINS

- Endereço: Rua Olavo Bilac, 703 - Lins.
- Presidente: Noemia Vieira de Barros
- Atividades: Alfabetização de adultos.

76. ALFABETIZAÇÃO DE MARÍLIA

- Endereço: Faculdade de Filosofia - Marília
- Presidente: Antônio Quelce Salgado
- Atividades: Alfabetização e cultura popular

(Cadastro organizado pelo MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR partindo das instituições e movimentos presentes ao I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife, no período de 15 a 21 de setembro. Para a atualização deste Cadastro, as entidades porventura omitidas ou que venham a surgir deverão enviar comunicações e informações ao MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR ou ao MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.



Anexos

DISCURSO ENCERRAMENTO

Discurso pronunciado pelo Dr. Miguel Newton Arraes, Presidente do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, na sessão solene de encerramento do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife, no período de 15 a 21 de setembro de 1963.

Autoridades,

Companheiros do MEB,

Companheiros dos CPCs do Brasil etc.,

Companheiros evangélicos, católicos, socialistas e comunistas,

No momento em que se encerra o Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em boa hora convocado pelo Ministério da Educação e Cultura Popular - a cuja frente se encontra o grande Ministro Paulo de Tarso, desejo, expressando o pensamento da Comissão Executiva Estadual, testemunhar aos companheiros delegados a nossa alegria de hospedá-los. Ao mesmo tempo, dizer-lhes que muito nos constrange o fato de lhes ter oferecido uma acolhida tão modesta. É que os anfitriões são pobres. Seria falso, até oferecer hospedagem luxuosa, num Estado onde as limitações são tantas, onde a pobreza é tanta, onde tantas pessoas comem mal e dormem pior. Mas, essa intelectualidade que veio ao Recife submeter-se aos vexames de uma hospedagem pobre, tem o espírito de saber compreendê-la e perdoá-la. Se nos constrange, por um lado, haver oferecido recepção singela, por outro, muito nos orgulha receber em nossa casa hóspedes tão compreensivos e tão generosos na sua capacidade de tolerar os vexames.

2. O Encontro, que hoje se encerra, foi marcado por um espírito de unidade ativa e crítica, que deve ser, sempre, preservado nas relações entre os vários movimentos de cultura popular. É imperioso, porém, que essa unidade, exercida nos debates desse Conclave, seja cada vez menos formal e cada

vez mais verdadeira, porque, antes de se comunicar com o povo, é necessário que os MCPs comuniquem-se entre si e procurem, juntos, buscar o caminho de sua afirmação na realidade brasileira.

3. É preciso que nenhum de nós se deixe guiar pela ambição de dar a última palavra. A última palavra quem dá é o povo, desde que despertado para isso, motivado para isso por uma mensagem que nos cumpre transmitir e repetir a cada hora, a cada instante desse tempo brasileiro.

4. O povo deve ser despertado - e despertado por nós - pra o fato de que não existe uma ordem estabelecida. Existe, sim, uma desordem institucionalizada, muitas vezes a serviço dos seus inimigos. É fundamental estabelecer a ordem legítima e esta deve se inspirar no povo. A verdadeira ordem é a que satisfaz necessidades, é a que corresponde às aspirações de bem-estar, é a que garante não apenas o acesso, mas o avanço das camadas humildes ao domínio do conhecimento. Conhecimento para nós não é uma dádiva, porém, uma conquista, e toda conquista é revolucionária.

5. Este sistema atual, este sistema que combatemos, inspira-se em bases anti-cristãs de perdas e lucros. Socializa prejuízos e individualiza os ganhos. É preciso socializar os lucros e individualizar as perdas para que apenas venham a perder os inconformados, os reacionários, os egoístas, os contra-revolucionários. Que lucro maior pode ser reconhecido ao povo, além do seu sustento material, se não a posse de sua cultura? É esse o objetivo que perseguimos. Foi, para isso, que nos reunimos aqui e vamos nos reunir sempre quando não em conchaves como este, pelo menos através da nossa presença efetiva e permanece no quadro da luta nacional popular. No Brasil de hoje, todos têm que estar reunidos, se não fisicamente, pelo menos através da comunhão de pensamento revolucionário.

6. Meus companheiros:

A mensagem do MCP de Pernambuco, talvez seja muito áspera e muito contundente, talvez reflita e projete demasiado, a realidade que o cerca; uma realidade cheia de miséria, de sofrimento, de latifúndios, onde os camponeses são assassinados pela vida que sofrem e pela morte que levam, cheia de injustiça e cheia de luta, dentro dessa realidade áspera, onde Miguel Arraes sob o fogo do inconformismo, frustra

privilégios e enfrenta, com o apoio das massas - com o nosso apoio - as terríveis e aguerridas hordas do anti-povo. Ninguém confunda, porém, a aspereza da nossa linguagem, a nossa contundência de expressão com o sectarismo, a estreiteza e a intolerância. O MCP de Pernambuco é, sobretudo, um órgão plural, aberto a todas as tendências, desde que a serviço de causas autênticas. Mas, não é um órgão a serviço de nenhuma tendência isolada. E cabe, aqui, registrar, com orgulho, que nenhum dos intérpretes das várias tendências que se somam e que se unem dentro de nosso meio tem lutado por uma afirmação isolada. Aqui exercitamos uma convivência democrática que é a própria substância da nossa luta geral.

7. O MCP de Pernambuco aprendeu muito neste Encontro e espera utilizar, na prática, as experiências adquiridas. O MCP sai desse Encontro mais convencido ainda de que Cultura Popular não surge apenas através de um processo de elaboração científica, mas através de um processo de captação do que existe. O povo é rico de sugestões plásticas. Sugestões que se configuram no folclore - na sua música e na sua dança, na sua literatura própria, enfim, no seu trabalho criador. O que nos cabe é filtrar tecnicamente esse processo de cultura, sistematizá-lo, descobrir a verdadeira e autêntica fisionomia do povo. Sem deformá-la. Nem mesmo pelo retoque. Nem mesmo pelo aprimoramento. Se aprendeu isso, no Encontro que hoje encerramos, o MCP continuará aprendendo ainda mais com o povo.

8. A comunicação dos MCPs com as massas populares deve ser no sentido de dar e receber. Não somos tutores intelectuais do povo. Recebemos o que ele nos oferece de autenticamente nacional e damos-lhe os ensinamentos técnicos que lhe tem sido negados por uma sociedade alienada e alienante, onde a cultura é quase sempre transmitida de cima para baixo, das elites sobre o povo, como um produto acabado, como um prato feito. Os MCPs, neste sentido, são subversivos porque pretendem que a cultura surja de baixo para cima, democratizando-se, tornando-se legitimamente brasileira.

9. O MCP de Pernambuco tem consciência de quanto é árdua esta luta, pelos interesses que se opõem a ela, pelas dificuldades materiais, mas sabe também que a história o favorece, que o processo de libertação econômica e auto-determinação cultural de nosso povo é irreversível, e que a realidade brasileira tende a mudar, inapelavelmente, revolucionariamente.

10. Parece-me que seja esta, também, a mensagem das demais frentes que lutam em Pernambuco pela cultura do seu povo. Cada uma, dentro da orientação filosófica que lhe é própria, porém todas dominadas pela firme decisão de mudar, de revolucionar, de restaurar os valores do povo e acrescentar a eles, sem o sentido de doação, aquilo que é seu por direito e por justiça; a dinâmica de sua cultura.

11. Companheiros:

Despedimo-nos aqui na certeza inabalável de que adiante nos reencontraremos. E essa perspectiva - repito - não é apenas a do reencontro físico. Haveremos de nos reencontrar todos, num plano que está cada vez mais próximo, para a construção da grande realidade nova da Pátria livre.

POESIAS

Canção de Alfabetização

José Jataí

Somos um imenso e belo país
Que poderia ser tão feliz,
A natureza tudo nos deu,
Grandes dádivas nos concedeu
País rico, grande fabuloso
O meu Brasil é maravilhoso,
O seu futuro está a nossa mão.
Edifiquemos a nossa nação.

A tarefa é nossa brasileiro,
Será cada um, um vanguardeiro,
Vamos todos nos alfabetizar
Vamos todos nos educar.
Para saber o que devemos querer
É preciso saber ler
Para saber o que devemos dizer
É preciso saber escrever.

Nosso porvir vamos construir,
Um monumento vamos erigir,
Com o alicerce do saber,
Que dos livros iremos receber.
As escolas povo brasileiro,
Seremos do mundo um celeiro.
Vamos lutar pela alfabetização,
Lutar pela nossa educação.

Contribuição do C.P.C do Ceará.

Recife, 21/09/1963.

CANÇÃO DA JUVENTUDE

José Jataí

Em nossas mãos está
A grande Pátria de amanhã,
Do futuro do Brasil
A juventude é guardiã.
No trabalho, nas escolas,
Há uma missão a cumprir:
A miséria e a injustiça,
Nós iremos do Brasil, logo extinguir.

Quer no campo, ou na cidade,
Onde se possa atuar,
Imporemos a igualdade
Para a injustiça terminar.
Grande força nós formamos
No coração nacional
E a todos convocamos,
Para se unirem em nosso grande ideal

E aqueles que ainda estão
A nossa pátria a explorar,
Que derramemos sangue,
Mas iremos expulsar.
Nunca mais, oh nunca mais,
Terá vez o explorador,
Grande força juventude.
Cada jovem será um libertador.

Uma colaboração dos estudantes cearenses.

Recife, 19 de setembro de 1963.

NOTÍCIAS EM JORNAIS

JORNAL DO COMMERCIO — Domingo, 15 de setembro de 1963

Arraes Preside Hoje Instalação Do Encontro De Alfabetização

Sob a presidência do Governador Miguel Arraes será instalado solenemente as 20 horas de hoje o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular patrocinado pelo Ministério da Educação, Secretaria da Educação do Estado e da Prefeitura do Recife, Movimento de Educação de Base (da Conferência Nacional dos Bispos), Movimento de Cultura Popular e Universidade do Recife.

Os trabalhos do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, iniciados hoje, serão realizados no Teatro do Parque, em assembleias que contarão com a participação de 200 delegados de movimentos e institutos de cultura popular de todos os Estados onde existem esses órgãos, e serão encerrados, no próximo dia 21, sábado, às 20 horas.

A sessão de abertura, hoje, deverão estar presentes um representante do Ministro Paulo de Tarso, da Educação, o

sr. Luis Alberto Gomes de Sousa; o reitor da Universidade do Recife, professor João Alfredo; o Secretário Gerencial Ceolho; o professor Paulo Freire, autor de método de alfabetização; o presidente do Movimento de Cultura Popular, sr. Miguel Newton; a educadora Anita Pires Barreto; e grande número de professores e educadores do Recife e dos outros Estados do país, sendo possível a presença do próprio Ministro da Edu-

cação, sr. Paulo de Tarso.

Já se encontram nesta capital delegados da Paraíba, do Rio e de Brasília, além de vários representantes do Movimento de Educação de Base e do Ministério da Educação.

Sabe-se, por outro lado, que deverão participar dos trabalhos do I Encontro Nacional o presidente da União Nacional dos Estudantes, universitário José Serra; o deputado federal Sérgio Magalhães, e o editor e escritor Emílio Siveira

JORNAL DO COMMERCIO — Quinta-feira, 19 de setembro de 1963

EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO



As 17 horas de ontem, no Centro de Artes Plásticas e Artesanato em Santo Amaro, foi inaugurada a exposição de Artes Plásticas e Artesanato, dentro do I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular. A mostra (foto) foi organizada por Abelardo da Hora e Nilda Yalença e contou com a presença das delegações que participaram do I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular. A exposição é parte das atividades do Projeto de Artes Plásticas e Artesanato do Movimento de Cultura Popular.

Cultura do povo é tema no Recife

Recife (Correspondente) — Prosseguiram na manhã de ontem os trabalhos do Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, com o plenário reunindo-se no Teatro do Parque, para informar sobre os diversos movimentos que fazem pela alfabetização e a cultura popular no Brasil.

GAZETA DE ALAGOAS

MANHÃ, 04. JAN. 1964

Prossegue o I Encontro de Cultura Popular e Alfabetização de Adultos

Teve prosseguimento na tarde de ontem o I Encontro de Alfabetização de Adultos e Educação Popular, do qual participam cerca de três dezenas de líderes dos principais movimentos de educação de base do nosso Estado. Na reunião plenária de ontem a tarde foi realizada a eleição da coordenação do movimento de Cultura Popular de Alagoas. Depois de vários representantes serem ouvidos pela mesa diretiva dos trabalhos foram colocados, finalmente, em votação os nomes dos diversos candidatos apresentados, tendo os mesmos sido eleitos por unanimidade. A coordenação do MCP em Alagoas ficou constituída pelas jovens Gilvaldir de Campos Monteiro, do Movimento de Educação de Base, seção de Maceió e Ogelson Acioly Gama, pelo Movimento de Educação Popular. E ainda, pelo dr. Helio Ferreira de Araújo, da Campanha de Alfabetização de Palmeira dos Índios.

REPRESENTANTES DE PENEDO

Depois da reunião plenária da manhã foi realizada a recepção dos representantes do MEB Penedo, CAPI e do Movimento

Educação Popular, que na oportunidade fizeram entrega dos seus relatórios à mesa diretora dos trabalhos do I Encontro. O Movimento de Educação de Base, seção de Maceió somente hoje à tarde é que fará a entrega do seu relatório, colocando-o, a seguir, em discussão.

THEO BRANDÃO

As 19 horas de ontem o professor Theo Brandão, da Academia Alagoana de Letras e da Campanha de Defesa do Folclore, ministrou uma palestra acerca do folclore nordestino, sendo, em seguida, feita uma visita aos Folguinhos natalinos existentes nos prime pais logradouros da nossa capital.

CONFERÊNCIA DO PE. HUMBERTO

Hoje, às 9^{as} horas, terá lugar a sessão de aprovação das conclusões do I Encontro. As 15 horas o Padre Humberto Araújo Cavalcante fará uma conferência. As 20 horas: visita ao Departamento de Cultura Popular do MEB, em Maceió, onde serão expostos trabalhos de Arte Popular, com a apresentação de um conjunto teatral.

ENCONTRO INTERESTADUAL DE
ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR
(PRÊMIO DO 19 ENCONTRO NACIONAL,
realizado no Recife)

Terça-feira, 10 de Setembro de 1963

Diário Escolar

★ EDUCAÇÃO E CULTURA ★ «JORNAL UNIVERSITÁRIO DE 1959» ★

Encontro Interestadual de Alfabetização e Cultura Popular

PEDEM-NOS a publicação da seguinte **Declaração conjunta**: «As organizações, entidades, grupos e pessoas participantes do Encontro Interestadual de Alfabetização e Cultura Popular, realizado na Guanabara, considerando que:

1 — Os informes realizados durante o Encontro mostraram a existência de numerosos movimentos e campanhas no campo de alfabetização de adultos e cultura popular;

2 — Ficou patenteado que o elevado número de experiências naqueles setores permaneceu desconhecido até a presente data da maioria dos que envidam os mesmos esforços;

3 — É necessária a troca de experiências e a conjugação de esforços; propõem:

A estruturação de uma comissão coordenadora que tenha como função primordial servir de centro irradiador de experiências e sistematizador do trabalho comum. Esta comissão deverá ter composição proporcional aos setores de ação, tais como: secundaristas, universitários, sindicais e outras organizações que realizam esforços no campo da alfabetização de adultos e cultura popular.

Declaram finalmente que a existência dessa comissão coordenadora não implica na despersonalização das organizações, entidades e grupos de pessoas que até a presente data vêm realizando seu trabalho. Julgamos que tal perspectiva possa ser aceita pelo Encontro Nacional de Recife a quem remetemos a presente declaração».

① CENTRO POPULAR DE CULTURA

② I SEMINÁRIO NACIONAL DE ART. E CULTURA POPULAR

Panfleto -- 2-3-1964

①

Mais um teste

O Centro Popular de Cultura prepara o espetáculo com que pretende inaugurar o seu teatro próprio. As esperanças são as últimas que morrem e o CPC certamente detém muitas delas em suas mãos. Uma reformulação de seu programa, que se fazia necessária, é hoje uma realidade. Acertadamente na trilha de um teatro popular, o CPC parece finalmente disposto a deixar o simples agir-proprio ao setor competente. E a integrar-se no processo do desenvolvimento do teatro brasileiro, na busca de um teatro popular que não seja «inventado» por uma deliberação súbita de participar da luta política, mas que resulte desse processo, como seu natural dialético.

Quatro textos encontram-se em estudos para a próxima montagem do CPC: «O Berço do Herói» de Dias Gomes, «A Gran Cruz do Mal Necessário» de Augusto Boal, «O Filho do Cão» de Gianfrancesco Guarnieri e «Os Azeredos e os Benévidos» de Oduvaldo Vianna Filho. São quatro experiências diversas e sérias. Infelizmente, só será um o espetáculo. O teste do palco é, naturalmente, imprescindível para o desenvolvimento de uma dramaturgia e é preciso, inclusive, arcar com o preço de um fracasso. Os quatro textos merecem esse teste: representam a atividade mais recente de alguns de nossos melhores autores, isto é, daqueles de quem mais se espera a obra significativa, ligada a nossa realidade, comprometida e artisticamente superior que o teatro brasileiro precisa e ainda não teve.

O texto finalmente escolhido pelo CPC foi o de Viana.

CULTURA POPULAR

CPCs e MCPs se organizam

O Seminário Nacional de Cultura Popular realizado na Universidade Rural do Brasil, atingiu seu principal objetivo: criar um organismo, eleito pelas bases de cultura popular, para coordenar em plano nacional o trabalho desenvolvido pelas diferentes organizações nos diversos Estados.

Ficou decidida, inicialmente, a criação do Conselho Nacional das Organizações de Cultura Popular, constituído por três representantes de cada Estado, designados pelos Conselhos Estaduais, formados, por sua vez, de um representante de cada movimento estadual.

Saída desse Conselho, criou-se a Comissão Especial de Cultura Popular, constituída de 8 nomes, a qual caberá pôr em execução o plano de atuação aprovado, em suas linhas gerais pelo Seminário. A Comissão Especial será constituída pelos seguintes membros, eleitos na última sessão plenária do Seminário: Osmar Fávero, José Augusto, Isa Guerra, Luís Alberio Gomez de Souza, Teresa Aragão, Paulo Pontes, Ferreira Gullar e Roberto Pontual.

Três nomes foram então escolhidos para integrar a Secretaria Executiva da Comissão Especial: Aron Abend, Isa Guerra e Teresa Aragão.

«Tarefa» de

estréia «Tarefa», publicação da União Acadêmica Paraense através de seu Departamento de Arte Popular. A poesia de Paes Loureiro se insere no movimento da nova poesia brasileira voltada para a luta de libertação e democratização do país. Ele diz:

Poesia é necessidade.
Nos cafés.
Nos muros.
Nas calçadas.

②

Arraes Diz Que Cultura Popular Serve Para Humanizar Sociedade

É necessário fazer movimentos de Cultura Popular para integrar cada vez mais o povo no processo democrático. Negamos que esses movimentos sejam subversivos mas não negamos que sejam revolucionários. É com a cultura popular que haremos de constituir uma sociedade mais humana e mais fraterna, com mais saber e mais confiança no futuro — com essas palavras, o governador Miguel Arraes deu abertura ao I Encontro Nacional de Cultura Popular, às 20 horas do último domingo no Teatro Santa Isabel.

A sessão inaugural, à qual compareceu grande número de autoridades em educação e em teatro popular, seguiu-se a encenação da peça Histórias do Mato, de Luís Marinho.

Além do governador, falaram o Secretário Germano Coelho e o representante do Ministro Paulo de Tarso, de Educação, professor Roberto Pontual.

Ontem, tiveram início os trabalhos (são realizados no Teatro do Parque) com as primeiras reuniões plenárias da qual participam mais de 150 delegados de movimentos e institutos de cultura popular, especialmente de Pernambuco, São Paulo e Guanabara. Foram

definidas as finalidades do Encontro, dentre as quais ressaltam a promoção do intercâmbio de experiências entre os diversos movimentos espalhados por todo o país e a futura coordenação das atividades desses movimentos. Por outro lado, já consta que a principal questão para o debate constante do temário será a conceituação do que é cultura popular, hoje, no Brasil.

A noite, a delegação de Natal, comandada pelo Prefeito Djalma Maranhão, relatou, com slides e documentário fotográfico, a experiência de alfabetização realizada através da campanha «De pé no chão também se aprende a ler», aclamada como um dos mais notáveis movimentos de alfabetização que já se fez no Brasil.

Hoje haverá três reuniões plenárias com debates: às 9.30 horas, O que é Cultura Popular, hoje, no Brasil; às 15 horas, Atuação dos MCPs e campanhas de alfabetização nas diferentes zonas, regiões e grupos sociais; e às 20 horas, Meios e técnica de comunicação de trabalho de Cultura Popular.

Ministério da Educação enumera as vantagens que traz 6.ª série primária

A Assessoria Técnica do Ministério da Educação e Cultura informou que a sexta série primária, instituída em recente decreto do Presidente da República e que terá suas primeiras classes funcionando a partir de março próximo, no início do ano letivo, oferece vantagens de ordem didática, econômica, social e experimental aos alunos.

Destinada aos candidatos não habilitados nos exames de admissão ao ginásio do Colégio Pedro II e congêneres, a sexta série primária evitará que o estudante perca mais um ano para tentar novo exame à primeira série, uma vez que possibilitará ao aluno aprovado matricular-se diretamente na segunda série ginasial.

REPETENTES

Segundo o decreto, o Governo Federal, Estados e Municípios, evitarão manter candidatos repetentes em suas escolas, e, em seu Art. 1.º, estabelece que o MEC fica autorizado a promover convênio com estabelecimentos de ensino primário e médio do Estado da Guanabara, para a constituição, mediante custeio pelo sistema de bolsas-de-estudo, de turmas da 6.ª série primária.

O MEC realizará este ano apenas um plano pioneiro relativo à 6.ª série primária, pois a autorização do Governo é somente para promover convênio com estabelecimentos de ensino primário e médio da Guanabara.

No caso de não haver possibilidade de criação de tal série em estabelecimentos já existentes, o MEC promoverá a sua instalação em próprios da União ou em prédios particulares de associações familiares, sob a forma de ginásios de comunidade. Tais medidas poderão ser aplicadas futuramente nos demais Estados e Territórios.

Levando em conta os limites das deficiências locais, o decreto estabelece, em seu Art. 5.º, que o MEC baixará todos os atos e fixará, à conta do Fundo Nacional de Ensino Primário e Fundo Nacional de Ensino Médio, os recursos necessários para a execução do programa.

Seminário na Guanabara

Será iniciado no próximo dia 17 o I Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura, na Universidade Rural (Quilômetro 47 da antiga Rio-São Paulo), cujo objetivo é coordenar os diversos movimentos de alfabetização existentes no

Brasil e aprofundar os estudos relativos à cultura popular.

O seminário prende-se a uma resolução do encontro de setembro de 1963, em Recife, quando cerca de 300 estudiosos do problema resolveram instaurar a reunião na Guanabara, estabelecendo a data, de 17 a 23 do corrente. Todos os Estados enviarão representantes.

17.2.64 a 23.2.64

I SEMINÁRIO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULT. POP.

Coleção Educação para Todos

- Volume 01: Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004
- Volume 02: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03
- Volume 03: Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos
- Volume 04: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas
- Volume 05: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas
- Volume 06: História da Educação do Negro e Outras Histórias
- Volume 07: Educação como Exercício de Diversidade
- Volume 08: Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias
- Volume 09: Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola
- Volume 10: Olhares Feministas
- Volume 11: Trajetória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: anais da XV CONFAEB
- Volume 12: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Série Vias dos Saberes n. 1
- Volume 13: A Presença Indígena na Formação do Brasil. Série Vias dos Saberes n. 2
- Volume 14: Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Série Vias dos Saberes n. 3
- Volume 15: Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Série Vias dos Saberes n. 4
- Volume 16: Juventude e Contemporaneidade
- Volume 17: Católicos Radicais no Brasil
- Volume 18: Brasil Alfabetizado: caminhos da avaliação. Série Avaliação n. 1
- Volume 19: Brasil Alfabetizado: a experiência de campo de 2004. Série Avaliação n. 2
- Volume 20: Brasil Alfabetizado: marco referencial para avaliação cognitiva. Série Avaliação n. 3
- Volume 21: Brasil Alfabetizado: como entrevistamos em 2006. Série Avaliação n. 4
- Volume 22: Brasil Alfabetizado: experiências de avaliação dos parceiros. Série Avaliação n. 5
- Volume 23: O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental? Série Avaliação n. 6
- Volume 24: Diversidade na Educação: experiências de formação continuada de professores. Série Avaliação n. 7
- Volume 25: Diversidade na Educação: como indicar as diferenças? Série Avaliação n. 8
- Volume 26: Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental
- Volume 27: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade
- Volume 28: Educação na Diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilingüe
- Volume 29: O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-racista
- Volume 30: Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior
- Volume 31: Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes
- Volume 32: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas

Este volume trata do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, no Recife, que é considerado um marco na história dos movimentos de cultura e educação popular no Brasil. A partir desse Encontro, uma nova compreensão quanto ao conceito e à importância da educação de jovens e adultos foi legitimada, passando esta a ser vista como pré-condição para a participação plena de todos os indivíduos na vida nacional.

Para recordar um evento tão significativo na história dos movimentos sociais brasileiros, este livro publica os documentos produzidos para e no I Encontro, apresentados por um histórico detalhado, preparado com base na documentação e em entrevistas feitas com participantes, e complementados por notícias de jornais publicados à época.

É com grande satisfação que o MEC e a UNESCO colocam à disposição de gestores, educadores, estudantes e demais interessados uma publicação que ajuda a preservar a memória de um movimento que semeou ideias que visavam à construção de um Brasil com mais igualdade e justiça social para todos os seus cidadãos.



Representação
no Brasil

Ministério
da Educação

